



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**“ARIGÓS” E “PEÕES” NA “CIDADE DO AÇO”:
EXPERIÊNCIAS URBANAS E FABRIS, CULTURA E
IDENTIDADES DE CLASSE (VOLTA REDONDA- RJ,
1970-1980)**

EDUARDO ÂNGELO DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Alexandre Fortes

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Curso de Pós-Graduação em
História

**Nova Iguaçu, RJ
Agosto de 2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EDUARDO ÂNGELO DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/08/2010

Prof. Dr. Alexandre Fortes, UFRRJ (Orientador)

Profa. Dra. Vania Maria Losada Moreira, UFRRJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes, CPDOC-FGV

AGRADECIMENTOS

Por este se tratar de um trabalho que marca a conclusão de uma trajetória de mais de dois anos, os agradecimentos a serem feitos se estendem a todos aqueles que colaboraram para este percurso. Seria impossível apontar a real importância destas pessoas ou mencionar todas elas, mesmo assim, não poderia deixar de registrar de alguma forma minha gratidão.

Primeiramente, agradeço à minha família, em especial a meus pais, José Candido da Silva e Marina Saldanha da Silva, pela oportunidade, carinho, incentivo constante e apoio irrestrito. Estes sempre foram meus alicerces.

Aos amigos da República 404 (Caleb, Eugênio, Rodrigo, Fábio, Marcos, Nishimura, Armi e recentemente, Isaque) pelo companheirismo e convivência agradável desde os tempos da graduação, quando, em algum momento, todos dividimos o mesmo teto, mesmo que agora estejamos espalhados por outros lugares. Gratidão de mesmo peso se estende aos amigos da “Família Inútil”, companheiros que também sempre estão por perto pra compartilhar cada passo.

Aos amigos da UFRRJ (alunos e professores), em especial às pessoas do curso de Mestrado em História. Agradeço a todos pelas conversas, convívio fraterno e troca constante, além das amizades que permanecerão ao longo da vida.

À CAPES pela concessão de bolsa de mestrado durante os dois anos de pesquisa e ao meu orientador Alexandre Fortes, pela sua paciência, parceria e convivência marcada pelo fomento intelectual. O presente trabalho é fruto deste convívio, todavia, não se deve atribuir-lhe responsabilidade caso os objetivos aqui propostos não tenham sido alcançados. Agradecimento de mesmo teor é dedicado a Paulo Fontes, Vania Losada e Caetana Damasceno.

Ao amigo Daniel que deixou saudades e um grande exemplo de como viver com alegria.

Não poderia me esquecer de agradecer, em especial, ao meu irmão Leonardo pelo apoio e convívio durante o curso, que tivemos a felicidade de realizarmos juntos.

Por fim, um importante registro de gratidão cabe aos trabalhadores com que tive contato neste tempo de pesquisa em Volta Redonda e nos arquivos em que pesquisei, pessoais ou não. De maneira geral, em todas as ocasiões, nas entrevistas realizadas ou na consulta a acervos, a solicitude que demonstraram foi um dos pontos marcantes da pesquisa.

RESUMO

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)**. 2010. 125p. Dissertação (Mestre em História). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Este trabalho é uma tentativa de articulação entre as propostas da história social do trabalho e uma história social urbana. Pretendeu-se observar como a dinâmica econômica brasileira, da qual a Companhia Siderúrgica Nacional foi importante protagonista, desde sua criação nos anos 40, relacionou-se à forma como essa indústria gestou sua força de trabalho, entrando em choque com a mobilização dos trabalhadores. O marco mais importante desta trajetória por nós observada é, após os anos democráticos (1945-1964), a fratura causada pelo Golpe de 1964 na relação estabelecida entre os trabalhadores e empresa. As mudanças na política social da CSN, assim como as alterações do modelo econômico vigente, se tornariam alvo de uma disputa entre diferentes interpretações formuladas por diferentes agentes envolvidos no processo. No caso estudado, em Volta Redonda, pudemos identificar como importantes atores envolvidos na dinâmica social daqueles anos – por exemplo, os militares – interpretaram os impactos do Golpe sobre a classe trabalhadora. Na outra ponta da vivência do processo, nos debruçamos sobre a experiência dos trabalhadores da localidade, nos anos 70, buscando a rearticulação de seus referenciais identitários, a partir de tal mudança, os quais irão indicar as novas fraturas e amálgamas internos a classe, a partir de então.

Palavras – chave: Trabalhadores – Golpe de 1964 - Política – Identidade Social – Anos 70 – Volta Redonda

ABSTRACT

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” and “peões” in the “Steel City”: manufacturing and urban experiences, culture and class identities (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)**. 2010. 125p. Dissertation (Master in History). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

This work is an attempt to articulate the perspective of labor history and urban history as two complementary fields in social history. We have tried to observe how the dynamic Brazilian economy, in which the Companhia Siderúrgica Nacional (the most important steel mill in the country) has been an important protagonist, since its creation in the 1940's, related to the ways in which this company engendered its labor force, in clash with workers mobilizations. The most important landmark in this trajectory, after the democratic years (1945-1964), is the fracture caused by the 1964 state coup in the relationship between workers and company. The changes in CSN social policies, as well as the transformations in the economic policies implemented by the new regime, would be subject to a confrontation between different interpretations formulated by distinct agents involved in this process. In our case study, Volta Redonda, we could identify as important actors involved in the social dynamics of those years – for example, the military – interpreted the impacts of the coup on the working class. In the other extreme of the process, we have examined the workers experience in the town, in decade of 1970's, looking for the rearticulation of their identitary references, after those changes in the general context, that indicate the new fractures and amalgamations inside the class occurred from that moment on.

Keywords: Workers – 1964 state coup – Politics – Social identity – Decade of 1970's – Volta Redonda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 A experiência dos anos 80 e uma necessária questão.....	1
1.2 Movimento popular e operário nos anos 70 e 80: uma questão teórica.....	2
1.3 O urbano e o fabril em Volta redonda: historiografia, lacunas e caminhos – o escolhido “X” da questão.....	3
CAPÍTULO I - A USINA ENTRE PLANOS: EXPANSÃO INDUSTRIAL E TRABALHADORES DOS ANOS 50 AO MILAGRE	07
1.1 CSN e trabalhadores: dos anos 50 ao Golpe de 64.....	09
1.2 Liberais vs estruturalistas.....	20
1.3 Estado, estatais, empresariado nacional e multinacionais nos anos 60 e 70.....	22
1.4 A usina entre velhos e novos planos: impactos do fim de um ciclo e início de outro.....	29
1.5 O Plano D: presságios de um novo tempo.....	37
CAPÍTULO II: A CIDADE E OS TRABALHADORES NOS ANOS 70	50
2.1 Breve histórico da constituição do espaço urbano na Cidade-Usina: Volta Redonda, dos anos 40 aos anos 60.....	57
2.2 Crescimento industrial e migração.....	68
2.3 Na boca do forno, na boca do lodo e na boca do lobo: a nova estratificação do espaço urbano nos anos 60 e 70.....	74
2.4 Arigós, peões, funcionários da CSN e outros.....	84
2 CONCLUSÃO	98
3 FONTES	100
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
5 ANEXOS	106
A- O Processo produtivo do aço	106
B- CSN – Planos de expansão da usina	111
C- Quadro de expansão de loteamentos em Volta Redonda (dos anos 40 aos anos 80)	112
D- Mapa da expansão de loteamentos em Volta Redonda (dos anos 40 aos anos 80)	120
E- Quadro de produção da COHAB em Volta Redonda	122
F- Quadro de favelas existentes em áreas públicas e da COHAB	123
G- Habitações construídas pela CECISA em Volta Redonda, por ano e padrão construtivo (1969-1982)	124
H- Volta Redonda – evolução das favelas e da população (1966-1985)	125

1 INTRODUÇÃO

1.1 A experiência dos anos 80 e uma necessária questão

A greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) realizada em novembro de 1988 na cidade de Volta Redonda, sem dúvida, é um importante marco das lutas empreendidas pelos trabalhadores localmente e nacionalmente no contexto do processo de redemocratização. 1988 marca a história política do país como o ano da promulgação de uma nova Constituição Federal, em 5 de outubro, a qual foi fruto das lutas empreendidas por mais de uma década que levaram à distensão do regime militar.

Tendo como principais reivindicações a cobrança de reajustes salariais e a efetivação de uma conquista presente na Nova Constituição (o turno de 6 horas), além de pressionar por mudanças no perfil autoritário da gestão da empresa, esta greve se iniciou no dia 7 de novembro e em menos de 48 horas cerca de 2 mil soldados se posicionaram em torno da fábrica, ocupada por um grande número de trabalhadores. Na madrugada do dia nove estes operários permaneceram sob a mira dos canhões do Exército e neste mesmo dia uma operação militar de invasão à usina foi deflagrada. Três operários foram mortos e diversos outros feridos. Mesmo com tal intensidade da repressão, em assembléias realizadas dentro e fora da fábrica, os trabalhadores decidiram pela continuidade do movimento.

O período que vai do dia 10 ao término da greve, dia 23 de novembro, é marcado pelo enterro dos operários assassinados, por grandes passeatas até o cemitério, celebrações religiosas presididas pela ala progressista da Igreja Católica local e pelo engajamento de outras entidades em defesa dos trabalhadores. Durante este tempo de mobilização fora da fábrica as manifestações contavam com a participação de associações de moradores e da Frente Popular e Sindical de Volta Redonda, a qual unia os seguimentos organizados da cidade. A última assembléia ocorreu no dia 23 de novembro com a participação de 30 mil pessoas, entre operários e populares, e o fim da greve foi aprovado com a condição de que o Exército deixasse o interior da usina. As reivindicações foram parcialmente obtidas. Tendo o Exército deixado a CSN, os trabalhadores retornaram ao trabalho.

Em Volta Redonda, durante a década de 1980, a partir da vitória do grupo de oposição sindical da usina, em 1983, o sindicato se filiaria à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ainda neste ano, e a empresa viveria uma série de greves. De 1984 a 1988 ocorreram 8 greves nesta usina, sendo que todas elas sofreram, em maior ou menor grau, intervenções militares¹. A participação popular nestes episódios foi sempre marcante. Na greve de 1984, por exemplo, primeira do ciclo mencionado, a usina foi ocupada por mais de 20 mil homens durante cinco dias e a alimentação foi providenciada pelas famílias que se concentravam em frente sua entrada principal, episódio que segundo uma importante liderança da época “mais parecia uma festa popular”².

Assim como Santana, reconhecemos que a relação entre o sindicato local e demais movimentos se deve a diversos motivos e circunstâncias, tanto locais quanto nacionais, em

¹ Nesse período, marcado pela atuação de uma nova diretoria, podemos identificar a ação do sindicato local dentro do âmbito do que se convencionou intitular como “novo sindicalismo”. A própria criação da CUT, em 1983, e do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1980, é considerada desdobramento desse movimento “autêntico” que buscava se livrar da tutela do Estado e buscava também a autonomia face aos partidos políticos. As ondas grevistas de 1978 e 1979 são apontadas como marcos de seu surgimento.

² VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Volta Redonda: entre aço e armas. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. p. 54. Este livro trata das memórias de Isaque Fonseca sobre os embates dos anos 80. Isaque Fonseca foi importante ativista e diretor sindical nos anos 80.

“um momento de abertura política e de acirramento das reivindicações das organizações sindicais e populares”³. A partir desta constatação, fomos levados a refletir sobre a intensidade e a forma da ação conjunta presente nos acontecimentos dessa década e remetidos ao questionamento acerca de sua construção.

Propomos que, ao observarmos apenas a década acima descrita podemos incorrer no risco de naturalizar as formas de luta e com isso perder de vista como as pessoas integrantes destes movimentos identificaram-se com uma causa comum. Refletir sobre esta questão implica observar o processo de constituição das relações entre a esfera fabril e urbana na cidade, anterior ao momento descrito, assim como a forma pela qual a “classe trabalhadora”, conceito que para nós comporta a idéia de trabalhadores operários e classes populares (como explicaremos adiante), vivenciou esses espaços em suas inter-relações.

Em Volta Redonda, isso significa observar, em especial, as grandes transformações pelas quais a cidade passou na década de 1970, as quais interferiram tanto no cotidiano fabril como na vida urbana e constituíram o caldo social por trás das lutas empreendidas no final dessa década e no decênio posterior. Contudo, após apresentarmos nossa questão, cabe ressaltarmos a percepção teórica que temos acerca deste processo.

1.2 Movimento popular e operário nos anos 70 e 80: uma questão teórica

“Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se apercebem de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto, era difícil de ser imediatamente captado”⁴. É desta forma que Eder Sader, em seu estudo sobre a experiência de luta dos trabalhadores da grande São Paulo na década de 70, referiu-se ao processo de nomeação do movimento que se iniciou com a irrupção grevista de 1978 e se manifestou na pluralidade de movimentos sociais e em uma luta operária nos moldes do que se convencionou intitular como “novo sindicalismo”.

Segundo Sader e Paoli⁵ o problema da representação do “novo” processo estaria ligado à constituição do pensamento político brasileiro que até finais da década de 60, salvo algumas exceções, percebia a necessidade de homogeneização das classes populares mediante uma ação estatal para a formação de uma nação e a criação de um genuíno espaço público de participação. Este espaço seria tutelado, segundo as visões conservadoras, ou levaria necessariamente à proletarização e formação de uma identidade social e política de classe, segundo a esquerda hegemônica pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) - possibilidade que para alguns intérpretes do processo de modernização, orquestrado pelo Estado, parecia impossível devido aos constantes fluxos migratórios e permanente tendência à heterogeneidade dos trabalhadores, o que dificultaria os processos de identificação de classe.

Após a crítica dessas representações instituídas nos anos 60 e 70, seria nos anos 80 que se constituiriam novas apreensões sobre a “nova configuração de classe” as quais levaram a outras concepções sobre os trabalhadores operários. Dessa forma, surgiram estudos que reforçavam a preocupação com a percepção da construção de um espaço autônomo de atuação

³ SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores e política no Sul Fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980*. In.: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho e desenvolvimento regional*. Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ/PPGSA; Brasília, CAPES, 2006. p.160.

⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.26.

⁵ SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. *Sobre “classes populares” no pensamento sociológicos brasileiro*. In.: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 41-51.

política por parte dos trabalhadores, ao longo de sua história, assim como combatiam o determinismo econômico na concepção de classe social, segundo o qual o lugar ocupado na estrutura social se refletiria em um lugar ocupado numa superestrutura determinada (esfera política e cultural). A obra de Sader é um importante referencial dessa proposta.

Embora com marcante influência thompsoniana e mesmo acordando sobre a não determinação do aspecto simbólico e da ação de coletivos a partir de suas posições na estrutura produtiva, Sader prefere o termo “sujeito coletivo” ao tratar dos “novos” movimentos. Este termo é utilizado “no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”⁶, definição que nos lembra as preocupações de Thompson (1987-1988) acerca da processualidade e do “fazer-se” da classe. Acreditamos que a opção feita pelo autor deve-se ao contexto de grande receio quanto ao uso determinista do conceito “classe”.

As preocupações de Sader à época, em grande medida, vão ao encontro da recente historiografia social do trabalho. Atualmente, percebemos um grande crescimento da historiografia brasileira preocupada com tema “cultura operária”. Porém, ao ressaltar a historicidade e especificidade das percepções culturais de classe, os autores dessa área apontam que este termo deve ser encarado mais como um campo de discussão do que como um conceito⁷. Uma das reflexões teóricas que tem contribuído para os novos estudos são as preocupações de Savage.⁸

Savage indica uma “versão alternativa” da teoria das classes que pode superar a dificuldade de especificação de uma base estrutural precisa para as relações de classe. Para o autor, o traço distintivo da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores. Sem os meios de subsistência, os trabalhadores estão constringidos a achar estratégias para lidar com a incerteza da vida cotidiana, derivada do seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma. Este pressuposto ressalta que “é tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo”.⁹

Acreditamos que as formulações de Savage abarcam os problemas teóricos colocados por Sader acerca da “nova configuração da classe trabalhadora” nos finais da década de 1970 e início dos anos 80 sem abdicar do conceito *classe social* ou *luta de classes* e com ênfase na questão espacial. Atentos para esta última questão e para sua relação com o processo de formação da classe em Volta Redonda, utilizaremos o termo “classe trabalhadora”, como conceito generalizante, porém não reducionista, capaz de apontar a integração e dispersão dos coletivos.

1.3 O urbano e o fabril em Volta redonda: historiografia, lacunas e caminhos – o escolhido “X” da questão

De maneira geral, podemos apontar que uma das principais questões acerca das relações entre a fábrica e o espaço urbano da cidade está relacionada à vinculação entre a CSN e os projetos do Estado brasileiro em diferentes contextos históricos. Devido à sua posição estratégica nos projetos de desenvolvimento e modernização econômica vislumbrados

⁶ SADER, op. cit., p.55.

⁷ BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁸ SAVAGE, Mike. *Classe e História do Trabalho*. In.: BATALHA, SILVA e FORTES (2004).

⁹ Idem, p.33.

pelo Estado, desde o início de sua operação, em 1946, a CSN passou por períodos constantes de expansão da sua produção com importantes implicações no universo fabril e urbano. Acreditamos que esse compartilhamento maior de experiências da população da cidade pode ser exemplificado pelos processos de expansão da usina¹⁰.

Os processos de expansão foram momentos em que o aumento dos fluxos migratórios trazia novos operários à fábrica (e às outras empresas envolvidas nas obras de expansão) e desempregados às ruas, assim como corroboravam para a consolidação da periferia urbana. Se nestes momentos os operários se defrontavam com toda uma gama de novos desafios devido às mudanças na gestão fabril que visavam maior produtividade, acompanhantes das novas instalações, a população periférica tinha sua condição também piorada devido ao desordenado crescimento urbano. Podemos citar como exemplo desta constatação o Plano de Expansão D, maior processo de expansão da CSN até a atualidade, com início em 1969 e término, oficial, em 1985, esse plano teve grandes impactos sociais sobre a população da cidade. Em 1966, a cidade tinha 114.556 habitantes, já em 1985, 219.300, sendo que este crescimento demográfico tem relação direta com a migração vinculada às obras de expansão. É relevante observar que embora as expansões sejam elementos presentes na bibliografia sobre a cidade, seus impactos são pouco explorados por ela.

Ao percorrermos a bibliografia acadêmica sobre a cidade de Volta Redonda, constatamos que, de forma geral, os estudos que tem como foco específico o *operariado fabril* concentram-se em três momentos distintos, que pouco se conectam: 1) o processo de formação da classe operária em Volta Redonda¹¹; 2) o ciclo de lutas da década de 80¹²; 3) o processo de privatização da usina¹³.

Ao contrário desse primeiro conjunto construído no âmbito da Sociologia, um segundo conjunto bibliográfico identificado, tem os anos 70 como objeto privilegiado de estudo, embora não se dedique à esfera fabril, especificamente. As obras dele integrantes têm interesse no desenvolvimento do *conflito urbano* (na organização social do espaço da cidade) e na atuação da Igreja Católica progressista junto à população de Volta Redonda. A temática urbana é desenvolvida por estudos na área de Urbanismo¹⁴, e a segunda, relativa à atuação da Igreja, tem no campo da História seus principais formuladores¹⁵. Estes dois últimos temas se tornam indissociáveis devido às históricas relações entre o conflito urbano e a atuação da Igreja local.

Acerca da questão apresentada no primeiro seguimento desta introdução, de forma geral, percebemos que os trabalhos sobre a década de 80, ao se centrarem nas condições concretas do cotidiano fabril e na atuação do Sindicato, não avaliaram de forma precisa como as mobilizações tiveram início e apresentaram tal intensidade naquele momento, não abordando as relações internas do coletivo de trabalhadores e sua relação com os demais movimentos sociais urbanos, ressaltando apenas suas ligações com um movimento mais

¹⁰ A usina desde sua criação passou por diversos planos de expansão, os quais visavam ao atendimento das políticas econômicas implantadas pelo Estado. Contando com o plano dedicado à construção da empresa, os planos de expansão da CSN, ao todo, foram cinco: A (1941-1947), B (1950-1956), C (1956-1963), Intermediário (1961-1968) e D (1969-1985). Neste último, o plano D, sua última e maior etapa, o plano de Estágio III, tem início em 1975 e término, oficial, em 1984.

¹¹ Ressaltamos neste caso, as obras de Morel (1989) e Bedê (2007).

¹² Mangabeira (1993). Gracioli (1997). Veiga e Fonseca (1990). Santana (2006). Pessanha e Morel (1991). Estas duas últimas obras são as únicas que destoam do conjunto. A última, procurando rastrear a constituição de diferentes gerações de trabalhadores ao longo da existência da fábrica, até a década de 1980, e a penúltima, abordando as relações entre os movimentos sociais em sua relação com o movimento sindical. Entretanto, as reflexões presentes em ambas têm caráter ensaístico.

¹³ Ressaltamos: Gracioli (2007) e Pereira (2007).

¹⁴ Entre eles, destacamos: Fontes e Lamarão (1986). Souza (1992). Lopes (2004).

¹⁵ Costa e Serbin (2001). Soares (2001).

amplo em nível nacional, o “novo sindicalismo”, que, de certa forma, explicaria as questões anteriores. Sendo assim, uma “nova” postura dos operários, combativa e mobilizante, teria “surgido” naquele instante, em oposição à “velha” atitude de aquiescência que caracterizaria os empregados de empresas estatais¹⁶. Uma análise mais crítica acerca das ações da classe trabalhadora nos anos 80 não pode desconsiderar suas tradições e a contínua reelaboração da experiência desta em sua longa trajetória dentro e fora da fábrica. Acreditamos que estas limitações são reverberações de uma conjuntura político-social específica¹⁷.

O principal marco dessas análises foi a vitória do grupo de oposição sindical nas eleições para o Sindicato, em 1983, característica que levou à não-observação de diversos fatores como: a articulação dos coletivos de trabalhadores internamente à empresa; a forma como os movimentos populares se engajaram nas lutas operárias; a ação das instituições na organização dos movimentos (as organizações de esquerda e a Igreja progressista); o significado de outros importantes marcos das lutas sociais locais, como duas importantes greves realizadas em 1979, sendo uma dos trabalhadores da construção civil, envolvidos no processo de expansão da fábrica (“peões”), e a outra dos professores da rede estadual; ou mesmo, a forma como tem início a intensa agitação social no meio urbano a partir dos anos 70. Lacunas que nos levam a uma visão um tanto espontaneísta, como se a organização dos movimentos ou as identidades constituídas derivassem diretamente da piora das condições objetivas vividas naquele momento, sem a implicação de organizações políticas e do aspecto cultural dos trabalhadores.

Algumas das lacunas evidenciadas, devido às suas fortes ligações com as questões urbanas, como a intensa agitação nos anos 70 ou a Greve dos “peões”, iriam ser demonstradas por estudos na área do Urbanismo ou pelos estudos em História, que tiveram como foco a ação da Igreja no contexto de redemocratização. A partir do estudo deles as conexões entre a experiência fabril e urbana dos trabalhadores se tornaram mais claras em algumas nuances e assim pudemos melhor perceber como uma condição de “insegurança estrutural” foi compartilhada em ambos os espaços.

A complexidade da condição dos trabalhadores (operários da CSN ou não) a partir da década de 70 nos levou a considerar como estas experiências foram elaboradas no plano identitário individual e coletivo, com a atuação de organizações políticas em um contexto histórico específico, de forma a possibilitar as ações da década de 1980. Tendo como foco esta preocupação, nossa pesquisa procura atentar para as condições objetivas presentes no contexto de crise econômica e pauperização da classe trabalhadora nos anos 70, de forma a confrontar estes dados com a percepção subjetiva dos trabalhadores (presentes em fontes orais e registros de época). A partir da vivência dos diferentes espaços da cidade, pretendemos apontar como o coletivo de trabalhadores cunhou novas percepções de sua realidade constituindo novos elementos de identificação e estratificação internos a este.

A partir do caminho exposto, percebemos o processo histórico vivido pela cidade de Volta Redonda como um objeto de grandes possibilidades para pesquisas com interesse na

¹⁶ MANGABEIRA, Wilma. Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993. p.91.

¹⁷ Santana (1999), ao analisar as relações entre as concepções de passado e presente na esquerda brasileira e seus projetos políticos e sindicais, na luta pela hegemonia no contexto de conformação do “novo sindicalismo”, aponta que a construção de identidade do sindicalismo “combativo” e “autêntico” e as relações estabelecidas entre o movimento sindical e a academia levaram ao ofuscamento das práticas sindicais anteriores em ambas as esferas. Tanto o período pré como o pós-64 seriam vistos como marcados pela heteronomia do movimento operário e a nova época que se descortinava como um tempo de construção de autonomia no contexto de redemocratização. Salvo raras exceções, a academia reproduziria esta construção de memória. A bibliografia sobre Volta Redonda reflete os problemas desta visão, com a exceção de estudos recentes como o de Bedê (2007), Pereira (2007), Santana (2006) e do artigo de Pessanha e Morel (1991) sobre gerações operárias.

articulação entre uma história social urbana e uma história social do trabalho. Pretendemos contribuir para reflexões em torno de um grande desafio: como o espaço urbano se articula ao espaço fabril, ou seja, como uma fábrica e seus trabalhadores conformam o espaço social de uma cidade e como o espaço social desta cidade tem implicações no processo do fazer-se da classe. Se nossa pesquisa, por um lado, se propõe a contemplar este desafio, com as devidas limitações, por outro lado, tende a tencionar marcos cronológicos rígidos, como por exemplo, os criados a partir da construção discursiva do “novo sindicalismo”, os quais sobrevalorizam uma perspectiva de ruptura da experiência dos trabalhadores, que deve ser relativizada.

No primeiro capítulo, procuraremos analisar como a dinâmica econômica se relacionou ao processo de formação da classe em Volta Redonda e como os desdobramentos do Golpe de 1964 irão conformar uma nova experiência para a classe trabalhadora local, que em certa medida, é representativa da vivência dos trabalhadores brasileiros naquele contexto. Porém, a especificidade da localidade nos é capaz de apontar a postura de importantes agentes do período. Assim, ao final do capítulo pontuamos a visão de militares e da elite local, que construiriam um discurso de classe sobre a experiência dos trabalhadores. A opção por tal procedimento teve relação direta com as fontes encontradas.

Na pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores nos anos 70, na cidade, foram encontrados diversos documentos produzidos em âmbito militar ou na esfera pública local, porém, todos com uma forte visão classista, por isso a opção por um estudo daqueles agentes. Utilizamos nessa parte do texto relatórios militares e documentos produzidos pela prefeitura local, os quais objetivavam, através de um estudo da cidade, entender possíveis impactos da expansão siderúrgica ocorrida.

No segundo capítulo, a pretensão foi perceber como a empresa e os trabalhadores conformaram o espaço social da cidade e como a classe reagiu aos novos condicionamentos pós-Golpe. Esse processo levaria a uma nova identificação interna ao coletivo de trabalhadores, sendo, a análise desta, nossa principal contribuição para o entendimento das questões ainda não abordadas pela historiografia sobre o local, aqui apontadas. Embora não avancemos além dos anos 70, podemos sugerir que a diferenciação e possibilidade de integração dos operários, construídas naqueles anos, desdobrar-se-iam nas lutas empreendidas posteriormente. Nesse segundo momento, utilizamos fontes que podem ajudar na percepção da vivência dos trabalhadores no novo contexto de transformações e na percepção de suas relações internas. Utilizamos, em especial, um importante jornal local e as entrevistas realizadas durante a pesquisa, além de outras fontes de origens diversas, indicadas ao longo do texto e ao final do trabalho.

CAPÍTULO I - A USINA ENTRE PLANOS: EXPANSÃO INDUSTRIAL E TRABALHADORES DOS ANOS 50 AO “MILAGRE”

Considerando o processo brasileiro de industrialização, dos anos 30 aos anos 70, no que concerne à perspectiva de conformação e alteração de modelos de desenvolvimento econômico, podemos destacar como importante marco dessa trajetória, presente em diversas correntes interpretativas, os anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os anos JK foram marcados pela instalação da indústria pesada (tarefa herdada do segundo governo Vargas) e ampliação de mercados internos devido à intensa urbanização. Dentre os objetivos globais do Plano de Metas é possível destacar os projetos das usinas elétricas, da indústria da construção naval, automobilística, de mecânica e material elétrico pesado, as quais constituiriam fundamentalmente os setores de bens intermediários, de capital e de consumo durável que ampliariam a autonomia nacional de reprodução da acumulação de capital, complementando e modernizando a estrutura produtiva industrial¹⁸.

Mendonça (1986) defendeu que o modelo econômico adotado neste processo setorizou a indústria brasileira. A partir de então, ela se distribuiu entre o capital privado nacional – responsável pelas empresas produtoras de bens de consumo não duráveis; o capital estrangeiro – ligado ao setor de duráveis; e o capital estatal – alocado no setor de bens de produção. Os investimentos em bens de produção e infra-estrutura, segundo a autora, foram destinados ao escoamento da produção e ao abastecimento de insumos das unidades produtivas¹⁹. A autora destacaria ainda que “por mais nocivos aos interesses nacionais que possam ter sido, os resultados do Plano de Metas foram exitosos do ponto de vista quantitativo”.

Considerando o período de implantação dessas metas e seu amadurecimento, entre os anos 1956 e 1962, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu à taxa média anual de 7,9% e a indústria de transformação à de 10,0%, expandindo a urbanização, que passava a 45% da população total. O setor siderúrgico, por exemplo, que em 1955 produziu 1,15 milhões de toneladas de aço, em 1960, produziria 2,5 milhões.

O deslocamento do eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis em oposição ao modelo de substituição de importações baseado no incentivo aos bens de produção, até então vigente, segundo Paul Singer²⁰, foi considerado pelos agentes da política econômica, naquela conjuntura, como algo “natural”. Dentre os novos ramos econômicos haveria, sobretudo, uma maior valorização da indústria automobilística. Decidiu-se então, “sem muita consciência” que o país se urbanizaria rapidamente e que novas estruturas urbanas se baseariam no transporte individual. Opção que teve como principal favorecida pela industrialização acelerada a grande indústria (indústria de transformação), não apenas pela constituição de um mercado nacional através das obras rodoviárias, mas também por uma série de medidas econômicas para seu favorecimento, desde isenções fiscais até créditos em longo prazo a juros negativos. A partir de tal modelo de desenvolvimento radicalizou-se a idéia, nos círculos governamentais, da oposição entre os ramos, a partir de então, denominados como “dinâmicos” (produtores de bens de consumo duráveis, bens de capital e

¹⁸ CANO, Wilson. *Milagre brasileiro: antecedentes e principais conseqüências econômicas*. In.: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004. 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.226-229.

¹⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.63.

²⁰ SINGER, Paul. *A crise do “milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

bens intermediários) e “tradicionais” (produtores de bens de consumo semiduráveis e não duráveis). Sendo os primeiros considerados os mais produtivos e impulsionadores da economia.²¹ A implantação destes novos setores gerou muitas ocupações urbanas de maior qualificação ampliando o até então pequeno segmento da classe média. Essa ampliação seria desejável devido à necessidade da garantia do aumento da demanda para os novos bens produzidos. Tais elementos como a decisão “natural” quanto ao modelo adotado para a economia, assim como a nomeação/qualificação dos setores econômicos e a conseqüente naturalização da concentração de renda em torno da ampliação de um mercado consumidor específico, só podem ser entendidos a partir de uma perspectiva processual de longo prazo, na qual seja possível a percepção dos impactos sociais de tais escolhas, de forma que possamos identificar os agentes sociais beneficiados e prejudicados por tal processo. Porém, na própria gênese econômica daquele modelo era possível constatar suas prováveis implicações sociais.

Os recursos necessários à implantação do Plano de Metas, tanto às inversões estatais diretas como aos subsídios ao capital privado, foram gerados por déficits no orçamento da União cobertos por emissão de moeda. Ao emitir, o Estado onerava todas as transações econômicas na medida em que as emissões suscitavam o aumento de preços. O resultado deste procedimento foi a constituição de uma “poupança forçada” que aparecia, já socializada, como recurso público disponível para uso nas mãos do Estado. Ainda segundo Singer²², a opção de obtenção de recursos via tributação, com oneração dos grupos de maiores rendas e preservação da estabilidade dos preços, parecia ser uma alternativa politicamente inviável. Não era possível punir nenhum destes grupos de forma ostensiva e direta. Outros setores, considerados como de menor capacidade de contestação política, seriam os alvos preferenciais dos prejuízos gerados por tal política, como por exemplo, a pequena indústria, que se encontrava arruinada, e a agricultura, estagnada pela migração às cidades. As regiões mais pobres, em especial, eram vítimas de uma hemorragia lenta e contínua aparentemente ocasionada por processos “naturais”. Assim, a linha de menor resistência, em curto prazo, foi a recorrência à inflação para a geração de recursos.²³ O arranjo econômico proposto pelo Plano de Metas apresentava fortes atrativos para os diversos setores da classe dominante envolvidos naquele projeto, fato que corroborou para a construção da estabilidade política do governo JK.²⁴

²¹ Segundo o autor a escolha dos ramos que seriam expandidos decorreu de projeções de demanda a partir da experiência do passado, o que significava sancionar, implicitamente, tanto a estrutura social preexistente como a repartição de renda que dela decorria, ou seja, uma repartição de tendência concentracionista. Para uma avaliação pormenorizada da política econômica praticada no governo JK, ver: Idem, pp.99-105.

²² Idem, p.104.

²³ Ibidem, pp.101-103.

²⁴ Tratando da questão da estabilidade desses anos, Benevides (1991), salientou que o projeto daquele governo atendia aos interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe empresarial, ou seja, dos setores do capital nacional e, para além disso, atendia também às demandas militares mantendo inalterados seus interesses “não negociáveis” como a Petrobrás e o controle sobre os minerais energéticos. Naquele governo os militares mantiveram seus cargos executivos na administração pública e nos setores mais importantes da economia nacional. Já na esfera discursiva, JK teria conjugado o nacionalismo de herança varguista e a proposta de desenvolvimento econômico aliado ao capital estrangeiro, numa perspectiva nacional-desenvolvimentista que teria permitido um “consenso” entre os setores políticos. Pois, se no plano do empresariado, latifundiários e militares o modelo teria o efeito descrito, para os trabalhadores, mesmo que o nacionalismo fosse um ideal abstrato, segundo a autora, as conseqüências imediatas da política econômica, não o eram: o aumento do número de empregos e serviços básicos. Devemos lembrar ainda que o Partido Comunista do Brasil (PCB), força progressista de grande influência neste momento, oficialmente voltava-se para uma política conciliadora, pressupondo que a política econômica do governo poderia representar avanços na direção de uma “revolução burguesa”. Dessa forma, por mais problemática que ela se apresentasse, a proposta de desenvolvimento do governo juscelinista obteve apoio entre os atores envolvidos nos arranjos do pacto populista de então.

Contudo, a persistência dessa política econômica levaria à intensificação da inflação, endividamento externo e ao solapamento dos grupos desprivilegiados. Sua enorme dificuldade de se sustentar culminou na aguda crise entre os anos 1962 e 1967. Aos problemas de cunho econômico se agregavam vários outros de ordem social: salários, habitação e saneamento, saúde, educação e a questão fundiária.

Sem sombra de dúvida, diferentemente do momento da polêmica sobre a distribuição de renda, ocorrida nos anos 70, momento de grande repressão política, o debate público em torno das opções de desenvolvimento e suas implicações sociais, a partir do final dos anos 50, não estava restrito a especialistas. Sem adentrarmos nos vieses do conflito que culminou com o Golpe de 1964 é certo afirmar a importância da ação dos trabalhadores e do crescimento dos movimentos grevistas para o conflito político em questão, mobilização que se agudizaria ao final dos anos 50 e duraria até o Golpe, quando suas demandas ligadas aos temas do debate político nacional (luta pela “Reformas de Base”), juntamente à pressão por eles exercida pela recuperação de seu poder aquisitivo, os tornariam importantes interlocutores no debate estabelecido quanto à solução da crise.²⁵ Entretanto, o embate nacionalmente estabelecido tomou forma localmente, nos diversos espaços de confronto, de acordo com as singularidades históricas vividas pelos coletivos de trabalhadores em luta.

Como exemplo dessa consideração, relativa à margem de ação dos trabalhadores na busca de seus interesses e as formas históricas que tomaram, podemos citar um evento envolvendo os operários da CSN. Em 1963, até este momento eles apresentavam um histórico de mobilizações sem greve, reunidos em assembléia, reivindicaram 50% de aumento salarial, entre outros pontos. A Companhia propôs 35%. Tal fato levou a uma grande mobilização na qual os trabalhadores se declararam em assembléia permanente e o presidente do Sindicato (Lima Neto), juntamente com a Comissão de Salários, seguiu para Petrópolis para uma conversa com João Goulart, que, a princípio, propôs um novo aumento de 45%, mas acabou concordando com os 50%. Segundo um ex-líder sindical, entrevistado por Morel (1989), havia um movimento sindicalista em Volta Redonda “lutando e defendendo” sem a necessidade de greve²⁶. A forma de mobilização adotada e sua qualificação pelo antigo sindicalista, quando buscamos elementos que podem tornar mais claro o entendimento dessas singularidades, nos remetem para além do contexto mais amplo em questão, à formação deste coletivo e à constituição da usina.

1.1 CSN e trabalhadores: dos anos 50 ao Golpe de 64

A CSN foi instalada no interior do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda, onde entrou em operação em 1946. Sua construção teve por base um projeto “modernizador” e “civilizatório” que pretendia produzir aço e “um novo tipo de trabalhador”, ou seja, o projeto de sua cidade industrial e da constituição da siderurgia pesada trazia embutida a proposta de construção de um trabalhador dócil e produtivo. Assim, desde os tempos iniciais de sua implantação seus gestores sempre almejaram a construção do que Morel (1989) conceituou como “família siderúrgica”. A “família siderúrgica”, expressão que aparece com frequência nos documentos e jornais internos da CSN, seria, segundo a autora,

BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubtschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991. pp.9-22.

²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia*. In.: *Revista História & Luta de classes*. N.1, Abril de 2005. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. pp.77-100.

²⁶ MOREL, Regina L. de M. *A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1989. p.397.

um projeto para além da construção de uma forma de recrutamento, gestão e formação de sua força de trabalho, pois implicava também uma tentativa de disciplinamento e domesticação dos trabalhadores que extrapolava o espaço fabril, com suas intervenções sobre as vidas fora da fábrica. Visando assegurar um mercado permanente de força de trabalho, em boas condições, a usina estabeleceu um conjunto de mecanismos e dispositivos disciplinares que tinham como alvo a família operária e como foco a mulher, a criança e o adolescente. Para além dos mecanismos reguladores das relações entre os trabalhadores que garantissem a cooperação e bom comportamento internamente à fábrica, o seu controle sobre a esfera da “reprodução” operária, seus planos assistenciais, a construção de moradias e a constante menção, por parte da diretoria, das concessões acima do previsto pela Consolidação das Leis Trabalhistas, aliada ao caráter estatal da empresa, eram elementos utilizados como forma de desenvolver o sentimento de tutoria do Estado para com aquele coletivo e a percepção de tal política social como uma singularidade dádiosa. Entretanto, como nos demonstra a atual historiografia sobre este período e já havia nos alertado Morel (1989), tal projeto, com seus múltiplos esforços de dominação, não seria processado sem o embate com diversas estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores frente a ele. A tentativa de consolidá-lo foi alvo de resistências e reapropriações, porém, também foi brindada por práticas legitimadoras por parte dos trabalhadores.

Em suma, os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional deram sua parcela de contribuição para a construção da “família siderúrgica”. A “família” enquanto horizonte de dominação foi a todo instante alterada por aqueles, e, ao mesmo tempo, integrou suas possibilidades de organização. Dessa forma, a partir de vetores de origens opostas, foi conformada uma cultura operária presente entre aqueles trabalhadores. Esse processo acabou por mostrar debilidades e contradições daquele projeto de dominação. A passagem sobre a ação do Sindicato frente ao governo de Jango bem ilustra tal fato. A importância simbólica da empresa, ligada à idéia de desenvolvimento nacional, junto ao discurso de que a CSN concedia o que nenhuma empresa oferecia a seus empregados é reapropriada pelos operários e convertida em base de reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, transmutando-se, através da leitura desses, em uma idéia de autovalorização e da defesa, não de benesses, e sim, de seus direitos.

Nos anos 50 e início dos 60, em especial, o movimento sindical local ganharia grande relevância como canal das reivindicações dos trabalhadores da região²⁷. Seria exatamente naquele momento, em que a mística em torno da usina estatal e de sua importância enquanto principal siderúrgica nacional é reapropriada de forma mais ostensiva na luta e defesa de direitos, que teriam início importantes transformações na gestão da fábrica, as quais teriam reflexos internos e externos a ela. O redirecionamento do processo de industrialização brasileira em curso naqueles anos teve reflexos marcantes sobre o setor de siderurgia assim como sobre as empresas estatais. Prevendo o aumento da demanda por aços planos, o Plano de Metas definia a siderurgia como elemento chave do desenvolvimento nacional e propunha investimentos diretos do governo no setor.

Na década de 50, a CSN empreendeu dois planos de expansão: o plano B (1951-1956) e o plano C (1956-1961). Nestas duas etapas, a CSN recorreu ao Eximbank (tradicional financiador da estatal) para obtenção de empréstimos. Durante toda a década, a usina de Volta Redonda foi responsável por cerca de 50% da produção siderúrgica brasileira, sendo que, em dez anos, a produção de ferro gusa, base para a produção de aço e outros derivados de processos siderúrgicos, saltaria de 776.248 toneladas, em 1951, para 1.826.053 toneladas, em 1961. Na CSN, neste último ano, a produção de lingotes de aço já havia ultrapassado um

²⁷ *Ibidem*, p.349.

milhão de toneladas.²⁸ Assim, seu papel era extremamente estratégico para a economia naquele momento. A usina produzia para um mercado diversificado e heterogêneo que nos dá uma idéia do *know how* da empresa no setor:

(...) trilhos e perfis (para a construção naval e de vagões, bem como para a construção civil); barras de vários tipos (para a fabricação de eixos e ferramentas, e tubos sem costura); chapas grossas (estrutura metálica para edifícios e pontes, carros-tanques, grandes tubulações e etc.); bobinas e chapas finas a quente (para a fabricação de botijões de gás, rodas para automóveis e caminhões, carroceria de caminhão e chassis de veículos, etc.) laminados a frio (para a indústria automobilística, em geral, aparelhos domésticos, canos de descarga, etc.); folhas de flandres (fabricação de latas e vasilhames, indústria de brinquedos).²⁹

Embora a empresa apresentasse uma expansão de vendas e um aumento na produção, ela viveria uma série de problemas financeiros nos anos 50, causados pelas alterações no sistema cambial, além da perda das isenções tributárias que usufruía.³⁰ Esses fatos, somados ao acréscimo dos salários no período, ao acréscimo do custo do carvão nacional, entre outros insumos, levaram a empresa a uma redução dos lucros com relação aos anos anteriores. Elemento de grande importância para compreendermos o quadro de crise que se instaurou é o fato de que a CSN veria sua autonomia empresarial progressivamente reduzida nesses anos, uma tendência que se acentuaria cada vez mais.

Enquanto empresa pública ela se caracterizaria como instrumento de política econômica e de base de capitalização do setor privado. Nesse sentido, a empresa não dispunha de autonomia para aumentar os preços de seus produtos, ao contrário, seus preços eram comprimidos para subsidiar a construção civil, a indústria de equipamentos, o setor automobilístico e etc. Um interessante episódio é capaz de demonstrar o impasse pelo qual a empresa passava.

Em 6 de janeiro de 1958, na ocasião de realização do “Almoço da Amizade”, uma das tradições da família siderúrgica, na qual eram reunidos dirigentes e empregados, o General Macedo Soares, presidente da empresa de 1954 até 1959, pronunciou um inflamado discurso no qual ressaltava os recordes de produção que a empresa havia batido nos anos de 1956 e 1957, porém, nesse mesmo ato, também descreveu o “golpe” que a empresa sofria ao perder o câmbio de custo para a importação de carvão e sobressalentes, assim como, a decisão superior de controle da alteração de seus preços³¹. O desacordo com a política governamental, demonstrado nesta ocasião, tornar-se-ia explícito no ano posterior. Com a criação do cargo de Diretor Comercial, em outubro de 1959, e a nomeação por parte de JK do Coronel Frederico

²⁸ MOREL, op. cit., p. A-iii (Anexos). Devemos lembrar que o aumento da produção, com a atuação de novas siderúrgicas estatais que entrariam em operação nos anos 60, diminuiria a participação da CSN nessa produção. Quanto à evolução da produção e consumo brasileiros de ferro gusa, aço em lingotes e produtos laminados (1940-67), podemos consultar: BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p.114.

²⁹ Idem., p.161.

³⁰ A Circular n° 31, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 1951, revogava a isenção de imposto de consumo e renda que favorecia à CSN. Em 1952 e 1953, consecutivamente, eram revogadas as isenções tributárias da empresa no âmbito dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Corroborando também para o agravamento da crise, as reformas cambiais de 1953 (leis de número 1807 e 2145), se, por um lado, colocavam os produtos da empresa em condição comparativamente favorável em relação aos importados da mesma categoria para o mercado nacional (esses produtos apresentaram um aumento de preços), por outro lado, oneravam o custo matérias-primas importadas, em especial, o custo do carvão. Em maio de 1954, devido a esta reforma, a usina beirou à paralisação, conforme um informe da diretoria. Ainda em 1957, a lei n° 3244 anularia a vantagem de câmbio de custo que a empresa usufruía para a importação de carvão e peças de reposição indispensáveis ao seu funcionamento. Idem, pp.162-164.

³¹ Idem, pp. 164-165. O Lingote, n° 112.

Mindelo para exercê-lo, os poderes sobre as atividades de compra e venda da Companhia seriam delegados ao novo cargo, o que implicou na perda das atribuições do Diretor Industrial e da Presidência relativas a este setor. Após esse fato, o General Macedo Soares solicitaria demissão da Diretoria (nesta ocasião, era o Presidente da empresa), e o engenheiro João Kubitschek de Figueiredo, primo do Presidente da República e vice-presidente, assumiria o seu cargo. A saída do General evidencia divergências entre grupos que defendiam uma maior autonomia empresarial, e, conseqüentemente, uma “lógica empresarial” na gestão da empresa, e os setores governamentais, que a encaravam como instrumento da política econômica do governo. A criação do cargo de Diretor Comercial e a nomeação de seu titular pelo Presidente da República apontavam para uma prática que seria cada vez mais comum ao longo dos anos, isto é, a intervenção governamental nas finanças e na gerencia da empresa.

A crise mencionada e o papel desempenhado pela siderúrgica na expansão da produção brasileira levaram ao empreendimento de mudanças na sua estrutura organizacional, bem como em aspectos da gestão de sua força de trabalho que objetivavam tornar mais alta possível a relação tonelada/homem por ano. Por outro lado, as transformações pelas quais passariam a esfera urbana, ao redor daquela indústria, tencionavam o controle por ela exercido no espaço além-fábrica e corroboravam no sentido da diminuição deste. Se a urbanização da região, que até 1954 era um distrito do Município de Barra Mansa, havia ocorrido inicialmente em função da empresa, ao longo dos anos 50, os interesses e disputas entre diferentes grupos sociais em surgimento fizeram com que o monopólio da usina sobre o espaço urbano fosse quebrado. Em 1954, o distrito se emanciparia do antigo município sede, entretanto, mediante aos problemas financeiros enfrentados pela indústria, este processo não seria exatamente percebido como uma desvantagem, pois os encargos com o espaço urbano, a partir de então, não seriam exclusivos da CSN.³² A racionalização pretendida focava o aumento da produtividade, embora não houvesse uma proposta clara de diminuição dos custos relativos à manutenção da mão-de-obra, como veremos a seguir, custos característicos da siderurgia brasileira. Uma mudança radical com relação ao provimento desses custos só ocorreria no início dos tempos de ditadura.

Baer (1970) ressaltou que as siderúrgicas brasileiras de grande porte empregavam mais mão-de-obra em atividades auxiliares e de escritório do que empresas americanas ou européias. Corroborando para o aumento dos custos estava o fato de que uma grande proporção dessas siderúrgicas estava localizada em áreas onde tiveram que construir cidades para seus trabalhadores, o que implicou em toda uma gama de investimentos sociais.³³ No caso de Volta Redonda, se uma série de fatores evidenciavam a vantagem de sua instalação no Vale do Paraíba, poucos anos depois de tal fato, alguns deles seriam questionados. Dentre os fatores favoráveis contestados com o início das atividades da siderúrgica, podemos destacar a idéia de que em Volta Redonda a reunião de matérias-primas e escoamento dos produtos finais seriam facilmente realizados através da ação da Estrada de Ferro Central do Brasil e a consideração de que o custo com a mão-de-obra seria cerca de 30% mais baixo que em regiões centrais, como a do Rio de Janeiro.³⁴ O sistema de transporte que parecia adequado, no início dos anos 40, não foi atualizado com o crescimento industrial pós-guerra, o que agravou problemas de abastecimento e escoamento. O fato de a mão-de-obra ser barata contrabalançou com a necessidade de construção de uma cidade industrial, que não seria necessária caso a indústria fosse instalada em uma região urbana existente. Outro fator significativo relativo ao aumento do custo da mão-de-obra decorreu do pequeno peso que ela

³² FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* In.: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói: vol.1, n.4, set/dez 1986.

³³ Para uma descrição das atividades auxiliares brasileiras, ver: BAER, op. cit., p.132.

³⁴ MOREL, op. cit., p.104.

representava em relação a outros custos (matérias-primas, equipamentos, etc.), mas que, no caso em questão, foi somado ao treinamento especial necessário a trabalhadores não especializados, pois a maioria deles, nunca havia trabalhado com máquinas. No geral, segundo Baer (1970), esses custos acabaram se tornando significativos e sem implicação direta na produtividade desses trabalhadores. Em Volta Redonda, por exemplo, os aluguéis pagos pelos trabalhadores pelas casas da siderúrgica eram puramente nominais e a maior parte das despesas com alojamentos subsidiadas. O que não queria dizer que os subsídios estivessem contrabalançados por salários menores.³⁵

A deficiência do sistema de treinamento no Brasil levou às empresas a empregar trabalhadores sem uma formação compatível às posições assumidas nos locais de trabalho, o que implicou numa grande atividade de treinamento no emprego. Baer apontava, em 1970, que todas as grandes siderúrgicas tinham programas de treinamento extensivos, para tentar lidar com essa escassez de trabalhadores especializados, programas que se estendiam desde o atendimento a escolas primárias até o término das secundárias e, no caso de Volta Redonda, incluía, em estágio avançado, uma Escola de Engenharia. Em sua maioria, essas empresas tinham também programas para a educação de adultos. Tais programas de formação e treinamento eram realizados em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).³⁶ A partir de tal quadro, podemos imaginar a maximização desta escassez com a grande expansão da capacidade siderúrgica ocorrida na década de 50 e início dos anos 60.

Em vários momentos Morel (1989) ressaltou a necessidade de fixação dos trabalhadores da usina em Volta Redonda. Desde os primeiros anos houve uma grande preocupação com a fixação da mão-de-obra. De 1941 a 1946, período de sua construção, a autora demonstrou como o controle sobre a abstinência do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores foi realizado através de uma relação militarizada, com maior uso de mecanismos coercitivos. A CSN possuía sua própria guarda, criada em 1942, constituída por 22 homens, que atuavam no plano interno e externo da usina. Havia prisões por “mau comportamento” e uso da violência com o intuito de garantir um constante estado de mobilização, imposto pela situação de guerra, o que conferia ao emprego um caráter de “trabalho compulsório”, além do fato dos postos-chave de mando serem ocupados por militares.³⁷ Entretanto, após esse primeiro momento, a relação militarizada decresceu, sendo que muitos dos trabalhadores envolvidos na construção da empresa iriam compor seu efetivo fixo, Momento em que se torna ascendente a preocupação com a constituição da “família siderúrgica” e sua proposta de assegurar um controle interno e externo à fábrica sobre os trabalhadores, porém, com menor uso de coerção aberta.

Encerrada a fase de construção e iniciada a produção de aço, em 1946, a dominação da CSN sobre os trabalhadores se torna menos “militarizada”; através de mecanismos menos coercitivos, ela procurará assegurar a fixação de sua força de trabalho e a submissão à disciplina fabril bem como reforçar os laços corporativos dos trabalhadores para com a empresa. As formas de recrutamento e treinamento serão instrumentos desta estratégia.³⁸

Além das formas de treinamento no trabalho e recrutamento por parentesco, a empresa se empenhou no recrutamento de adolecentes provenientes de escolas técnicas e na construção de sua própria Escola Profissional, com início de seu funcionamento em 1943, em um pavilhão de madeira, e, posteriormente, em 1949, instalada na Praça Pandiá Calógeras, em

³⁵ BAER, op. cit., p. 144.

³⁶ Idem, pp.138-139.

³⁷ MOREL, op.cit. 84-92.

³⁸ Idem, p. 105.

valorizado local da cidade industrial. A Escola Profissional deveria fornecer o operário sob medida para a siderúrgica, ou seja, com domínio de seus equipamentos e familiarizado com a disciplina e ritmo de trabalho da empresa, além de ter incorporado o espírito de colaboração da família siderúrgica.

Por outro lado, como o já mencionado, a CSN atrelava uma série de benefícios sociais, por ela oferecidos, à idéia de tutela dos trabalhadores, tendo como principais critérios para o usufruto de muitos deles o tempo de serviço e a assiduidade no trabalho. A partir de 1948, por exemplo, a CSN passou a distribuir um prêmio em dinheiro, com caráter de participação nos lucros, a todos os empregados, a chamada “girafa”. A gratificação, nomeada dessa forma em alusão à curva de ascendência dos lucros da empresa, era distribuída proporcionalmente por pontos de salário, levando em consideração a importância dos vencimentos, o tempo de serviço, a assiduidade e a composição familiar.³⁹ Estes benefícios e prêmios eram acompanhados de um regulamento interno que enfatizava primordialmente a dedicação ao trabalho e o respeito à hierarquia. Para Morel (1989) tantos prêmios e regras indicam justamente a dificuldade de se “moldar” aqueles que eram considerados pela diretoria como “seres bisonhos e mal educados”, ainda ignorantes das regras do jogo e inadaptados às longas jornadas de trabalho em período diurno e noturno.

Além das medidas mencionadas, relativas ao espaço interno à fábrica, com o intuito de se garantir o controle sobre o trabalhador, sua fixação e lealdade, dentre às medidas existentes relativas à esfera da “reprodução” destes, o fornecimento de moradia era um elemento fundamental na tentativa de consolidação da “família siderúrgica”. A política habitacional da empresa nunca contemplou de forma extensiva seus empregados, porém, era intensamente almejada pelos operários, sendo o tempo de serviço na CSN um dos principais critérios para a concessão de ocupação de um imóvel. Assim, para fixar a mão-de-obra, a antiguidade e a assiduidade dos trabalhadores serão alvos de incentivos e prêmios. Essa forma de gestão que visava à conformação de um coletivo de trabalhadores, segundo os anseios da usina, conformou também, uma auto-imagem de valorização do saber e da experiência prática operária, em especial, no que tange os primeiros operários que aprenderam o ofício nos locais de trabalho.⁴⁰

Nos anos 50, a empresa procurará articular novas medidas, disciplinares e coercitivas, à atribuição de incentivos à produção e às mudanças nos sistemas de treinamento e promoções. Dessa maneira, pretendia assegurar o controle tanto sobre o processo técnico de produção quanto sobre o coletivo de trabalhadores, e, simultaneamente, visava motivar alguns segmentos e ganhar sua adesão e cooperação para alcançar metas de maior produtividade, o que estabeleceria divisões e diferenciações entre os operários. Essas iniciativas racionalizadoras, de maior hierarquização e incentivo à produção, coexistiam com as práticas anteriores, consideradas por Morel como “paternalistas”, as quais marcaram a tentativa de

³⁹ Para uma descrição pormenorizada dos benefícios sociais, consultar: *Ibidem*, p.127 e 128. A descrição da autora é realizada a partir de Relatório Diretoria de 1952: “Dentre estes benefícios destacam-se: auxílio funeral (no caso de falecimento de empregado); hospitalização, em estabelecimento da companhia ou em sanatório particular, durante um ano aos empregados portadores de tuberculose, câncer e cegueira; gala e nojo – cinco dias de dispensa dos serviços, com todos os vencimentos, aos empregados que se casassem, e oito dias para aqueles que perdessem membros próximos da família, seus dependentes; auxílio-enfermidade, complementando para o empregado licenciado por motivo de saúde a diferença entre a parte paga pelo Instituto de Previdência e o seu salário, a complementação variando conforme a antiguidade do operário na empresa. Dava também sopa ao pessoal do noturno, café e mate de lanche, bem como leite para aqueles que trabalhavam com elementos tóxicos”.

⁴⁰ PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. *Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro*. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17,1991. pp.75 e 76.

construção da “família siderúrgica”.⁴¹ A aplicação dos novos incentivos à produção, do sistema de seleção e treinamento, do sistema de promoção e do sistema de prêmios, demonstra a ambigüidade do modo de dominação presente na fábrica. As práticas ligadas à tradição anterior coexistiam com as novas perspectivas ligadas à racionalização.⁴²

O primeiro setor a apresentar os novos incentivos à produção e à freqüência dos trabalhadores foi a Aciaria. Sendo ela um departamento em que a produção dependia, em grande medida, da eficiência dos homens do setor, os quais tinham o controle do ritmo de produção, foram estabelecidos mínimos de produção para seus diferentes fornos. O prêmio total calculado, um bônus por tonelada excedente, era distribuído para o conjunto de trabalhadores, contudo, de forma proporcional à função desempenhada. Mestres e encarregados do controle e planejamento da produção chegavam a obter o percentual de 25% do prêmio, enquanto os menos qualificados como ajudantes e serventes poderiam ganhar 0,02% do mesmo. As faltas poderiam minorar a participação nos prêmios ou mesmo extingui-la. A instituição e forma de distribuição dos prêmios procuravam a adesão dos funcionários considerados de maior responsabilidade à política da empresa. Por outro lado, a tradição de cumplicidade entre mestres e operadores, desde os primeiros tempos da Companhia, apontavam para possíveis limites desta política de incentivo à produtividade. As metas de lealdade e de produtividade eram muitas vezes reinterpretadas pelos trabalhadores, como relatou o moldador e mestre de fundição M.:

Então, a gente vivia lá muita coisa forçada, tinha que ficar em cima do indivíduo pra dar produção. Eu dava toda a cobertura se o sujeito trabalhasse, mas pela chefia eles queriam que marretasse o sujeito, sugasse o máximo. Agora, meu método de mandar era totalmente diferente. Mesmo lá na chefia, eu falei: “Meus sistema é diferente, não sei se vai agradar a vocês ou desagradar”. Eu chego lá e digo: “Fulano, você tem que dar a produção tal”. As vezes ele tem capacidade de fazer mais, mas eu não estou nem aí, se ele acabou em uma hora ou duas, o importante é que ele deu aquele molde pra ser fundido [...]⁴³

Posturas como a de M. podiam comprometer o tencionamento para a maior produtividade possível na Aciaria.

Em outros setores o incentivo à produtividade se dava pelo bônus pago, relativo à produtividade por hora trabalhada, para isso foram definidos padrões com os tempos permitidos para a execução de cada operação, levando-se em conta o tempo para se atender às necessidades pessoais e de descanso. Essa intensificação no ritmo de trabalho se expressou no aumento do número de horas-extras, uma prática comum entre os trabalhadores, que podiam aumentar seus rendimentos através delas. Contudo, muitas reivindicações surgiram em torno da proporção a ser paga por estas horas, o que foi uma importante bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda naquele período.

Quanto ao sistema de seleção e treinamento, este viria a valorizar cada vez mais o ensino formal em detrimento do conhecimento prático. Em 1951, a CSN firmou um acordo como SENAI pelo qual sua escola integraria o sistema nacional de Ensino Técnico Industrial. A Escola Profissional teria suas atribuições expandidas com cursos e treinamentos destinados a acentuar a separação entre executores e planejadores, com modalidades diferentes de treinamentos para operários que ocuparão funções distintas na hierarquia funcional: desde o treinamento informal até cursos para a formação de técnicos, ministrados nos locais de

⁴¹ MOREL, op. cit., p.173.

⁴² No “Capítulo IV: Racionalização à moda da casa” encontramos uma descrição das transformações nos anos 50. Idem, pp. 149-232.

⁴³ Idem, p. 181, Sem data de realização da entrevista pela autora.

trabalho por professores da Escola Profissional para operários escolhidos pelas chefias. Além desse procedimento, foram implementados uma gama de cursos com o objetivo de diferenciar e distanciar mestres e encarregados, operários qualificados, dos demais trabalhadores da operação. Era ensinado a estes mandar e liderar grupos de operários. Tal hierarquização seria marcada por uma forte ambiguidade, pois os chefes, muitos com o saber adquirido na prática, teriam que “mandar” de forma mais despersonalizada nos menos qualificados ao mesmo tempo em que compartilhavam de uma trajetória comum e com eles se identificavam. A tendência que se intensificaria cada vez mais seria a valorização da escolaridade pela CSN. Seus mestres e supervisores seriam os egressos da Escola Profissional ou os que se submetiam a provas específicas, o que impedia de forma mais eficaz a identificação com os subordinados.

Quanto às promoções:

[...] a CSN publicava e distribuía aos seus empregados um regulamento pessoal que continha, além dos prêmios e vantagens, da relação dos deveres do trabalhador, as regras que deveriam determinar o acesso aos quadros, bem como a promoção aos cargos mais elevados. A possibilidade de fazer carreira e ascender no quadro da empresa sempre foi um elemento amplamente utilizado pela Administração para atrair mão-de-obra e fixar seus trabalhadores.⁴⁴

Embora o tempo de trabalho na empresa continuasse sendo muito valorizado, como no passado, as promoções deveriam obedecer a ambos os critérios, o de antiguidade e o merecimento. O segundo critério estava vinculado à introdução, em meados dos anos 50, de provas de habilitação e exigência de escolaridade, o que foi visto com desconfiança, sobretudo pelos operários mais antigos, os quais haviam aprendido o ofício no exercício do trabalho. Assim, esse sistema ambíguo, fazia aflorar muitos ressentimentos. Muitos, entre os operários mais antigos, resistem à submissão a exames, uma prática calcada no orgulho profissional e na valorização do saber da experiência. Entretanto, alguns destes, frente ao sistema de valorização de uma competência formal recorreram às práticas de apadrinhamento, devido ao grande poder destas nas decisões de promoções, fato que corroborou para a legitimação do poder das chefias.

O sistema de prêmios existente na Companhia no período em questão consistia, basicamente, além da “girafa”, nos prêmios por tempo de serviço. Estes últimos são uma demonstração clara da importância da política de fixação dos trabalhadores da empresa. Além de um prêmio quinquenal, que constava nos regulamentos da empresa desde 1946, são instituídos, a partir do Regulamento Pessoal de 1954, prêmios para os trabalhadores que completassem dez, vinte ou trinta anos de bons serviços. Junto ao prêmio em dinheiro o trabalhador recebia das mãos Presidente da CSN um diploma e um distintivo de mérito, numa cerimônia de conagração da “família siderurgia”, no dia 9 de abril de cada ano. No dia 9 de abril de 1954, o General Edmundo Macedo Soares, Presidente da usina, em cerimônia dedicada à entrega dos distintivos de dez anos de serviços, exaltou a importância da dedicação e trabalho continuado em prol do “ideal simbolizado por Volta Redonda” e afirmou que “[...] o espetáculo de um milhar e meio de empregados recebendo o Distintivo que é, ao mesmo tempo, a garantia de sua estabilidade funcional, constitui a melhor prova de como retribui a CSN este esforço e capacidade individuais”.⁴⁵ No final dos anos 50, o início da implantação

⁴⁴ MOREL, op. cit., p197.

⁴⁵ Apud, Idem, p.209. Boletim de serviço n.70, de 19 de abril de 1954, p.651. O Distintivo de Bons Serviços era constituído de uma roda dentada de ouro, tendo ao centro, em relevo, as letras “CSN” e, no campo superior, uma pedra preciosa engravada correspondendo ao número de décadas que o operário pertencia aos quadros da empresa. Dez anos correspondia a um rubi, vinte anos a uma esmeralda e trinta anos a um diamante.

de novas siderúrgicas estatais preocupava a Diretoria Industrial em decorrência da ampliação do mercado de trabalho industrial em desenvolvimento. O Departamento de Estudos Industriais, em pesquisa de 1961, ao analisar o número de trabalhadores admitidos e as demissões voluntárias no período entre 1948 e 1959, observou que metade dos admitidos se demitiu em até cinco anos. Após esse período, haveria uma tendência à fixação no emprego.⁴⁶

Baer (1970), ao confirmar este tipo de dificuldade para a década seguinte, constatou que nos anos 60 existia uma deficiência substancial no número de trabalhadores especializados disponíveis para a indústria siderúrgica. O autor destacou que as empresas que surgiram posteriormente (USIMINAS e COSIPA), com funcionamento nos anos 60, se beneficiaram dos esforços das pioneiras como a Belgo-Mineira e a CSN. Estas haviam construído um coletivo de siderúrgicos experientes, em especial, de engenheiros, alguns dos quais foram tirados pelas novas empresas ou emprestados para serviços assistenciais.⁴⁷

Na “esfera da reprodução”, a Companhia continuaria com sua presença marcante durante este período, com suas atividades assistenciais de construção e consolidação da “família siderúrgica”.⁴⁸ O jornal de circulação interna “O Lingote”, lançado em 1953, assim como a Rádio Siderúrgica, de propriedade da CSN, fundada em 1955, pretendiam funcionar como elos da “família”, meios de divulgação das atividades assistenciais e de conquista da cooperação do trabalhador.

A CSN subvencionava, através de seu Fundo de Assistência Social, clubes e escolas na cidade, destinados ao ensino primário dos filhos de seus empregados. O Setor Educacional ficava a cargo do Departamento de Educação (DED), abrangendo ensino profissional, comercial, primário e secundário, para o qual a CSN construiu o Colégio Macedo Soares, próximo à Escola Profissional. Ela também subvencionava estabelecimentos particulares de ensino, oferecendo bolsas de estudo para os filhos de empregados que se destacassem como melhores alunos. Os cursos deveriam ser em áreas relacionadas à indústria siderúrgica, e, após o término do curso, eles deveriam prestar ao menos quatro anos de serviços na empresa. Para a usina, estratégias desse tipo visavam garantir o suprimento de trabalhadores especializados em diferentes níveis de formação. Para os operários, muitas vezes essa possibilidade era identificada como elemento corroborador de seus projetos familiares de ascensão social, ainda mais em um contexto de valorização do ensino formal por parte da empresa. A atividade circulista voltada para a assistência social também era responsável, com o amparo da empresa, pela educação da comunidade. Em 1958, a escola do círculo operário local atendia 800 alunos.⁴⁹

Morel (1989, p.224) demonstrou como a Diretoria afirmava reiteradas vezes, através de seus veículos de comunicação com os trabalhadores, como as medidas de amparo ao trabalhador e à sua família estavam de acordo com as mais modernas concepções acerca das relações de trabalho, baseadas no fato de que o trabalhador, sentindo-se seguro, trabalharia melhor e se sentiria mais ligado à empresa. Nesse sentido, em 1951, foi criada a Superintendência de Serviço Social e Relações Industriais, a qual se encarregaria da assistência médica, educacional, alimentar, habitacional e social, e, estabeleceria em 1958, por exemplo, um setor de amparo às viúvas dos funcionários. Em caso de falecimento de funcionários, se possível, essas deveriam ser integradas ao quadro da usina, caso contrário, haveria o aproveitamento de filho, filha ou parente próximo. Além disso, receberiam um acréscimo à pensão de direito pelo IAPI e teriam assegurada a permanência nas casas da CSN que ocupavam, desde que um membro da família se tornasse funcionário da empresa.

⁴⁶ Resolução de Diretoria nº 9.714, de 7 de janeiro de 1959. Apud MOREL, op. cit., p.209 e 210.

⁴⁷ BAER, op. cit., p.137 e 138. A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira foi fundada em 1921, em Minas Gerais.

⁴⁸ Idem, pp. 220-232.

⁴⁹ O Círculo Operário foi fundado em Volta Redonda em 1946, instalado com a colaboração da CSN.

Nessa década, também está sob a orientação da Superintendência de Serviço Social e Relações Industriais a regulamentação tanto da entrega como da troca de casas da cidade operária. Segundo os critérios formais para a entrega de casas, deveria prevalecer o princípio de antiguidade, e o tipo de moradia seria determinado pelas possibilidades financeiras do empregado. Para fins de classificação na lista de espera, o empregado preenchia uma ficha contendo seu nome, o cargo ocupado, seu salário e data de admissão. Listas eram organizadas, correspondendo, cada uma, a três tipos de casas de acordo com os níveis salariais. Os aluguéis eram baixos, menos de 10% dos salários. A CSN se encarregava do fornecimento de água e luz, além de pequenos reparos nas residências, cobrados com base numa tabela pré-fixada, que cobria de pequenos detalhes a reparos maiores, da colocação, desde o carro para a cortina do banheiro ou substituição do porta toalha de louça, até desentupimentos e pinturas. Contudo, era claro para os trabalhadores que os critérios formais não eram seguidos. Dentre as interpretações dos trabalhadores, apresentadas no estudo de Morel (1989), sobre o injusto sistema de concessão de casas, destacamos a passagem de H., ex-operador da Laminação: “[...] senão tivesse um apadrinhamento, um negócio lá dentro, não conseguia”.⁵⁰ A política de concessão de casas seria um alvo de constante descontentamento por parte dos trabalhadores.

Por último, dentre as principais atividades assistenciais da empresa, podemos destacar o abastecimento realizado pela Fazenda Santa Cecília, de propriedade da CSN, que fazia o fornecimento de leite, verdura, ovos e legumes. Em 1951, a CSN acordou com o SESI a cessão gratuita de locais para abertura de postos de abastecimento para os empregados e suas famílias. Os colonos de sua Fazenda, no entanto, nunca foram considerados empregados nas mesmas condições que os operários, não obtendo os mesmos benefícios.

Todo esse aparato, as iniciativas da gestão interna à fábrica, assim como as atividades assistenciais, eram ritualizadas no conagraçamento da “família siderúrgica”, no dia nove de abril, aniversário da empresa. Nesse dia, além da entrega dos prêmios quinquenais e distintivos de mérito, era realizada uma missa campal seguida de discursos, de um desfile escolar, e à noite, os clubes da cidade promoviam o “baile do aço”.

Nesse momento de racionalização e crise, tais medidas visavam, através de métodos menos coercitivos, fixar os trabalhadores e assegurar sua cooperação na implementação das metas de maior produtividade. Porém, as novas medidas acabaram por gerar novos conflitos. O plano de racionalização implantado pela usina defrontou-se com os planos de seus trabalhadores. Os conflitos gerados vão alimentar as pautas de reivindicações sindicais via transmutação de benesses em direitos. Os descontentamentos decorrentes de tais mudanças se expressarão de diversas maneiras e encontrarão canais variados na solução dos conflitos e encaminhamento das reivindicações, através de ações coletivas, via Sindicato, ou sob a forma de ações individuais. Assim, o mito da “família siderúrgica”, numa importante etapa de sua história, a dos anos 50, com seus ideais de identificação coletiva entre empregados e Direção, não foi passivamente interiorizado por um operariado homogêneo.

Nesse período, as queixas não se referem tanto à violência física e à aridez dos primeiros tempos, mas se relacionam a expectativa de direitos e de justiça ligadas a uma “economia moral” anterior. Os descontentamentos foram vinculados por diferentes canais de reivindicações: quer através de ações coletivas articuladas no Sindicato, quer sob a forma de ações individuais.

As estratégias adotadas pelos trabalhadores, sem dúvida, se relacionaram tanto com os dispositivos de diferenciação de trabalhadores, com o reforço do poder das chefias na definição de penalidades ou benefícios a um trabalhador, assim como, com os critérios de “merecimento” e valorização do ensino formal, em especial, com a grande valorização dos

⁵⁰ MOREL, op. cit., p.227.

egressos da Escola Profissional. Os encarregados e mestres, enquanto peças-chave no sistema disciplinar e mediadores entre os operários e a Administração, detinham uma parcela considerável de poder no cotidiano fabril e, desta forma, tendiam a personalizar a solução de conflitos, através do encaminhamento individual daqueles. Por outro lado, eram comuns pequenas infrações registradas pela chefia ligadas ao absenteísmo e indisciplina, as quais deixam transparecer a não internalização passiva das normas. No caso da valorização do ensino formal, Pessanha e Morel (1991) apontaram que, a partir da valorização da escolaridade e de exames para fins de promoção, muitos trabalhadores que ingressaram na usina foram mais propensos a adotar como estratégia de ascensão social a acumulação de capital cultural através de títulos escolares, naqueles anos. Assim, a política de mérito e dedicação à empresa, poderia ser recompensada por prêmios e distinções encontrando espaço nos valores dos próprios operários, como por exemplo, no peso moral conferido ao trabalho e a importância atribuída à ascensão individual⁵¹, embora tal processo tenha causado grandes descontentamentos entre os pioneiros, que se julgavam prejudicados, pois viam nos exames formais uma desqualificação de sua experiência prática. Tais aspectos são marcas da heterogeneidade daquele coletivo.

Apesar da existência de nuances de reações frente ao modo de dominação da empresa, Morel (1989) destacou que durante os anos 50 e até 1964 o Sindicato local seria reconhecido como relevante canalizador das demandas coletivas e que teria importante participação em seu direcionamento. A atuação do Sindicato se caracterizaria principalmente pelo recurso à Justiça do Trabalho e pela reivindicação de aplicação das leis trabalhistas. As principais reivindicações do período abarcavam desde demandas do universo fabril, como questões ligadas ao repouso remunerado, ao salário-família, ao pagamento da hora noturna, ao direito ao descanso para refeição e repouso, até tópicos relativos à qualidade dos serviços urbanos controlados pela CSN. Porém, a atuação dos dirigentes no período foi marcada por posicionamentos sinuosos em relação à empresa. Atitudes combativas de enfrentamento com a diretoria conviviam com a defesa da empresa no plano nacional, o que significava, nesses momentos, um alinhamento de interesses. Por exemplo, na Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos que teve lugar em Volta Redonda, entre os dias 27 de abril e 1º de maio de 1956, a direção do Sindicato apresentou entre suas resoluções “defender, consolidar e impedir a venda da CSN”, que estava sob a ameaça de privatização.⁵²

Nesse período, a ação sindical ascendente, está inserida em um complexo quadro com elementos para além das transformações fabris no modelo de gestão e na formação de um mercado de trabalho interno, decorrente da necessidade de fixação. Os anos 50 são anos de expansão populacional da região do Vale do Paraíba Fluminense e de emergência da questão urbana em Volta Redonda, além do surgimento de novos atores políticos que entrarão em disputa pelo controle do espaço urbano, dentro do panorama existente de disputas políticas entre partidos, em especial, entre o PSD e PTB, ocorridas no quadro maior do sistema político populista e pelas relações singulares, subjacentes ao período, entre o Estado e as classes trabalhadoras. Sem pontuarmos as relações estabelecidas pelo Sindicato neste panorama, é possível afirmar que ele não foi uma instância imune a tais processos.

Podemos destacar que, em seus projetos, tanto a nova gestão proposta para a usina, com sua ideologia corporativa, assim como o movimento sindical daqueles anos, dialogavam com um elemento comum de grande importância naquele contexto: o caráter estatal da empresa. Com sua imagem construída como um marco na modernização industrial brasileira e também como marco da moderna concepção trabalhista, com níveis salariais mais elevados que aqueles oferecidos por outras empresas e com acesso a benefícios sociais, Volta Redonda

⁵¹ PESSANHA e MOREL, op. cit., p.75.

⁵² Idem, p.79.

sempre foi uma referência importante para os governos do período populista, vista como símbolo da valorização do trabalhador. Muitas vezes, era o local escolhido por presidentes da República e ministros do Trabalho para as comemorações do Dia do Trabalho, em celebração aos elos estabelecidos entre a classe trabalhadora e o Estado. Essa simbologia, sem dúvida, era um elemento importante na dinâmica de forças, intervindo na relação estabelecida entre o movimento sindical e a direção da empresa. Em alguns casos, como na negociação com Jango em 1963, os atritos existentes na conjuntura de ascensão de lutas sociais e crise econômica poderiam acionar um diálogo direto com o presidente. Justamente este panorama contextual, que, para além da dinâmica interna existente na empresa, delimitava as possibilidades e estratégias da relação entre trabalhadores e Estado, ou trabalhadores e CSN, neste caso, viveria uma importante ruptura nos anos 60, com o golpe de 64. Esse episódio marcaria a vitória de uma das vertentes em disputa no debate político nacional, debate em torno da solução da crise econômica instaurada e da opção estatal de desenvolvimento a ser adotada.

Como vimos, a política econômica de JK representou um momento de inflexão na condição da indústria siderúrgica, em especial, do ponto de vista do planejamento. Por outro lado, a crise decorrente daquela política exacerbava propostas para a solução dos problemas econômicos. Para além desses conflitos já estabelecidos, devido à dinâmica local dos acontecimentos outras transformações adviriam dos desdobramentos da disputa em torno das soluções para a crise. Uma disputa que culminaria na década de 60.

1.2 Liberais vs estruturalistas

Aqueles primeiros anos da década de 60 sinalizavam o fim de um período de acelerado crescimento da economia brasileira, iniciado no pós-guerra, e marcavam o início de um acirrado debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias para a retomada das altas taxas de expansão da economia. Duas questões centrais estavam no centro do debate: Porque o modelo de substituição de importações havia perdido o dinamismo? E que mudanças na política econômica e que reformas institucionais eram necessárias à viabilização da continuidade do desenvolvimento? Duas interpretações principais, em quase tudo antagônicas, destacavam-se naquele contexto.⁵³

De um lado, estavam os economistas “estruturalistas” ou “cepalinos” que consideravam que as heranças da antiga inserção da economia brasileira na economia internacional, baseada no modelo agroexportador, e os mecanismos de promoção da crescente concentração de renda, em especial, a estrutura fundiária, eram as principais causas da perda de dinamismo do desenvolvimento brasileiro. Assim, eles constatavam que era necessária ao Brasil uma política adequada a sua condição específica, por ser um país de economia periférica. Entre os principais representantes desta corrente estavam Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Embora de gerações diferentes, ambos fizeram parte do grupo de pesquisadores da Cepal (Comissão Econômica para América Latina).

A tese “estruturalista” explicava o crescimento industrial por substituição de importações como resposta a um duradouro desequilíbrio externo. Com a crise dos anos trinta e a conseqüente queda do valor das exportações brasileiras, houve a diminuição da capacidade de importação do país, porém, com a manutenção da demanda interna de bens e serviços. A solução para o atendimento a esta demanda passou pelo uso da capacidade produtiva ociosa já instalada, porém, ao atingir seu máximo, a continuidade do processo de

⁵³ PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano v.4. O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.209-241.

“substituição” passaria pela ação estatal na oferta de bens e serviços necessários à continuada expansão da produção interna possibilitando a instalação de novas unidades produtivas para substituir a oferta de bens anteriormente importados. À medida que a oferta interna de bens e serviços de consumo se desenvolvia, surgia a demanda por novas importações de bens intermediários e de capital, necessários à expansão do parque produtivo. O problema da continuidade do modelo, do ponto de vista de sua dependência externa, era a falta de divisas para as importações o que acabava por estrangulá-lo externamente, levando à tentativa de novas ondas de substituições.

Internamente, os problemas estruturais da economia brasileira estariam afetando a demanda do mercado interno. Com o avanço do processo de substituição de importações os investimentos teriam como alvo os ramos tido como “dinâmicos”, de maior sofisticação tecnológica, com absorção de um menor contingente de mão-de-obra em comparação aos ramos “tradicionais”, com menor tecnologia e de uso mais intenso do trabalho. Ou seja, era necessário proporcionar empregos aos trabalhadores de forma que fosse possível a eles consumir os novos bens e serviços produzidos. Como os setores “dinâmicos” não tinham essa capacidade de absorção das crescentes massas urbanas, esta missão caberia à agricultura. Caso o setor agrícola absorvesse este contingente com alta produtividade, o resultante aumento da renda dos trabalhadores geraria uma demanda por produtos industriais alavancando o processo de crescimento econômico. No entanto, a estrutura fundiária brasileira mesmo com aumento de produtividade não gerava aumento de renda, e isso colaborava para o aumento da concentração de renda e limitação do consumo de produtos industrializados. Nessa circunstância o crescimento dependia do aumento da renda urbana, de forma que um pequeno contingente da população, porém grande em termos absolutos, formasse um mercado para produtos industriais mais sofisticados. Dessa forma, seria possível a instalação da indústria moderna no Brasil, porém, mesmo assim, um gargalo se formaria no momento em que o mercado consumidor de alta renda para produtos industriais sofisticados parasse de crescer. A estagnação econômica atingida só seria superável através da mudança do modelo econômico, com a implantação de um modelo auto-sustentado de crescimento em que fosse possível aos trabalhadores o consumo dos bens por eles produzidos.

A intervenção do Estado poderia garantir a transição almejada para o modelo auto-sustentado com investimentos governamentais que pudessem exercer uma demanda autônoma capaz de compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados e, por outro lado, deveria haver, por exemplo, uma reforma agrária que contribuísse para o consumo doméstico e para a melhor distribuição de renda. Segundo Prado e Earp (2003), no início dos anos 60, este conjunto de medidas passou a ser chamado de “reformas de base”.

Aos cepalinos, se opunha o grupo de economistas como Eugênio Gudín e Otávio Gouveia Bulhões, autores que defendiam um modelo liberal de economia de mercado e desconsideravam qualquer especificidade da economia brasileira que justificasse uma ação do Estado de forma distinta da ação estatal nos países de economia avançada. O papel do Estado frente à crise vivida deveria ser, primordialmente, de garantia da estabilidade monetária e de efetivação de uma tributação que incentivasse os investimentos. As condições econômicas favoráveis à iniciativa privada teriam como resultado a retomada do crescimento. O mercado, com seu sistema racional de preços, garantiria por si mesmo o bom funcionamento da esfera econômica. Um importante desdobramento deste paradigma era a visão da necessária separação entre as esferas econômica e política, sendo a política considerada um espaço das paixões. As ações do Estado poderiam, assim, prejudicar a economia, pois, justamente a intervenção estatal teria sido uma das principais razões do atraso econômico brasileiro.

O argumento sustentado por estes economistas, a partir da lógica exposta, era que na raiz do problema estava o “populismo econômico”, causador da instabilidade monetária e do

clima inadequado aos investimentos privados no país. Um dos desequilíbrios gerados pela política populista, segundo estes economistas, era a superação do crescimento da produtividade pelo aumento das folhas de pagamento, o que era identificado como “populismo salarial”.

O debate entre estruturalistas e liberais teve fim com o golpe civil militar de 1964. O novo governo garantiu o poder necessário para a realização de reformas conservadoras e de um plano de estabilização econômica que criaria as bases de um novo modelo de crescimento econômico no Brasil. O projeto liberal poderia ser consumado a partir de então. Estes entendiam que a causa da estagnação era o recrudescimento do processo inflacionário.⁵⁴ Dentre outras características recessivas, a política adotada seria baseada na contenção de gastos públicos.

As reformas implantadas a partir de 1964, reforma da política fiscal, creditícia e trabalhista, eram consideradas necessárias para garantir a superação da inflação e as condições adequadas para que o setor privado promovesse a retomada do desenvolvimento econômico. Assim, a estratégia de desenvolvimento da equipe econômica pretendia superar as “barreiras” à iniciativa privada e incitar uma postura ativa do empresariado, cujo dinamismo intrínseco era parte da visão que os economistas do governo tinham de uma economia de mercado. Contudo, a dinâmica dos governos militares, com relação à política econômica, embora com princípios semelhantes, teriam nuances diferentes.

1.3 Estado, estatais, empresariado nacional e multinacionais nos anos 60 e 70

Dentre as medidas para a solução da crise econômica observadas anteriormente, sem dúvida, uma das mais importantes e de maior impacto político e social foi a política salarial. Se no período populista as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica pública muitas vezes traçavam os limites do politicamente possível, não só para os trabalhadores, mas também para as autoridades públicas e patrões, sendo que a luta de classes impunha limites à exploração política e econômica⁵⁵, após o Golpe de 1964, estes canais de mediação se fecharam e tem início um período de intenso autoritarismo e repressão sobre os trabalhadores. Nesse sentido, Oliveira (2003) destacou que no regime político de 1964 a 1984, em oposição à ditadura varguista (1930-1945), que, para o autor, apresentava pretensões de incorporação da participação política do novel operariado de forma tutelada, não foi um regime de inclusão, mesmo tutelada, mas de “exclusão política”.⁵⁶ Houve então um processo de “despolitização” das medidas tomadas com relação à esfera do trabalho. Para Paul Singer (1989), esta seria uma situação irônica em que a reinstauração do liberalismo econômico no mercado de trabalho só foi possível com uma redução drástica do liberalismo político.⁵⁷ As notórias restrições à liberdade política, desde 1964, foram necessárias à exclusão dos sindicatos da barganha salarial coletiva, que foi simplesmente abolida, restando

⁵⁴ Em abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente da República, sob a tutela do Ato Institucional nº 1. Bulhões foi indicado para montar a equipe econômica e Roberto Campos foi indicado para o Ministério do Planejamento, porém, por defender idéias semelhantes às de Bulhões, ele viria a trabalhar com forte integração à equipe do ministério da Fazenda. Sobre este ministério, conferir: PRADO e EARP, op. cit., pp.213-217.

⁵⁵ SILVA, Fernando Teixeira da Silva; COSTA, Hélio da Costa. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes*. In.: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.225.

⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária*. In.: Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964-2004. 40 anos de Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2004, pp.219-225.

⁵⁷ SINGER, op. cit., p.58.

apenas a barganha individual entre vendedor e comprador da força de trabalho. O governo adotou uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. O mecanismo pretendia recompor o salário real pela média, e não pelo pico. Esse modelo se baseava na previsão da inflação para o ano seguinte, como esta era sempre subestimada, seus resultados foram reajustes abaixo da inflação do período.

O arrocho salarial foi uma das “pedras de toque” da solução promovida pela política adotada pelos militares de forma a retomar a expansão econômica. Em nome do combate à inflação e do saneamento econômico uma nova legislação salarial e trabalhista entrou em vigor em 1965. Seus objetivos principais foram: a) transferir recursos para o setor industrial através da sujeição dos trabalhadores a programas de poupança forçada; b) criar um “novo” sindicato que impedisse a estruturação de uma base organizacional da classe trabalhadora; c) e fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo como construtores de coesão social.

Os desdobramentos dessa política são fartamente conhecidos. Além de institucionalizar o arrocho seletivamente contra a classe trabalhadora, o governo aboliu, na prática, o direito de greve e o poder de barganha coletiva, promovendo rearranjos nas relações de trabalho.⁵⁸

Além de submetidos a um arrocho seletivo, os trabalhadores ficaram sob uma condição de maior subordinação à disciplina fabril. A supressão do regime de estabilidade no emprego é um importante exemplo nesse sentido.⁵⁹ Ela liberou as empresas de ônus legais, minando a resistência dos trabalhadores através da possibilidade de demissões. Isso aumentou a margem de lucro industrial pelo estabelecimento de maior rotatividade no emprego (*turn over*), em especial, para trabalhadores menos qualificados. Novos trabalhadores puderam ser contratados no lugar de antigos, para uma mesma função, recebendo salários inferiores. Estando a política salarial sob o controle direto do poder Executivo, os sindicatos sofreram o arrefecimento de sua função reivindicativa, o que enfatizaria seu caráter recreativo e assistencial.

Se essas medidas levaram à deterioração da qualidade de vida do trabalhador, com o aumento no número de acidentes e maiores índices de mortalidade infantil (decorrentes dos baixos níveis de nutrição), elas também proporcionaram elevados índices de produtividade para as empresas. Podemos citar, como exemplo desse crescimento no setor siderúrgico, a Usiminas. A empresa teve um salto de produtividade por trabalhador de 48,5 toneladas de aço/ano, em 1965, para 121,9 toneladas de aço/ano, em 1968.

Mendonça (1986) aponta que a formação de poupanças forçadas estava integrada às novas funções desempenhadas pelo Estado, dentre elas a de captador de poupança interna nacional e de produtor e redistribuidor de recursos. No primeiro caso, destacaram-se os mecanismos de poupança compulsória como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do

⁵⁸ MENDONÇA, op. cit., p.93.

⁵⁹ Até 13 de setembro de 1966, data da criação do FGTS, todo empregado que cumprisse 10 anos de trabalho em uma empresa tornava-se estável, tendo o direito a apenas ter seu contrato de trabalho encerrado caso incorresse em justa causa. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº 5.172/66, é um mecanismo em que o empregador deposita, em nome do empregado, uma percentagem da remuneração paga para a formação de um fundo que pode ser usado em caso de dispensa sem justa causa ou por ocasião da aposentadoria. Como a remuneração desse fundo e o destino de suas aplicações são controladas pelo governo, este funciona na prática como uma poupança privada forçada. A partir de sua criação, junto à criação das cadernetas de poupança, onde amplos setores da classe média aplicavam suas poupanças com garantias governamentais de taxas de juros reais positivas, ele foi usado na viabilização de programas como o Plano Nacional de Habitação, executado pelo Banco Nacional de Habitação. PRADO e EARP, op. cit., p.216.

Patrimônio do Servidor Público), que tiveram, além de outros destinos, o financiamento da formação de capital fixo das empresas privadas.⁶⁰ A partir da nova legislação do regime os trabalhadores não teriam poder de pressão legal sobre a gestão desses recursos.

A grande liquidez do mercado financeiro internacional entre 1962 e 1973 proporcionou a dilatação dos prazos de pagamento dos empréstimos e a diminuição das taxas de juros, sendo este o fator externo que contribuiu para que todo esse conjunto de elementos levasse às condições para o crescimento galopante da economia a partir de 1968, em torno de 9% a 10% ao ano. O papel das estatais seria determinante nesse processo.

A política econômica do Governo Castelo Branco não obteve sucesso no que se refere ao cumprimento dos objetivos de controle da inflação – pretendia-se alcançar uma taxa de inflação de 25%, em 1965, e 10%, em 1966, e esta não caiu abaixo de 40%.⁶¹ Entretanto, as reformas institucionais empreendidas nesse período criaram bases para um novo modelo de crescimento econômico, cuja forma mais acabada só viria a aparecer no governo seguinte.

Em outubro de 1966, a eleição do novo presidente por um Congresso manietado, deu-se em um contexto de consolidação das reformas econômicas conservadoras, e da intenção do regime de continuar sua política econômica, não obstante o pouco apoio que desfrutava. Por Costa e Silva e, posteriormente, por Médici foram realizadas medidas de liberalização de fluxos de capitais que balizaram as condições para que firmas brasileiras pudessem se integrar ao rápido crescimento da oferta de crédito internacional, num panorama de ascensão desse crédito, desde 1964. O aumento do financiamento externo e as condições favoráveis ao aumento das exportações criaram as condições externas favoráveis à retomada do crescimento econômico.

Para Prado e Earp (2003), o ano de 1967, em que há a nomeação de Delfim Neto como ministro da Fazenda pelo General Costa e Silva, é um marco de certa inflexão da política econômica dos governos militares.⁶² A redução do papel do setor público e o aumento da participação do setor privado continuavam como aspectos considerados prioritários. No entanto, as condições políticas internas marcadas pelo crescimento dos movimentos de oposição, coroados, no ano seguinte, com a institucionalização de aguda repressão, através do AI-5, recomendavam uma maior preocupação com o crescimento. A existência de capacidade produtiva ociosa e o amplo espaço aberto pelas reformas institucionais e pelas condições internacionais para o aumento do gasto público permitiram pensar uma nova política econômica que alterasse as prioridades, no caso, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que previa um crescimento da ordem de 6% ao ano. Do ponto de vista da política externa desenvolvida em cada um dos governos, também é possível reparar certa inflexão nas políticas econômicas. De um alinhamento menos autônomo ao bloco ocidental sob hegemonia estadunidense, com Castelo Branco, anos mais tarde, em especial, com Garrastazu Médici, tal

⁶⁰ MENDONÇA, op. cit., pp.97-99. Até 1933 os fundos de amparo aos trabalhadores eram constituídos pelas CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões por empresa), através de contribuições dos empregadores, empregados e governo. A criação dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), a partir dessa data, transformaria as antigas caixas em fundos por categoria profissional que seriam regulados pelos sindicatos e governo. Em 1966, o Estado centralizou estes recursos e sua gestão através da criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) abolindo a participação dos usuários na gestão da previdência social e privilegiando a empresa privada, através de convênios, na distribuição dos recursos. O PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), elementos da “política social” do governo militar, ambos criados em 1970, em teoria, seriam fundos para o pagamento de seguro-desemprego e de abonos para trabalhadores de pouca renda. RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. De que adoecem e morrem os trabalhadores. São Paulo: Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), 1984.

⁶¹ PRADO e EARP, op. cit., p.216.

⁶² Idem, pp. 219-222.

ideal seria flexibilizado em torno de um “interesse nacional” mais focado de se tornar uma potência.⁶³

No governo Médici, que contou ainda com Delfim Neto à frente da pasta da Fazenda, os objetivos da política econômica foram apresentados em dois planos, sendo o primeiro deles: “Metas e bases para a Ação do governo”, de setembro de 1970. Nele estava contida a definição dos objetivos nacionais e das metas estratégicas setoriais. O principal objetivo do governo era superar o subdesenvolvimento de forma a reduzir a distância que separava o Brasil dos países desenvolvidos. Para alcançá-lo seria necessário ao Brasil crescer ao menos 7% ao ano até o final do século XX, incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia. Ficava clara a preocupação em satisfazer as demandas por crescimento que tanta preocupação causaram.

O primeiro “Plano Nacional de Desenvolvimento” (I PND), foi publicado em dezembro de 1971 e prometia transformar o Brasil em “nação desenvolvida”, dentro de uma geração. Tinha como objetivo elevar a taxa de investimento dando prioridade aos setores: siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração. Para a viabilização destes programas seriam fundamentais tanto as grandes empresas estatais quanto os créditos de rede de bancos oficiais e o conjunto de incentivos tributários coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (incluindo instrumentos como isenções fiscais). Contudo, com o planejamento realizado e os ajustes anteriores, a economia já havia ultrapassado o patamar esperado de crescimento.

Evans (1980) descreveu da seguinte maneira a mudança dos governos militares com relação ao contexto de mudança de percepção sobre as estatais:

O General Humberto Castelo Branco parecia-se mais com o General Eurico Gaspar Dutra do que com Getúlio Vargas. Como primeiro presidente militar depois de 1964, esperava, como Dutra, basear o desenvolvimento econômico do Brasil no internacionalismo e no liberalismo econômico. Roberto Campos, seu principal consultor em assuntos econômicos, era um liberal em economia, que acreditava ser o retorno à competição a única solução para a estagnação brasileira. Se as firmas internacionais fossem as mais fortes nessa competição, que assim fosse, na opinião de Campos. [...] O desastroso desempenho da economia brasileira de 1964 a 1967 desacreditou o liberalismo econômico ainda mais completamente que no período

⁶³ Gonçalves e Miyamoto apontam que os militares desde 1964 se apoiavam nas idéias urdidas no interior da Escola Superior de Guerra, onde Golbery do Couto e Silva destacava-se como principal articulador teórico. A linha central de seu pensamento foi exposta numa série de ensaios, escritos em finais dos anos 50 e reunidos num volume: “Geopolítica do Brasil”. A idéia principal de seu conjunto teórico-doutrinário era a transformação do Brasil em grande potência mundial. Contudo, o comportamento dos governos no contexto de Guerra Fria, mesmo que em busca desse objetivo maior, alterar-se-ia com a sucessão dos generais no poder. No governo Castelo Branco há uma forte reaproximação com os Estados Unidos e reconhecimento de sua hegemonia no bloco ocidental. Com Costa e Silva o binômio segurança-desenvolvimento se inverteria, havendo assim uma maior tendência ao privilégio do desenvolvimento, pois se construiu a percepção de que internacionalmente as principais potências (URSS e EUA) estariam privilegiando mais seus interesses nacionais que o embate entre os blocos. Com Médici e o acordo entre as correntes intramilitares que sua escolha significou, embalado pelos índices do “milagre brasileiro”, o sonho do “Brasil Potência” se tornaria mais vívido. Geisel e Figueiredo, mesmo com posturas não lineares, tiveram como marco interno a questão da redemocratização e como marco externo a mudança dos polos de oposição do sistema internacional, que passavam de Leste-Oeste para Norte-Sul. GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984*. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 6, N. 12, 1993, pp.211-246.

Dutra. As empresas estatais criadas na década de 40 chegaram à maturidade em fins da década de 1960 e consolidaram suas posições em várias indústrias básicas.⁶⁴

A Companhia Siderúrgica Nacional, mesmo passando por um momento de crise, teria, naquela década, um desempenho impressionante. A usina de Volta Redonda apresentou, em 1965, um retorno entre 22% e 29% de seu valor de equipamento e instalações. A julgar pelas mesmas bases, a U.S. Steel apresentou um retorno de cerca de 10%. Em certos produtos, o preço de venda por tonelada de aço produzida, em Volta Redonda, em meados da década de 60, era inferior ao preço por tonelada produzida pelas companhias americanas nos Estados Unidos.

Dada esta posição central, que, no processo de acumulação, as empresas estatais conquistaram, seria extremamente prejudicial tentar desalojá-las, e os militares também tinham suas razões para apoiá-las. Sua abolição teria significado um menor controle da economia, que teria contrariado diretamente a estratégia governamental. Apesar das convicções favoráveis ao *laissez-faire* de muitos dos que apoiaram inicialmente os militares, o principal impacto de sua subida ao poder foi a centralização do poder econômico.

Reconhecendo nesse processo uma postura de favorecimento ao “livre mercado”, mas também promotora de uma ascendente centralização das instâncias políticas e, conseqüentemente, do planejamento econômico, como entender esse paroxismo em funcionamento?

Peter Evans (1980) constatou, em seu estudo sobre as relações entre as multinacionais, as estatais e o capital nacional, desde o início da industrialização brasileira, na trajetória do que ele qualifica como “desenvolvimento dependente brasileiro”, que no período dos governos militares a divisão histórica entre os papéis desempenhados pelo capital nacional (estatal ou privado) e o capital internacional, sempre esteve presente, embora, naquele momento, de forma mais flexível. Segundo este autor, a divisão básica do trabalho entre elas, estatais e multinacionais, cresceu da tradição “infra-estrutura *versus* produção direta” e conservou algumas dessas características, embora o Estado tenha gradualmente modificado os limites de sua esfera. Independente da corrente interpretativa é absolutamente observável, no pós-64, a ampliação do setor produtivo estatal e a explicação para o paroxismo mencionado com ele se relaciona.

Para Mendonça (1986), os investimentos estatais seriam necessários para a adequação e acompanhamento do ritmo da produção do setor de bens de consumo duráveis, em especial, a produção automobilística, pois eram necessários elevados investimentos em ramos industriais estratégicos (siderurgia, química básica e energia). Não tendo estes setores retorno lucrativo imediato, o que levaria ao interesse de investimentos empresariais, coube ao Estado desempenhar tal função.

Um dos aspectos interessantes do estudo de Evans (1980) é sua preocupação com a processualidade dos agentes envolvidos na dinâmica econômica, a qual, para ele, embora apresentasse formas que ensaiassem certa nitidez, não foi levada a cabo por agentes tão congruentes em torno de uma forma modelar. Assim, ele cita, por exemplo, o fato dos militares agirem de forma a favorecer as multinacionais e o capital com um certo controle da amplitude e ritmo das políticas, e, ao fazerem isso, tornarem claras suas prioridades relativas à segurança nacional, numa lógica para além de lucros e perdas, que se manifestou, por exemplo, na criação da Embraer, uma empresa criada para dar ao Brasil a capacidade de produzir aviões, o que se repetiu na proteção à certas áreas da indústria petroquímica, onde o capital privado interessado teria dificuldades de trânsito. Também seria possível, da mesma

⁶⁴ EVANS, Peter. A Tríplice Aliança. As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. pp.191-192.

forma, mencionar as posturas não lineares do que o autor chamou de “burocracia estatal” (altos escalões do executivo estatal) que muitas vezes tendia mais ao privilégio da expansão empresarial destas empresas que ao papel de mediadores dos interesses privados.

Assim, a interpretação pela qual o Estado assumiu realmente o papel de fornecer insumos básicos a baixo custo, tradição que parece balizar, por exemplo, a visão de Mendonça (1986), ao considerarmos o estudo de Evans, torna-se de grande relevância ao percebermos que as empresas estatais estavam obtendo baixos lucros sobre seus investimentos. Essa interpretação sugere que os preços deliberadamente baixos elevavam os lucros das multinacionais no processo de compra, reduzindo o lucro das estatais. Evans (1980) constatou que o Estado não havia usado as vantagens inerentes a sua posição, como regulador das relações, para aumentar as taxas de lucro de suas empresas, além das taxas registradas pelas multinacionais. Por outro lado, uma constatação que corrobora para a interpretação da ação estatal subsidiadora do setor de duráveis é que, apesar da expansão da empresa estatal, o Estado ainda esteve ausente da maioria das áreas industriais no fim do surto de prosperidade. Sua maior presença é nos investimentos em infra-estrutura tradicional, tendo também domínio nas matérias-primas – mineração e refino de petróleo. A participação do Estado nas manufaturas se fez em produtos intermediários, ou seja, o aço e os produtos petroquímicos básicos fabricados pelas empresas estatais serviram de insumos para outros industriais. Finalmente a participação do Estado no setor financeiro atribuiu-lhe um papel no fornecimento de outro “insumo” ou serviço para o setor de manufatura. A divisão entre o capital estatal e privado é mais delineada que a entre o capital local e estrangeiro.⁶⁵

Mesmo reconhecendo, em sua análise, que coube à empresa estatal o papel de grande agente amalgamador do uso de tais capitais e da relação entre os agentes que os dispunham, Evans ressalta, em 1980, que “até agora, a expansão das empresas estatais não foi resultado de uma ideologia estatal explícita, embora dificilmente tenha sido fortuita”, pois na dinâmica da acumulação havia adquirido um sentido de favorecimento à burguesia nacional e às multinacionais.

Uma importante mudança naquele momento seria a constituição das “tríplices alianças”, formato de atuação, em sociedade, entre estatais, multinacionais e empresas locais. Nessas, as empresas estatais tiveram papéis-chave no rompimento dos estrangulamentos que o capital nacional era incapaz de superar e o capital estrangeiro não se dispunha a enfrentar independentemente. Assim, as estatais regulavam a atuação destes agentes sobre essas “regiões tampões”, dando condições à incorporação do empresariado nacional como sócios menores nas relações com as multinacionais. A sociedade com empresas estatais é o único caminho para a participação em setores que sem elas seriam claramente dominados pelas multinacionais.

A possibilidade da participação do Estado em alianças com sócios privados demonstra, em certo sentido, convergências ideológicas entre os membros da “burguesia estatal” (alto executivo envolvido nas estatais) e o setor privado. A coesão não ocorre apenas em nível abstrato de um interesse comum pela acumulação, mas existe também de forma concreta no nível de uma fé comum no crescimento e lucratividade das empresas, como medida de êxito. Como concordam quanto ao significado de “resultados concretos”, tanto os dirigentes de empresas estatais como capitalistas nacionais e gerentes de multinacionais podem entender-se. Sobre a autonomia deste “modelo” Evans (1980) ressalta:

⁶⁵ Participação estatal nos setores da economia em 1975: Mineração 63%, Indústria 19% (duas maiores participações: fabricação metálica 37% produtos químicos 50%), Utilidades públicas 84% (ferrovias 100%, telégrafo e telefone 97%, água, gás e esgotos 99%, serviços portuários 100%, eletricidade 79%, televisores e rádios 0%). Ibidem, p.194 e 195.

O novo estabelecimento industrial nada tem de autárquico. A substituição das importações significou a passagem de um tipo de importações para outro. Maquinaria e equipamento, combustíveis e insumos intermediários foram exigidos pelos industriais em quantidades crescentes. Todos os aumentos impressionantes nas exportações de produtos manufaturados foram necessários para cobrir a crescente necessidade que os próprios industriais têm de equipamento e insumos intermediários importados.⁶⁶

Por outro lado, com relação ao seu equilíbrio interno, a manutenção do delicado equilíbrio entre os sócios só seria possível sem se tratar das questões referentes à distribuição de renda com a manutenção da acumulação concentrada e a exclusão de grande parte da burguesia nacional.⁶⁷ Se o Estado não disciplinasse os interesses de lógica privada das empresas estatais, os efeitos sobre a confiança das multinacionais e capital nacional poderiam ser perturbadores. Nenhum sócio privado toleraria uma situação em que as estatais se aproveitassem de seus status em benefício próprio.

Dessa forma, podemos apontar que a lógica de tal arranjo estava calcada em uma forte centralização política e favorecimento ao livre mercado onde possível. Contudo, ele se apresentava permeado por premissas do pensamento militar em torno da idéia de desenvolvimento, buscando um difícil equilíbrio entre participantes.

As tensões políticas de meados da década de 1970 foram, em parte, consequência das tendências expansionistas dos dirigentes das empresas estatais, as quais afetaram ainda mais a divisão da burguesia nacional, entre uma elite que podia participar da tríplice aliança e os demais, de capital nacional menor, que deveriam abrir seu próprio caminho.⁶⁸

Por outro lado, a conformação do arranjo econômico só foi possível devido a uma radical “exclusão política” e concentração de renda. Wilson Cano (2003) aponta esta etapa como a do “capitalismo selvagem brasileiro”, pois, a despeito do crescimento em taxas elevadas, ela provocou drástico aumento da concentração de renda e um rígido controle salarial, que impediu a distribuição dos ganhos de produtividade. As tensões internas, contudo, não se sobrepunham ao importante fator externo.⁶⁹

O milagre não ocorreria sem o interesse do capital internacional, tanto financeiro como industrial, ou seja, sem que esse buscasse ansiosamente oportunidades na periferia, ocasião em que o Brasil se destacou como clima de investimento ideal. O processo de acumulação foi vulnerável aos efeitos das perturbações na economia internacional. A partir do momento em que essas perturbações foram realmente sentidas devido à crise internacional, os índices do crescimento “milagroso” não puderam ser reproduzidos.

A crise do “milagre” englobou uma crise de endividamento e uma crise de fim de fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento. A acumulação de capital baseou-se em um “círculo vicioso” dependente de um fluxo de empréstimos equivalente ao capital expatriado pelas empresas multinacionais. Por sua vez, o fluxo de empréstimos dependia das possibilidades existentes no mercado financeiro internacional. Em 1974, a crise do petróleo levaria à impossibilidade da continuação desse modelo, com a escassez dos recursos financeiros disponíveis. O aumento do custo do capital externo elevou o custo dos

⁶⁶ EVANS, op. cit., p.93.

⁶⁷ Oliveira observou que o regime militar não tratou a burguesia corporativisticamente, mas a influência desta nas elaborações da política econômica foi bastante clara nos períodos Castelo Branco e Médici, e menos aberta com Geisel. Sendo a influência burguesa, nas figuras dos ministros Campos-Bulhões e Delfim Neto, “escandalosa”. OLIVEIRA, op. cit, p.221.

⁶⁸ Idem, p.233.

⁶⁹ CANO, op. cit., p.230.

investimentos em geral. Internamente, o mercado financeiro também aproveitou a oportunidade para elevar suas taxas de juros, igualando-as às do exterior. Diante de tal conjuntura, o Estado orientou sua política econômica para a diminuição de custos, por meio da redução das caríssimas, porém essenciais, importações de bens de capital, necessárias ao setor de bens duráveis. Para isso, buscou alterar as prioridades do desenvolvimento econômico nacional através do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento).

Lançado no início da Gestão Geisel, o II PND tinha como meta para a economia brasileira a “substituição” do carro-chefe da acumulação – o setor de bens de consumo duráveis – por um outro setor – o setor de bens de produção.[...] O agente desta reorientação seria a empresa produtiva estatal. Seu objetivo mais geral seria manter as taxas de crescimento econômico vigente até 1973, num controvertido esforço de prolongar (ou recuperar?) o “milagre”.⁷⁰

O intuito era desestimular a produção de bens de consumo duráveis e desviar dela os recursos financeiros disponíveis para projetos megalômanos definidos como prioridade máxima nas áreas de siderurgia, hidrelétrica, química básica e minérios. Um dos problemas encontrados pela nova estratégia foi a continuidade da necessidade de financiamento externo, sendo o II PND lançado à revelia disso.⁷¹ Em 1976, ele já estaria morto, deixando como saldo uma dívida externa que já correspondia a 25% do Produto Interno Bruto e projetos de grande envergadura em andamento. Em decorrência de tal opção, a espiral inflacionária retomou seu antigo nível: a inflação começou a crescer a partir de 1974, passando dos 20% anteriores para um patamar médio de 30% ao ano, que atingiu 40% no triênio 1976/78 e cresceu para 155% em 1983.⁷² A partir dos anos finais da década de 1970, a alternativa econômica adotada foi a tentativa de uma recessão controlada, que chegava a muitos trabalhadores na forma do desemprego.

1.4 A usina entre velhos e novos planos: impactos do fim de um ciclo e início de outro

Como vimos anteriormente, as pressões da opção de desenvolvimento econômico dos anos 50 levaram a uma necessidade de modernização por parte da CSN. Aquele mesmo contexto já apontava para uma redução da autonomia empresarial da empresa no sentido de capitalizar os setores industriais privados dependentes de sua produção. Essas tendências se aprofundariam, correspondendo também a novas relações estabelecidas com os trabalhadores. Nos anos 50, a postura da empresa para com este coletivo implicou no exacerbamento de ambigüidades relativas às transformações do modo de gestão, nos embates estabelecidos. Ambigüidade presente na relação entre a valorização da disciplina e antiguidade dos trabalhadores na empresa. Além disso, a valorização da hierarquização e ensino formal eram elementos de diferenciação fortalecidos naquele contexto, através de prêmios, promoções e incentivos. Nos anos 60 e 70, a CSN definiria de forma mais precisa o tipo de trabalhador a ser valorizado pela empresa. As novas medidas relativas à “esfera da reprodução” daquele coletivo expressariam de forma mais contundente a seletividade das políticas da empresa para com seus trabalhadores. A política seletiva de venda das casas da vila operária, junto à perda

⁷⁰ Nesse momento a taxa de crescimento industrial caía dos estimados 10% ao ano para 4,5%. MENDONÇA, op. cit., p.102 e 103.

⁷¹ A definição de um novo setor central no modelo econômico não era uma questão apenas econômica, mas também política, o que levou a um momento de choques entre o empresariado nacional e estrangeiro e destes com o governo, o que fragilizaria o pacto de dominação existente. Idem, p.103.

⁷² CANO, op. cit. p.234.

da estabilidade no emprego e à perda de benefícios por parte dos trabalhadores, daria o tom da nova relação estabelecida entre a empresa e o coletivo de trabalhadores, marcada por diferenciações mais radicais no mercado de trabalho local e espaço da cidade. Tais empreendimentos se favoreceram de um momento em que os descontentamentos dos trabalhadores não encontravam canais de expressão que exercessem pressão sobre aquelas medidas.

O radical processo de transformação pelo qual passa a empresa nesse momento está relacionado ao papel para ela planejado e por ela desempenhado no âmbito do setor siderúrgico, considerado instrumento de política econômica pelos governos militares. O entendimento do impacto de tal processo a nível local é imprescindível para a percepção de como é conformada uma nova realidade para os trabalhadores, em sua dimensão material, política e simbólica. Por outro lado, ao observarmos os planos para a expansão da usina, em especial, o último plano de expansão pelo qual a usina passa (o Plano de Expansão D), apreendemos as nuances pelas quais importantes agentes do processo o enxergaram. Nesse caso, numa cidade considerada Área de Segurança Nacional a partir de 1973, é possível perceber, com base na ciência de tais transformações, como preocupações econômicas, políticas e ideológicas se cruzam em outra extremidade da estrutura de poder, ou seja, na concepção militar.

Na década de 1960, a CSN perderia seu posto de única produtora de aços planos. Em momentos anteriores a empresa podia ditar os preços, tendo delegação para importar e controlar o mercado de cotas de fornecimento, muito disputado pelos distribuidores. Nesses anos, ela enfrentou a retração do mercado e a concorrência de outras duas grandes empresas estatais: a USIMINAS e a COSIPA, sendo que ambas entram em operação em 1963, a primeira, com todas as principais seções em funcionamento, e a segunda, apenas com a seção de laminação.⁷³ Como agravante de tal condição, a institucionalização da política siderúrgica no pós-64 implicou num controle mais rígido, tanto sobre o mercado e o preço de produtos quanto sobre os salários de seus empregados.

Localmente ela também teria relevantes dificuldades, tendo perdido a isenção tributária perante o município de Volta Redonda e tendo que enfrentar um movimento operário que, embora em um contexto marcado por ambigüidades, reivindicava seu papel como ator político.

Devido ao período de forte recessão enfrentado pela economia, entre 1963 e 1967, há uma retração do consumo de aço relacionada à retração do mercado interno. Se os anos 50 foram anos de incremento da demanda do setor siderúrgico, com a instalação no país da

⁷³ A duas novas usinas integradas tiveram suas construções concebidas nos anos 50. Baer aponta como idealizador do complexo siderúrgico integrado orientado para São Paulo o engenheiro Plínio Queiroz, que teria tido a idéia ao realizar uma visita à Volta Redonda em 1951. Com apoio de poderosos grupos financeiros a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) foi fundada oficialmente em 1953, sendo Queiroz seu primeiro presidente. Com o passar dos anos, tornou-se claro que os grupos privados que participavam da empreitada não teriam condições econômicas para a realização do projeto, dessa forma, o Estado de São Paulo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tornaram-se gradualmente acionistas da empresa. Sua construção teve início nos anos finais da década de 50, em localidade próxima a Santos, e apenas em 1965 todas as principais seções entraram em funcionamento. Seu setor de laminação foi projetado com capacidade superior à produção de aço das aciarias, assim, quando a laminação entra em operação, em 1963, serão laminados lingotes e placas da CSN e USIMINAS. Seu projeto foi desenvolvido pela firma americana Kaiser. A USIMINAS foi criada em 1956. Em 1957 foi firmado acordo com um grupo japonês (Nippon-Usiminas Kabushiki Kaisha), o qual, em troca de 40% de participação no capital da empresa, empreendeu um plano de supervisão de sua construção e forneceu os equipamentos, em sua maioria, japoneses. O BNDE, o Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce e a CSN também participaram do empreendimento, sendo que a participação privada atingiu apenas 1%. A USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) foi instalada na região do Vale do Rio Doce, à margem da Estrada de Ferro Vitória a Minas. BAER, op. cit. pp.107-109.

indústria automobilística, naval e de material elétrico pesado, essa fase recessiva descortinou a vulnerabilidade do setor produtivo estatal, acentuando as contradições entre a empresa pública enquanto unidade produtiva, que deve responder a uma lógica de acumulação própria, e enquanto instrumento de política pública subordinada à lógica geral da acumulação de capital. Nesse período, as estatais do setor siderúrgico tiveram seus preços comprimidos no favorecimento de grupos industriais privados, uma tendência histórica da ação das estatais em setores não interessantes ao capital privado, devido aos altos investimentos requeridos e retorno lucrativo não imediato. Tendência agravada com o Golpe de 1964. Embora a existência de outras dificuldades, este elemento da lógica funcional de muitas estatais seria o principal fator de crise da CSN.

No início dos anos 60, a CSN passaria por fortes pressões de empresários privados para a redução de preços de seus produtos. Em 1962, em uma situação de crise, a empresa adotou medidas de elevação dos preços dos produtos com a justificativa de se restabelecer a rentabilidade financeira e tornar possível a execução de seus planos de expansão baseados em expectativas de aumentos futuros no consumo de produtos siderúrgicos. No ano anterior, já tivera início o Plano Intermediário, voltado para o aumento da produção de folhas de flandres, ou seja, chapas revestidas, destinadas, em sua maioria, à indústria de embalagens. Ainda em 1962, tem início a estruturação do ambicioso Plano de Expansão D que elevaria a capacidade da usina para 3,5 milhões de toneladas de aço anuais. A usina adquiriu um terreno em Itaguaí (RJ) visando à construção de uma segunda siderúrgica. A idéia da Diretoria era aprimorar o equipamento da usina colocando-a em condições de competir com as congêneres COSIPA e USIMINAS, assim como estimular a utilização de tecnologia nacional, diminuindo a importação de equipamentos, muitas vezes obsoletos, vindos dos EUA. Um exemplo desse problema é o fato da tecnologia LD, para Aciaria, ser instalada apenas em meados dos anos 70 na CSN, sendo que as demais usinas integradas já haviam surgido com tal sistema de elevada produtividade. A par de tais intenções, houve a implantação de um Laboratório de Pesquisas voltado para o aprimoramento e purificação do carvão nacional e, em 1963, a criação da COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais), primeira subsidiária da CSN, com objetivo de desenvolver a engenharia de projetos de indústrias siderúrgicas, estimulando a capacidade interna de bens de produção. Com o maior quadro de engenheiros do país, cerca de 200, a empresa deveria proporcionar assistência técnica às outras.⁷⁴

Mesmo com tais pretensões acordadas com a política governamental, ao ser submetido a pressões de consumidores que se contrapuseram à decisão da empresa de elevação de preços, em 1963, o Presidente João Goulart determinou a sustação do aumento. Essas pressões tomavam a forma de acusações quanto a sua ineficiência empresarial. A polêmica em torno do preço do aço ensejou manifestações de críticas à política social da Companhia, por parte de empresários privados. Comentava-se que a Usina Presidente Vargas, denominação usada a partir de 1961, pagava os mais elevados salários da indústria, além de prover moradia a baixíssimo custo, sendo a vida em Volta Redonda extremamente agradável. Assim, deveriam seus empregados fazer algum sacrifício pelo bem-estar geral, argumento muito difundido na ocasião, embora, julgando a partir do que vimos anteriormente, falacioso.

Apesar das críticas, naquele momento, segundo Morel (1989), os benefícios sociais criticados pelos setores privados continuavam como elemento importante na tentativa da CSN de obter apoio de seus empregados, os quais eram divulgados pelos meios de comunicação da empresa (boletins de serviço, informativo interno e relatórios de acionistas), ainda mais, frente à ação sindical que procurava ganhar espaço e assegurar conquistas já obtidas e alcançar novos direitos.⁷⁵

⁷⁴ MOREL, op. cit., pp.354-378.

⁷⁵ Idem., p. 398.

A mobilização dos trabalhadores nesses anos vai se concentrar nas reivindicações salariais e na garantia ou aprofundamento de algumas conquistas já obtidas, tanto referentes ao cumprimento da legislação trabalhista quanto à ampliação dos benefícios sociais concedidos pela empresa. A distribuição de casas, a concessão de um abono de Natal, sem prejuízo da “girafa”, bem como os critérios determinantes da parcela atribuída a cada empregado como participação nos lucros da Companhia vão ser questões sempre presentes nas pautas de discussão nas Assembléias do Sindicato.⁷⁶

Naquele contexto, para os defensores de uma solução de cunho “liberal” para a economia, tanto a pressão acerca dos preços praticados assim como a exercida pelos trabalhadores sobre a questão salarial e de benefícios sociais eram criticadas como parte do “populismo econômico”, causador de um clima de instabilidade e crise. Contudo, a partir de 31 de março de 1964 a usina seria adaptada plenamente ao papel de instrumento de política econômica e fornecedora a preços subsidiados de bens para o setor privado, em especial, para os seguimentos industriais de ponta. A redefinição das relações do governo com as estatais expressou-se, num primeiro momento, sob a forma de controle de salários e preços. A partir do Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964, o Conselho Nacional Salarial foi reorganizado e a ele ficavam subordinados os ajustes salariais do serviço público federal. O acordo salarial entre a CSN e o Sindicato, em agosto de 1964, por exemplo, suprimiu a Comissão de Pesquisa do Custo de Vida (CPCV). Por outro lado, a Portaria GB-71, de 23 de fevereiro de 1965, da Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços (CONEP), estabeleceria o controle de preços do aço. Essa institucionalização do aparato estatal de planejamento ocasionou profundos reflexos sobre a usina e sobre a gestão de seus empregados.

Nos três primeiros governos militares - Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) - três medidas tiveram grande influência na trajetória da CSN: a contratação de um estudo sobre a siderurgia brasileira feito pela firma de consultoria norte-americana Booz, Allen & Hamilton International (Bahint) em 1966; a criação do Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica (Consider) em 1968, e a formação da “holding” Siderúrgica Brasileira S.A. (Siderbrás) em 1973.⁷⁷

Até a metade da década de 1960 fora elaborado um grande número de projetos tanto para a expansão de instalações existentes como para a criação de unidades completamente novas. Deveria haver uma significativa expansão da capacidade da indústria siderúrgica, necessária para fazer face mesmo aos mais baixos níveis de procura, projetados para a metade

⁷⁶ O jornal “Última Hora” de 24 de março de 1960 informava: “[...] os trabalhadores da CSN recordando as palavras claras, objetivas e honestas, pronunciadas em 1957, na sede de seu Sindicato, pelo Marechal Teixeira Lott, em favor de uma melhor participação nos lucros da CSN, e, apoiados nelas, através da diretoria da entidade acabam de se dirigir à diretoria da CSN apelando para a imediata revisão ao critério que se vem adotando na distribuição do prêmio anual (“girafa”) conferido a seus empregados pela empresa.” Ainda nesse período, foi instituída a Comissão de Pesquisa de Custo de Vida (1961), com atuação na área geográfica de Volta Redonda, composta por representantes do Sindicato e da CSN, a qual, a partir de 1963, apontaria os índices dos aumentos semestrais dos salários. Em memorial ao recém empossado Presidente da República, Jânio Quadros, a 27 de janeiro de 1961, a categoria enumerava seus principais problemas e reivindicações relacionados à participação dos empregados nos lucros da empresa (“girafa”), à assistência médico hospitalar, à assistência habitacional e à necessidade de transporte para pessoal. O Sindicato também iria insistir, nesses anos, que a Companhia vendesse suas casas aos empregados com o financiamento do IAPI e com tal recurso construísse mais residências, já que ela era uma grande proprietária de terrenos na cidade. Esta seria uma forma de contornar o grave problema habitacional, problema que mostraremos com maior clareza posteriormente. MOREL, op. cit. pp.380-385.

⁷⁷ MOREIRA, Regina da Luz. CSN. Um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. p.97.

da década de 1970. Considerando que as empresas públicas e privadas necessitariam de financiamento oficial, nacional e internacional, em montantes consideráveis, o governo brasileiro e o Banco Mundial contrataram a firma Bahint para fazer uma análise da indústria e dos planos de expansão, indicando recomendações com relação aos tipos de expansão e aos projetos que deveriam ser amparados. O relatório Bahint propôs a contenção da produção das indústrias siderúrgicas e acabou sendo rejeitado pelos representantes do setor.⁷⁸ Segundo Baer (1970), as críticas feitas ao relatório, que previa em sua avaliação mais otimista a necessidade de cerca de 8 milhões de toneladas de aço para 1975, uma quantidade bem inferior à médias das previsões já realizadas, teriam motivo na desconsideração por parte do relatório de um crescimento substancial do mercado interno e da possibilidade de exportação, já que a pesquisa foi realizada em anos de forte crise. Com relação a CSN, o estudo previa a expansão de 1,4 milhões toneladas/ano (1966) para 2,5 milhões toneladas/ano, em 1975, sendo que a capacidade planejada pela empresa, desde 1962, ambicionava 3,5 milhões de toneladas/ano, baseada em um consumo global de 9 milhões de toneladas em 1975.⁷⁹ O aumento da demanda estaria relacionado, segundo as interpretações de agentes do setor, à procura de aço pelas automobilísticas e pela indústria da construção naval, além das exigências ligadas ao consumo da construção rodoviária, modernização agrícola e aumento da indústria de estampagem de latas (setor com uso da folha de flandres, ou seja, chapas revestidas). Além disso, previa-se a possível exportação de produtos siderúrgicos, o que não foi levado em conta pelo cálculo Bahint.

O general Edmundo de Macedo Soares e Silva (um dos idealizadores da CSN) presidiu a comissão encarregada de acompanhar os trabalhos dos consultores da Bahint, da qual também fazia parte Roberto Campos. Sobre o desacordo com a avaliação dos consultores, o general teria afirmado, posteriormente, que as perspectivas do mercado não eram boas, mas em uma visita a Luxemburgo tomou conhecimento que a Europa diminuiria a produção de aço indo em direção à maquinaria mais sofisticada, à informática e à indústria química de ponta. “Eles deixariam com o Brasil a produção de aço e fariam um material mais sofisticado que nós importaríamos”.⁸⁰ Tal afirmação, exprime de certa forma, além da motivação do governo militar para a grande projeção realizada para a expansão siderúrgica, a forma como se via a inserção brasileira na indústria mundial.

O governo Costa e Silva, no qual a pasta da indústria e comércio foi ocupada pelo próprio general Edmundo de Macedo Soares e Silva, preocupado com o problema relativo à produção de aço, criou o Consider. Suas origens estão no Grupo “Consultivo” da Indústria Siderúrgica (GCIS), na verdade, um grupo executivo criado com o objetivo de revisar a proposta do Bahint, constituído a margem do jogo político legislativo, com o caráter de instrumento de política econômica centralizada no Executivo. Era mais um instrumento de gestão com a participação do grande empresariado como tantos outros, prática em expansão

⁷⁸ Esta foi uma entre as projeções realizadas para a definição da capacidade de produção siderúrgica que deveria ser instalada até a metade da década de 70, as quais se baseavam na taxa de crescimento populacional e no crescimento da renda *per capita* baseada no crescimento industrial, de forma a tornar o Brasil auto-suficiente na produção de aço. Contudo, a pesquisa realizada pela firma Bahint, entre 1965 e 1966, baseou-se não somente em tendências históricas, mas também na situação do período, quando vários consumidores de aço foram entrevistados. Um dos primeiros estudos nesse sentido foi realizado em 1964 por Dr. Falcão, no âmbito da CEPAL. Sua projeção se baseou em observações sobre o período 1947-1963 e indicavam uma necessidade que oscilava entre 9 e 11 milhões de toneladas de lingotes de aço para 1975. Outras projeções com resultados semelhantes, assim como suas comparações encontram-se em: BAER, op. cit. Quadro: *Perspectivas de crescimento e planos de expansão da indústria siderúrgica brasileira*. pp.193-207.

⁷⁹ A projeção em questão foi realizada pela firma Arthur McKee & Company, tradicional consultora da CSN. MOREL, op. cit. pp363-364.

⁸⁰ *Um construtor de nosso tempo*, depoimento ao CPDOC (s.d.). Apud MOREIRA, op. cit. p.99.

desde o governo JK, o qual implementou, entre outros, o GEIMAPE (Grupo Executivo de Maquinaria Pesada), GEIA (Grupo Executivo para a Indústria Automobilística) e GEICON (Grupo executivo para a Construção Naval). O regime militar simplesmente radicalizou esse procedimento, e o GCIS foi o primeiro passo na elaboração de um programa de expansão para o setor siderúrgico. O grupo, presidido por Macedo Soares, contou com a participação de representantes da CSN, da Usiminas, da Cosipa, do Banco do Brasil, do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e da Companhia Vale do Rio Doce e elaborou um plano de modernização e aumento da produção de laminados das usinas estatais. Assim, surgiram o primeiro Plano Siderúrgico Nacional e o Consider, o qual surgiu da institucionalização do espaço criado a partir do GCIS. A Siderbrás foi criada posteriormente (1973) e seria encarregada de executar as decisões do Conselho, além de obter e distribuir os recursos destinados à construção e expansão de usinas.

Definido em 1967, considerando o alto grau de concentração de indústrias no setor, o Plano Siderúrgico Nacional sugeriu uma divisão do mercado, entre a produção de aços planos laminados, que deveria ficar com as estatais (CSN, Cosipa e Usiminas) e a produção de aços planos não laminados, destinada ao setor privado. Essa divisão é exemplar do papel adotado para as estatais a partir da instalação dos governos militares, como vimos na interpretação de Evans (1980). O setor de produtos siderúrgicos planos, segundo Baer (1970), é um dos que impactariam intensamente a economia, uma vez que não são produtos finais, servindo de matéria prima para outros setores, o que os diferencia dos trilhos e perfis para construção. É possível concluir que com o controle dos preços do setor de planos, os beneficiados seriam os empresários da ponta do setor de transformação, os quais os beneficiariam transformando-os em produtos finais. Por outro lado, na estimativa de custos de construção da CSN, de 1965, para a expansão de sua produção para 3,5 milhões de toneladas, a instalação de maior custo era a relativa aos equipamentos da laminação de placas de tiras a quente (equipamento de produção de produtos planos). Cerca de 14% do total do custo de expansão estava ligada a este setor, ou seja, uma cadeia de equipamentos de altíssimo custo.⁸¹ Assim, as siderúrgicas estatais atuavam no combate a um gargalo onde os interesses privados nacionais do setor, vinculados a produção de produtos siderúrgicos de menor valor agregado (produtos não planos), assim como as multinacionais, presentes na transformação dos planos (indústria automobilística, em especial), não teriam condições ou interesse de atuação no setor.

Em meio à crise do período e retração do mercado de produtos siderúrgicos, houve o controle governamental dos preços do aço e a autorização de reajuste para o setor privado. Essas medidas diminuiriam o capital de giro das estatais intensificando suas crises financeiras. No caso da CSN, por exemplo, a empresa foi obrigada a incorporar, em 1967, a Fábrica de Óleo de Palma (Opalma) e a assumir em regime de comodato a direção da Usina de Mogi das Cruzes, pertencente ao grupo Jaffet, organizando-a em uma nova empresa, a Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIM), o que exigiu capital e pessoal.⁸² Em 1967, pela primeira vez desde sua instituição, não houve a participação nos lucros (“girafa”) por parte

⁸¹ Comparando-se os quatro maiores custos em equipamentos para a expansão pretendida, os custos da laminação de tiras a quente eram seguidos pelos custos das coqueiras de sub-produtos (cerca de 10% do custo total da expansão); pelos custos da instalação de estanhagem eletrolítica, voltada para o revestimento das chapas de aço (setor das folhas de flandres, 8,7% do custo total); e da laminação de placas, laminação anterior a das tiras (8,5% do custo total). Dados presentes no quadro “Estimativa dos custos de Construção e de Expansão de VOLTA REDONDA de 1,7 para 3,5 Milhões de toneladas (Distribuição Percentual)”. BAER, op. cit. p. 44 e 45.

⁸² MOREIRA, op. cit., p. 100.

dos trabalhadores. O lucro líquido da empresa decaiu de 1963 até 1967, retomando o crescimento só a partir de 1968.⁸³ Segundo Moreira:

A situação de crise foi enfrentada pela Companhia com a adoção de diversas medidas de contenção de custos, como a redução de quadros, mudanças na política de gestão da força de trabalho e arrocho salarial, contando para isso com as facilidades advindas da repressão determinada pelo governo ao movimento sindical. Nesse mesmo sentido a CSN alterou sua política de distribuição de moradias promovendo através da Cecisa [Imobiliária Santa Cecília] a venda de terrenos e o financiamento para a compra de material de construção e da casa própria pelos empregados, além de transferir para a Prefeitura de Volta Redonda a responsabilidade sobre seu patrimônio público.⁸⁴

A empresa recorreu ao mercado externo de trabalho, pois muitos de seus trabalhadores qualificados, no nível de supervisão e cargos técnicos, passaram a ser atraídos por melhores remunerações oferecidas pela COSIPA e USIMINAS. Assim, foram organizados concursos pra o enfrentamento do *turn over*, tanto em virtude do fato anterior quanto em relação à aposentadoria de operários mais antigos. A empresa também reduziria os quadros de sua Linha de Construção e Montagem com vista à implementação de um sistema de contratação de obras por empreitada por preço unitário, o que acabava por terceirizar quadros ligados à sua expansão.

Em 1966 foi implantado um novo Plano de Cargos e Salários com o objetivo de corrigir os desequilíbrios existentes em relação ao mercado externo, em especial, quanto à remuneração dos cargos técnicos e da mão-de-obra qualificada, o que levou ao aumento da distância entre os operários qualificados e os demais, deixando a estrutura salarial mais complexa e diferenciada, na medida em que os salários atribuídos aos cargos poderiam ser acrescidos de valores referentes à diferença pelo exercício de cargo de confiança, gratificação, prêmio de incentivo à produção, adicional de tempo de Serviço, etc.⁸⁵

Uma importante mudança na gestão dos trabalhadores, que se chocaria com valores construídos por estes ao longo do tempo, foi a radicalização da valorização do “mérito” frente à antiguidade, como critério de promoção. Mudança que reforçava o poder dos chefes de unidades que classificariam o desempenho de seus subordinados segundo termos como “ótimo”, “bom”, “normal” e “insatisfatório”. Essa mudança se desdobraria numa intensa valorização da escolaridade formal.

Acompanhada das transformações em nível fabril, acerca da gestão da força de trabalho, a CSN adotará medidas de contenção de custos referentes à “esfera da reprodução”, que sofreria suas maiores mudanças até então. A CECISA estabeleceu, a partir de sua criação, em 1964, vendas de terrenos e imóveis da usina na cidade para obtenção de recursos que pudessem financiar material de construção para a aquisição da casa própria por parte dos empregados da CSN, em especial, na segunda metade dos anos 60. Reconhecendo que nunca conseguira resolver o problema habitacional, a Diretoria via neste processo uma solução expressiva, pois em breve tal problema poderia se agravar com o processo de expansão. Em 1971, o número de empregados da CSN era de 14.200 homens, sendo apenas cerca de 5.000 atendidos pela política habitacional.

⁸³ Ibidem, p.101. No ano de 1967 a empresa teria uma taxa de retorno (razão entre lucros líquidos e capital, mais reservas) igual a 0,0. A partir de 1968, há um progressivo aumento das taxas de retorno, sendo a CSN, a siderúrgica estatal de melhor retorno médio (9,6%) entre 1967 e 1973. EVANS, op. cit., p.197.

⁸⁴ Criada em fevereiro de 1964 a CECISA (Imobiliária Santa Cecília) foi uma subsidiária da Companhia destinada a promover vendas de terrenos e financiar material de construção e aquisição da casa própria por parte dos empregados da empresa, em convênio com o Banco Nacional de Habitação, firmado em outubro de 1966.

⁸⁵ MOREL, op. cit., p.412.

Nessa mesma orientação de contenção de despesas, em 1967, a CSN transferiria para a Prefeitura de Volta Redonda seu patrimônio público (ruas, praças e transportes). Segundo Morel, “ficava claro que o tempo da “família siderúrgica”, com o que isso implicava em termos de extensão da esfera de atuação da empresa sobre a habitação e o consumo operário, se encerrava”.⁸⁶

Perante tal contexto, de grande crescimento demográfico do município e concorrência imposta por outras siderúrgicas com a atração de mão-de-obra qualificada e de nível técnico, a questão da fixação dos trabalhadores se transformou. A partir de então, era interessante a atração de categorias específicas de trabalhadores, pois, no caso dos de menor qualificação, a empresa já dispunha de um exército industrial de reserva.⁸⁷ A constituição de tal situação teria um forte impacto na geografia da cidade. Podendo a empresa, a partir disso, alocar recursos, até então destinados à “reprodução” dos trabalhadores, no processo produtivo. O próprio Plano Siderúrgico Nacional propunha a venda de casas das empresas do setor para seus empregados, desmobilizando tais recursos para os investimentos industriais. Uma proposta presente na Reforma Administrativa, implantada pelo Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, a qual determinava que empresas públicas deveriam agir como empresas privadas, sendo lucrativas e auto-financiadas.⁸⁸

A separação da cidade e o fim de muitos dos “benefícios sociais” era apresentado pela CSN como uma nova etapa de valorização da autonomia e da responsabilidade da comunidade. O período anterior era caracterizado como “paternalista” e “assistencialista” e substituído por uma nova etapa de valorização da autonomia e responsabilidade da comunidade:

Deste modo, deixou a CSN a política paternalista que caracterizou suas atividades e adotou os princípios modernos de comportamento empresarial perante a sociedade. Quanto à administração geral da empresa, vem adotando medidas progressivas que tendem a eliminar toda e qualquer atividade que não esteja relacionada diretamente com a produção de aço. [...] A imobilização de capital que tais imóveis representam, as despesas de conservação e administração que pesam nos custos e nos resultados econômico-financeiros da empresa, são fatores que devem ser eliminados em favor da rentabilidade do negócio.⁸⁹

Morel (1989) ressaltou como é interessante observar a mudança no discurso da empresa. A política social anterior, antes motivo de orgulho e exemplo de amparo e assistência às famílias dos empregados, passa a ser classificada como “paternalista”. Essa qualificação do período anterior certamente desempenhou papel numa construção de memória muito comum no período ditatorial, a da subordinação e heteronomia da classe trabalhadora frente ao Estado, o que, como vimos, ao analisarmos as ações destes no período pré-64, é uma consideração inviável.

⁸⁶ Ibidem, p.418.

⁸⁷ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.20.

⁸⁸ A Reforma Administrativa de 1967 aponta importantes mudanças referentes às empresas públicas no Título II, Capítulo III, Art. 10, onde determina a “outorga de serviços” por parte das empresas (terceirização), o que levaria à descentralização de funções. Segundo o Título IV, Art. 26, a supervisão ministerial deveria assegurar a eficiência administrativa e autonomia administrativa, operacional e financeira das empresas. Ainda no Art. 27, parágrafo único, o documento propõe: “Assegurar-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado cabendo a essas entidades, sob a supervisão ministerial, ajustar-se ao plano geral do Governo”. Consulta ao site: WWW.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-lei/Del0200.htm. Realizada em 25/11/09.

⁸⁹ Apud MOREL, op. cit., p.425. Exposição do Diretor de Pessoal e Serviços Sociais, Jorge Mafrá Filho. Q Lingote, n.222, Ano XVIII, Nov/Dez. 1971.

As transformações na gestão da mão-de-obra, assim como a venda das casas da siderúrgica, ocorreram no mesmo momento do fim da estabilidade no emprego (Lei 5.107, que cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Segundo Pessanha e Morel (1991) “esse momento será vivido como a perda da “proteção” (casas) e dos “direitos” (a estabilidade)”.⁹⁰

O processo de venda das casas, marco na experiência dos trabalhadores, por si só, já mudou a geografia social da cidade, pois deslocou os trabalhadores menos qualificados, que não tinham condições financeiras de compra, para as periferias. Porém, junto a este fato estava o não pagamento de trabalhadores estáveis “optantes” pelo FGTS (em meio a uma atmosfera de coação e medo de perda de indenizações) que não receberam a indenização de 60% do valor apurado a título de indenização pelo tempo de serviço. Houve uma grande pressão por acordos de demissão no início dos anos 70 para a renovação de quadros, inclusive com a contratação da firma de consultoria Arthur D. Little, uma empresa de consultoria estadunidense.

Ao lado da demissão “por acordo” de grande parte de seus empregados estáveis, a CSN adota medidas explícitas de renovação de seus quadros. Com ênfase maior na contratação de pessoal externo, de nível superior, reduzindo pessoal da área produtiva e aumentando o número daqueles alocados em funções técnicas, gerenciais e burocráticas, a empresa diversifica as formas de recrutamento de sua força de trabalho. A intensificação da subcontratação para funções não qualificadas por meio de empreiteiras será a tônica do período, reduzindo substancialmente a proporção de empregados não qualificados no quadro da CSN. Observam-se assim novas diferenciações no espaço fabril, tanto no que se refere à formação profissional quanto às condições de trabalho, já que o trabalho nas empreiteiras se caracteriza por um alto índice de *turn over* e piores condições de segurança. A criação de novos cargos e extinção de outros, as novas formas de recrutamento, além da acentuada exigência de instrução formal em substituição às antigas formas de aprendizagem *on the job*, inauguram um novo perfil de trabalhadores da Companhia.⁹¹

Essas diferenciações no espaço fabril tornar-se-iam mais claras com a execução do Plano de Expansão D, a partir de 1969, o qual maximizaria o impacto de tais transformações sobre os e trabalhadores.

A seguir, analisaremos as apreensões militares sobre sua execução, as quais muito nos informam sobre os possíveis impactos sociais de tal expansão nos anos 70 sobre a classe trabalhadora local. Por outro lado, essa opção poderá demonstrar um caso exemplar, porém não único, de forte convergência das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas sob a batuta militar, onde podemos perceber o processo de centralização da política econômica, a valorização da lógica de mercado, onde possível, e legitimação da exclusão política, além das preocupações relacionadas à segurança nacional.

1.5- O Plano D: presságios de um novo tempo

Como vimos, a partir dos anos 60, o redimensionamento produtivo para o setor siderúrgico, no caso da CSN, teve como reflexo a implantação do Plano de Expansão D, este deveria levar a empresa à sua capacidade máxima de produção, dado o esgotamento da área contínua em que se estabelecia e as limitações tecnológicas do momento nos meios siderúrgicos. O Plano, após algumas controvérsias, foi dividido em três etapas, tendo início

⁹⁰ PESSANHA e MOREL, op. cit., p.76.

⁹¹ Idem, p.77.

em 1969 e término previsto para 1981.⁹² No que tange à sua dimensão é relevante observar que ele irá impactar a fábrica e a cidade com grande intensidade, pois ocasionou a expansão de ambos os espaços, encontrando-se em uma das espinhas dorsais da dinâmica econômica, ou seja, no setor da construção civil, ao mesmo tempo em que sua conclusão visava, em especial, o atendimento às demandas dos setores vinculados aos bens de consumo duráveis, entre outros setores, tendo um importante papel na dinâmica econômica explicada anteriormente.

O setor de construção foi um dos maiores empregadores de mão-de-obra considerada de baixa qualificação profissional, dividindo-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada. A construção pesada foi bastante beneficiada pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura, sendo o próprio Plano D um exemplo deste caso. A construção residencial foi alimentada pelo Banco Nacional de Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no FGTS.⁹³ Assim, foi possível financiar não apenas o construtor civil, mas também o comprador do imóvel, considerando que naquele momento de grande concentração de renda os financiamentos seriam seletivamente direcionados a uma pequena parcela da população.

Para os trabalhadores da usina, esse momento será um marco da perda da “proteção”, representada, em especial, pela perda da política de concessão de casas, embora sua deficiência, e pela perda de “direitos”, sendo o principal deles a “estabilidade”. A nova condição de alta rotatividade e reformulação do espaço urbano seria vivida como uma profunda ferida na identificação daquele coletivo. Por outro lado, como aquelas transformações eram percebidas por importantes gestores de tais transformações, militares ou civis? Como os impactos sociais (no meio urbano e na classe trabalhadora) eram compreendidos por aqueles agentes?

Leite Lopes (1981) ressaltou, em texto sobre as condições de vida das camadas populares na literatura sobre a classe operária, que, muitas vezes, são nos textos produzidos por classes dominantes que encontramos de forma mais extensiva elementos ligados à “esfera da reprodução” dos trabalhadores. Estas classes estariam preocupadas com as conseqüências dos impactos de uma determinada condição/situação dos trabalhadores nas cidades e nas utopias burguesas de planejamento e organização social que visavam à modelagem da classe operária, com base num determinismo “físico e moral”, em torno de experimentos de produção, como nas cidades construídas em torno de companhias. Isso pode ser verificado desde os primeiros trabalhos contemporâneos à Revolução Industrial, como nos inquéritos médicos e sanitários preocupados com as condições físicas e morais dos trabalhadores. Tendência que permaneceria até finais do século XIX. Assim, a literatura conservadora,

⁹² Um quadro contendo os anos previstos, a princípio, de início e conclusão das obras e também os anos de suas reais conclusões encontra-se em Anexo A: Companhia Siderúrgica Nacional - Planos de Expansão da Usina. O plano de expansão fabril para a CSN foi alvo de muitas críticas e idas e vindas entre os consultores da Bahint e os avaliadores governamentais dos projetos para o setor. A Bahint não aprovava o projeto de expansão da CSN (3,5 milhões de toneladas/ano), maior que o proposto por ela (2,5 milhões de toneladas/ano), não apenas pelas dificuldades vividas pela empresa, no final dos anos 60, mas também pelo momento vivido pelo país. Ainda havia capacidade produtiva ociosa tanto na Cosipa como na Usiminas, novas siderúrgicas estatais. Houve pressão da empresa sobre o governo federal, no período Costa e Silva, na esperança de obter apoio às suas pretensões, já que o ministro da Indústria e Comércio era o general Edmundo Macedo Soares e Silva. Embora não tenham obtido o êxito desejado, o Plano D acabaria sendo aprovado, porém, dividido em estágios. De acordo com o depoimento de José Luciano Carneiro, engenheiro, na época, recém-formado e contratado pela COBRAPI, “o famigerado Relatório Bahint atrasou nossa expansão em cinco anos. A CSN ficou naquele período de espera do grande plano dela”. Apud MOREIRA, op. cit., p.102.

⁹³ PRADO e EARP, op. cit., p.225.

mesmo que através de uma ótica classista, que lhe é própria, acabaria por fornecer material para estudos relacionados à “reprodução” dos trabalhadores.⁹⁴

Apesar da grande distância que separa o período em que foram produzidas as obras comentadas pelo autor e aquele que é alvo de nossas atenções, podemos perceber conexões entre aquela literatura e análises produzidas pelas autoridades públicas (militares ou civis) e pela elite local de Volta Redonda em relação aos impactos dos planos de expansão sobre a classe trabalhadora. Os primeiros textos produzidos acerca do tema, contemporâneos à expansão, foram relatórios de origem militar, que em muito lembram a idéia de determinismo externo à classe trabalhadora presente na literatura conservadora mencionada por Lopes.⁹⁵

A partir das questões colocadas anteriormente, privilegiaremos, por hora, exatamente a perspectiva classista dessa elite dominante ao analisar os possíveis impactos da expansão na localidade. A visão destes agentes é que norteará suas estratégias de ação frente aos trabalhadores durante aqueles anos e é através das interpretações presentes em seus “presságios”, sobre o impacto do Plano D em Volta Redonda, que podemos percebê-la. Mesmo que ainda não tenhamos perpassado, de forma mais detida, a reconfiguração do coletivo de trabalhadores ocorrida nos anos 70, a qual se manifestará em novas formas de expressão e luta, com a constituição de novas visões acerca do processo vivido na fábrica e na cidade, poderemos perceber como a elite civil e militar se posicionou frente aos impactos da expansão na localidade, o que implica em identificar suas percepções, em grande medida compartilhadas, sobre a classe trabalhadora. Aquela atmosfera seria marcada, do ponto de vista daquelas elites, pela idéia do planejamento em torno de imprescindíveis metas nacionais com vista à garantia de suas execuções.

Em 7 de janeiro de 1971, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici inaugurava a Fábrica de Perfis Soldados Presidente Costa e Silva, em Volta Redonda. Em discurso pronunciado neste evento, mencionou a necessidade do planejamento como importante coordenada da política industrial do governo, enfatizando o papel dos órgãos técnicos na racionalização da expansão siderúrgica nacional, a qual já teria “assumido proporções significativas em 1970”. As preocupações com o planejamento para o setor teriam como causa suas grandes pretensões: “Cumpra, pois, estudar a solução desse problema em longo prazo e levando adequadamente, na devida conta as reais potencialidades brasileiras para a exportação de produtos siderúrgicos”.⁹⁶ A idéia de suprir o mercado interno, com intenções de exportação, levou ao planejamento para uma década. Sendo que, naquele momento, a primeira fase do Plano D já estava em andamento.

⁹⁴ Como exceção aos primeiros estudos que focaram de forma conservadora o tema “condições de vida” Leite Lopes cita a obra de Engels (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*), que, segundo ele, é uma análise do capitalismo industrial e suas conseqüências sociais, políticas, incluindo uma análise do movimento operário, ou seja, uma análise ampla e situacional, que, em muito difere, das primeiras análises citadas. LOPES, José Sérgio Leite. *Anotações em torno do tema “condições de vida” na Literatura sobre a Classe Operária*. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org). *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984. pp.21-58.

⁹⁵ Com vista à análise da condição da população da cidade e das projeções dos impactos do Plano D sobre esta, foram produzidos tais relatórios. O relatório dedicado ao estudo da “influência da expansão na comunidade” aponta a insuficiência de registros relacionados ao “aspecto social” do município e, por isso, este relatório acabaria por ressaltar o momento de conformação da cidade a partir da instalação da usina e, posteriormente, privilegiar, o momento em que é confeccionado. Os relatórios constituídos, naquele momento, dentro do âmbito militar foram: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg). Delegacia do Estado do Rio de Janeiro. Ciclo de estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Influência da Expansão da CSN na Comunidade. 1971. ADESG. Situação Sanitária de Volta Redonda. 1971. ADESG. Problema Educacional de Volta Redonda. 1971.

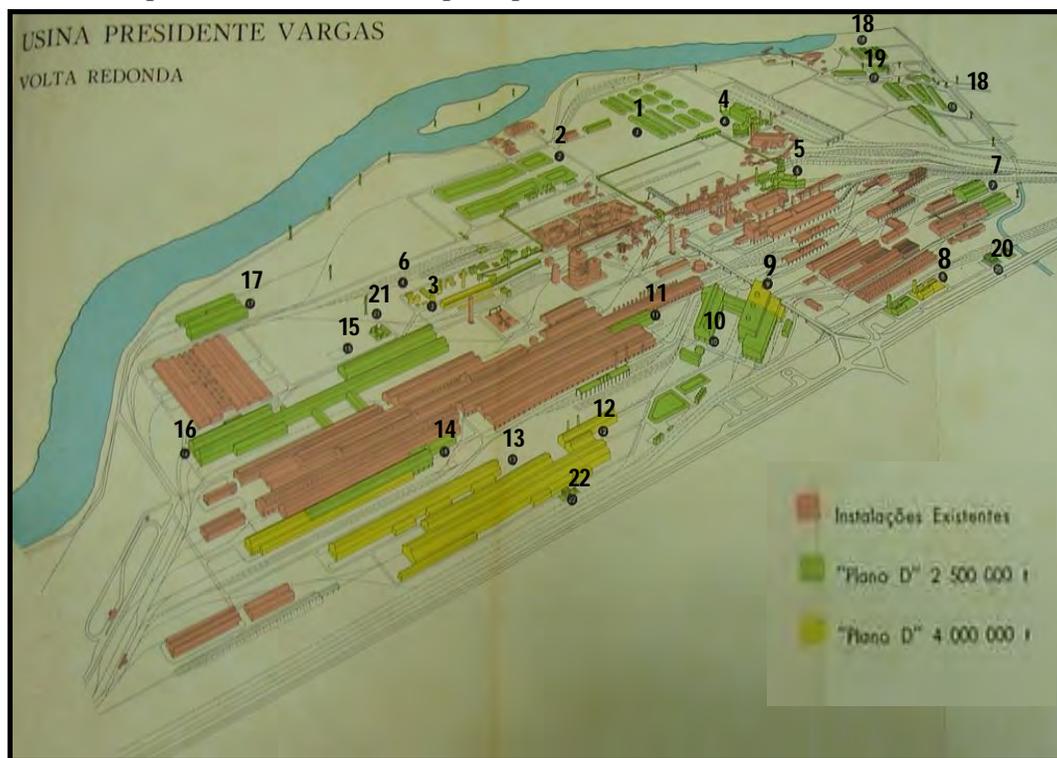
⁹⁶ ADESG. Ciclo de estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Influência da Expansão da CSN na Comunidade. 1971, p.7.

No ano anterior, em 1970, frente à plenitude do “milagre econômico”, houvera adaptações na política governamental siderúrgica para atender às demandas em ascensão. Novos estudos realizados pelo Consider projetaram o consumo de aço, para 1980, em 20 milhões de toneladas, o que exigiria um aumento da capacidade de produção das empresas de, aproximadamente, 11 milhões de toneladas de lingotes/ano. Ao serem recalculadas as produções correspondentes a cada empresa estatal, na contemplação da nova demanda, caberia à CSN um aumento produtivo que a colocasse na casa de 4 milhões de toneladas de lingotes/ano. Embora o Plano D já houvesse tido aprovação ainda nos anos 60, naquele momento é que tomaria dimensões mais precisas.

Adequando-se às novas metas definidas pelo Consider, a Companhia Siderúrgica foi obrigada a definir um rigoroso cronograma de obras, a partir da conclusão do Estágio I – até então, prevista para o ano de 1973 – que compreenderia ainda, a realização do Estágio II, entre 1973 e 1976, visando à ampliação para 2,5 milhões de toneladas de lingotes/ano, e do Estágio III, que capacitaria a usina a produzir os 4 milhões de toneladas previstos pelo Consider para 1980.⁹⁷

Figura 1

Plano de expansão: Novas unidades principais



LEGENDA: Novas unidades principais

⁹⁷ MOREIRA, op. cit., p.106.

- | | |
|--|---|
| 1- Pátio de Minério | 12- Fornos Poços e Laminador de Placas |
| 2- Pátio de Carvão | 13- Trem Contínuo de Tiras a Quente |
| 3- Baterias de Fornos de Coque | 14- Galvanização Contínua |
| 4- Usina de Subprodutos | 15- Recozimento Contínuo |
| 5- Alto-Forno nº 3 | 16- Linhas de Estanhamento Eletrolítico |
| 6- Instalações de Sinterização | 17- Fábrica de Estruturas |
| 7- Fundação de Cilindros e Lingoteiras | 18- Almoxarifados e Depósitos |
| 8- Fábrica de Oxigênio | 19- Subestação Principal |
| 9- Aciaria LD | 20- Subestação Sueste |
| 10- Lingotamento Contínuo | 21- Subestação Norte |
| 11- Laminador Desbastador (Breakdown) | 22- Subestação Sul |

Fonte: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Delegacia do Estado do Rio de Janeiro). Ciclo de estudos sobre segurança nacional e desenvolvimento. Influência da Expansão da C.S.N. na comunidade. 1971. p.62. Arquivo: Biblioteca Municipal Raulino de Oliveira (Volta Redonda).

Considerando esta “nova fase da siderurgia nacional” e o tamanho do empreendimento, pois este era “um novo parque siderúrgico” a ser implantado no Vale do Paraíba⁹⁸, o relatório sobre a influência da expansão siderúrgica na comunidade tratou de seus aspectos técnicos e econômicos, e, posteriormente, de seus desdobramentos no âmbito social e “institucional”, este último, como veremos, relativo às preocupações com o tema “segurança”.

Economicamente, uma das marcas do município era sua característica monoindustrial, dependendo basicamente de uma única empresa. A CSN concorria para 80% da arrecadação municipal e grande parte dos empregos. Sua relevância era marcante, no tocante ao contingente de trabalhadores existente na cidade, frente às outras empresas. Ela era responsável por 14.500 empregos diretos, seguida pela Cia Cimento Vale do Paraíba, com 350 empregados, sendo que posteriormente vinham a fábrica de tubos Fornasa, com 300 trabalhadores, a Cia. Estanífera do Brasil, com a presença de 200 trabalhadores, a White Martins, com um contingente entre 50 e 100 trabalhadores e a Fundação Voldac, com 50 operários. Outras pequenas empresas apresentavam menos de 50 trabalhadores.⁹⁹

Este arranjo industrial local acabaria por relacionar diretamente as demais atividades econômicas à usina. O comércio, segundo o relatório, se dava em função do valor dos salários dos operários da CSN e com a expansão da empresa, deveria atrair investimentos externos. Porém, a agro-pecuária que ocupava uma população de 5,4% da população urbana, declinaria. O sistema viário tinha o “privilegio” de ser servido “pelas duas principais vias de transporte do país”, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rodovia Presidente Dutra, duas artérias que ligavam Volta Redonda a São Paulo e ao Rio de Janeiro, ou seja, as vias de escoamento de sua produção. A expansão tenderia a aumentar, em especial, o tráfego na Rodovia Presidente Dutra e no trecho que ligava a cidade à cidade de Barra Mansa.

⁹⁸ ADESG. Ciclo de estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Influência da Expansão da CSN na Comunidade. 1971, p.8. O dirigente deste relatório foi Ervin Michelstadter, engenheiro à época, mais tarde presidente do Clube dos Funcionários da CSN, um dos importantes clubes da cidade, entre 1978 e 1985. Seu relator foi Ilvair Carraro Pereira que possivelmente já era médico à época. No início da década de 2000 estava envolvido na organização de um curso de enfermagem de um centro universitário regional. *Diário do Vale* (On-Line), Outubro de 2000.

⁹⁹ As informações deste parágrafo e dos quatro parágrafos seguintes são baseadas nas informações entre as páginas 15 e 26 do mencionado relatório. Valor percentual da produção industrial da cidade (tipo de indústria/percentual da produção local): metalúrgica (96%); minerais não-metálicos (3,2%); produção de alimentos (0,5%); outros (0,3%).

A facilidade de escoamento e abastecimento devido à conexão com grandes centros industriais, apesar de sempre ter sido considerada um fator positivo, apresentaria, a partir daquele momento, segundo o relatório, complicações mediante aos impactos da expansão. A CSN não teria, por si só, força suficiente para atração de outras indústrias, quer sejam complementares ou suplementares ao seu parque fabril, pois, dada à proximidade dos grandes centros produtores de suas necessidades e consumidores de sua produção a atratividade para a localização de outras indústrias era baixa. Essa dependência monoindustrial teria outro desdobramento, que se manifestaria na formação do contingente local de trabalhadores:

O município não se constitui mercado dinâmico de trabalho, pois a mão-de-obra disponível aspira ser absorvida pela CSN, dada sua magnitude e importância em relação às demais empresas. É também um mercado de trabalho não especializado, inflacionado, quando comparado aos grandes centros industriais, o que torna menos atrativa a fixação de novas indústrias. [...] A perdurar o *status quo*, não é lícito prever crescimento na indústria local como resultante da expansão da Usina Presidente Vargas.¹⁰⁰

A não diversificação industrial, principal conclusão acerca do aspecto econômico da localidade, traria importantes conseqüências de cunho social. A estimativa de expansão demográfica apresentada para a década era de um crescimento de 7% ao ano, um pouco menor que a da década de 1950, quando houve um *boom* demográfico com crescimento da ordem de 9% ao ano, este, superior em mais que o triplo do crescimento da população nacional. Assim, o primeiro reflexo da expansão seria o acréscimo populacional na cidade de Volta redonda.

O número médio de trabalhadores estimado na construção das novas unidades da usina, trabalhadores do setor de construção civil, era de 8.000 ao ano, com impressionantes picos em 1976 e 1977, de 15.100 e 15.500 operários.

Tabela 1

NÚMERO DE HOMENS NA CONSTRUÇÃO	
ANO	Nº DE HOMENS
1971	4.700
1972	6.200
1973	6.800
1974	12.000
1975	7.800
1976	15.100
1977	15.500
1978	3.100
1979	700
MÉDIA	8.000

Fonte: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Delegacia do Estado do Rio de Janeiro). Ciclo de estudos sobre segurança nacional e desenvolvimento. Influência da Expansão da C.S.N. na comunidade. 1971. p.12. Arquivo: Biblioteca Municipal Raulino de Oliveira (Volta Redonda).

¹⁰⁰ Ibidem, p.21.

A migração decorrente das obras geraria um grande problema habitacional. Em 1971, segundo o relatório, a CSN possuía um total de 6.000 residências destinadas aos seus trabalhadores, com um déficit de 4.000 residências relativo aos não atendidos. Com a incorporação de 4.000 novos operários, acréscimo de operários devido à necessidade de operação, gestão e manutenção das novas unidades, o déficit subiria para 8.000 moradias. Dentre os novos cargos da usina, seriam necessários 1.370 trabalhadores, entre “semi” e “não qualificados”, e 2.571, entre os considerados “qualificados” até os de nível superior.¹⁰¹ No caso dos trabalhadores “flutuantes” (da construção civil) que, em teoria, não permaneceriam na cidade após as obras de expansão, havia a “necessidade de construções provisórias ou semi-acabadas para cerca de 15.000 operários e técnicos em sua fase mais crítica”.

A expansão com todas suas conseqüências econômico-sociais levaria a um aumento vertiginoso da população da cidade. Em 1970, Volta Redonda tinha 126.805 habitantes e, em 1980, quando a usina atingisse a produção de quatro milhões de toneladas de aço líquido/ano, previa-se 249.122 habitantes segundo o relatório.¹⁰² Com relação ao déficit de 4.000 moradias, já existente, e as novas 4.000 unidades necessárias, o relatório enfatizava o importante papel da CECISA (Imobiliária Santa Cecília), com o apoio do Plano Nacional de Habitação, no atendimento desta demanda.¹⁰³ As residências seriam vendidas posteriormente aos operários interessados. Contudo, como grande parte da mão-de-obra envolvida na expansão da fábrica era de trabalhadores “não qualificados” ou “flutuantes”, vinculados ao setor de construção civil, que não permaneceriam vinculados ao quadro funcional da empresa, e como as características locais não propiciavam a instalação de novas indústrias, caberia ao poder público e à iniciativa privada as medidas mais contundentes no enfrentamento do problema populacional/habitacional, entre outras necessidades advindas da grande migração prevista para o período de execução do Plano D.

A análise de tais questões pontuava que o histórico da relação da empresa com a comunidade havia desenvolvido uma grande relação de dependência dela para com a CSN:

Criou-se um círculo vicioso entre a Companhia e a comunidade, originando toda a conotação paternalista, com prejuízo flagrante para a evolução natural desta comunidade em torno de seus valores e tradições culturais. [...] Mesmo com a emancipação do município continuou a empresa a responder pela administração da grande área urbana, com reflexos diretos no custo de sua produção e no bem estar de seus empregados. Somente na década de 60 é que ela despertou para transferir para a comunidade os encargos que lhe cabiam.¹⁰⁴

A nova postura da empresa garantiria, ao longo do tempo, a transferência total da responsabilidade sobre a comunidade para as iniciativas particulares sendo que, nas palavras dos relatores “o surgimento de liderança comunitária constitui o principal ponto a ser dinamizado, para que os problemas educacionais, de saúde, previdenciários e habitacionais possam atender as necessidades futuras”.¹⁰⁵ O desencumbimento de responsabilidades sobre o

¹⁰¹ O número de novos postos previstos de acordo com a qualificação necessária foi assim dividido: 589 não qualificados, 781 semiqualificados, 2023 qualificados, 409 mestres, 106 técnicos e 33 com grau superior. ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade, p.13

¹⁰² O número total da população em 1979 foi de 178.555 habitantes, estimado em 200.000 habitantes, para 1980. Dados do IBGE coletados por Souza, presentes em: SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.1992. p.131.

¹⁰³ ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade, p.40.

¹⁰⁴ Idem, pp.35-36.

¹⁰⁵ Idem.

espaço da cidade coadunava-se, como vimos anteriormente, com o fim de responsabilidades frente à classe trabalhadora, as quais haviam sido constituídas historicamente a partir de conflitos. Segundo outro relatório, dedicado à avaliação do “problema educacional” de Volta Redonda, a nova postura significava uma “louvável determinação da Companhia Siderúrgica Nacional, modificando sua tradicional política de assistência social de bases paternalistas, [o que provocou] um novo surto de exigências de formação educacional em todos os níveis desde a instrução elementar até a superior”.¹⁰⁶ Deveria caber tanto à comunidade, vista em termos de iniciativas particulares com o amparo do poder público, como aos “indivíduos” presentes no mercado de trabalho, a adequação às transformações em curso protagonizadas pela primordial fábrica da cidade.

Um importante elemento amalgamador das projeções sobre os possíveis impactos das transformações vindouras sobre a comunidade, presente naqueles estudos, foi a preocupação com a “segurança” da localidade, que devido à magnitude de sua importância, naquele momento, desdobrava-se em uma preocupação com os problemas relativos à “Segurança Nacional”. Essa preocupação voltava-se para as conseqüências relacionadas aos

[...] atritos sociais, em suas múltiplas formas, causando o desequilíbrio da ordem imprescindível à convivência; e as alienações políticas e deturpações culturais que levam os menos avisados (inocentes úteis) e os profissionais (estipendiados por potências estrangeiras) a atitudes de subversão, solapadora das vigas de sustentação nacional.¹⁰⁷

A passagem a seguir, um balanço sobre o item *Aspecto institucional* – “Segurança”, ao final do relatório sobre os impactos da expansão na comunidade, nos dá uma idéia do que o grupo de estudos, que se debruçou sobre a questão, pressagiava para a comunidade:

Em conclusão pode-se afirmar que com a expansão da CSN a comunidade de Volta Redonda sofrerá influências, que vistas sob o aspecto segurança, redundará em:

- crescimento de objetivo para agitação e subversão da ordem;
- exploração de fatos referentes a investimentos e empréstimos estrangeiros;
- aumento de pessoal, tendo como conseqüência o aumento de insatisfeitos com as condições atuais se não forem melhoradas;
- agravamento dos problemas sociais, se não forem corrigidos em tempo (falta de emprego para afins, falta de moradia, carência de atendimento médico-hospitalar, etc.)
- aumento dos elementos estranhos à CSN empregados nas obras de expansão e que no futuro, e em grande parte, após estabelecidos em Volta Redonda, carecerão de emprego;
- aumento de importância do objetivo militar.¹⁰⁸

Em resumo, na avaliação exposta sobre o impacto do Plano D, naqueles relatórios, o paternalismo de tempos anteriores havia gerado uma acomodação dos indivíduos, em especial dos trabalhadores, a qual bloqueou a iniciativa privada e não os motivaram à competição. A ação da empresa que havia os conformado daquela forma, agora os reeducaria em um contexto de maior competição da mão-de-obra, com forte necessidade de qualificação, e a iniciativa privada, via emergência de novas “lideranças comunitárias” (empreendimentos privados) e

¹⁰⁶ ADESG. Problema educacional de Volta Redonda. p.9. O dirigente deste relatório foi o professor Benevenuto dos Santos Neto, posteriormente, último prefeito da cidade enquanto esta foi considerada Área de Segurança Nacional, entre abril de 1982 e dezembro de 1985. O relator da fonte foi Luiz Gonzaga de Souza Clímaco, um dentista.

¹⁰⁷ ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade. p.48.

¹⁰⁸ Idem, pp..51-52.

apoio do poder público, poderia assumir as responsabilidades ligadas à comunidade. Porém, como este processo se radicalizaria em curto prazo, o que poderia levar a atritos sociais explorados por subversivos, devido à condição vulnerável da comunidade frente a estas influências, as preocupações com o tema “segurança” eram absolutamente legítimas. Nesse sentido, uma confirmação do aumento do interesse militar na localidade foi a transformação da cidade em Área de Segurança Nacional, em 1973.

Embora com suas especificidades, a visão dos economistas liberais presentes no choque de propostas para a solução da crise pré-1964 e os argumentos em defesa da modernização da gestão da empresa, nos anos 60 e 70, têm a mesma direção que os relatórios produzidos no âmbito militar ao tratarem da relação capital-trabalho, ou seja, a desqualificação do período pré-1964 enquanto um momento em que estas relações foram perpassadas por preocupações não-rationais que geravam a acomodação dos indivíduos através de uma política de distribuição não comprometida com a produtividade e crescimento econômico. O termo “paternalismo” foi amplamente utilizado para qualificar a postura da CSN até aquele momento.

Usualmente, em análises descuidadas, como categoria teórica de apreensão de relações entre classes sociais, “paternalismo” indica fenômenos díspares entre si, no tempo e no espaço, servindo mais como rótulo que como categoria explicativa. Por outro lado, também é um termo que preza um direcionamento das relações sociais a partir de cima, sugerindo manipulação e ressaltando uma idéia de que o processo histórico é decidido em um nível superior, desconsiderando a ação das classes subalternas. Por fim, ele sugere certa amistosidade e coesão entre as classes sociais, pois o termo aponta o reconhecimento da responsabilidade de tutela, por parte do coletivo dominante, e do papel de reconhecimento, por parte do coletivo dominado.¹⁰⁹

Nas fontes apresentadas o termo desempenha ainda um papel mítico e ideológico, através de uma visão retrospectiva de idealização do passado, o qual obstrui o reconhecimento de conflitos de classe. Desenvolve assim, uma desqualificação da suposta relação histórica estabelecida entre trabalhadores e empresa, sendo o passado um período marcado por uma situação retrógrada e refratária ao desenvolvimento da autonomia (modernização/racionalização) da comunidade e dos próprios indivíduos, pois, no caso destes, as expectativas em torno da ascensão profissional, através do ingresso sem qualificação específica na fábrica e em torno dos serviços oferecidos pela estatal, tinham levado, ao longo do tempo, ao não desenvolvimento dos indivíduos, com “elevado padrão econômico” mas “despreparados ou desajustados ao nível social”¹¹⁰, e ao bloqueio da iniciativa privada no atendimento às demandas locais.¹¹¹ Os argumentos de Jorge Mafra Filho (Diretor de Pessoal e Serviços Sociais da CSN) vinculados no informativo interno “O Lingote”, em dezembro de 1971, em passagem exposta anteriormente, ao mencionar a opção da empresa pelos “princípios modernos de comportamento empresarial” em substituição à “política paternalista”, que teria caracterizado as atividades da empresa durante a maior parte de sua existência, ilustra o uso do termo entre os próprios gestores da fábrica. O fato de esta visão ser compartilhada por importantes elites, civis e militares, demonstra uma forte aproximação entre estes grupos, que foi construída, em grande medida, a partir da atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) com a difusão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A ESG foi criada em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tendo como objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e

¹⁰⁹ NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. In: CADERNOS AEL – Populismo e trabalhismo. V.11, N.20/21. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2004. p.2.

¹¹⁰ ADESG. Problema educacional de Volta Redonda. pp. 8-9.

¹¹¹ ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade. p.35.

planejamento da segurança nacional. A Doutrina de Segurança Nacional repousava sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais, tendo se desenvolvido no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e estabelecimento da Guerra Fria. Tal teoria baseou-se na idéia de *guerra total*, a qual defendia a exclusão de posturas neutras frente à oposição entre os blocos ocidental e comunista e também a idéia de que o antagonismo dominante se encontrava, igualmente, dentro das fronteiras nacionais.¹¹² Segundo a Doutrina, as grandes dificuldades para garantia da segurança nacional no país estavam no despreparo de suas elites civis, agudizada devido à inadequação das estruturas políticas ao desenvolvimento econômico, e na ingenuidade política do povo brasileiro em seu precário estágio de desenvolvimento econômico, político e cultural, o que o tornava “presa fácil” da ação comunista. Tanto o despreparo das elites, assim como o estado débil da população propiciava a infiltração do movimento comunista em todas as áreas, setores e instituições sociais.¹¹³

Um dos objetivos da ESG, a partir de tal pressuposto, foi a capacitação de elites civis e militares em torno do tema “segurança nacional”. Assim, ela propôs a participação de civis estratégicos em seus cursos, com a condição que tivessem nível universitário. A exigência de ensino superior levou à ausência de representantes das associações sindicais, fato que demonstra o caráter classista da ação esguiana.

Sem adentrarmos nos vieses do trabalho desempenhado pela ESG na difusão da DSN no período anterior a 1964, podemos ressaltar que, a partir do Golpe de 1964, mesmo que o aparelho militar se visse e se sentisse melhor preparado do que os civis para governar o Brasil, porque se considerava acima dos interesses individuais e de grupos, os quais tinham grande peso no período anterior, o trabalho de formação e aproximação de interesses entre esses grupos permaneceria.

Tendo por base a sede da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, seus cursos propagaram-se por todo o país, onde cada Estado-membro se encarregava de implementar as filiais, denominadas Adesg, ou seja, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Com o objetivo de estudar os problemas brasileiros, os cursos da Adesg, sempre sob o controle da Escola Superior de Guerra, foram dirigidos para seu público-alvo, sendo que neles o binômio *desenvolvimento e segurança* era a única resposta para a solução dos problemas do país.¹¹⁴ No início dos anos 70, 50% dos diplomados da Escola Superior de Guerra eram civis.¹¹⁵

A relação entre civis e militares em torno de tal ótica consubstanciada pela ESG em seu trabalho de formação, envolvidos na administração pública e na gestão da usina, e, em alguns casos, alternando ocupações em ambos os espaços, mostrar-se-ia comum na cidade. Podemos citar, por exemplo, um evento promovido pela Adesg no Auditório do Escritório Central da Companhia Siderúrgica Nacional, entre os dias 9 e 11 de setembro de 1976. Nessa ocasião, os palestrantes convidados foram o engenheiro Marcelo Sérgio Fernandes (Diretor da Coordenação Comercial da Siderbrás), que fez uma exposição sobre “o mercado nacional e internacional do aço e suas perspectivas”, o engenheiro Plínio Reis Catanhede (Presidente da

¹¹² BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano v.4. O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.24-25.

¹¹³ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978. p.22. Nessa obra, que trata da ação política e difusão ideológica realizada pela ESG no período considerado, o autor, em passagem específica (da página 35 a 40), trata das proximidades entre a DSN e o “pensamento autoritário” de autores como Alberto Torres e Oliveira Viana, para os quais as elites brasileiras teriam uma incapacidade continuada para as tarefas de construção nacional. O fato de caber às elites este papel, nos demonstra, enfaticamente, a “debilidade” das “massas”, que “careciam” de tutela adequada.

¹¹⁴ BORGES, op. cit., p.36.

¹¹⁵ EVANS, op. cit., p.321.

CSN), que analisou as relações entre o panorama econômico e o desenvolvimento siderúrgico, e o médico Nelson dos Santos Gonçalves, na ocasião prefeito de Volta Redonda pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que discursou sobre o tema “adaptação da cidade de Volta Redonda à expansão da Companhia Siderúrgica Nacional”.¹¹⁶ Seguindo tal padrão de relações, durante os anos 70 e primeira metade da década de 80, o contato dos prefeitos com o âmbito militar seria uma subtendida regra.

Georges Leonardos, sucessor de Nelson Gonçalves, com mandato entre 1977 e 1979 pela ARENA, foi uma indicação do governador Faria Lima, sancionada por Geisel. Formado em engenharia, estudou nos EUA (mestrado) e era professor titular do curso de metalurgia na Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda (UFF-VR). Leonardos teve duas passagens por cursos militares. Na primeira, em 1971, participou de um “Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento” (Adesg), na segunda oportunidade, realizou o curso de formação “Curso Superior de Guerra” (ESG), em 1976. O engenheiro teve uma passagem expressiva pela CSN, iniciada em 1960, com desfecho, até aquele momento, em sua eleição para a presidência da COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais) em março de 1975, função da qual se afastou para o desempenho do cargo executivo a frente da prefeitura.¹¹⁷ Já o coronel Aluízio de Campos Costa, prefeito entre 1979 e 1982, pela ARENA, também indicado, era um militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ex-administrador do Hospital da CSN e, até o exercício do mandato municipal, Vice Diretor de Recursos Humanos e Serviços Sociais da CSN.¹¹⁸ Em sua cerimônia de posse no palácio 17 de julho (data de emancipação de Volta Redonda), com a presença da Diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional e autoridades municipais, um político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) teria dito: “parece até que vamos ver uma assembléia da CSN e não a troca de um prefeito municipal”.¹¹⁹ Na primeira metade dos anos 80, William de Freitas, presidente da Câmara Municipal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiria temporariamente a prefeitura em 1982, porém, não dispomos de informações sobre suas relações com militares. E, por último, entre 1982 e 1983, Benevenuto dos Santos Neto (PDS) assumiria a prefeitura, também por indicação, fechando o ciclo de prefeitos no período em que a cidade foi Área de Segurança Nacional.

A circulação desses agentes entre tais espaços nos dá indícios da importância da influência da interpretação esguiana, como vimos nos relatórios, na construção de iniciativas frente às transformações locais. No caso dos relatórios, a interpretação acerca de uma relação paternalista, permeada pelos pressupostos esguianos supracitados, apontava, em especial, a debilidade da comunidade, leia-se, dos trabalhadores e a necessidade do desenvolvimento de “sadias” relações de mercado que pudessem atender às demandas da população local. Para isso, as elites militar e civil deveriam cuidar do planejamento e execução de medidas tendo em vista os objetivos garantidores da “segurança” e “desenvolvimento”, apontando este último, em seu limite, como objetivo nacional para a construção do “Brasil potência”. Essa ação unilateral baseava-se na subordinação política da classe trabalhadora e na firme participação

¹¹⁶ Jornal Opção. N.11. p.4. 15 a 21 de setembro de 1976. Nelson dos Santos Gonçalves exerceu seu segundo mandato entre 1973 e 1977, tomando posse, ainda como prefeito eleito, antes da cidade ser considerada Área de Segurança Nacional. Seu primeiro mandato foi exercido no período 1960-1963 pelo Partido Social Democrático (PSD).

¹¹⁷ Jornal Opção. Edição Extra. pp. 2-3. Janeiro de 1977.

¹¹⁸ Jornal Opção. N.151. pp.1-2. 5 a 11 de maio de 1979. O caso do coronel Aluízio enquanto administrador público é uma pequena amostra da participação militar nessa esfera. O esforço da Escola Superior de Guerra de treinar pessoal de “alto nível” para exercer funções da segurança nacional foi levado tão a sério que, por volta de 1979, 27,8% dos cargos civis da administração pública, direta e indireta, foram preenchidos por militares. BORGES, op. cit. p.20.

¹¹⁹ Jornal Opção. N.150. p.4. 28 de março a 4 de maio de 1979.

do Brasil no mundo Ocidental.¹²⁰ A busca do “desenvolvimento”, nesses moldes, refletia-se na concretização, pelos militares, de interesses burgueses como seus.¹²¹

Segundo Eliezer, o corpo doutrinário da DSN já vislumbrava, na década de 50, a necessidade de se alterar as relações capital-trabalho, numa substituição da relação “controle-participação” para a relação “controle-promoção”, propugnando, assim, a prática do planejamento econômico como condição indispensável ao desenvolvimento industrial do Brasil.¹²² A idéia de “controle-promoção” é explícita no estudo da influência da expansão industrial na localidade, o qual defendia que para garantia do bom andamento do “aspecto social”, relativo à reação da localidade aos impactos sociais da expansão, “a idéia do crescimento econômico e bem-estar social devem andar juntas” estando “ligada ao conjunto de fatores determinantes da maior ou menor participação do indivíduo no processo de desenvolvimento”.¹²³

Em outras palavras, a DSN, no que tange às relações entre as classes sociais, sustentava implícita e explicitamente que a definição e implementação do interesse coletivo, expressos nos “objetivos nacionais” (acima do conflito de classes), se tornariam possíveis somente pela atuação de uma “contra-elite” localizada no aparelho de Estado, que é exatamente o setor militar, embora ela atuasse junto à burguesia e atendesse seus interesses, sendo a centralização política e subordinação da classe trabalhadora condição para tal intento.

Se, de um lado, os trabalhadores vivenciariam aquele momento de intensa transformação, os anos 60 e 70, como uma fissura nas relações sociais estabelecidas anteriormente, a partir dos conflitos passados, na fábrica e na cidade, do outro lado, militares e civis envolvidos na gestão de tal transformação qualificariam o passado como um momento de bloqueio ao desenvolvimento da autonomia local e de incentivo à acomodação dos “indivíduos”, sem qualificação ou senso de competitividade. Para os primeiros, aquele momento seria de perda de “proteção” e de “direitos”, já para os últimos, um momento de modernização e racionalização.

Mediante uma visão de mundo marcada pela debilidade das elites civis e das massas (leia-se, classe trabalhadora) os militares serão agentes e suporte, junto a essas elites, para o reforço das “sadias” relações de mercado, e, frente à vulnerabilidade das massas, diante de influências perniciosas, garantirem a segurança necessária a este processo. Garantia que teve como importante ferramenta a prática de planejamento na busca do “interesse coletivo” (segurança e desenvolvimento). Sob esta ótica, os impactos sociais do Plano D seriam interpretados.

A intensificação das relações de mercado deveria opor-se ao paternalismo passado, como fórmula de garantia da produtividade e progresso, sendo aplicada no espaço fabril e urbano. A intensa migração vindoura seria um dos elementos que corroboraria para este processo. A alta rotatividade seria, a partir de então, uma das realidades a serem enfrentadas pelos trabalhadores que vão se deparar, naquele período, com discursos de exaltação da qualificação. No mesmo sentido, o espaço urbano, submetido a uma lógica mais intensa de mercado, sob a pressão dos novos contingentes migrantes, acabaria por apresentar um processo de fixação seletiva dos trabalhadores, empurrando para novas e velhas periferias os menos úteis à fábrica. Este processo não se daria sem problemas, como vimos, os relatórios Adesg tentariam, sob uma ótica classista, prevê-los.

A obstrução do pensamento civil/militar quanto à agência dos trabalhadores não permitiria uma visão mais refinada sobre estes. Na solução dos possíveis problemas, previa-se

¹²⁰ OLIVEIRA, Eliezer, op. cit., p.15.

¹²¹ Idem. p.41. BORGES, op. cit., p.21.

¹²² OLIVEIRA, Eliezer, op. cit., p.42.

¹²³ ADESG. Influência da Expansão da CSN na Comunidade. p.35.

apenas a ação de novas “lideranças comunitárias” coadunadas com aquele projeto, empreendedores privados ou mesmo os novos quadros formados nos ciclos de estudos sobre segurança, que atuaram na gestão da fábrica e da cidade. Essas expectativas foram frustradas, pois o Plano D apresentaria diversos atrasos e problemas em sua execução¹²⁴, assim como, de onde menos se esperava surgiram lideranças de oposição à gestão fabril e urbana naqueles anos, vinculadas ao sindicalismo e aos novos movimentos sociais que afloraram no período.

¹²⁴ Todos os Planos de Estágio apresentaram atrasos em suas conclusões, sendo os principais motivos as necessidades de adaptação dos novos equipamentos às instalações da empresa e as crises financeiras pelas quais a empresa passou nos anos 70 e 80. O Primeiro Estágio foi concluído em 1976, com três anos de atraso; o Segundo Estágio, em 1978, com dois anos de atraso; e o Terceiro Estágio, teve utilização completa dos equipamentos instalados apenas em 1987 e 1988, apresentando, assim, seis anos de atraso. MOREIRA, op. cit., pp.97-124. As datas aqui presentes se diferem das do Anexo I devido ao tipo de fonte utilizada em suas indicações. A tabela em anexo foi elaborada a partir das datas oficiais de início e término registradas pela CSN. A pesquisa de Regina Luz Moreira baseou-se, em grande medida, em entrevistas com o pessoal técnico envolvido nas obras de expansão. Essas entrevistas apontaram momentos de pressão governamental, em situações de atraso, que levariam à finalização formal de algumas obras antes de seu término real, daí a discrepância entre as datas.

CAPÍTULO II - A CIDADE E OS TRABALHADORES NOS ANOS 70

VEJA – Quer dizer, então, que o impasse da economia brasileira é criar mais riquezas ou distribuir poucas riquezas.

DELFIM - O impasse é o seguinte: ou seremos todos burros e pobres ou menos burros e um pouco mais ricos no futuro.¹²⁵

A passagem acima, além de explicitar a visão de Delfim Netto sobre o modelo ditatorial de desenvolvimento econômico do período, é a visão de um representante qualificado do governo militar num momento de aparente “êxito” da política econômica, a qual revela importantes elementos da argumentação presente no campo de batalha que se instaurou com as avaliações daquele desenvolvimento, a partir dos dados do Censo de 1970.

A crescente concentração de renda, ocorrida durante a década de 60, impulsionou a constituição de uma arena de disputas na leitura daqueles dados. Como podemos ver a partir da fala do ministro Delfim, um dos principais argumentos justificadores do aumento da desigualdade social era a idéia de que o crescimento econômico levaria, inevitavelmente, à concentração da renda. Ou seja, sem o processo de acumulação com distribuição desigual não haveria produção, nem crescimento. Explicação que se completava com a menção ao fato do crescimento estar abrindo diferentes possibilidades de inserção dos brasileiros no mercado de trabalho, em especial, para os trabalhadores com maior qualificação. Assim, o argumento de que a desigualdade das rendas derivava da existência de diferenciais nas oportunidades educacionais estava entre os principais elementos explicativos daquela situação, construídos pela “imaginação econômica situacionista”.¹²⁶

Segundo a promessa de Delfim, com a continuidade do crescimento e a diminuição dos diferenciais educacionais, a distribuição tornar-se-ia menos concentrada. Entretanto, baseada em uma lógica trans-histórica, não é difícil perceber que tal promessa desconsiderava o processo de longa duração de conformação das desigualdades sociais no Brasil. O desafio para grande parte dos opositores dessa apologética passava pela demonstração da sua inconsistência dentro de seus próprios termos (quantitativos). Porém, naquele momento, já havia corajosas menções à limitação temática a que o debate estava sujeito, devido ao contexto político controlado no qual se encontrava. Limitação que se manifestava no tratamento estritamente quantitativo e superficial dado à realidade social em oposição à experiência vivida tanto pela classe trabalhadora como pelos grupos beneficiados pela configuração econômica instituída. Dentre os que se opunham ao processo de limitação temática do debate, destacamos José Sérgio Leite Lopes, cujas considerações são inspiradoras no sentido de uma superação da “camisa-de-força” em que a controvérsia se dava. Para Leite Lopes¹²⁷:

¹²⁵ Revista Veja em entrevista com Delfim Netto, ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Médici, em reportagem sobre a distribuição de renda brasileira. *Veja*. 7 de junho de 1972. p. 74.

¹²⁶ Expressão utilizada por Fernando Henrique Cardoso em: CARDOSO, Fernando Henrique. *Prefácio*. In.: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975. p.10.

¹²⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. *Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow*. In.: TOLIPAN e TINELLI, op.cit. pp. 289-319. Este artigo foi publicado originalmente pela “Revista de Administração de Empresas” da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo na edição de julho/setembro de 1973. As citações seguintes estão presentes nas páginas 291 e 292.

Com as restrições impostas às reivindicações econômicas abertas dos grupos sociais, em particular dos trabalhadores, o debate público sobre os fenômenos a que diz respeito a distribuição de renda transformou-se no debate privado entre os economistas sobre o que a categoria significa em sua produção intelectual.

Segundo o autor, assim se operavam as restrições ao debate:

[...] de tema público referido à prática social dos diferentes grupos sociais, a distribuição de renda, ao mesmo tempo em que se afirma como categoria específica de debate, restringi-se à discussão entre especialistas. Mas ao mesmo tempo [...] de tema integrado em análises de conjunto do processo econômico brasileiro, a distribuição de renda tende a ser reduzida ao tratamento de variáveis estatísticas e econométricas.

Essas restrições é que teriam permitido que o tema, antes discutido por poucos, se tornasse público, porém, de uma maneira limitada e controlada. Assim, o fato daquele confronto ter se dado em torno das mensurações estatísticas deveu-se, também, ao fato de que muitos trabalhos de mensuração da distribuição de renda vieram combater a propaganda oficial do crescimento em seu próprio terreno, ou seja, no campo da estatística. Sendo que muitos deles tiveram êxito em desmistificá-la, ao criticá-la propondo novas dimensões estatísticas para a avaliação do desempenho da economia.¹²⁸

Economista da Universidade da Califórnia e doutor pela Universidade de Harvard, Albert Fishlow foi um dos críticos do modelo brasileiro, que devido às “regras específicas de legitimação acadêmica” assumidas pelo debate, protagonizou, juntamente com Carlos Langoni, um subdebate por eles polarizado.¹²⁹ Este último, um jovem doutor em economia pela Universidade de Chicago e integrante do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, foi contratado pelo Ministério da Fazenda para a realização de um estudo complementar ao levantamento do Censo de 1970. Os resultados de sua pesquisa foram anunciados por Delfim Netto em junho de 1972 e tornaram-se a base dos argumentos governamentais mencionados. Já o estudo de Fishlow, ganhara grande visibilidade e as páginas de importantes jornais, a partir de uma declaração do então presidente do Banco Mundial, Robert Macnamara, que criticou o modelo brasileiro de distribuição de renda citando alguns dados de seu trabalho em uma reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) no Chile, em abril de 1972.

A partir desses fatos, a polêmica entre Fishlow e Langoni ganhou projeção como síntese do embate constituído em torno do tema da distribuição de renda. O argumento central de Fishlow baseava-se na defesa de que “o objetivo último de qualquer sistema econômico é a elevação generalizada de *padrões de vida* e não simplesmente crescimento”.¹³⁰ Apesar de seu

¹²⁸ “A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento” (1975) foi uma obra importantíssima nesse sentido. Neste livro foram reunidas, sem a pretensão de uma apreensão de todo o debate já produzido até aquele momento, trabalhos críticos ao modelo brasileiro em três conjuntos: um primeiro, que travava a batalha em termos de análise econômica, de importante relevância para a reflexão teórico-analítica sobre a ortodoxia econômica de então; outro, acerca do caráter histórico da distribuição de renda no capitalismo brasileiro; e, por último, trabalhos tidos como de “caráter polêmico direto”, dentre os quais está o texto de Leite Lopes mencionado.

¹²⁹ A expressão “regras específicas de legitimação acadêmica” é de Leite Lopes e identificava naquele contexto: o valor dado ao título de Ph.D. em universidades americanas cotadas; o conhecimento atual dos últimos modelos econométricos; e a formulação de artifícios para a política econômica imediata. LEITE LOPES (1975), op. cit., p.291.

¹³⁰ Veja, 7 de junho de 1972, p. 71. Grifo nosso. Para conferência de uma visão da polarização ocorrida entre estes dois autores, vinculada pela mídia, ver esta mesma edição, onde são resumidas suas posições. O artigo de Fishlow, “A distribuição de renda no Brasil”, também foi publicado em TOLIPAN e TINELLI, op.cit..

estudo ter demonstrado uma maior concentração de renda ocorrida no intervalo de 10 anos entre os censos de 1960 e 1970, com índices bem mais contundentes que os apresentados pela pesquisa de Langoni, ela não superou o campo restrito em que o debate ocorria, marcado por normas quantitativas de avaliação da realidade.

Em seu artigo de 1973, Leite Lopes apontava que, pelo fato da estatística não revelar outras relações senão as que são escolhidas *a priori* pelo pesquisador, tornava-se necessário discutir a própria validade explicativa dos modelos que os pesquisadores tentavam lançar mão em suas análises. Assim, as preocupações com os “padrões” e “níveis” de vida, mesmo em um autor com posição crítica em relação à concentração de renda, como Fishlow, subestimava a gravidade, para a maioria da população, dos resultados a que chegavam seus estudos. A análise estatística poderia ofuscar, paradoxalmente, a teia de relações sociais subjacente à distribuição de renda. E foi através da construção de uma crítica ao artigo de Fishlow, um dos principais pivôs no embate com a visão governista de então, que Leite Lopes apontou alguns caminhos para a superação dos limites daquele debate.

Mesmo em uma análise tida, à época, como progressista e consistente em termos estatísticos, capaz de explorar alguns aspectos da experiência vivida pelos trabalhadores nos anos 60 e 70, havia “grilhões cerceadores” no texto de Fishlow. Dessa forma, Leite Lopes procedeu à crítica de quatro importantes pontos daquele artigo, os quais elucidam barreiras a serem transpostas ao tentarmos refletir pertinentemente sobre a realidade social daquele momento.

Respondendo às críticas governamentais aos dados do Censo de 1970, as quais alegavam que o inquérito não levava em conta a renda não-monetária dos trabalhadores, Fishlow, em primeiro lugar, considerou a renda não-monetária em seu cálculo da distribuição. Tanto para os dados de 1960 como para os de 1970. Assim, os trabalhadores familiares tiveram contabilizado em suas rendas os aluguéis não pagos, o consumo doméstico rural, bem como, os empregados domésticos tiveram computado em suas rendas a alimentação e a dormida em seus locais de trabalho.¹³¹

Outro objetivo de Fishlow, preocupado com a necessidade imediata de mensuração da realidade social (um dos elementos legitimadores das análises), foi o de buscar um “nível mínimo absoluto” de renda, para cada década, em contraposição a variação regional de salários mínimos. Seus resultados apontaram para uma concentração da pobreza no campo, fato que desconsiderou os trabalhadores urbanos enquanto população constituidora de tal índice, pois o padrão de pobreza para cada década tinha por base os trabalhadores rurais do Nordeste.

Ainda nessa construção de um padrão nacional de pobreza, Fishlow teve a variável escolarização em alta conta, sendo um dos importantes critérios para a elaboração do padrão de pobreza desejado. Qualquer estudo teria dificuldades de se desvencilhar da questão dos diferenciais educacionais devido ao peso delegado às abordagens dos níveis de qualificação para o trabalho naquele debate.

Após tais ajustes no cálculo da renda e da definição de critérios de análise, o autor concluía, em concordância com importantes interlocutores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, que o período entre 1964 e 1967, de uma “política de estabilização”, havia sido decisivo para o aumento da desigualdade social. Esse processo teria resultado das prioridades do governo de destruição da ameaça política que representavam os trabalhadores urbanos e de restabelecimento da ordem econômica baseada na acumulação privada de

¹³¹ O economista Mário Henrique Simonsen criticava o fato de os dados do Censo se referir apenas à renda monetária recebida pelos indivíduos, o que distorceria as comparações, pois não estariam ali computados, entre outros elementos, a renda não-monetária derivada do autoconsumo – as roças e hortas de quintais. Veja. 7 de junho de 1972.p. 68.

capital. Além disso, a persistência de tais prioridades políticas e econômicas dificilmente favoreceria a igualdade. Sem alteração efetiva e de longo alcance do modelo, haveria aumento da desigualdade. O quadro se agravaria devido aos baixos níveis de produtividade da economia brasileira, em particular, do setor rural, sendo este ponto, o último destacado por Leite Lopes, ao proceder a crítica do trabalho de Fishlow .

Assim, Leite Lopes ressaltou que a idéia de “produtividade” estava cristalizada, no referido campo intelectual, em associações estabelecidas entre pobreza e baixa produtividade. Uma relação nem um pouco provável ou generalizável, mas que se tornava um mantra dos defensores do desenvolvimento autoritário. A espoliação dos trabalhadores urbanos e rurais acompanhada do aumento dos índices de produtividade, dos quais se vangloriava o governo, demonstrava tal improcedência. Além disso, a contemporânea disseminação de “técnicas modernas” na agricultura levava à tendência à concentração da propriedade e da renda no campo, através da concorrência desigual entre os grandes e pequenos proprietários, e ao êxodo rural. Este último, causa de uma forte pressão salarial sentida pelos novos contingentes de trabalhadores nas cidades.

Ou seja, mesmo na legítima busca da construção de padrões generalizáveis acerca dos fenômenos subjacentes ao que se convencionou tradicionalmente chamar de distribuição de renda, Fishlow apresentava elementos do “fetichismo da estatística” e da “produtividade”, ligados às premissas de mensuração imediata que se baseavam “não na mensuração do que merece ser conhecido, mas, ao contrário, [...] na crença de que só merece ser conhecido o que pode ser medido”.¹³²

Os ajustes feitos a partir da renda não-monetária, por exemplo, não poderiam significar, pressupostamente, uma vantagem para os trabalhadores. Em seu texto, Leite Lopes pontuou o fato de que um trabalhador, uma empregada doméstica ou um empregado de um engenho de açúcar, que recebesse uma renda em parte monetária e em parte não-monetária, como alimentação e dormida na casa do empregador, poderia estar sujeito a uma maior monopolização da utilização de seu trabalho pelo patrão. Além disso, a renda não-monetária, em alguns casos, poderia ser contabilizada pelo empregador como uma dívida extra-econômica, de lealdade, por exemplo.¹³³ No caso da distribuição familiar da renda não-monetária, entre trabalhadores rurais, as possibilidades de organização do trabalho dificilmente se compatibilizavam com a organização e condições do mercado de trabalho nas empresas. Transformar a renda não-monetária em monetária, neste caso, levava à demasiada abstração de uma série de relações sociais, as obscurecendo. Processo que também ocorria na constituição de um padrão nacional de subsistência.

Este deveria ser relativizado frente aos diferentes grupos da população. A elaboração de uma renda mínima absoluta implicava a homogeneização artificial das diferentes necessidades de subsistência dos trabalhadores para sua manutenção. Essa consideração apontava a inobservância, no estudo de Fishlow, das necessidades de subsistência de um trabalhador industrial urbano, as quais teriam uma composição diferente das necessidades de subsistência de um trabalhador rural, pois incluíam gastos com aluguel, transporte e uma dependência total ao mercado de bens de consumo, entre outros gastos. A possibilidade de um nível de subsistência biológica seria uma argumentação frágil diante da necessidade de consideração do nível de subsistência em seu contexto social e cultural, relativo aos diferentes grupamentos sociais. Fragilidade analítica que se estendia à busca de explicação da

¹³² LEITE LOPES, op. cit., p.291.

¹³³ Uma observação interessante do autor é a de que, nesses casos, nem se pensava em imputar a renda não-monetária no caso dos cargos superiores e gerenciais, como por exemplo, a disposição do carro da empresa, entre outras facilidades. Idem, p.298.

desigualdade da distribuição de renda através da variável educação, argumento vinculado pelo governo como elemento explicativo capaz de equacionar realidades sociais díspares.

A deficiente eficácia do entendimento dos processos sociais através de tais variáveis econométricas nos estudos relativos à distribuição de renda, segundo Leite Lopes, ocorria devido à redução das unidades sociais básicas em que a população se estruturava à dimensão da mensuração individual. Operação que descaracterizava o contexto de vivência dos fenômenos sociais, como por exemplo, a repartição da renda.

Na refutação a argumentos do debate estabelecido em torno daquele tema, mesmo argumentos considerados avançados e vindos de intelectuais tidos como da ala “crítica”, Leite Lopes, como vimos, buscou a superação das limitações apresentadas por aqueles estudos. Assim, apontou, naquele momento, que um estudo profundo com generalizações possíveis (e necessárias) e suas devidas relativizações não poderia ser construído segundo as normas de legitimidade vigentes nas disputas da produção acadêmica sobre o tema, com seus especialistas qualificados e focados nos “níveis” e “padrões” de renda, subsistência, escolaridade, entre outros índices. Importantes dimensões da realidade ofuscadas por este procedimento só se tornariam perceptíveis através de “um conhecimento da realidade social que orientasse seu trabalho de mensuração no sentido da adequação àquela realidade”.¹³⁴ Somente desta forma os termos em que o debate estava colocado, pelos especialistas em Econometria, poderiam ser rompidos, e as análises estatísticas se reencontrarem com análises etnográficas e sociológicas da realidade social brasileira, assim como, com a análise crítica da economia.

A necessidade de se perceber a ação dos trabalhadores e seu comportamento em sua própria lógica, renunciada por Leite Lopes, no início dos anos 70, acabaria se intensificando ao longo daquela década, enquanto produção acadêmica, e estendendo-se até a atualidade. Para Sader e Paoli, dentre os autores que marcaram, naquele momento, a tomada dessa nova perspectiva, Leite Lopes foi seu representante no campo da antropologia.¹³⁵ Este campo, entre outras ênfases cognitivas, tenderia à análise do “modo de vida” operário em oposição às leituras economicistas sobre o tema “reprodução social”. Não é demasiado lembrar que este momento é de auge e definimento econômico do regime militar e foi marcado pela ascensão das lutas sociais não só do movimento operário, mas também, dos movimentos populares, sendo um contexto impulsionador de tais análises. Os estudos sobre a esfera da “reprodução” dos trabalhadores ressaltavam, dessa forma, a preocupação do entendimento da experiência operária a partir das estratégias e escolhas dessa classe frente o contexto vivido.

Em 1981, a exemplo das novas iniciativas descritas, ocorria o “Seminário Estudos Urbanos”, organizado pelo Iuperj. Dele produziu-se uma coletânea com três textos, dentre os quais, não por coincidência, está outro artigo de Leite Lopes sobre os caminhos e questões do

¹³⁴ Ibidem, p.317.

¹³⁵ Segundo esses autores, a abordagem de Leite Lopes em “O Vapor do Diabo” (Paz e Terra, 1976), um dos marcos da nova perspectiva, interrogava “sobre o lugar simbólico por onde a relação de trabalho e conflito poderia ser concebível, pensável e engendrável no próprio vivido dos trabalhadores como classe”. Outros autores que também teriam marcado a produção do período foram: Francisco Weffort, com “Participação social e conflito industrial: Contagem e Osasco” (Cadernos Cebrap, 1971); Eunice Durham, com “A Caminho da Cidade” (Perspectiva, 1973); e Vesentini e De Decca, com “A revolução do vencedor” (revista Contraponto, n° 1, 1976). Weffort, a partir do texto sobre as greves de Contagem e Osasco no ano de 1968, apontou os operários enquanto sujeitos de sua própria história. A obra de Durham é representativa de toda uma corrente que se ocupou das estratégias de vida elaboradas por famílias operárias. Já Vesentini e De Decca questionaram a legitimidade dos temas da história social e política vigente, os quais refletiriam uma memória construída pela classe e grupos sociais vencedores dos conflitos passados, temas que ofuscavam o histórico do permanente conflito entre classes sociais. SADER, Eder; PAOLI, op. cit., pp.53-56.

tema “condições de vida das classes populares”.¹³⁶ Este texto, que é uma cronologia analítica sobre estudos acerca do tema, desde meados do século XIX até a atualidade, a partir da perspectiva reflexiva sobre uma “antropologia social da classe operária”, viria a sistematizar questões colocadas pelo autor, desde a década anterior, sobre a experiência das classes populares. Ele próprio ressaltou que sua experiência no estudo de grupos sociais, como os operários de usina de açúcar, fê-lo defrontar-se com o uso dos métodos de pesquisa e trabalho da antropologia social frente a um tema não comum à tradição acadêmica antropológica até então. Por isso, a necessidade da análise daquela literatura e de sua reapropriação frente às questões enfrentadas.

Se em 1972, suas preocupações nos chamam a atenção pela proximidade com a emergente História Social britânica, que já apresentava seu maior clássico em 1963 (“A Formação da Classe Operária Inglesa”¹³⁷), quase dez anos depois, esta influência já se mostrava clara. Refletindo, ao final de seu texto, sobre o conjunto da bibliografia sobre as “condições de vida das classes populares”, o autor compararia o momento vivido no Brasil, durante os anos 70, guardadas as proporções, ao debate inglês do início do século XX o qual corroboraria para inspirar, anos mais tarde, o trabalho de Thompson.¹³⁸

Nas primeiras décadas do século passado, às avaliações qualitativas “pessimistas” das condições sociais do conjunto dos trabalhadores ingleses, durante a Revolução Industrial, que enfatizavam desde a experiência das transformações materiais da produção até a percepção cultural operária acerca das novas formas de dominação, opunham-se os estudos quantitativos “otimistas” sob a hegemonia da teoria econômica “formalista”, com forte legitimidade acadêmica, preocupada com a eliminação do “subjetivismo” das fontes qualitativas. O aprofundamento da crítica “otimista” levaria à abstração do contexto político e social geral daquele período histórico e à consagração das fontes quantitativas para sua análise.

Naquela conjuntura, que não se resumia à situação da literatura inglesa sobre o tema, a superação de tal ortodoxia, no sentido do aprofundamento de um referencial analítico representado pela incorporação teórica da visão de mundo da classe trabalhadora, teria sido efetivada pela constituição de um campo de pesquisa, desde os anos 50, marcado pelas contribuições de Hoggart, Hobsbawm, Thompson e Bourdieu¹³⁹. Suas novas ênfases abririam caminho “para que as análises das ‘condições de vida’ da classe trabalhadora, incluindo suas condições materiais, [fosse] mediada através das disposições culturais dos grupos sociais”.¹⁴⁰

O que interessante de se destacar ao neste processo, análogo ao ocorrido no Brasil, no debate sobre a distribuição de renda, é o fato de que um importante ponto em comum entre estes autores e as críticas feitas por Leite Lopes aos estudos “otimistas” sobre a “distribuição” foi a compreensão de que a mediação cultural das experiências pelos grupos sociais é histórica, sendo as disposições culturais desenvolvidas através do tempo e por coletivos que vivenciam determinada realidade.

Como vimos, os critérios de legitimidade das análises do campo intelectual do debate sobre a distribuição, que permeavam as interpretações oficiais sobre o período, de forma alguma permitiam tal aproximação à realidade social. As necessidades de generalização e quantificação tensionadas pela lógica de imediatização dos resultados das análises geravam uma visão superficial dos processos sociais. Enganos cometidos até em análises tidas como

¹³⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. *Anotações em torno do tema “condições de vida” na Literatura sobre a Classe Operária*. In.: SILVA, Luiz Antonio Machado Silva (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹³⁷ THOMPSON, E.P.. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3vols.

¹³⁸ LEITE LOPES, op.cit. (1981), p.42.

¹³⁹ Idem, pp. 38-52.

¹⁴⁰ Idem, p.51.

progressistas, como a de Fishlow, mas que apresentavam uma série de distorções, como as apontadas anteriormente.

Após esta caracterização de tais interpretações de maior vinculação sobre a realidade brasileira no início dos anos 70 e das pistas pontuadas sobre a experiência vivida pelos trabalhadores, construídas pelos críticos da ditadura, pretendemos perceber a “condição” do coletivo de trabalhadores presente em Volta Redonda no período. Porém, pretendemos fazê-lo com a consciência de identificar como a experiência coletiva começa a ser reelaborada em termos de identidade de classe com base no conhecimento do processo histórico local, a partir da aproximação à lógica e percepção dos próprios trabalhadores em seu contexto social e cultural.

Essa pretensão não pode perder de vista a consideração de aspectos conflitivos, presentes em todos os espaços da vivência dos trabalhadores, que são permeados pela relação entre classes sociais. Dessa forma, não objetivamos isolar as transformações ocorridas na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em sua relação com a gestão da cidade, da vida dos trabalhadores, pois tal separação indicaria uma falsa crença de que a lógica do comportamento operário, naquele espaço, se explicaria por si mesma. Procuraremos perceber a dinâmica relacional da qual os trabalhadores fazem parte, com base nos impactos dos projetos para a siderúrgica estatal, vistos no capítulo anterior, em seu choque com a experiência da classe trabalhadora local.

Desde a década de 1950 a relação da empresa com os trabalhadores se transformou radicalmente frente ao modelo de dominação estabelecido anteriormente. Os discursos de modernização, permeados pelo pensamento oficial, procuravam deslegitimar a postura “paternalista” da empresa para com seus trabalhadores, tanto na fábrica como na cidade, em função das necessidades econômicas do “progresso”. A política social da CSN mudaria drasticamente e a venda das moradias operárias construídas por ela talvez tenha sido o principal marco desta transformação, devido às relações históricas construídas entre os trabalhadores e a fábrica. A necessidade de fixação de mão-de-obra, nas primeiras décadas da empresa, desdobrou-se na valorização do “tempo de casa” através de cerimoniais e de sua valorização como critério de grande peso para as promoções até os anos 60. Na década de 1970 há o ápice de uma nova postura da empresa, que seria um divisor de águas em seu modo de gestão, tanto com relação ao âmbito fabril quanto ao urbano.

Naqueles anos, a empresa mudou de forma radical sua política de recrutamento, reduzindo o pessoal da área produtiva e aumentando o número de alocados em funções técnicas e gerenciais, por outro lado, intensificou a subcontratação para funções “não qualificadas” por meio de empreiteiras, o que levou à valorização da instrução formal em substituição da experiência e tempo de serviço como critérios de valorização operária pela empresa, e demarcou diferenciações entre os trabalhadores no tangente às condições de trabalho, em especial, com relação à rotatividade e condições de segurança no trabalho, pois os terceirizados apresentavam um alto índice para o primeiro item e as piores condições de segurança em suas atividades.

Por outro lado, o início do plano de expansão D e seus três estágios, processo que durou oficialmente de 1969 a 1984, teve conseqüências sociais importantíssimas para a população da cidade, levando à reformulação do espaço social. A partir deste Plano, a CSN, que produzia cerca de 1.400.000 toneladas de aço por ano em meados dos anos 60, passaria a produzir, conforme o previsto inicialmente, 4.600.000 toneladas de aço por ano, ao seu término.¹⁴¹ Esse processo implicou em uma enorme expansão do equipamento da usina e na formação de novos contingentes de trabalhadores para construção e operação dos mesmos.

¹⁴¹ O valor real da produção após o término do Plano D foi de 2.335.000 toneladas de aço por ano.

Um intenso processo de migração marcou aqueles anos de existência da fábrica e da cidade. Devido ao grande fluxo de trabalhadores, entre os principais problemas vividos estava a questão habitacional e a dificuldade de se conseguir um emprego.

Contudo, esses problemas foram vividos de formas diferentes por diferentes grupos sociais. O espaço da cidade, marcado pelas novas transformações - em especial, pelo uso mercadológico das propriedades (lotes) da CSN, as quais abrangiam as melhores regiões da cidade - teria que abrigar os migrantes pobres em busca de oportunidades de emprego, os trabalhadores já sediados na cidade, mas que haviam perdido o direito de morar nas casas da CSN e os trabalhadores "qualificados" (entre gerentes e técnicos) necessários à modernização da fábrica e privilegiados pela política econômica. Esse processo constituiria novos espaços e resignificaria os antigos na conformação conflitiva dos espaços habitacionais e de vivência dos trabalhadores. As mudanças na relação com o espaço da cidade e com a fábrica, aliadas ao processo de intensa migração e constituição de novos contingentes de trabalhadores, levariam a um processo de diferenciação social entre estes. Esse processo motivou a constituição de novas hierarquias internas à classe e novas possibilidades de integração, as quais pretendemos demonstrar ao final do capítulo.

2.1 Breve histórico da constituição do espaço urbano na Cidade-Usina: dos anos 40 aos anos 60

Em 30 de janeiro de 1941, através do Decreto-Lei nº 3.002, Vargas aprovou o plano para a instalação da usina, autorizando a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional a criar a Companhia Siderúrgica Nacional. A CSN foi efetivamente fundada em 9 de abril do mesmo ano. A área que representou o patrimônio da CSN, na qual foram construídos a usina e os bairros para seus operários e funcionários, foi formada por algumas fazendas desapropriadas pelo Governo Federal em março de 1941 e pelas fazendas Santa Cecília e Retiro, adquiridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e por ele doadas à empresa.¹⁴² As fazendas totalizavam cerca de 2300 hectares e pertenciam, respectivamente, a Nelson Godoy, parente de Ademar de Barros, Interventor Federal em São Paulo, e Carlos Hassis.¹⁴³

Os terrenos situavam-se em Santo Antônio de Volta Redonda, distrito do município de Barra Mansa, que comportava, pelo menos, desde 1890, dois núcleos urbanos definidos, ambos localizados às margens do rio Paraíba do Sul. O núcleo instalado na margem esquerda que estava situado na área do atual bairro Niterói e o núcleo situado na margem direita, que compreendia a região do atual centro de comércio da Avenida Amaral Peixoto. A localidade, um entreposto de importância secundária no comércio com Minas Gerais, sofreu poucas alterações nas primeiras décadas do século XX. Em 1940, sua população não chegava a 3.000 habitantes, dedicados, em sua maioria, a atividades pecuárias.

Logo após a criação da CSN, ainda em 1941, foram iniciados os trabalhos de construção da usina, de acordo com o projeto da empresa norte-americana Arthur G. Mckee & Co.. No início de 1942, começaram as obras das vilas residencial e comercial, projetadas pelo arquiteto Atílio Correia Lima, obedecendo ambas a um mesmo plano diretor. O plano previa loteamentos bem cuidados estrutura viária hierarquizada, amplos espaços abertos com áreas ajardinadas, equipamentos urbanos centralizados, além de um cinturão verde de

¹⁴² FONTES e LAMARÃO, op. cit., pp.17-18.

¹⁴³ LOPES, Alberto. A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. p.47.

preservação.¹⁴⁴ A Companhia converteria o Vale do Paraíba em um importante pólo industrial e Volta Redonda seria saudada pela grande imprensa como a maior cidade industrial do país:

Volta Redonda será habitada por cerca de 4.000 habitantes operários sob a direção de dezenas de técnicos; deverá configurar-se como cidade operária para 20.000 habitantes e será provida de água e esgotos e tudo o mais que se relaciona com a perfeita instalação de um núcleo urbano.¹⁴⁵

A citação acima nos informa sobre as relações estabelecidas entre a cidade planejada e a usina, identificadas por Graciolli como características do modelo *company-town*:

As *company-town* são cidades em regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir com razoável grau de garantia as necessidades de força de trabalho, através da fixação desta pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento.¹⁴⁶

Nos bairros residenciais, foram estabelecidos diferenças quanto ao tamanho dos lotes, às taxas de ocupação e aos tipos de residências, criando espaços estratificados por categorias profissionais e por faixas salariais. As casas foram planejadas segundo sete tipos diferentes, variando em localização, tamanho, comodidades, destinadas a engenheiros, mestres, contramestres e operários. Além disso previa-se a construção de pensões e hotéis para empregados solteiros e visitantes. Assim, o planejamento da cidade, seguindo critérios simultaneamente homogeneizantes e hierarquizantes, contribuiria para a internalização da hierarquia da empresa por parte de seus habitantes, segregados segundo ocupação, sexo e estado civil.¹⁴⁷

Inscrescia-se, assim, no espaço urbano a hierarquia da Companhia, prescrevendo a cada um o seu lugar: as mansões nas colinas, com uma bela vista sobre o rio Paraíba do Sul, para os diretores; logo abaixo, os gerentes e engenheiros; perto da fábrica, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante, os bairros operários, tudo dentro “das normas mais modernas de urbanismo”, como já propunha o Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Além das casas e alojamentos do acampamento principal – construções de madeira e alvenaria, algumas instalações sanitárias individuais, outras com instalações coletivas – foi construído, numa área em forma de anfiteatro, o Acampamento Rústico – 62 casas construídas em 1942, com 36m² cada uma, de pau a pique e rebocadas – destinadas a alojamentos provisórios.¹⁴⁸

A segregação residencial esteve visível no plano de Volta Redonda até mesmo na divisão topográfica dos terrenos. Quanto mais alto o cargo ocupado por um empregado na empresa, mais alta tenderia estar situada sua casa, nas curvas do nível do terreno. Essa relação

¹⁴⁴ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU-VR). *Volta Redonda: Um desafio*. 1978. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 7.

¹⁴⁵ *Diário de Notícias*, 02 de fevereiro de 1942. Apud MOREL, op. cit., p.52.

¹⁴⁶ GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: EdUFU, 1997. p.28.

¹⁴⁷ MOREL, op. cit., p.69.

¹⁴⁸ Idem. p.29. Há estratificação social até nos acampamentos de construção da usina. Havia o acampamento principal, com maior estrutura, e o Rústico, menos estruturado, que existiu até os anos 50. Estes foram anteriores à conclusão da vila industrial. Lopes assim descreveu o acampamento Rústico: “Um bairro-acampamento, o chamado Rústico, foi totalmente edificado com casas de pau-a-pique barreadas, uma técnica muito difundida no meio rural, sob supervisão sanitária de um especialista que atestaria o avanço desse tipo de habitação no Brasil.” LOPES, op. cit., p.87.

traduzia-se, de certa forma, em distância da usina. No bairro Conforto os operários conviveriam com a poluição. A sede da Fazenda Santa Cecília, preservada num vale afastado da usina serviria mais tarde como residência do presidente da CSN. O bairro Laranjal foi destinado aos técnicos e diretores da empresa, estando situado em uma alta região no centro da cidade. O melhor hotel da cidade, o Bela Vista, que abrigou os consultores norte-americanos, também foi situado no alto. O Laranjal e o Bela Vista, voltados para a instalação de residências correspondentes a importantes cargos, são as duas únicas exceções à idéia de não ocupar os morros destinados ao reflorestamento. Na planície onde estava a vila operária, as casas obedeciam a padrões e tamanhos diferentes, como vimos, conforme a função e o estado civil dos empregados.¹⁴⁹

Em resumo, de acordo com esses critérios, foram criados ao longo dos anos bairros para as categorias profissionais superiores, como Vila Santa Cecília (1942), Laranjal e Bela Vista (1945); bem como bairros para funcionários e trabalhadores menos qualificados, como o Conforto (1942), e, posteriormente, Jardim Paraíba, Nossa Senhora das Graças, Sessenta e Monte Castelo, entre 1952 e 1962. A cidade industrial foi construída ao sul da usina, na margem direita do rio Paraíba do Sul, com a pretensão de estar a salvo da fumaça das chaminés, que o vento levaria para a margem esquerda do rio. Entretanto, ela nunca passou perto de atender a todos os trabalhadores.

No 2º semestre de 1943 são entregues as primeiras 462 unidades habitacionais permanentes, localizadas na Vila Santa Cecília e parte no Conforto. Nesse ano, o número de empregados da CSN já atingia a 10.879 e o percentual atendido com residências somente alcançou 4,2%. Até 1946 os índices de atendimento pouco se alteram- 3,5% em 1944, 11% em 1945 e 13 % em 1946. [...] De 1947 a 1966, à exceção de 1949 e 1950, ano a ano a CSN produzia novas unidades habitacionais. No entanto, as 4000 unidades previstas no plano inicial somente foram alcançadas em 1957, ou seja, 15 anos após o início da construção da cidade operária. Nesse período, embora os índices de atendimento sejam mais altos, vale notar que se mantiveram na faixa dos 30 a 40% atingindo o pico em 1965 com 40,8% de empregados ocupando residências da empresa.¹⁵⁰

A relação número de empregados/número de habitações nos permite apontar a ineficiência da política habitacional da CSN, desmistificando a possibilidade de que todos os seus trabalhadores, em algum momento, disporem de moradia cedida pela empresa. Esse benefício seria tanto um artifício para a fixação de categorias estratégicas quanto um prêmio para a antiguidade, “bom comportamento”, etc.

A política de oferecimento de residências, mesmo que ineficiente, foi constantemente manejada de forma a alimentar as expectativas dos operários em torno do discurso da empresa que indicava a possibilidade de suprir suas necessidades, sem realmente o fazer. Tal déficit de moradias levou à ocupação de outros espaços pelos trabalhadores. Os processos migratórios decorrentes dos fluxos de aumento e retração do número de trabalhadores empregados nas obras de implantação e expansão da CSN, desde os primeiros tempos de sua existência, corroboraram para o crescimento da periferia urbana.

Com a conclusão da usina em 1946, parte da força de trabalho empregada nas obras – cerca de 7.000 trabalhadores no momento de “pico” - foi mantida, sendo utilizada em diversas seções da siderúrgica. Para tal, esses trabalhadores tiveram de receber treinamento especial, já que nunca haviam trabalhado com máquinas. Parcela

¹⁴⁹ Ibidem, p.76.

¹⁵⁰ SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de Souza. *O espaço urbano e a dominação*. In.: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Arió, o pássaro que veio de longe*. Volta Redonda: Gráfica do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, 1989. p.34.

significativa da mão-de-obra não aproveitada permaneceu na cidade, à margem do mercado de trabalho, defrontando-se com sérias dificuldades para sobreviver. A favela do morro São Carlos [Morro dos Atrevidos], surgida no final dos anos 40, é um exemplo bastante revelador dessa situação.¹⁵¹

Os loteadores acabaram por ter grande espaço de ação marcado por irregularidades e por estratégias de valorização e especulação sobre o solo. Com a conivência da prefeitura, cuja fiscalização sobre os loteamentos era realizada de forma inadequada devido à necessidade de dar vazão ao fluxo de ocupação urbana, eles antecipavam o uso dos espaços da periferia da cidade numa estratégia de valorização dos terrenos centrais.¹⁵² As periferias que se formaram seriam marcadas pela ausência de equipamentos urbanos e infra-estrutura. Para a CSN a ação destes indivíduos acabava por atender necessidades que ela não contemplaria. Em 1940, o distrito apresentava 2.782 habitantes, já em 1950, seu número de habitantes seria 35.964, sendo que mais da metade deles estava fora da área da Cidade Operária.¹⁵³

Até 1954, Volta Redonda constituiu o 8º distrito do município de Barra Mansa. Os tributos arrecadados pela prefeitura barramansense à CSN eram aplicados, em sua maioria, no distrito-sede, não se voltando para a resolução dos graves problemas da nova cidade que surgia, ou seja, para o crescimento da periferia. À medida que o núcleo implantado pela usina extravasava sua função, configurando uma cidade com interesses autônomos, comerciantes e proprietários começaram a reivindicar a emancipação do distrito, visando à aplicação local dos tributos produzidos pelo lugar.

O movimento emancipacionista não se chocava com os interesses da CSN; muito pelo contrário. Afinal, a entrada em cena de uma administração local própria, empreendida por uma prefeitura, tenderia a reduzir as responsabilidades da Companhia no tocante à manutenção das condições de reprodução da força de trabalho por ela empregada, bem como a diminuir seus investimentos diretos em infra-estrutura para uma mais rápida circulação da produção.

Assim, em 17 de julho de 1954, concretizou-se a emancipação político administrativa, com a criação do município de Volta Redonda. Os interesses dos grupos dominantes locais logo se fizeram sentir. A principal obra da administração de Sávio Gama, o primeiro prefeito do novo município, foi a abertura de uma avenida que serviu de via de penetração ao bairro Retiro [pertencente à Cidade Velha], loteamento de sua propriedade, e que permitia o acesso a novos loteamentos [...]¹⁵⁴

A pressão pela ocupação do solo foi influenciada constantemente pelos momentos de expansão e de crise enfrentados pela Companhia. A ampliação da usina afetou diretamente o meio urbano de Volta Redonda. Como coração da cidade, a usina pulsava e exigia a ramificação do espaço em novas áreas. Durante os anos 50 e início dos 60, período de execução do plano de expansão C, registrou-se uma aprovação maciça de loteamentos, devido ao aumento da demanda de terrenos para moradia e comércio, gerado pelas obras de expansão da siderúrgica. Segundo a avaliação de um relatório produzido nos anos 70 sobre o crescimento urbano da cidade, no período pós-emancipação, “as soluções administrativas

¹⁵¹ FONTES e LAMARÃO (1986,p.18).

¹⁵² Esse processo de valorização de lotes centrais e especulação imobiliária é análogo ao identificado por Fontes (2008) na periferia de São Paulo. FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.94.

¹⁵³ SOUZA, op.cit. p.37. Sobre uma visão e ação popular acerca da emancipação, ver: SILVA, Leonardo Ângelo da. Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954). Dissertação (Mestre em História). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

¹⁵⁴ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.19.

visavam, quase sempre, às interferências imediatas, de curto prazo”, o que provocou “aprovações maciças de loteamentos e frentes de urbanização, além de inúmeros loteamentos clandestinos, simultaneamente”.¹⁵⁵ Tais loteamentos clandestinos foram estabelecidos em áreas de propriedade da Prefeitura e mesmo em terrenos particulares.

Nos momentos de atração de mão-de-obra, por razões político-eleitorais, a própria Prefeitura e/ou vereadores subscreviam esse processo de ocupação tão necessário à reprodução momentânea da força de trabalho, deixando para depois a solução do problema da regularização da moradia. Observa-se, assim, uma vinculação entre o poder municipal e os interesses da CSN, fazendo o primeiro “vista grossa” à ocupação de áreas indevidas atenuando latentes tensões sociais, desobrigando a usina de absorver todo o contingente de trabalhadores atraídos e permitindo a reprodução, ainda que em condições precárias, desse exército industrial de reserva.¹⁵⁶

Essa forma de ocupação do solo urbano ganhava maior peso nos períodos de ampliação da usina, quando grande quantidade de mão-de-obra era atraída para a cidade. Com o término de cada estágio de expansão, contudo, um número elevado de trabalhadores era dispensado, acarretando, com isso, toda uma série de conseqüências sociais (inchaço de favelas, fechamento de estabelecimentos comerciais surgidos na fase de expansão e etc.). Por outro lado, em longo prazo, podemos imaginar as trágicas conseqüências de tal ocupação do solo, mesmo para os que conseguissem se estabelecer nele, através de um processo de ocupação tão desordenado.

Fausto Domingos Pinto veio com sua esposa do Sul de Minas Gerais para Barra Mansa, ainda nos anos 40.¹⁵⁷ Seu primeiro emprego foi na Siderúrgica Barra Mansa (SBM), tendo posteriormente trabalhado na Nestlé daquela mesma cidade por uns dois anos. Após as primeiras experiências de trabalho na região, ingressou na CSN onde trabalhou por 26 anos no setor de alto forno, se aposentando em 1972. Ainda hoje há uma rua em sua homenagem no bairro Retiro, estando, a sua família, entre uma das mais antigas no conjunto dos atuais moradores do bairro.

Quando Fausto se deslocou para o bairro Retiro, nos anos 50, logo comprou um terreno, “só que naquela época o cara falava assim: - Seu terreno é esse aqui. Não tinha nada marcado não. Piquete, topografia, não tinha nada não.”¹⁵⁸ Feita a compra, mudaram-se para o lote, possivelmente para uma habitação improvisada, e durante dez anos Fausto construiu a casa onde morariam ele, a esposa e seus oito filhos. Após o término da construção “mudou um senhor lá de Mendes, ele [era] até famoso, curava uma porção de gente, vinha gente de tudo enquanto é lugar do Brasil, aí ele falou: - Olha, na medição, esse terreno aí é o meu.” Após a verificação de um levantamento sobre os terrenos da localidade, Fausto teria confirmado que seu terreno ficava a três lotes de onde sua casa tinha sido construída. Segundo Paulo, seu filho:

¹⁵⁵ INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA (IPPU-VR). Volta Redonda: Um desafio. 1978. p.03.

¹⁵⁶ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.19.

¹⁵⁷ Um estudo dos anos finais da década de 1960 constatou que pouco mais da metade da população ativa da cidade era composta de mineiros provenientes da Zona da Mata e da Zona Sul daquele estado. PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA (PMVR). Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Estudo elaborado pelo escritório técnico Wit-Olaf Prochnik na segunda gestão municipal do prefeito Sávio Cotta de Almeida Gama, 1969.

¹⁵⁸ Entrevista com Paulo César Pinto, operário aposentado da indústria de construção civil, realizada em 22/11/2008.

[...] o cara queria comprar a casa no mole. Aí meu pai falou: “não, no mole eu não vendo não, desmancha tudo, a casa todinha, mas não vendo”. E assim foi feito, ele desmanchou a casa todinha, aí começou a construir aqui, mas... mais dez anos pra construir? Mas aí Deus ajudou tanto a ele e a gente também, que ele foi pegar de quatro à meia noite e nessa época nesse primeiro viaduto de Volta Redonda, tinha uma passagem [...] e tinha uma banca de jornal, com bilhete de loteria, aí meu pai pediu o número de nossa casa 2017, aí comprou uma cartela inteira, aí rolou, rolou, rolou “ô linda, ó, você não sabe o que aconteceu comigo?! Minha mãe falou: “não sei mesmo”[...] Por volta de 1963, construiu uma loja e reformou a casa.

Paulo ressaltou que muitos vizinhos passaram por tais dificuldades com relação à localização dos lotes, embora possamos supor que o acerto na loteria, um sucesso na estratégia encontrada por Fausto, não tenha sido compartilhado por muitos que optaram pelo mesmo caminho.

Esse processo de especulação e valorização dos lotes não levou em conta as características topográficas da região, gerando uma malha urbana descontínua e rarefeita, com grandes vazios e áreas urbanas enquistadas, subindo morros e instalando-se em pequenas áreas de baixada. A monopolização do espaço mais valorizado, as melhores terras estavam nas mãos da CSN e de alguns poucos fazendeiros, levou a uma ocupação periférica contundente. Esses proprietários beneficiaram-se de uma legislação incipiente, baseada ainda na de Barra Mansa, que permitia o parcelamento de terras desvinculado da continuidade da existência de infra-estrutura.¹⁵⁹ O monopólio das melhores espaços, principalmente pela usina, situados à margem direita do rio Paraíba do Sul, ao sul da cidade, e a intensa expansão periférica ao norte, na margem esquerda do rio, gerou uma série de dicotomias na percepção do espaço da cidade, inclusive presentes em estudos acadêmicos.

As oposições entre “margem esquerda” e “margem direita”, “Cidade Velha” e “Cidade Nova”, cidade “livre” dos domínios da Companhia (não planejada) e cidade “planejada” são recorrentes na bibliografia sobre a constituição social do espaço da cidade, assim como nas narrativas de entrevistados. Por exemplo, segundo Fontes e Lamarão (1986) nas áreas fora da responsabilidade da CSN, Volta Redonda havia experimentado, desde o início, um processo de desenvolvimento não planejado – desvinculado dos interesses imediatos da Companhia, mas por eles direcionado. Nas terras da “margem esquerda” do rio Paraíba do Sul, em pouco tempo, espalhou-se outra Volta Redonda, conhecida por “Cidade Velha” (em oposição à “Cidade Nova”, dos bairros planejados) ocupada por pequenos comerciantes e por um grande contingente de trabalhadores dispensados pela CSN. Como vimos anteriormente, face à crescente demanda de terras para habitação e comércio, os grandes proprietários da região passariam à condição de loteadores e especuladores de terrenos. A oposição entre esses espaços permaneceria, mesmo com a emancipação da localidade.¹⁶⁰

Para Souza (1992), a instalação do município não estabeleceu, de fato, a unidade territorial. O espaço permaneceu dividido, pois dentro da área municipal sobrevivia a Cidade Operária, como unidade autárquica gerida pela CSN e, portanto, diretamente relacionada a ela. Ao invés de eliminar a dualidade existente, para a autora, a instalação do município a evidenciou. Eram dois mundos numa mesma cidade: dois espaços geográficos bem delimitados, submetidos a “governos” diferentes, nos quais a situação físico-urbanística e as condições de vida, por extensão, eram flagrantemente contrastantes.

Fontes e Lamarão (1986), em pesquisa realizada em 1979, ressaltaram que:

¹⁵⁹ Uma legislação própria, acerca da ocupação do espaço urbano, só seria alvo das atenções do município nos anos finais da década de 1970.

¹⁶⁰ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.18. Outros trabalhos que também mencionam tais diferenças espaciais: MOREL, op. cit., pp.64-65. LOPES, op. cit., pp.90-93. SOUZA, op. cit., pp.35-47.

Com a emancipação, as relações sociais passaram a se dar em dois universos distintos, mas intimamente ligados, representados pela CSN e pela Prefeitura e suas respectivas áreas de atuação. A Cidade Nova e a Cidade Velha expressavam – e ainda expressam – esses dois universos e seu inter-relacionamento. Os moradores de Volta Redonda entendem por Cidade Nova os bairros planejados, com seu traçado retilíneo, sua unidade visual, o cuidado especial dado pela CSN à pintura das casas, aos jardins, à infra-estrutura a ela pertencente e por ela mantida em bom estado de funcionamento. A Cidade Velha compreende aqueles bairros que tiveram um desenvolvimento não-planejado, entregue aos construtores e incorporadores privados, e cuja manutenção sempre esteve a cargo da Prefeitura.¹⁶¹

Zeomar Tessaro, migrante do Espírito Santo que chegou à Volta Redonda em 1972, com nove anos de idade, nos dá uma idéia das possibilidades de interpretação da constituição do espaço da cidade e da força da percepção calcada na dicotomia entre “margem direita” e “margem esquerda”, existente ainda hoje:

Volta Redonda é uma cidade, assim, estrategicamente dividida, tipo, quando da fundação da CSN, se criou um setor que era o operariado né, que é essa região do Conforto. Na Vila era a área de engenheiros e tal. Aí o chamado Laranjal era a área mesmo dos chefes de departamento, daquela coisa toda. Então a cidade era mais ou menos dividida no seguinte: entre ricos, os mais ou menos ricos, os operários, e do outro lado, a periferia. Nós chegamos aqui na periferia, apesar de já ter evoluído bastante e tal, o setor do Retiro. O Retiro, com certeza, o maior bairro da cidade [...] mas é onde realmente a população mais carente mora. [...] Mais ainda, podemos considerar que aquele setor, a margem esquerda do rio Paraíba, embora seja populacionalmente maior que a margem direita, é chamada a vila operária mesmo, daquele pessoal que vinha pra cá, que não era nem funcionário da CSN, eram das empreiteiras e das subempreiteiras. Então, a margem direita era um pouco, os que eram funcionários da empresa, dividido na vila operária, uma área de engenheiros e da chefia, e a margem esquerda, digamos assim, era dos que trabalhavam nas subempreiteiras da CSN.¹⁶²

Embora houvesse importantes diferenciais urbanos entre a vila residencial da CSN, incluindo seus acampamentos, e a área em intensa expansão correspondente ao antigo núcleo populacional do bairro Niterói (“Cidade Velha”), na margem esquerda, em termos objetivos, a diferenciação espacial entre estas duas áreas a partir da identificação feita por Zeomar e, como vimos, presente em alguns autores, não contempla o surgimento histórico de novas periferias.¹⁶³ Como o ressaltado por Pereira (2007), é importante destacar que a periferia

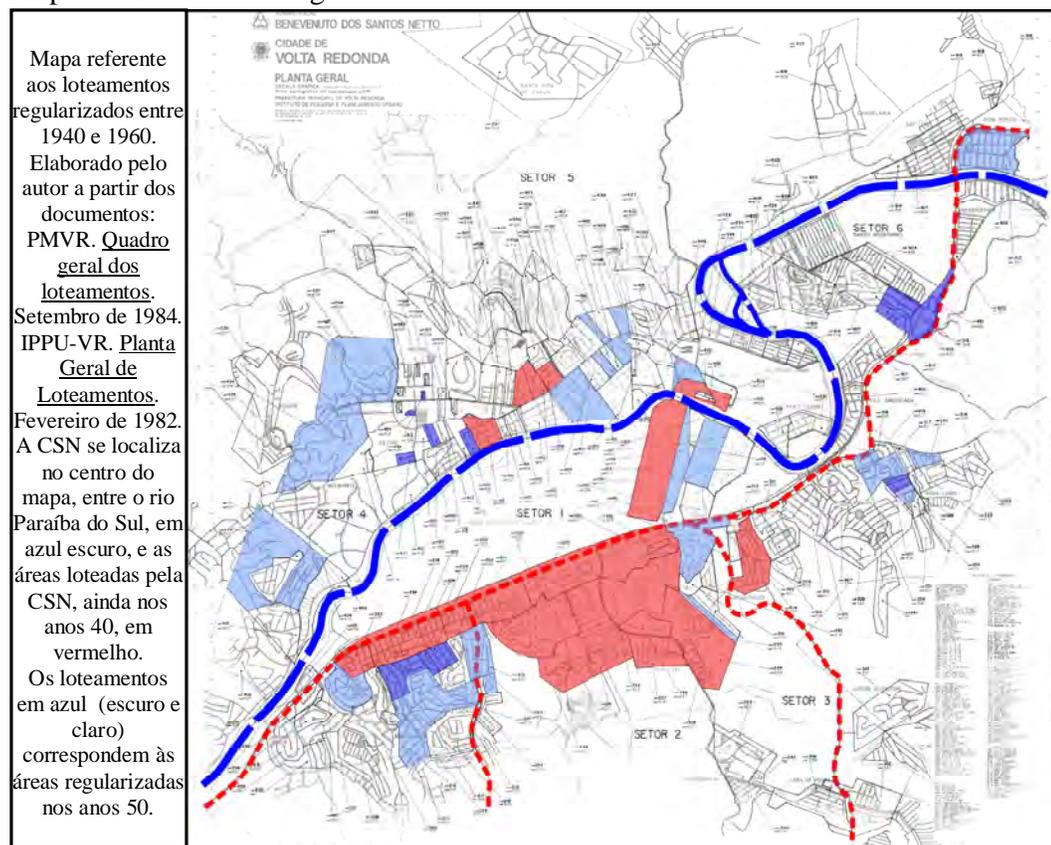
¹⁶¹ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.20.

¹⁶² Entrevista com Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, realizada em 28/01/09.

¹⁶³ Até documentos oficiais trazem esta idéia de dualidade espacial, como por exemplo, uma passagem do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI). Um estudo realizado na segunda administração do prefeito Sávio Cotta de Almeida Gama: “Do ponto de vista da organização do quadro urbano, Volta Redonda apresenta-se marcada por uma dualidade: de um lado encontra-se o quadro implantado pela CSN, dotado de toda infra-estrutura necessária e organizado apazivelmente; de outro lado opõe-se o quadro urbano surgido espontaneamente à partir do núcleo pré-industrial que se apresenta desigualmente mal dotado dos serviços de infra-estrutura. Mais do que essa dualidade marcante é de se ressaltar que o crescimento espontâneo que se vem processando apresenta-se desorganizado, podendo mais tarde ser responsável por problemas físicos territoriais incontornáveis”. PMVR. PDLI. 1969. p.2.

Figura 3

Mapa dos loteamentos regularizados entre 1940 e 1960



Mesmo considerando os loteamentos regularizados entre 1940 e 1960, o que implica em graves distorções na percepção do processo de ocupação do solo, pois muitas áreas até a data do levantamento no qual nos baseamos, do ano de 1984, não haviam sido regularizadas (fato que explica os “bolsões” de áreas em branco, não regulares, na margem esquerda do rio, ainda nos anos 80); e também considerando o fato de que as áreas regularizadas nos anos 50 poderiam estar ocupadas desde os anos 40, podemos visualizar no mapa a ocupação de lotes periféricos à Cidade Operária, na década de 1950, ao sul de Volta Redonda. Cabe ressaltar, segundo Souza (1992), que os loteamentos e favelas, muitas vezes, diferiam apenas sob o aspecto legal, uma vez que estas últimas eram formadas pela invasão de terra. Em ambos os casos estes apresentavam semelhanças quanto à falta de infra-estrutura básica e à localização periférica.

Dessa forma, a interpretação de Zeomar Tessaro, tanto no que diz respeito ao histórico de formação da periferia urbana, a qual estaria destinada à “margem esquerda”, assim como, com relação à ocupação dos espaços por determinadas categorias de trabalhadores, estando os migrantes preferencialmente ligados àquela “margem”, não condiz com o processo de ocupação por nós identificado. Cogitamos assim, que na narrativa de Zeomar o espaço geográfico pode ser mais que um cenário, pode ser instituinte de identidades sociais e imaginários. Duarte (2002) trás reflexões acerca dos conceitos de bairro e comunidade e da necessária desnaturalização destes nos processos históricos. Em Volta Redonda, as divisões

entre “Cidade Operária” e “Cidade Velha” ou “margem direita” e “margem esquerda” trazem consigo significados construídos e atribuídos.¹⁶⁵

Embora não adentremos nessa constituição identitária da percepção do espaço, a partir do momento da constituição da cidade planejada, é importante ressaltar que ela existiu e desdobrou-se, de alguma forma, na percepção de outras gerações. É provável que nos anos 70 e 80, período em que Zeomar chegou à cidade e iniciou sua trajetória como trabalhador da construção civil, anos marcados pelo surto de crescimento periférico ao norte da cidade (margem esquerda), significativamente maior que o das áreas ao sul (margem direita), essa percepção, que vincula os trabalhadores terceirizados à periferia urbana ao norte, possa ter sido elaborada. A área disponível para ocupação ao norte da cidade, nos anos 70 e 80, sempre foi privilegiada pelas autoritárias políticas públicas de habitação voltada para a população pobre, sendo uma área distante dos principais centros da cidade. Tais políticas entravam em choque com os interesses de muitos trabalhadores que, por exemplo, trabalhavam nas áreas de expansão industrial na margem direita do rio, ao sul. Soma-se a isso o fato de que muitas das áreas de expansão urbana da margem direita eram de monopólio da CSN, as quais seriam submetidas, naquele período, a uma lógica mercadológica que favoreceu a fixação de categorias profissionais altamente valorizadas pela usina.

Assim, o espaço urbano a direita do rio, nos anos 70 e 80, embora, objetivamente, de ocupação não-monopolizada, realmente pode ter adquirido o contorno de espaço exclusivo para alguns setores, no confronto pela ocupação das áreas da cidade. Mesmo já havendo uma histórica fixação seletiva de trabalhadores, por parte da CSN, aqueles anos iriam reconfigurá-la em função da lógica de mercado tutelada por políticas públicas autoritárias. Os trabalhadores, funcionários da siderúrgica ou não, viveriam esta nova realidade.

Morel (1989) explicou a forma como o coletivo de trabalhadores atendidos pela política habitacional da empresa estava organizado em meados dos anos 60, momento anterior à venda das casas da vila operária:

Os empregados que ocupavam imóveis da Companhia eram classificados como inquilinos em 4 grupos, diferenciados segundo padrões salariais e funções: 1º Grupo e 2º Grupos eram formados por operários, não qualificados e qualificados, respectivamente; o 3º Grupo A era formado por aqueles com formação médio-técnica; no 3º Grupo B estavam empregados que pertenciam ao 3º Grupo, mas que eram titulares de cargos em comissão de hierarquia equivalente a Chefia de Divisão; o 4º Grupo era constituído por empregados com formação universitária.¹⁶⁶

A seguir, uma tabela do ano de 1966 de uma Ata de Reunião da Diretoria da CSN, transcrita pela autora, permite-nos observar a proporção da distribuição de residências frente ao total do efetivo atendido e não atendido pela empresa:

Tabela 2

Trabalhadores atendidos pela política habitacional da CSN (1966) (continua)

Grupo de Habitações	Total de empregados	Total de inscritos	Empregados atendidos	Aguardando atendimento
1º	6.506	4.419	2.108 (47,7%)	2.311 (52,3%)
2º	5.792	3.594	1.667 (46,4%)	1.927 (53,6%)
3º - A	1.281	808	583 (72,2%)	225 (27,8%)

¹⁶⁵ DUARTE, Adriano. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre os bairros operários e identidade cultural. In.: *Trajeto, Revista de História da UFC*. Fortaleza: v.1, n.2, 2002b.

¹⁶⁶ MOREL, op. cit., p.419 e 420.

Tabela 2. Continuação.

3° - B	378	300	294 (98,0%)	6 (2,0%)
4°	518	387	387 (100,0%)	0 (0,0%)
<i>TOTAIS</i>	14.475	9.508	5.039 (53%)	4.469 (47,0%)

Fonte: Extrato da Ata da Diretoria, 1.270 sessão extraordinária, realizada em 31 de março de 1966. Apud Morel (1989, p.420).

A tabela demonstra claramente o privilégio aos grupos de maior escolaridade e renda. O déficit no atendimento concentrava-se nos dois primeiros grupos de trabalhadores. A partir do julgamento de tais dados é possível perceber uma fixação seletiva dos trabalhadores da usina. Embora não tenhamos dados semelhantes sobre a distribuição quantitativa em décadas anteriores é possível supor que o privilégio a determinados grupos também estivesse presente. Como vimos, qualitativamente, este privilégio expressou-se na hierarquização do padrão das moradias e de suas localizações em áreas distantes ou próximas à poluição da usina.

A partir dos dados concluímos que a vila operária, almejada por muitos, cumpriu de forma mais eficiente o papel de fixação dos funcionários de maior importância para a empresa, embora tenha abrangido muitos trabalhadores com menor qualificação, da primeira geração, que até então, treinados nos locais de trabalho, tinham uma grande importância para fábrica. Além de corroborar para a permanência na fábrica dos atendidos com habitações, a possibilidade de moradia fornecida pela CSN foi objeto de desejo de muitos operários que a ela nunca tiveram acesso, o que poderia se desdobrar em posturas que iam desde a incredulidade frente à suposta “neutralidade” da política assistencial da fábrica, baseada em “apadrinhamentos”, à busca mais intensa do atendimento dos critérios de acesso a esse benefício. Neste último caso, o resultado seria uma maior atenção às exigências disciplinares da empresa, como por exemplo, à assiduidade e ao respeito à hierarquia, o que alimentava uma crença na contrapartida resultante do tempo de serviço dedicado à empresa, principal critério formal para a condição de beneficiado. Àqueles que ficavam a margem da política habitacional restavam as áreas não planejadas, como no caso do senhor Fausto Domingos.

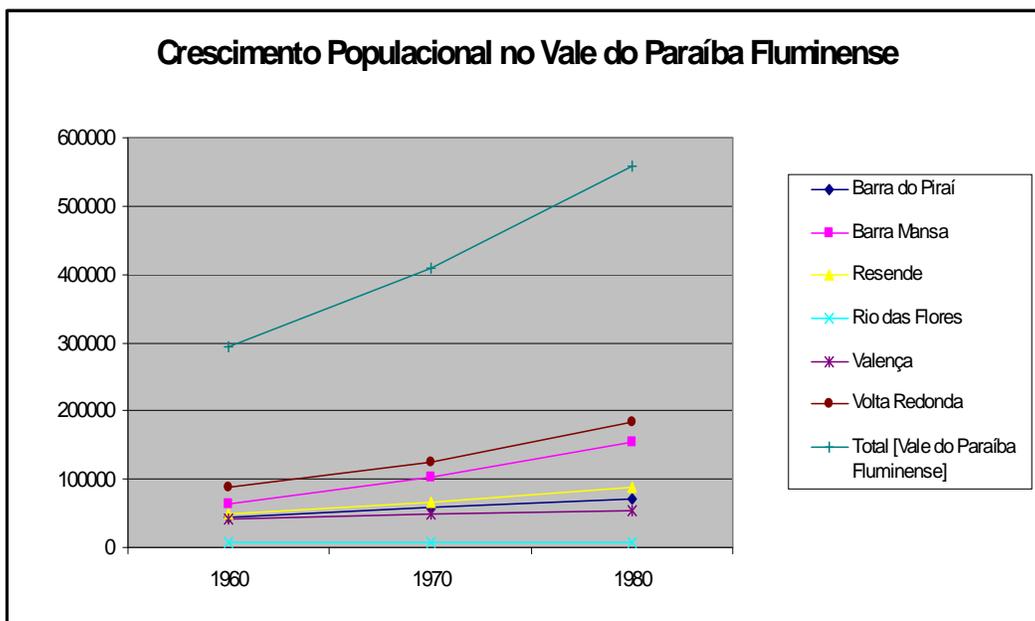
Vale ressaltar, que as informações acima citadas são do momento de pico do percentual de empregados atendidos com residências, cerca de 40% destes. Essa evidência nos aponta para outra postura também adotada pelos trabalhadores frente à política habitacional da CSN no período: a pressão sobre a mesma. A mobilização dos trabalhadores no início dos anos 60 se concentrou na melhoria salarial e de conquistas já obtidas, dentre elas, a distribuição de casas.¹⁶⁷ O Golpe de 1964 poria fim às injunções políticas que haviam possibilitado o poder de pressão dos trabalhadores, em meio ao sistema político populista, privando-os das conquistas obtidas até então, através da repressão que se seguiu às organizações operárias e populares. Por outro lado, economicamente, a postura adotada pela empresa, em consonância com a política centralizadora estatal, foi de incentivo à penetração da iniciativa privada em setores que historicamente haviam retido recursos que deveriam ser liberados para a aplicação em atividades produtivas. Uma gama de encargos sociais estatais, como saúde e educação, entre outros, deveriam ser substituídos pela atuação do capital privado. Em Volta Redonda, tal política traduziu-se no fim dos subsídios da empresa à “esfera da reprodução” e no reordenamento daquele espaço através da constituição de um novo mercado imobiliário. Em meio à concorrência com outras siderúrgicas por mão-de-obra qualificada e de nível técnico, a necessidade de fixação permaneceria, mas se daria em novos termos.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 380.

Categorias específicas de trabalhadores seriam atraídas pela empresa, as quais sofreriam um forte incremento salarial¹⁶⁸ que daria acesso às melhores oportunidades de moradia. No tocante aos menos qualificados, a empresa podia contar com um mercado de trabalho altamente competitivo já constituído, resultante, em grande medida, da migração campo-cidade alimentada pelas contínuas expansões da usina. Por outro lado, naqueles anos, o Vale do Paraíba adensava-se industrialmente no eixo Rio-São Paulo (especificamente no ramo metal-mecânico)¹⁶⁹, o que, aliado à continuidade das migrações, tornava dispensável para a empresa a preocupação com a fixação deste grupo.

2.2 Crescimento industrial e migração

Gráfico 1



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 (IBGE).

O Vale do Paraíba Fluminense que já apresentava uma ascensão populacional entre 1960 e 1970 teria um crescimento mais intenso entre 1970 e 1980. As cidades de Barra Mansa e Volta Redonda foram pivôs do crescimento populacional, apresentando cada uma delas, durante os anos 70, um acréscimo de cerca de 50.000 habitantes.¹⁷⁰ Essas duas cidades se apresentavam cada vez mais como um pólo urbano conurbado com a presença de diversas indústrias, em especial no setor siderúrgico. Em Barra Mansa, se encontravam, desde 1937, a Siderúrgica Barra Mansa (SBM), de propriedade de grupos privados, especializada em

¹⁶⁸ Através da análise de dados de uma pesquisa realizada pela CSN no período entre 1966 e 1972, em importantes empresas do setor siderúrgico da região Centro-Sul do país, Edmar Bacha pôde observar um aumento substancialmente maior dos salários de cargos de gerência do que dos trabalhadores que não exerciam tal função. Nesse período, os primeiros vêem seus salários se elevar a uma taxa de 8,1% ao ano, sendo que, considerando os trabalhadores, em conjunto, o percentual equivalente encontrado foi de 2,3%. Considerando apenas a mão-de-obra não qualificada, os salários apresentaram declínio no período considerado. BACHA, Edmar. Hierarquia e remuneração gerencial. In.: TOLIPAN e TINELLI, op.cit., pp.123-155.

¹⁶⁹ FONTES e LAMARÃO, op. cit., p.20.

¹⁷⁰ Em 1960, Volta Redonda e Barra Mansa apresentavam, respectivamente, 87.945 e 63.005 habitantes, em 1970, 125.295 e 101.660 habitantes e, em 1980, 183.620 e 154.719 habitantes.

produtos não-planos e também a Companhia Metalúrgica Barbará, de propriedade da família Barbará e de um grupo de companhias francesas, produtora de tubos centrifugados e materiais em ferro fundido. O campo industrial formado pelas duas cidades, embora a cidade de Barra Mansa não apresentasse uma indústria do porte da CSN, caracterizou-se pela rotatividade da mão-de-obra entre elas, como vimos no caso de Fausto Domingos, por exemplo, o qual teria seu primeiro emprego na SBM e posteriormente se aposentaria pela CSN.

Essas duas cidades se apresentaram, entre 1960 e 1980, como os principais centros urbanos do Vale do Paraíba Fluminense. Ambas tiveram decréscimo das atividades agropecuárias e extrativas e crescimento das atividades econômicas vinculadas às áreas urbanas. Em 1970, Barra Mansa e Volta Redonda tinham 28.757 pessoas ocupadas em atividades industriais¹⁷¹, sendo o total regional de 41.772 ocupações no setor. Volta Redonda, isoladamente, apresentava 18.744 trabalhadores no setor, 44,87% dos ocupados regionalmente neste tipo de atividade, o que acaba por ressaltar, novamente, a importância regional da CSN, pois, em 1967, segundo os dados de que dispomos, a empresa empregava 15.009 trabalhadores.¹⁷² Segundo os dados de 1980, as duas cidades, considerando apenas as ocupações na indústria de construção e transformação, respondiam por 29% da População Economicamente Ativa (PEA) em todos os setores da região, que tinha o total de 198.416 trabalhadores em atividade. Mais uma vez, a importância de Volta Redonda salta aos olhos, pois, sozinha, a cidade respondia por 17,38% da PEA da região, considerando-se apenas as ocupações nos mesmos setores. Se comparado ao total regional dos trabalhadores nas indústrias de construção e transformação, Volta Redonda continuava respondendo, assim como nos dados de 1970, por mais de 40 % (41,42%) do total regional nos setores, o que correspondia em números a 21.748 pessoas na indústria de transformação e 12.737 na indústria de construção.

O número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e extrativas, na cidade, caiu de 799, em 1960, para 393, em 1980. Mesmo apresentando um número significativo de trabalhadores no setor de comércio e serviços, 18.427 pessoas, em 1980, os trabalhadores industriais eram absolutamente predominantes na cidade. Fato que refletia um quadro mais abrangente da composição da classe operária no período.

Para Araújo (1982), que fez uso do recenseamento de 1970 em sua análise, o núcleo principal da classe operária brasileira, à época, eram os operários da indústria de transformação, 2.990.792 operários (68,6 % dos trabalhadores considerados operários pelo recenseamento), em especial, os da indústria mecânica e metalúrgica, com 772.006 operários (17,72 % dos operários da indústria de transformação). O segundo grupo de maior projeção no coletivo operário nacional seria o dos trabalhadores da construção civil, com 1.363.515 operários.¹⁷³

Embora o acelerado crescimento da atividade industrial no período, que se refletiu contundentemente no município, um grande contingente de trabalhadores não se encontrava empregado. A população entre 15 e 59 anos de idade de Volta Redonda (considerada em idade produtiva pelo recenseamento de 1970) era de 70.905 pessoas (56,6% da população

¹⁷¹ Os dados aqui utilizados foram consultados nos Censos Demográficos (IBGE) de 1960, 1970 e 1980. No Censo de 1970 o item “atividades industriais” da tabela “Setor de atividade das pessoas de 10 e mais anos, por sexo, segundo as microrregiões e os municípios” apresenta o número total de ocupações no setor industrial, sem haver a separação dos dados correspondentes às atividades da indústria de construção e da indústria de transformação, divisão adotada apenas no Censo de 1980.

¹⁷² PEREIRA, op. cit., p.54.

¹⁷³ ARAÚJO, Braz José. *Mudanças na Estrutura Social*. p.38. In.:KRISCHKE, Paulo J. (org.). Brasil: do “Milagre” à “Abertura”. São Paulo: Cortez, 1982.

total), quase o dobro da população economicamente ativa (35.315 pessoas, 28,2% da população total). Dados que suscitam a dimensão do impacto das migrações no município.¹⁷⁴

A expansão industrial daqueles anos foi fator determinante da acentuada expansão demográfica ocorrida, com atração de migrantes e crescimento urbano. Em 1970, 52,1 % do total da população de Volta Redonda eram de pessoas não naturais do município, sendo este percentual superior a média regional de 34,4% (30% da população era proveniente do Estado de Minas Gerais e 60% do Estado do Rio de Janeiro). Os fluxos migratórios com destino urbano correspondiam a 95,8% da migração para o município. Sua população, em 1970, se caracterizava por ser predominantemente jovem: 26,1% tinham menos de 10 anos e 26,6% encontravam-se na faixa etária de 10 a 19 anos¹⁷⁵, fato que pode ser explicado, talvez, por certa elevação no nível de fecundidade ou redução da mortalidade, mas que, sem dúvida, se liga ao fenômeno migratório.

O Censo Demográfico de 1980 apresenta as pessoas não naturais dos municípios em que residem, que migraram a menos de 10 anos. Ele nos permite perceber a permanência de uma importante parcela de mineiros, entre os migrantes da década de 70, e uma participação significativa de pessoas de outros estados. Um dado interessante é o crescimento do número de migrantes nordestinos. Considerando apenas as pessoas não naturais do município, o que possibilita a comparação com os dados do Censo de 1970, esse coletivo passaria de 2670 pessoas, em 1970, para 4952, em 1980. Como veremos adiante, este fato está diretamente relacionado ao recrutamento de trabalhadores por empresas envolvidas no Plano de Expansão D.

Tabela 3

Pessoas não naturais do município de Volta Redonda, que migraram a menos de 10 anos, por lugar do domicílio anterior (1980)	
<i>Estados de proveniência</i>	<i>Percentual no total de migrantes</i>
Rio de Janeiro	42,35
Minas Gerais	36,89
São Paulo	7,20
Espírito Santo	4,65
Estados do Nordeste	4,39
Bahia e Pernambuco	2,45

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE).

É fato que as condições econômicas da região foram um importante fator relacionado ao processo de migração, contudo, as perspectivas das pessoas que resolveram, em algum momento de suas trajetórias, tentar a vida em Volta Redonda ou nas cidades próximas, não foram determinadas por estas condições. Como ressalta Fontes (2008) ao analisar o peso interpretativo socioeconômico em análises sobre migrações, em seu estudo sobre a migração nordestina para São Paulo, entre os anos 40 e 60:

Não há dúvidas sobre a importância desse quadro socioeconômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento capitalista brasileiro.

¹⁷⁴ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (FIDERJ). *Estudos para o planejamento municipal. Volta Redonda*. Rio de Janeiro, 1977. p.22. Esse estudo fez parte de uma coleção sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro articulada pelo I PLAN-RIO, planejamento econômico estadual vinculado ao PND. Os planejamentos da União e do Estado deveriam se articular às propostas municipais. Em Volta Redonda, a tentativa de planejamento urbano municipal a se articular aos das demais esferas de governo foi o Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado (PEDI-VR), criado em 1976.

¹⁷⁵ Idem. p.22 e p.50.

Entretanto, em parte significativa dessas análises, a supervalorização de fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes como agentes envolvidos nesse processo.¹⁷⁶

Em seu estudo, o autor percebe a ação desse coletivo a partir da observação da construção de um imaginário cultural do local de destino, das formas e preparativos da viagem, das redes sociais articuladas para a viagem e para a chegada no local de destino, entre outros aspectos da tomada de decisões e construção de estratégias desses agentes. Com relação às estratégias de deslocamento dos migrantes para o Vale do Paraíba Fluminense, e, em especial, para Volta Redonda, é importante frisar que, assim como nas experiências apontadas por Fontes (2008), o processo migratório muitas vezes foi realizado em etapas e baseado em redes de familiares, como no caso da família de Zeomar.¹⁷⁷

Ainda solteira, sua tia veio do Espírito Santo para Volta Redonda com um irmão casado. As notícias da cidade assim chegaram a sua família, o que os levou “a ficar conhecendo um pouco Volta Redonda no cenário nacional”. Seu pai, ajudante no ramo da construção civil, foi trabalhar no Rio de Janeiro por meio de uma empresa do Espírito Santo, sendo seu destino subsequente a cidade de Volta Redonda. Chegando nela, “se encaixou, gostou”. Após os preparativos realizados pelo pai, Zeomar, sua mãe e seus quatro irmãos foram para a cidade para um bairro da periferia (Siderlândia),:

Vimos direto pra onde eu moro hoje, o mesmo endereço. Na verdade nós ficamos na [rua] 207, na casa da minha tia, até concluir a casa que meu pai já havia iniciado. Porque quando ele veio pra cá, ele escreveu pra lá que a gente ia vir, pra [gente] preparar tudo que a gente ia vir embora. Ele já preparou tudo aqui, inclusive comprou o terreno. Já tinha pago algumas prestações e feito uma casa de uns três cômodos... Com três dias que nós estávamos aqui já fomos pra lá. E graças a Deus, estamos lá até hoje.

O tipo de experiência dessa família, compartilhada por muitos outros na região, assemelha-se às trajetórias apresentadas por Nabil Bonduki sobre migrantes que tinham como destino a cidade de São Paulo:

A trajetória habitacional de milhares de migrantes que chegam entre 1940 e 1970 em São Paulo apresenta uma significativa semelhança: na chegada o abrigo em casas de parentes/ contêrreos ou, para os que não tem nenhum conhecido, o aluguel de um cômodo no cortiço ou no fundo de um lote na periferia; depois, para todos, o destino mais comum, depois de passar algum tempo pagando aluguel era a compra de um lote desprovido de qualquer melhoramento e a construção de alguma edificação que pudesse servir de abrigo”.¹⁷⁸

Cabe ressaltar, que a partir da constituição da usina e da implantação de sua Escola Técnica (Escola Técnica Pandiá Calógeras), anseios em torno da formação profissional e a posterior possibilidade de se trabalhar na CSN, também foram fator integrante das

¹⁷⁶ FONTES, op. cit., p.54.

¹⁷⁷ Entrevista com Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, realizada em 28/01/09.

¹⁷⁸ BONDUKI, Nabil. O surgimento de propostas alternativas de produção habitacional sob o controle de associações populares (mimeo). ANPOCS. 1984. p.6. Apud SADER, Eder, op. cit., p.68. Ainda hoje, muitas residências dos bairros surgidos no período de intensa migração apresentam os marcos da ocupação inicial: uma pequena casa de poucos cômodos aos fundos da propriedade. A antiga “meia água”, que serviu de primeira moradia para a família naquele lote. Essa solução foi utilizada por muitos trabalhadores que tiveram as mínimas condições de pagar por um lote, porém, muitos só tiveram acesso à moradia através de ocupações, em momentos de maior recrudescimento da luta pelo acesso ao espaço urbano.

expectativas que moveram migrantes para a cidade. Sérgio Murilo Braitto de Oliveira, nos meses finais de 1958, viria pra cidade para prestar o exame admissional da ETPC, onde estudaria pelos próximos nove anos. Aos 11 anos de idade, morava em Barra do Piraí, onde havia uma escassez de cursos ginasiais e profissionalizantes. Um tio, já residente em Volta Redonda, teria sugerido sua vinda para a cidade: “Você pode fazer o concurso de admissão terminando a quarta série primária e pode ingressar na Escola Técnica da CSN e lá ter uma profissão”. Sérgio aceitou a proposta e na ETPC faria “o ginásio industrial mais os quatro anos de curso técnico”.¹⁷⁹ Nos finais dos anos 50 e nos anos 60, cada vez mais a gestão da empresa iria valorizar a formação profissional em detrimento do tempo de serviço, como vimos no primeiro capítulo, isso influenciou nas expectativas de formação e ascensão profissional das novas gerações. A partir daqueles anos, a retórica governamental, a política de gestão da empresa, a expansão industrial, com base nos novos equipamentos, formou um conjunto de fatores que apontavam para a valorização da qualificação.

Em meados dos anos 70, a ETPC atingiu um significativo pico de matrículas, chegando a ter mais de dois mil alunos, o maior peso das matrículas estava no curso profissionalizante ginasial (Ginásio Industrial) e nos cursos técnicos.¹⁸⁰ Tal fato indica a necessidade de mão-de-obra de maior qualificação pela empresa, o que acaba por lembrar-nos da atração local para essa categoria de trabalhador.

Marlene Fernandes nasceu em Vassouras e morou muitos anos em um distrito de Valença. Ela e os irmãos se mudaram com os pais – seu pai era operário da Estrada de Ferro Central do Brasil – para Barra do Piraí, pensando em estudar e trabalhar em uma cidade de maior porte, comparada a sua região de origem. Ao final da década de 60, Marlene, formada professora primária, foi trabalhar na cidade de Volta Redonda onde moraria com uma amiga. Cerca de três anos depois sua família também iria para a cidade, pois seus irmãos seriam admitidos na CSN, sendo que um deles, após cursar a faculdade local de engenharia (UFFVR), se tornou funcionário da COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais), ou seja, um migrante que virou um trabalhador altamente qualificado.¹⁸¹ Não temos informações sobre sua trajetória posterior, mas é possível afirmar que caso tenha se decidido pelo seu estabelecimento na cidade, mesmo que momentâneo, tenha tido acesso às oportunidades oferecidas pelo mercado imobiliário.

Já José Natálio, vindo como solteiro de Minas Gerais para a região do Vale do Paraíba Fluminense, iria se instalar na periferia em uma região próxima a divisa entre Volta Redonda e Barra Mansa (no bairro Paraíso, em Barra Mansa), onde viveria seus primeiros tempos em um barraco de tábuas construído por migrantes jovens e solteiros.

José Natálio saiu da “roça” nos anos 70, pois “a vida não estava boa mais lá não, a lavoura estava acabando tudo e não havia uma fábrica pra gente trabalhá”. Com a expectativa de sair do campo, José Natálio estudou da primeira à oitava série e então efetivou sua decisão: “eu vou embora”. Em outubro de 1975, foi com um colega para o Rio de Janeiro, convidado por um irmão que lá já trabalhava, e ficou por apenas três dias, pois não se adaptou ao “ambiente” da cidade. Seu destino posterior, em novembro daquele mesmo ano, foi a cidade de Barra Mansa. O cunhado de um de seus primos já morava em Barra Mansa e trabalhava como sapateiro, em Volta Redonda. Tendo obtido certo sucesso financeiro com a profissão, incentivou a vinda de familiares para a região, inclusive de um dos primos de José Natálio, e, segundo Natálio, “através de um que veio primeiro a gente veio”.

¹⁷⁹Entrevista com Sérgio Murilo Braitto de Oliveira, militante do MDB e, posteriormente, da Convergência Socialista, nos anos 70 e 80, realizada em 9/07/2009.

¹⁸⁰Entrevista com José Carlos da Silva, ex-diretor da ETPC. AMORJ. Fundo CSN (Regina Morel). Caixa 4.

¹⁸¹Entrevista com Marlene Fernandes, professora e militante sindical nos anos 80, realizada em 15/02/2009.

Chegando à cidade de Barra Mansa, José Natálio ficou duas semanas sem trabalho até “fichar” em uma empreiteira (Cimenteira). Nesse primeiro emprego, trabalhou com o plantio de sementes de eucalipto, os quais abasteciam de carvão vegetal os fornos da Companhia Metalúrgica Barbará. Após algumas semanas no plantio de sementes José Natálio conseguiu um emprego na metalúrgica, ficando durante um ano no setor de descarga de carvão e depois, devido a sua escolaridade, em funções que exigiam menos esforço. Porém, o trabalho na cancela da empresa, onde se despachava os caminhões para descarga no pátio interno da fábrica, não o agradava. Em 1980, num dia considerado de grande felicidade, ele conseguiu sua transferência para o setor de fundição: “Eu queria viver assim no meio do povo sabe? Onde tinha mais gente e colegas. [...] as minhas mãos tavam muito fininhas, que eu não fazia nada cá. Eu cheguei a fazer calo até na ponta dos dedos”.¹⁸²

A trajetória de José Natálio do campo até a Metalúrgica Barbará é muito interessante no sentido de nos mostrar a ação dos migrantes, tanto na construção de suas estratégias de migração, marcadas, comumente, pelas redes entre familiares e pelo deslocamento por etapas, como nas decisões tomadas a partir das expectativas com relação ao local de destino. O fato de José Natálio ter se preparado, estudando para a possível despedida do campo, demonstra como o processo de migração podia ser uma inflexão menos repentina naquelas trajetórias, ou seja, fruto de um planejamento familiar de médio ou longo prazo. Assim, somos levados a nos questionar sobre a construção dos imaginários culturais acerca dos locais de destino e a forma como estes se relacionaram com as trajetórias dos migrantes em um intervalo de tempo que não coincide necessariamente com o início dos deslocamentos familiares. Por outro lado, sua chegada à Barra Mansa e suas atividades na Metalúrgica Barbará tendem a tencionar pressupostos de uma “perda de propriedades cognitivas” dos migrantes rurais em meio urbano, processo que seria a não validação de seus conhecimentos adquiridos no trabalho rural, nas cidades¹⁸³, o que teria consequência em uma tendência à ocupação de posições mais penosas e mal remuneradas no mercado de trabalho. Nesse sentido, é interessante observar que foram justamente essas habilidades que serviram a Natal em seu primeiro emprego como semeador e que, posteriormente, a possibilidade dada pela sua escolarização (qualificação tida como ligada ao trabalho urbano), de um emprego de menor esforço físico na cancela da empresa, não o atendeu subjetivamente.

Não pretendemos a partir de tal caso específico fechar os olhos às estatísticas e aos indicadores econômicos do período que apontam para um campo de possibilidades, para a maioria dos migrantes de origem rural, de posições com menor remuneração no mercado de trabalho, contudo, apenas ressaltamos sua ação frente a tais circunstâncias (campo de possibilidades de ação) que são históricas. Possivelmente, tais condições se relacionaram de forma diferente à vida dessas pessoas em diferentes regiões do país. No caso do Vale do Paraíba Fluminense, região com forte presença da indústria de transformação, uma possibilidade de análise, nessa perspectiva, é a verificação das conexões estabelecidas entre as regiões mineiras interioranas com tradição metalúrgica ou fabril (ou seja, com presença de pequenas fundições, tecelagens e etc.) e o processo migratório para o Sul Fluminense. A esse respeito, Baer (1970) cita o fato de que pequenos empreendedores, proprietários rurais em Minas Gerais, teriam investido em pequenas fundições antes do início da instalação de uma vigorosa indústria de base no Brasil, essas fundições e pequenas metalúrgicas permaneceram por décadas e, em alguns casos, foram os primeiros espaços de atuação de alguns migrantes.

¹⁸² Entrevista com José Natálio, operário aposentado da Companhia Metalúrgica Barbará, realizada em novembro de 2004.

¹⁸³ Sader (1988), ao mencionar esse processo (conceito) no âmbito da migração de trabalhadores rurais, cita Lúcio Kowarick em: KOWARICK, Lúcio. *As metamorfoses do trabalho*. In.: *A espoliação urbana*. Paz e Terra, 1980. SADER, Eder, op. cit., p.93.

Podemos concluir dessa breve análise do processo migratório para o Vale do Paraíba Fluminense que as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda haviam se tornado importantes polos da indústria de transformação e construção, com grande crescimento populacional relacionado ao fluxo migratório que a elas se dirigiu. Essa intensa migração, principalmente nos anos 60 e 70, foi realizada por uma população predominantemente jovem, originária, principalmente, do interior do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, mas com a participação significativa de outros estados. Não podemos esquecer que estes deslocamentos normalmente foram marcados por idas e vindas costuradas por redes de familiares e de amigos. As expectativas com relação ao mercado de trabalho da região industrial em expansão atraíram trabalhadores com diferentes níveis de qualificação, que, juntamente aos já residentes na cidade, interagiram naquele espaço em transformação, originando diferentes clivagens e amálgamas no interior da classe.

2.3 Na boca do forno, na boca do lodo e na boca do lobo: a nova estratificação do espaço urbano nos anos 60 e 70

A política habitacional do governo militar, a partir de 1964, que instituiu o Plano Nacional de Habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal da Habitação e Urbanismo (SERFHAU ou SFH), pretendeu amenizar os problemas derivados do fluxo migratório a nível nacional e teve um grande impacto na rearticulação do espaço em Volta Redonda. Localmente, a política habitacional para as populações de baixa renda seria vista como objetivo de uma política pública de âmbito nacional, o que corroborou para o desincumbimento da CSN quanto a essa parcela da população e para a priorização da fixação dos funcionários de seu interesse.

Logo no início da instituição do SFH, foi criada a Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR), como agente do serviço federal na cidade, provida de recursos pelo BNH. Nesse mesmo ano, foi criada pela CSN a Imobiliária Santa Cecília (CECISA), o que representou uma mudança inequívoca em sua política habitacional. Os estudos para a venda das casas da usina já ocorriam de forma institucionalizada desde 1961, quando foi criado um grupo de trabalho para a venda destas. A CECISA foi criada pela CSN, a partir desse grupo, para administrar a venda das casas da Cidade Operária e, a partir dos recursos arrecadados, construir novas residências que também seriam vendidas aos operários, o que possibilitaria a realocação do capital imobilizado na fixação de trabalhadores na produção.¹⁸⁴ Devido às conexões entre a CSN e o Estado, a empresa conseguiu seu credenciamento como agente do BNH. A COHAB-VR deveria se dedicar à construção de moradias destinadas à população com menor renda, enquanto a CECISA, com maior ênfase, à produção de habitações para os técnicos da usina, sendo ambas as empresas agentes do SFH.¹⁸⁵

Além da venda de suas casas, a CSN transferiu seu patrimônio urbano para a Prefeitura, em consonância com as diretrizes econômicas do governo federal para as empresas estatais, apresentadas no Decreto-Lei 200, de 1967, que decretava a autonomia financeira das empresas estatais, ao mesmo tempo em que apontava para a redução de suas autonomias gerencial e administrativa. A partir de então estas empresas deveriam ter uma gestão financeira semelhante a do setor privado.

A venda das casas foi apresentada pela empresa como a possibilidade operária de concretização do “sonho da casa própria”. Assim, ela iniciou a distribuição de cartas-proposta para seus inquilinos, dando início à venda de diferentes conjuntos de residências. A prioridade

¹⁸⁴ MOREL, op. cit., pp.416-429.

¹⁸⁵ SOUZA, op. cit., p.114.

para a compra seria dos empregados inquilinos, seguidos dos empregados com mais de cinco anos de empresa, posteriormente, de quaisquer outros empregados, e, por fim, de qualquer pessoa interessada. O valor inicial para compra seria de 10% do valor do imóvel, contudo, muitos não tiveram condições de adquiri-lo. Uma estratégia comum aos compradores preferenciais, que não tiveram recursos para realizar a compra em benefício próprio, foi a adoção de um sistema com um segundo comprador, o qual deveria adiantar uma quantia que permitisse a compra do imóvel com um saldo para operário comprador, para que com essa quantia os trabalhadores pudessem adquirir uma casa na periferia da cidade.¹⁸⁶

As alterações introduzidas pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a aprovação da Lei nº 5.107, de 1966, fizeram com que os trabalhadores não só perdessem sua estabilidade, como também tivessem reduzida sua poupança, baseada na indenização prevista pela legislação trabalhista anterior. No caso da CSN, aqueles que “optaram” pelo novo vínculo empregatício e tiveram seu FGTS liberado para a aquisição da moradia receberam uma quantia menor do que a que teriam direito sob o regime anterior, quantia que foi insuficiente para a compra do imóvel.¹⁸⁷ Somando-se a esse quadro de dificuldades, estavam os casos de muitos operários “optantes” com os quais não foi feito o acordo para indenização e assim não tiveram a possibilidade de comprar as moradias. Esse fato se deve à escassez de recursos, por parte da usina, para pagar as indenizações, assim, ela suspendeu os acordos em 1973.¹⁸⁸ Nesses casos, de impossibilidade de compra pelos inquilinos, esgotado o prazo de dois anos, concedidos pela empresa para que estes decidissem acerca da compra do imóvel, muitos operários ficaram sob a ameaça de despejo. No caso dos aposentados, a situação poderia ser pior. Já afastados dos empregos, eles foram obrigados a devolver os imóveis que ocupavam, sem direito à compra preferencial, tendo como única alternativa, a participação em concorrências públicas realizadas pela CECISA.

Com a venda e construção de habitações a CSN investia e especulava no setor imobiliário, intervindo no mercado local e valendo-se da valorização do solo que ela mesma ajudara a produzir, uma prática comum entre empresas monopolistas num determinado mercado imobiliário. Sua prática, nesse sentido, seria a retenção de terrenos no centro da cidade à espera de valorização e criação de loteamentos em áreas distantes, o que valorizava o espaço não utilizado no percurso da infra-estrutura estendida. A empresa também alugaria imóveis residenciais e comerciais que ficaram sob sua propriedade nas áreas centrais. Os conjuntos habitacionais construídos pela CECISA, que tiveram como público inicial os operários da empresa, devido à pressão da valorização imobiliária, com o passar dos anos, teriam moradores de maiores rendimentos. Esses operários foram deslocados para áreas mais distantes da cidade e passaram a despende uma parte muito maior de seus salários em habitação. Nas vilas operárias as taxas pagas por esse serviço eram reduzidas. Além de não contarem com uma boa qualidade de infra-estrutura urbana e de serviços, ainda teriam gastos relacionados às novas propriedades, como transporte e etc. As antigas áreas por eles

¹⁸⁶ MOREL, op. cit., p. 422 e 23. FONTES e LAMARÃO, op. cit. p.21.

¹⁸⁷ Os não estabilizados foram pressionados a “optarem” pelo FGTS, sob pena de demissão, sendo indenizados pelo tempo anterior à opção. Aos estáveis optantes, a partir da rescisão dos contratos anteriores, foi pago 60% do valor apurado relativo à indenização pelo tempo de serviço. Juarez Antunes, operário da Aciaria e, posteriormente, importante líder sindical nos anos 80, ingressou na CSN em 1956 e vivenciou a “opção”. Em entrevista concedida à Regina Morel, em 12 de fevereiro de 1988, Juarez conta como houve uma grande pressão da empresa sobre os trabalhadores, inclusive das chefias, para que estes optassem pelo FGTS. Ele fez parte do último grupo (1200 trabalhadores) a ir ao Escritório Central da CSN, local de realização da “opção”. Juarez contou como os operários estavam confusos quanto ao teor de tal decisão e sem qualquer orientação do Sindicato. “Então, foi um funil que foi feito e acabou que já não podia voltar mais no final”. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3.

¹⁸⁸ MOREL, op. cit., p.452.

ocupadas, situadas no centro da cidade, se tornaram moradia para famílias de classe média.¹⁸⁹ Sobre a atuação da CECISA, Lurdinha, importante líder comunitária dos anos 70 e 80 envolvida nas lutas de migrantes pela posse de terra, explicou:

[...] ela [CECISA] não dava conta de trabalhar com quem ganhava menos de oito salários mínimos, e um monte de gente na CSN, inclusive técnicos ganhava menos de oito salários mínimos. Esse povo começou ir para bairros da periferia que eram loteamentos irregulares, clandestinos, como Vila Brasília, Belo Horizonte, Belmonte e Santa Rita do Zarur. Não eram áreas de posse para a prefeitura, mas a infraestrutura era precária, ou seja, o cara estava incluído na linha de produção mas lá na ponta da fila, ele não fazia parte da política planejada.¹⁹⁰

Ao sul da cidade, nos anos 70, próximo à conexão entre a Estrada do Aço (Rodovia dos Metalúrgicos) e a BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) surgiram os bairros Casa de Pedra e Siderópolis, formados, em grande parte, por construções da CECISA.¹⁹¹ Em 1977, viviam cerca de 2000 pessoas na Casa de Pedra, sendo que essa população enfrentava uma série de dificuldades de um bairro afastado do centro da cidade, embora este tenha sido um empreendimento CECISA, ou seja, tido como de boa qualidade à época:

O bairro só tem 6 anos de existência. Localizado às margens da Estrada do Aço, embora não tenha problema de água, possui todos os outros, normais aos bairros de periferia. a) ruas esburacadas; b) iluminação ruim à noite; c) policiamento deficiente d) não existe farmácia; e) para todo bairro apenas um telefone [...]¹⁹²

A exceção das áreas monopolizadas pela CSN ao sul da cidade, na margem direita do rio Paraíba do Sul, ao redor de antigos bairros dos anos 50, como São Lucas e Santa Inês e o novo bairro São Cristóvão, dá década de 1960, houve um forte adensamento populacional causado pela migração próximo a ligação entre a BR-116 e Volta Redonda, via avenida 207 (BR-393). A população recém chegada e pobre teria na favela uma solução para a moradia.

Segundo Souza (1992, p.128), esta seria uma segunda fase da evolução do espaço periférico em Volta Redonda. Na primeira fase, do final dos anos 40 até o final dos anos 60, os loteamentos foram uma forma predominante do espaço em relação às favelas, multiplicando-se clandestina ou irregularmente, ao redor do núcleos originais. Os anos 70 marcariam o início de uma segunda fase, caracterizada pelo decréscimo do número de loteamentos produzidos e pela multiplicação de favelas. A reorganização administrativa do poder público local e a adoção de uma política de maior controle do solo urbano, ao final dos anos 60, fizeram com que os loteamentos periféricos deixassem de ser um investimento rentável para os empresários do setor imobiliário e as favelas se tornassem uma alternativa para a população de menor renda. A irregularidade dos loteamentos e sua falta de infraestrutura e serviços públicos permitiam suas ofertas a baixos preços, contudo, o cumprimento da legislação impossibilitava tal oferta. Assim, os loteadores, naquele momento, destinaram sua produção às faixas de renda superiores. A “favela”¹⁹³ se tornou a solução mais viável para

¹⁸⁹ FONTES e LAMARÃO, op. cit. p.21.

¹⁹⁰ Apud DIAS, Sergio Tadeu Bringel. Espaço urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1970-1985). Vassouras: USS, 2002. p.81.

¹⁹¹ No final dos anos 60 e início dos 70 estes foram os locais de maior intervenção da CECISA com construções do tipo “popular”. 390 unidades foram construídas em Siderópolis no ano de 1969 e 420 unidades residenciais na Casa de Pedra, em 1971. Apenas nos anos 80 haveria uma intervenção da CECISA acima destes números, nos atuais bairros Jardim Tiradentes e Volta Grande III.

¹⁹² Reportagem escrita a partir da denúncia de moradores. Jornal Opção, 17 a 23 de setembro de 1977. N.67. p.5.

¹⁹³ Para a autora: “as favelas são áreas de posse situadas na periferia geográfica, em terrenos de topografia acidentada, em encostas íngremes sujeitas a desabamento, com ausência de infraestrutura e saneamento.

a população pobre da cidade. No bairro Santa Inês, exemplo típico de bairro periférico, loteado nos anos 50, com abastecimento de água insuficiente, ausência de calçamento, esgotos a céu aberto, falta de escolas, entre outros problemas¹⁹⁴, surgiria uma nova área de precariedade habitacional em meados dos anos 70: a Favela Santa Inês, com cerca de 100 barracos, situada em uma área acima do bairro.

O *Jornal Opção*, um semanário de distribuição gratuita fundado em junho de 1976 por jovens repórteres naturais da cidade, a partir de sua criação, passaria a dar ênfase aos problemas urbanos de Volta Redonda e, em um de seus primeiros números, dedicou uma grande reportagem intitulada “A favela que mais cresce em Volta Redonda” à descrição desse novo núcleo habitacional.¹⁹⁵ A partir de uma visita à ocupação, os repórteres concluíram que ela abrangia principalmente aqueles que tinham vindo tentar a sorte na “cidade do aço”. A população ali residente, de maneira geral, teria as mesmas condições de moradia: “usam fogão a lenha, lampião a querosene na parte da noite, fazem biscates, não possuem fossas nas suas casas [...]” Um dos moradores ali residente foi entrevistado pelos repórteres.

José de Oliveira, pedreiro, 44 anos de idade, mineiro da zona da mata, veio para Volta Redonda em 1962. Ex- funcionário da Cia. Siderúrgica Nacional e de algumas empreiteiras, trabalhou ainda nas obras de construção dos conjuntos habitacionais dos bairros Siderópolis e São Cristóvão. José explicou um pouco de sua trajetória ao repórter: “[...] eu tive um problema na vista que atrapalhou minha vida de pedreiro oficial, outra coisa que atrapalhou minha vida foi quando trabalhei nas empreiteiras, eu não era fichado e o tempo foi passando e eu acabei perdendo o direito ao Instituto Nacional de Previdência Social”. Há quatro anos no morro Santa Inês, residiu anteriormente no bairro Eucaliptal e foi surpreendido com a notícia de que havia sido despedido do emprego. Sem saúde e desempregado, José foi obrigado a mudar para o morro, pois não possuía recursos para continuar pagando aluguel no Eucaliptal. A partir de então, trabalharia fazendo “biscates” enquanto sua mulher ajudava na renda familiar lavando roupas. Para construir no morro, explicou, era preciso, inicialmente, entender-se com um morador antigo, depois, procurar uma licença com políticos do município e finalmente ser admitido pelo pessoal do morro.

“Seu Zé” como é conhecido no morro onde se tornou popular, disse que era amigo antigo de Adalberto da Paixão, (um dos primeiros a instalar-se na favela), deu apoio para fazer o barraco de seu amigo, após receber a autorização do político [?] Magalhães. A partir daí, “Zé” foi conseguindo o material, madeiras e telhas de doações. Com a ajuda de sua esposa, Alda Edith, fizeram primeiro um cômodo para depois completarem a obra devagar. Foi muito difícil iniciar, devido a dificuldade de transportar o material para o morro.

Em seu barraco também vivia uma enteada com seu filho de três anos, que ficava sob os cuidados de dona Alda, enquanto a mãe trabalhava em uma empreiteira. Seu barraco tinha três quartos e um galinheiro, além de um pequeno cômodo de alvenaria onde cuidava de seus orixás, dimensão que não era comum no lugar. O repórter concluiu a matéria com a seguinte observação: “Nem mesmo seu Zé, que tanta casa ajudou a construir, sabe como acabou ficando sem nenhuma”.

Nas regiões controladas pela usina, no atendimento a funcionários com alta especialização, foram construídas moradias de alto luxo. A propaganda de um dos empreendimentos da CECISA (Jardim Suíça), freqüentemente vinculada no semanário

Diferem dos loteamentos apenas sob o aspecto legal – são formadas pela invasão de terras – igualando-se quanto à situação urbanística e a situação periférica”. SOUZA, op.cit., pp.126-127.

¹⁹⁴ *Santa Inês, ratos e buracos*. *Jornal Opção*. 10 a 16 de outubro de 1976. N.19. p.4.

¹⁹⁵ *A favela que mais cresce em Volta Redonda*. *Jornal Opção*. 11 a 17 de julho de 1976. N.6. p.5.

“Opção”, dizia “são 10 moradias diferentes para 10 famílias diferentes no Jardim Suíça”¹⁹⁶, valorizando os imóveis através do contraste com a realidade de muitos dos trabalhadores da cidade, de menor *status*, que, de maneira incerta, poderiam ter acesso aos conjuntos habitacionais com casas seriadas nos loteamentos dedicados a operários com menor remuneração. O Jardim Suíça surgiu a partir da iniciativa da CECISA, em um local próximo aos bairros Ponte Alta, Sidervilhe e Jardim Europa, na parte sudoeste da cidade. Nessa região os bairros eram seriamente afetados pela poluição da fábrica de cal presente no local.¹⁹⁷ Um dos diferenciais do Jardim Suíça era o fato de se localizar acima do nível da poluição. No local foram construídas, entre 1975 e 1977, treze residências de padrão “superior”, segundo avaliação da CECISA.¹⁹⁸

Seguindo a BR-393 (Rodovia Lúcio Meira), que corta a cidade no sentido sudoeste-nordeste, surgiram novos bairros a partir de loteamentos periféricos. O bairro Brasilândia, um empreendimento privado financiado pelo BNH, começou a ser habitado em 1974 e a partir de então apresentaria uma série de problemas aos seus moradores, dentre eles: buracos nas ruas, problemas de escoamento pluvial (o que gerava acúmulo de esgotos) e um grave problema relacionado à necessidade de transportes. Quanto a este último, os moradores se queixavam, especificamente, do fato da ausência de escolas no bairro, o que levava a grandes despesas com o transporte de crianças, sendo que a maioria delas estudavam nas regiões centrais da cidade, na antiga área planejada. Segundo uma reportagem de “Opção”, de 1976, Brasilândia era “um aglomerado típico dos novos bairros surgidos com a expansão imobiliária”, com suas casas em série e mal acabadas e sem a estrutura para a instalação razoável de uma família.¹⁹⁹ Outros bairros, em condições até piores, surgiram na região, como Candelária e Pinto da Serra.

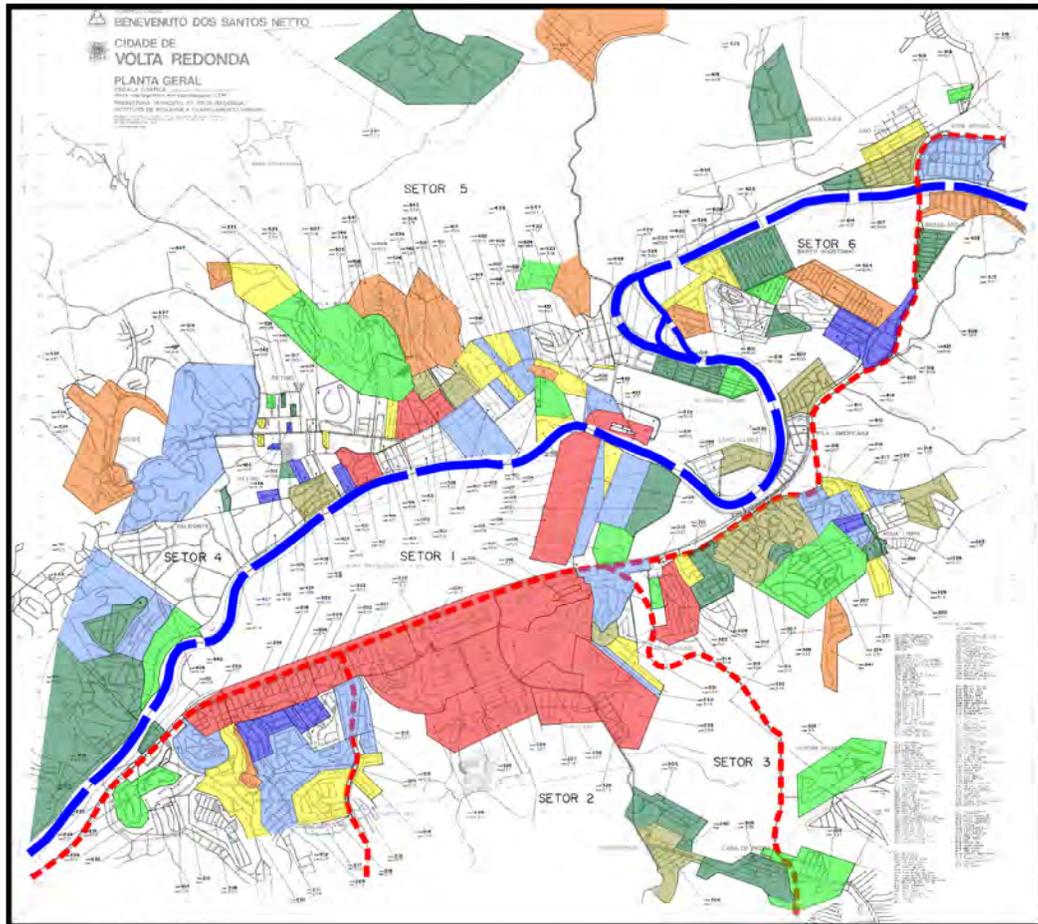
¹⁹⁶ Jornal Opção. 6 a 12 de junho de 1976. N.1. p.1. Outro empreendimento muito semelhante foi o Jardim Veneza, da mesma época.

¹⁹⁷ *Ponte Alta, Sidervilhe e Jardim Europa, três bairros à espera de ajuda*. Jornal Opção. 13 a 19 de maio de 1978. N.101. p.4.

¹⁹⁸ CECISA. Quadro geral de produção. 1982. Ver em Anexos.

¹⁹⁹ Jornal Opção. 27 de junho a 5 de julho de 1976. N.4. p. 4 e 5.

Figura 4 - Loteamentos regularizados (1940-1984)



LEGENDA

- Rio Paraíba do Sul
- Principais vias
- anos 1940
- 1950 - 1954
- 1955 - 1959
- 1960 - 1964
- 1965 - 1969
- 1970 - 1974
- 1975 - 1979
- 1980 - 1984

Mapa referente aos loteamentos regularizados entre 1940 e 1984. Elaborado pelo autor a partir dos documentos: PMVR. Quadro geral dos loteamentos. Setembro de 1984. IPPU-VR. Planta Geral de Loteamentos. Fevereiro de 1982.

A CSN se localiza no centro do mapa, entre o rio Paraíba do Sul e as áreas loteadas pela CSN, ainda nos anos 40, em vermelho.

Tendo a CSN a propriedade da terra ao sul da cidade, a ocupação urbana decorrente do aumento populacional, ao longo das décadas, se constituiu em um arco ao redor da empresa, semelhante à forma de uma ferradura, tal fato foi constatado por uma equipe de urbanistas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU-VR), fundado em 1976, com a missão de criar novos instrumentos para a regulação da ocupação do solo. O projeto de ocupação linear da área, ao longo do vale, acabou convertido em uma “conformação concêntrica em torno da Companhia Siderúrgica Nacional. [...] a própria malha urbana estendeu-se e estruturou-se em função da área ocupada pela indústria”.²⁰⁰

Nas partes oeste e norte da cidade, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, é que houve um maior adensamento populacional periférico. Dos 49 aglomerados urbanos identificados como favelas, existentes na cidade, em 1982, (em áreas públicas e da COHAB-VR), 29 deles estavam presentes nessas áreas. O bairro Retiro, isoladamente, apresentava 16 aglomerados desse tipo.²⁰¹ Além dos vários problemas ocasionados por tal concentração urbana, que traziam nefastos reflexos para as condições de vida dessa população, toda essa área convivia historicamente com a forte poluição gerada pela Companhia.

Embora toda a cidade sofresse as conseqüências da poluição, os ventos direcionavam com maior intensidade a fumaça das chaminés da CSN para a parte norte da cidade. Essa divisão social do ônus da fabricação do aço causava graves problemas de saúde, em especial, nas crianças. Segundo a moradora do bairro Retiro Elaine Pereira, em entrevista ao “Opção”, em 1976: “para nós, mães, esse problema é torturante. As crianças estão sempre nervosas e nós não podemos fazer nada, a não ser mantê-las trancadas o dia inteiro dentro de casa, não se pode nem abrir as janelas. É comum aqui as pessoas ficarem desequilibradas por causa da poluição”.²⁰²

O bairro Belmonte, na parte oeste da cidade, constituído nos anos finais da década de 1950 e início dos anos 60, assim como o bairro Santa Inês, desenvolveria uma região identificada como “Favela Belmonte”, situada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. A localidade recebia diretamente a poluição da fábrica de Cimento Tupy. Além da poluição, a localidade convivia com a insuficiência de abastecimento de água (distribuída por carros-pipa da Prefeitura), falta de rede de esgotos, de postos de saúde e de escolas. Clóvis Candido da Silva, de 27 anos de idade, empregado de uma das empreiteiras envolvidas no Plano de Expansão D, contava ao repórter do “Opção”, em 1976, que seu vizinho teria mudado para outro lugar porque seus filhos estavam sempre doentes devido à contaminação da água do poço que usavam. Já Lilian Ferreira da Silva, mãe de oito filhos que vivia de “biscates”, em entrevista, alertou o repórter sobre a falta de escolas para as crianças. O único grupo escolar na região do Belmonte não atendia a todos, assim, seus filhos tinham que estudar no bairro Conforto, um exemplo dos deslocamentos constantes da população da periférica ao buscar os serviços de saúde e educação. A principal concentração de serviços estava na área de maior valorização da cidade, ou seja, na região e proximidades da cidade planejada ou no núcleo urbano mais antigo da cidade, na região do bairro Niterói.²⁰³

A tentativa de estar próximo aos serviços públicos e do trabalho estava relacionada às intensas ocupações no sudoeste da cidade, como no caso da Favela Santa Inês. Parte desta favela se encontrava no morro do Querosene, composto por cerca de 40 barracos que corriam risco de desabamento. Em 1978, representantes da Prefeitura propunham a retirada da

²⁰⁰ IPPU-VR. *Volta Redonda: Um desafio*. 1978. p.3.

²⁰¹ Quadro de favelas da cidade. Ver Anexos.

²⁰² Na reportagem “Hospitais psiquiátricos de Volta Redonda internam 160 pessoas por mês”, moradores do bairro Retiro, o mais populoso da cidade, entrevistados por repórteres do *Opção* mencionaram a poluição como a principal causa de doenças nervosas. *Jornal Opção*. 11 a 17 de julho de 1976. N.6. p.4.

²⁰³ ADESG. *Situação Sanitária de Volta Redonda*. 1973. pp.54-56.

população para o bairro Açude, local de possível empreendimento da COHAB-VR, próximo aos bairros Retiro e Belmonte, na periferia norte da cidade, contudo, os moradores se opuseram à proposta. Segundo a reportagem de “Opção”, o motivo de tal oposição era o fato do lugar ocupado pela favela ser próximo aos locais de trabalho, fator muito importante para aquela população. Muitas dessas pessoas trabalhavam nas áreas centrais da cidade, nas empreiteiras envolvidas nas obras da usina, ou, no caso das mulheres, como empregadas domésticas das áreas mais valorizadas da cidade, o que fazia com que os riscos fossem compensados. Uma reportagem de 1977 menciona uma das estratégias para lidar com o risco de desabamento: um morador, estando com o barraco em área sob ameaça de desabamento, construiu um chiqueiro mais a frente de sua casa para garantir a ocupação de outro terreno, caso aquele fosse interdito.²⁰⁴

A COHAB-VR teve uma parca atuação ao longo dos anos 70, após a construção de quatro conjuntos habitacionais no início da década – um na região do Morro de São Carlos, dois no bairro Santo Agostinho e um no bairro Retiro – só retomou suas atividades no final da década.²⁰⁵ Porém, mesmo seus parques empreendimentos voltados para a população de menor renda não atendiam a importantes necessidades daquela população, como uma localização próxima ao centro urbano. As áreas doadas à COHAB-VR pela Prefeitura Municipal eram terras com topografia bastante irregular e próximas às áreas rurais. Assim, as empresas de terraplanagem ficavam com grande parte dos recursos dos empreendimentos, o que os tornava mais caros.²⁰⁶ Sua atuação, no final dos anos 70 e início dos anos 80, concentrar-se-ia em áreas menos valorizadas na região norte da cidade, nos bairros Açude e Vila Brasília, por exemplo.

A atuação, tanto da CECISA como da COHAB-VR, não foi capaz de sanar o déficit habitacional existente entre os operários da empresa e muito menos entre a população em geral. Ao avaliar o resultado final do trabalho empreendido por essas instituições, Souza (1992) observou a pujante diferença entre um grande número de moradias, dentre às construídas, dedicadas a trabalhadores na função de técnicos (tendo em vista a importância destes quadros para a siderúrgica) e os parques investimentos nas habitações populares. Decorrente desse quadro, “as favelas surgiram como local de moradia dos extratos inferiores de renda: os trabalhadores da construção civil, os desempregados com o término das obras da CSN e os pobres recém-chegados à procura de emprego”.²⁰⁷

Cabe lembrar a atmosfera autoritária sob a qual se encontrava a cidade e as dificuldades de construção de espaços que canalizassem os descontentamentos políticos. A elite local, mediante os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, preconizava a subordinação da cidade à siderúrgica. A usina e o desenvolvimento industrial foram privilegiados sobrepondo-se aos interesses dos moradores da cidade como expressamente afirmado no diagnóstico para o Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado (1975), documento elaborado para servir de norte às questões relacionadas ao planejamento urbano e que pensava as relações entre a cidade e a usina:

²⁰⁴ *Jornal Opção*. 15 a 21 de outubro de 1977 e 4 a 10 de março de 1978. N. 71 e 91.

²⁰⁵ O motivo de tal problema, segundo Sérgio Fernandez, presidente da companhia, teria sido um repasse de recursos para a área de Três Rios, dinheiro que não teve retorno, calculado em 11 milhões de cruzeiros. Devido a esta dívida, o BNH considerou a COHAB-VR como inadimplente e cortou os financiamentos previstos. Assim, a companhia teria parado. *Jornal Opção*. *COHAB-VR enfrenta situação crítica*. 6 a 12 de agosto de 1977. N.61. p.4 e 5.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ SOUZA, op. cit., p.126.

Por outras palavras: em Volta Redonda quem merece viver é a Usina; à cidade cumpre acomodar-se ou retirar-se de sua proximidade. Para bem decidir, pois, é importante reconhecer este fato sociológico desde o início.²⁰⁸

Tal postura dos altos cargos da administração municipal e da CSN, os quais, como vimos, mantinham fortes conexões entre esses espaços, se desdobrou em uma grande ingerência da usina sobre a cidade e um forte sentimento de insegurança por parte dos trabalhadores. Um caso exemplar, nesse sentido, foi o vivido pela população do bairro Sidervilhe.

Este bairro, no sudoeste da cidade, próximo ao Jardim Europa e a Ponte Alta, foi construído em 1970 por uma imobiliária privada, estando ilhado entre a linha férrea, a CSN e o rio Paraíba. A única passagem de acesso ao bairro era uma cancela sobre a linha férrea pertencente à Companhia Estanífera Brasileira (CESBRA)²⁰⁹, há uns cem metros das residências. Em sua maioria, seus moradores eram aposentados da CSN que, em 1976, ainda estavam quitando as prestações das 49 pequenas residências existentes no local. Desde 1974 o bairro estava sob a ameaça de desapropriação pela CSN, para que fosse possível expandir sua fábrica de cal. Hildebrando, um dos aposentados moradores do bairro, em entrevista sobre o tema, considerou que as autoridades agiam com muita prepotência naquele caso: “somos aposentados, sem grandes recursos; se aqui morassem engenheiros, médicos ou militares, nada disso estaria acontecendo, porque isso é abuso”.²¹⁰

Através da análise de Hildebrando percebemos que, assim como em outros tempos, a estratificação do espaço social espelhava a estratificação dos coletivos presentes na cidade, porém, sob a lógica de um feroz mercado imobiliário e do autoritarismo presente nas políticas públicas. Enquanto a antiga área da cidade planejada acolheria, cada vez mais, a classe média e a elite local, couberam aos trabalhadores menos qualificados áreas distantes, que acompanhavam as vias de acesso à cidade, como os bairros ao redor da BR-393 (no nordeste da cidade) ou as áreas próximas ao centro, mas de menor valor comercial, como o bairro Sidervilhe. A margem esquerda do Rio Paraíba, em torno do bairro Retiro, abrigaria a maior parte dos migrantes pobres, se comparada às ocupações na margem direita do rio, o que a levou a uma grande expansão no período. Antônio Carlos Santini, colunista do jornal “Opção”, em edição espacial, dedicada aos 25 anos de Volta Redonda, assim resumia o que seria a condição da cidade no ano de 1979, em parte do poema intitulado “Notícia de Volta Redonda”, publicado na primeira página do semanário:

[...]
Umarama/ Tabajaras / Palmares
Na boca do forno!
Santa Rita/ Candelária/ Dom Bosco
Na boca do lobo!
Belmonte/ Retiro/ Ponte Alta
Na boca do forno!
Açude/ Água Limpa/ Minerlândia
Na boca do lodo! [...]²¹¹

²⁰⁸ Idem, p.80.

²⁰⁹ A Cesbra deu início as suas atividades no ano de 1951, em Volta Redonda, com o objetivo de atender às necessidades de estanho metálico da Companhia Siderúrgica Nacional.

²¹⁰ Jornal Opção, 5 a 11 de dezembro de 1976 e 2 a 8 de junho de 1979. N.24 e 155.

²¹¹ Jornal Opção, 14 a 20 de julho de 1979. N.161.

O forno, o lodo e o lobo, em uma formação urbana concêntrica expressam exatamente os níveis de distanciamento do centro urbano, que tem como marco central a grande usina, embora essas gradações tivessem pesos diferentes ao norte e ao sul da cidade. A parte sul da cidade, próxima a Vila Santa Cecília, região que abrigava os clubes Umuarama e Palmares, sofre uma intensa valorização com o crescimento populacional e, embora tivesse problemas com a poluição sonora e do ar, devido à proximidade à usina, era a área onde se encontravam os equipamentos urbanos mais importantes (escolas e hospitais, entre outros) e com infraestrutura urbana mais completa. Nela eram construídos os novos prédios e vilas destinadas à classe média (técnicos e engenheiros) e às pessoas de maiores rendimentos (diretores e gerentes).

Ainda na parte sul, em seus locais de menor valorização, havia operários da CSN que ao longo do tempo conseguiram se estabelecer com moradia própria, em especial, nas áreas em expansão nos anos 50 e 60, no sudoeste da cidade. Nessa mesma região, se encontravam em formação novas favelas, cuja população procurava, dessa forma, estar próxima aos locais de trabalho, em especial, pedreiros e empregadas domésticas, ocupações muito presentes entre os migrantes.

A parte norte da cidade é que sofreu a grande expansão periférica. Nela, é que, historicamente, desde o grande fluxo migratório dos anos 50 a população mais pobre se estabeleceu de forma mais abrangente, em especial, no bairro Retiro e em suas proximidades, região que recebia constantemente a fumaça das chaminés da usina. Contudo, foram as regiões irregulares ou alagadiças as que restaram para ocupação pela população mais pobre. Estavam na boca do lodo todos aqueles que buscaram moradias em bairros recentes, construídos a partir das oportunidades abertas às novas imobiliárias, pelo crescimento populacional ou por iniciativa do poder público, como no caso do bairro Açude, lugar de um precário empreendimento da COHAB-VR. Outras populações iriam ocupar regiões ao extremo norte da cidade, próximas as matas mais fechadas, como Santa Rita do Zarur e Candelária, as quais eram muito distantes e não apresentavam o mínimo de infra-estrutura urbana e equipamentos públicos.

Como Leite Lopes (1975) havia apontado, no início dos anos 70, podemos perceber que a busca por um padrão de pobreza a nível nacional ofuscava as condições que os migrantes encontravam no meio urbano e suas necessidades de transporte, acesso à alimentação e a serviços, decorrentes de tal situação. Por outro lado, a experiência de viver num centro urbano nessas condições implicaria em uma percepção da espoliação e uma constituição identitária em diálogo com a história do lugar. A experiência coletiva seria reelaborada em termos de identidade de classe a partir da experiência vivida e dos referenciais identitários construídos ao longo do tempo.

Parte dessa experiência vivida e digerida pelos trabalhadores, em termos de uma consciência de classe, esteve ligada às rearticulações do espaço urbano. Interpretações como a de Zeomar Tessaro, baseada na clivagem entre a “margem esquerda” do rio Paraíba do Sul, destinada a ocupação de migrantes pobres, e a “margem direita”, ocupada por setores favorecidos pelas políticas públicas e com maiores rendimentos, não condizem exatamente com o processo de ocupação urbana. Áreas ao sul e sudoeste da cidade, também apresentaram forte expansão periférica.²¹² Contudo, essa percepção da geografia social local, relacionada ao processo de constituição identitária daquele coletivo, possivelmente foi construída no embate com o processo de rearticulação do espaço, através de uma lógica autoritária e de mercado, onde as áreas valorizadas definitivamente deixaram de ser espaços plausíveis de ocupação

²¹² Porém, do lado leste da antiga cidade planejada também surgiu uma nova periferia, como o bairro Água Limpa, no sudeste da cidade.

pela população pobre e foram ocupadas por categorias profissionais altamente valorizadas pela usina, além da elite local, num processo de fixação seletiva em novos moldes.

Zeomar Tessaro, por exemplo, começou seu processo de socialização política ainda jovem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no movimento estudantil, na luta pelo “passe escolar”. A Igreja foi uma instituição extremamente ligada à articulação política e identitária da população periférica. Por outro lado, as principais questões em torno das quais essas populações se articularam estavam relacionadas diretamente à divisão social do espaço da cidade. A luta pelo “passe escolar” (desconto na compra de tickets de transporte para estudantes), que tem início na segunda metade dos anos setenta e se estenderia até os anos 80, da qual Zeomar, entre outras futuras lideranças da cidade, participou ativamente, foi uma luta pelo acesso da população da periferia às regiões centrais da cidade, área que concentrava as oportunidades de estudo e lazer.

Ligadas à transformação do espaço, as transformações no mercado de trabalho também conformariam as experiências dos trabalhadores e implicariam na construção de determinadas percepções culturais.

2.4 Arigós, peões, funcionários da CSN e outros

Arigó é o nome que se dá ao pássaro de arribação. Significa aquele que vem e não volta. É o nome que os primeiros trabalhadores da CSN assumem pra si. Só a partir de 1970, com a perda da estabilidade e a introdução do FGTS e com a reforma administrativa da empresa, onde todo o seu aspecto assistencial será desmobilizado, é que os trabalhadores mais jovens passarão a se chamar “peões”, aqueles que rodam, e estão no mesmo lugar.²¹³

Assim, Jessie Jane Vieira de Souza, em 1989, coordenadora do Centro de Memória Sindical vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, mencionou o processo de reconstrução identitária do coletivo de trabalhadores da CSN, a partir das transformações vividas nos anos 60 e 70. A passagem acima está no final de um texto produzido por Souza (1989) dedicado à análise da constituição identitária da primeira geração de trabalhadores. Embora, naquela ocasião, a autora não objetivasse a análise da percepção subjetiva dos trabalhadores acerca das transformações mencionadas, em especial, da intensa ruptura da usina com suas práticas anteriores, a passagem suscita uma questão de suma importância relacionada à auto-percepção daquele coletivo a partir de então.

Como, naqueles duros anos de repressão política e radicais transformações econômicas com grandes prejuízos para a classe trabalhadora, os trabalhadores passaram a se enxergar? O termo “peão”, sem dúvida, identificaria anos mais tarde um grande coletivo de trabalhadores de diferentes categorias, em luta no contexto da abertura política. Contudo, nesse “interregno” entre o coroamento dessa nova expressão e a saída de cena de outras terminologias que surgiram no bojo da formação de outras gerações, o que houve no processo de formação da classe?

Em “Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários”, Nascimento e Santana (1997) operacionalizam o pensamento de Bourdieu acerca das tensões geracionais tendo por objetivo uma análise da forma como duas gerações de um mesmo grupo social, a categoria dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, constroem e reconstroem seu passado e presente militante ao mesmo tempo que constroem a

²¹³ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Arigó o pássaro que veio de longe*. In.: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Arigó: o pássaro que vem de longe*. Coleção Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989. pp.14-15

abordagem de uma pela outra. No caso estudado, os autores perceberam, através da análise das práticas e representações deste coletivo, que há um recorte geracional em virtude das profundas mudanças ocasionadas pelo golpe de 1964.²¹⁴

No caso em estudo, como vimos anteriormente, a década de 1960, a partir do Golpe, também representará um corte na experiência operária. Porém, no caso de Volta redonda, essa questão nos remete, especificamente, no tocante ao coletivo de trabalhadores presentes na cidade, a um contexto com uma forte presença de migrantes com baixa qualificação, ao mesmo tempo em que, a partir da modernização da usina, engenheiros e outros trabalhadores com nível superior também afluíram para a cidade. Por outro lado, os operários da CSN viveriam um novo momento, marcado por novos condicionamentos materiais e políticos que teriam reflexo na percepção subjetiva daquele coletivo, o que nos leva a questão: como os diferentes grupos de trabalhadores nos anos 70 viviam suas diferenças e igualdades, até que, nas greves de 1980, em especial, na segunda metade daquela década, fosse possível a identificação coletiva enquanto “peões”²¹⁵?

Pretendendo apenas indicar, a partir da pesquisa realizada, um caminho para a compreensão desse processo. Acreditamos que ele tem forte ligação com a constituição de uma nova geração de trabalhadores dividida em diferentes coletivos que se relacionaram de maneiras diferentes à instituição de um novo mercado de trabalho e às reformulações do espaço urbano.²¹⁶ Com relação aos trabalhadores da CSN, essa nova geração surgiu a partir da reformulação de referenciais identitários anteriores.

Souza (1989) afirmou que o termo “arigó” foi para a primeira geração de trabalhadores da usina uma palavra que simbolizou a homogeneização de seu universo cultural. Homogeneização construída a partir da socialização e experiência vivida nos canteiros de obra da CSN. Ser “arigó”, expressão utilizada pela primeira geração em sua auto-identificação, trazia, como significado subjacente ao termo, uma trajetória de migração do campo para a cidade e uma mudança da enxada ao relógio de ponto, acompanhada de uma metamorfose:

Este trabalhador, tido como idiotizado e programável para ser “educado e higienizado” na construção da dominação, se mostra agente histórico e se articula enquanto classe, assumindo, a partir dos anos 50, o sindicato como instrumento para sua resistência.²¹⁷

²¹⁴ SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. *Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários*. In.: *Tempo*. Rio de Janeiro., N.7, 1997. pp.99-127.

²¹⁵ MANGABEIRA, op.cit., p.46.

²¹⁶ Nas visões sobre a trajetória de um grupo, segundo Bourdieu, podemos perceber que ocorre uma disputa simbólica pelas classificações e distinções dentro do próprio grupo. Bourdieu assinala estas distinções ao se referir às tensões geracionais. Ao tratar como tradições são incorporadas e reelaboradas pelas gerações através do termo “história incorporada” o autor destaca que a representação que os agentes têm de sua posição depende em grande parte da relação entre as tradições que suas organizações oferecem e suas atitudes. Se por um lado esta abordagem enfatiza as continuidades, por outro, introduz a dimensão da descontinuidade, das transformações e suas relações com as tensões geracionais. Sua abordagem foge ao determinismo econômico, que concebe os agentes históricos como vítimas, ao valorizar o fato que as tradições dependem da *apropriação da herança pelo herdeiro* sendo que esta realiza-se pelo efeito conjugado na condição do herdeiro (em outras palavras, determinações objetivas) e da ação pedagógica dos predecessores (socialização de valores ao longo do tempo entre os sujeitos). A apropriação mencionada indica as atualizações no adquirido histórico realizada pelos sujeitos históricos. No caso da CSN devemos pensar como todo o aparato simbólico construído pelos trabalhadores anteriormente é digerido frente às novas condições da década de 70, as quais rompem com a antiga expectativa geracional daquele grupo. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

²¹⁷ SOUZA, Jessie Jane Vieira de, op. cit., p.15.

Frente às políticas de gestão que valorizavam a antiguidade e assiduidade dos trabalhadores, através de prêmios e da concessão de moradias, devido às necessidades de fixação daquele coletivo, àquela primeira geração, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, construiria uma auto-imagem que valorizava seu saber e experiência prática, conquistados ao longo dos anos de trabalho. Retomando tal processo cabe apontar que nos anos 50, houve uma modificação no sistema de gestão. Embora o tempo de trabalho na empresa continuasse sendo muito valorizado, as promoções passavam também a obedecer a um novo critério, que privilegiaria a escolarização do trabalhador: o merecimento. Naqueles anos, marcados por uma maior racionalização da gestão e hierarquização dos trabalhadores, por parte de uma empresa, em busca das metas de produtividade, estes critérios causariam ressentimentos entre os operários mais antigos. Quanto ao reflexo dessa mudança sobre os novos trabalhadores, Pessanha e Morel (1991) apontaram que:

[...] os operários que ingressaram na Companhia na década de 1950 – quando a empresa passa a valorizar a escolaridade e os exames para fins de promoção – foram mais propensos a adotar como estratégia de ascensão social a acumulação de capital cultural através de títulos escolares.²¹⁸

Esse grupo, tendo como referência os valores da geração anterior, porém, frente às novas políticas de gestão, valorizaria a importância da ascensão pelo esforço individual e o orgulho profissional, elementos que constituiriam sua identidade profissional dentro da usina. O sistema de seleção e treinamento voltar-se-ia para o ensino formal e a Escola Profissional (ETPC) ofereceria cursos e treinamentos voltados para operários que desempenhariam diferentes funções dentro da hierarquia ocupacional da empresa. Mesmo que essas mudanças já tivessem estabelecido diferenciações entre os trabalhadores naqueles anos, seria nos anos 60 e 70 que uma forte mudança ocorreria, marcada pela quebra das expectativas geracionais.

Já observamos que o processo da venda das casas da usina e a instituição do FGTS foram vividos pelos trabalhadores como um momento de perda de “proteção”, perda da estabilidade e de direitos²¹⁹ e que esse momento impactaria diretamente a vida fora da fábrica, com a remodelação do espaço urbano. Contudo, para além das mudanças nos espaços da cidade, no cotidiano fabril, os trabalhadores teriam de conviver com novas e radicais mudanças, somadas à perda da estabilidade.

Nos anos 70, a principal característica da política gerencial da CSN foi a tentativa de preparar os trabalhadores para as mudanças associadas à introdução de novas tecnologias, previstas no Plano de Expansão D, o qual contemplava a renovação tecnológica e a introdução de processos automatizados para a usina como um todo. Por meio da consultoria da firma americana, Arthur D. Little, a partir de 1972, buscou-se a modernização e maior racionalização do sistema administrativo da usina, sendo que, de forma concomitante a este processo houve uma importante alteração na composição na forma como a empresa concebia o conjunto de seus trabalhadores, com a delimitação de trabalhadores “estratégicos” e “periféricos”.²²⁰

As mudanças administrativas incluíam uma reorganização da estrutura de autoridade da siderúrgica, através de uma divisão de trabalho mais nítida entre os postos administrativos e os demais, por intermédio da padronização das etapas do processo decisório. Outra importante proposta apresentada pela Arthur D. Little foi uma reestruturação da classificação de funções e a definição de formas de ascensão vertical e horizontal nas carreiras,

²¹⁸ PESSANHA e MOREL, op. cit., p.75.

²¹⁹ Idem, p.76. MOREL, op. cit., p.437

²²⁰ MANGABEIRA, op. cit., pp. 68-75.

acompanhada da definição de um novo estatuto com direitos e deveres de patrões e empregados.

Sobre a nova relação que se estabelecia com os trabalhadores, a grande característica do período foi a tentativa de reduzir o número de empregados da CSN. O relatório da firma consultora chamaria atenção para o número excessivo de trabalhadores, com atenção especial às velhas gerações de operários manuais e aos critérios da política de recursos humanos, que privilegiavam mais a antiguidade que o mérito nas promoções e benefícios aos trabalhadores. Embora não tenhamos maiores informações sobre este processo, sabemos que a CSN implementou uma política de antecipação de aposentadorias no período.²²¹ Porém, a iniciativa mais importante de combate ao identificado excesso de empregados foi a redução dos níveis de emprego mediante a subcontratação de atividades classificadas como “externas” à produção do aço, fato que provocou uma reorganização do trabalho na usina com uma diferenciação entre os operários “estratégicos” e “periféricos”.

Embora a maior parte dos postos periféricos estivesse ligada a tarefas de limpeza ou construção, executadas por operários não qualificados ou semiquilificados, a Companhia também transferiu para as empresas subcontratadas alguns postos qualificados.

A diferenciação de um grupo de operários “estratégicos”, com mais estabilidade e melhores condições de trabalho do que os operários “periféricos”, foi uma resposta da empresa aos problemas de mão-de-obra excessiva.²²²

Após o início do programa de modernização, em 1975, diversas empresas interessadas no fornecimento de serviços necessários ao processo de expansão da usina se instalaram em Volta Redonda. Essas empresas ampliaram o mercado de trabalho regional reforçando as condições para a existência de um mercado para operários “periféricos”.

Ao lado da política de demissão de grande parte de seus empregados estáveis, as medidas de renovação e alteração da gestão de seus quadros transformaram profundamente o perfil de trabalhadores da empresa. Com ênfase maior na contratação de pessoal de nível superior, reduzindo o pessoal da área produtiva e com aumento do número daqueles alocados em funções técnicas, gerenciais e burocráticas, a empresa diversificou suas formas de recrutamento de trabalhadores. A terceirização de serviços, através da subcontratação para funções não qualificadas, por meio de empreiteiras, diminuiria substancialmente o quadro de trabalhadores não qualificados na empresa. Assim, novas diferenciações marcaram o espaço fabril, em especial, no que se refere à formação profissional e às condições de trabalho, pois, o trabalho nas empreiteiras caracterizar-se-ia por uma alta rotatividade e piores condições de segurança. Cabe lembrar que, naquele momento, sufocadas as possibilidades de pressões político-sociais, as condições de trabalho acabariam sendo definidas em função das condições do mercado.²²³ A CSN, através de tais medidas, estabeleceria um mercado interno para seus trabalhadores, com alta valorização da qualificação, sendo que externamente a esse mercado dos “estratégicos”, prevaleceria, mesmo se considerarmos os trabalhadores menos qualificados da empresa, as ocupações na construção civil pesada, voltadas para o Plano de Expansão D.²²⁴ Tal processo estruturou um campo de possibilidades para novas divergências

²²¹ Ibidem, p.76. MOREL, op. cit., p.453.

²²² MANGABEIRA, op. cit., p.70.

²²³ SADER, Eder, op. cit., p.87.

²²⁴ Sader chama atenção para as diferenciações de mercados de trabalho que encontrou no período: mercado primário, secundário e setor “informal”. O mercado primário correspondia aos mercados de trabalho internos às grandes empresas; o secundário, ao mercado aberto das indústrias ditas “tradicionais” (bens de consumo não duráveis) e o informal seria o mais precarizado. SADER, op.cit., p.79.

e convergências internas à classe, a partir da transmutação de referenciais identitários anteriores.

Internamente à empresa, segundo Morel (1989), desde o Plano de Cargos e Salários de 1966, uma das soluções para a crise financeira vivida entre 1963 e 1967, a CSN aumentaria a distância salarial entre os trabalhadores qualificados e os demais, através da equiparação dos salários da empresa aos do mercado externo, contudo, essa distância aumentaria posteriormente. Bacha (1975) evidenciou que seria a hierarquia, ou seja, o corte trabalhadores/gerentes, antes que a qualificação, ou seja, o corte qualificados/não qualificados, o fator fundamental para explicar a abertura do leque salarial no setor urbano naqueles anos. Os salários dos gerentes estariam atrelados aos índices de produtividade conquistados, o que reforçava seus laços com os objetivos empresariais. Um dos dados empíricos apresentados em tal estudo foi uma pesquisa salarial de periodicidade anual, realizada desde 1966, pela Superintendência de Pessoal da CSN junto a cerca de 15 grandes empresas no setor metalúrgico com sede na região Centro-Sul do país. A pesquisa abrangeu cerca de 110 cargos, incluindo tanto gerentes quanto trabalhadores. Seus resultados demonstraram que apesar da grande estratificação salarial existente entre os trabalhadores do setor, foram os gerentes²²⁵ que tiveram seus salários expandidos significativamente. Seus salários se distanciavam dos salários dos trabalhadores, tanto no que se refere à média salarial, quanto no que se refere à taxa de crescimento – ambas muito superiores se comparadas às dos outros trabalhadores.²²⁶ Os gerentes vêm elevarem-se seus salários reais a uma taxa de 8,1% ao ano, que contrastava com uma taxa de 2,3 % ao ano para os demais trabalhadores, no período entre 1966 e 1972 .

Esse distanciamento salarial compunha a política de reforço à hierarquia interna da empresa. Ela apostaria no aumento e complexificação dos cargos de chefia como forma de estratificar o coletivo operário. Além de tal estratificação, os trabalhadores conviveriam com o poder “despótico” dos gerentes e encarregados, cargos que seriam ocupados por trabalhadores com maior escolaridade e dentro do perfil de gestão da empresa, ou seja, preocupados e incentivados à produtividade. A relação entre empregados manuais e encarregados deu origem a muitos conflitos no interior da usina.²²⁷

Luis Lopes Neto concluiu em 1966 o Curso de Aprendizagem Industrial (CAI) na Escola Técnica Pandiá Calógeras, um curso profissionalizante em nível de primeiro grau e foi fichado como servente na Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM), importante área de reparo e fabricação de peças para a usina. Posteriormente, chegaria ao cargo de ajustador mecânico. Lopes Neto, formado mecânico pela ETPC, não ficou satisfeito com o cargo inicial de servente, porém, o “importante era estar dentro da usina”. Em seus primeiros tempos na siderúrgica já entraria em choque com a gestão autoritária presente na fábrica:

Teve um período que eu fui perseguido por causa de cabelo. A chefia não queria a gente com cabelo grande e chegou um período que eu deixei meu cabelo vir quase na cintura, pra mostrar que não era cabelo que ia mostrar meu profissionalismo. Eu enrolava o cabelo e jogava por baixo do capacete e quando chegava a chefia eu

²²⁵ Os gerentes, segundo o autor, seriam setores intermediários entre os grupos proprietários das empresas e os coletivos de trabalhadores. Por seus interesses se confundirem ao do grupo proprietário, não podem ser considerados como integrantes da classe trabalhadora. BACHA, op. cit., p.127.

²²⁶ Entre abril de 1966 e abril de 1972 um servente sofreu uma redução salarial de 1,4 %; um mecânico de manutenção, um aumento de 4,6 %; um operador de máquina-ferramenta, um aumento de 2,5%; um chefe de divisão de produção (nível superior), um aumento de 10,9 %; um chefe de divisão de manutenção (nível superior), um aumento de 7,1 %. Bacha destaca que, pelo Censo de 1970, 90% da população percebia menos que Cr\$ 1.000,00 por mês. Os 10% restantes que se apropriaram da renda real da economia brasileira entre 1960 e 1970. Desses 10%, parte substancial pode ser incluída nessa categoria de gerentes. Idem, p.140.

²²⁷ MANGABEIRA, op. cit., p.71.

jogava tudo nas costas e ficava passeando. Fazia questão de ficar passeando e passar perto dos chefes com aquele cabelo grande.

Nessa passagem, vemos a atualização do orgulho e dignidade profissional presente entre os trabalhadores do período em tempos de difícil mediação política do descontentamento operário. A idéia de qualificação para o trabalho possivelmente esteve atrelada ao sentimento de uma posição mais estável no local de trabalho. Nesse sentido, um dos episódios que mais marcou Lopes Neto ocorreu exatamente neste período de grande exigência de produtividade pela empresa, quando práticas autoritárias entravam em choque com a auto-imagem de competência do operário:

Um dos rapazes que foram culpados da única punição que eu recebi na usina, gente que veio da área, não foi alta chefia, era simplesmente uma vaga de encarregado. Eu tinha uma hérnia e eu não queria operar, pra não poder me afastar do coisa, porque num era nem medo de perder emprego nem nada, é que eu estava fazendo essa casa. Eu morava na CSN fazendo serão e eu não podia ter o privilégio de ficar em casa porque eu tinha contas pra pagar. Então a hérnia queimava muito e teve um dia que eu sentei. Quando eu sentei... Eu fazia um serão, o cara veio gritar comigo, pô. Quando ele veio gritar comigo, eu simplesmente passei as mãos nas ferramenta. Fui e entreguei as ferramenta e... [...] Aí quando eu voltei o pedido de gancho já estava feito por esse rapaz que não era encarregado ainda. Estava tirando uma vaga de encarregado. E foi a primeira vez que eu recebi uma punição na CSN. Foi a única em 23 anos que eu trabalhei na CSN.²²⁸

Esse momento, nacionalmente, seria marcado pelo aumento das escolas técnicas e profissionais devido à busca por qualificação por grande parte dos trabalhadores. A atmosfera criada pelo discurso governamental e os debates públicos estabelecidos nos meios de comunicação propagavam a idéia da qualificação enquanto solução para o panorama de grande concentração de renda. Segundo Sader (1988), aqueles trabalhadores mais valorizados no mercado de trabalho, devido à qualificação, teriam um forte “orgulho profissional”.

(...) o orgulho profissional expressa sobretudo a experiência da importância de seu trabalho para o processo de produção. Por isso mesmo freqüentemente essa atitude não implicou uma submissão às normas patronais para ascender na empresa.²²⁹

Esses trabalhadores especializados, não mais estáveis e sem as possibilidades de socialização política para canalização de descontentamentos, como foi possível aos da primeira ou segunda geração de operários, ao mesmo tempo em que poderiam resistir, mesmo que individualmente, à opressão do cotidiano fabril, buscavam garantir uma trajetória “segura” dentro da empresa. Como no caso do soldador Francisco Severiano que justifica sua opção forçada pelo FGTS, no início dos anos 70, como única possibilidade viável, pois caso contrário seria demitido e não dava pra deixar a CSN, pois “aqui fora não havia segurança para construir sua vida”.²³⁰ Segundo Sader (1988):

²²⁸ Entrevista realizada com Luiz Lopes Neto, mecânico aposentado e dirigente sindical do sindicato dos metalúrgicos entre 1983 e 1989, em 29/07/08. Naquele tempo, o sistema disciplinar formal da CSN consistia de quatro tipos de penalidades aplicadas de acordo com a gravidade da infração: advertência, repreensão, suspensão temporária e demissão por justa causa. MANGABEIRA, op. cit., p.71. O termo “gancho”, de grande uso entre os operários, corresponde a uma suspensão. Uma anotação negativa na ficha funcional poderia prejudicar o funcionário nos acessos às promoções e progressões de cargo.

²²⁹ SADER, op. cit., p. 87.

²³⁰ Caderno de campo, 29/12/09. Conversa com Chico Severiano e Sr. Benedito. O primeiro, autor da expressão utilizada no texto, ingressou na CSN nos anos 60 e ascendeu através de cursos internos. O segundo, migrou nos anos 70 para a região, trabalhou na Siderúrgica Barra Mansa e após trabalhar em diversas empreiteiras, não se

As diferenças no mercado de trabalho se expressaram, por sua vez, numa diferença entre aqueles que se reconheceram no trabalho, que se valorizaram através dele, e os que viveram de um emprego para outro. É o orgulho dos profissionais e a instabilidade dos peões.²³¹

A rotatividade aplacaria especialmente os trabalhadores identificados como “peões”. Entretanto, na realidade estudada por Sader (1988) o termo “peão” estava vinculado, em grande medida, ao trabalhador submetido à prática de contratações e demissões comum às linhas de montagem da grande São Paulo. Em Volta Redonda, o termo identificaria, de forma mais precisa, o trabalhador migrante empregado nas empreiteiras envolvidas no processo de expansão da usina.

Além da rotatividade, outras condições de trabalho seriam elementos diferenciadores entre os trabalhadores, entre elas, o risco de acidentes. Esta seria uma característica que marcou a experiência do trabalho no período, porém, com maior ênfase, a dos trabalhadores da construção civil.

Os acidentes de trabalho tomaram dimensões alarmantes ao final da década de 1970. Segundo estatísticas do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), no ano de 1980, 440 trabalhadores se acidentaram por cada hora trabalhada, sendo que neste mesmo período de uma hora, 5 ficaram permanentemente inválidos e ao menos um faleceu. O governo tratava com otimismo esses dados, pois, entre 1975, ano com 1.916.187 acidentes registrados, e 1978, teriam ocorrido uma significativa redução de 400.000 acidentes. Isso se devia, segundo a propaganda oficial, à política de prevenção instituída no governo Geisel, a partir de 1975, que foi “centrada no preconceito de que os acidentes de trabalho se devem aos chamados *atos inseguros* praticados pelo próprio trabalhador”.²³² A redução do número de acidentes pode ser melhor explicada através das modificações na legislação concernente aos acidentes, a partir de 1975: a) empresas privadas com recebimento de quantia fixa por parte do empregador passaram a fazer os atendimentos dos trabalhadores, fato que deu a possibilidade de redução de registros de casos e tornou menor a despesa dos hospitais privados e menores os índices de acidentes nas empresas; b) coube aos empregadores a responsabilidade pelo pagamento dos primeiros 15 dias após o acidente e sua informação ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), o que reforçaria a tendência ao escamoteamento dos dados; c) a previdência social nesse período abarcou categorias não engajadas nas indústrias e menos sujeitas a risco de acidentes.²³³ Alterando os dados reais através destas medidas e beneficiando a classe empresarial, o governo incentivava a utilização dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), como botas, capacetes e luvas, considerando os acidentes como provenientes de *atos inseguros* dos trabalhadores, o que jogava o custo social do acidente sobre os últimos. Todavia percebemos nas palavras de Paulo Cesar, ao comentar sobre uma das obras em que trabalhou, que os “acidentes” não eram tão acidentais assim.

E quando começou essa obra teve uma reunião por causa de estimativas de acidentes, de pessoas que vão morrer. É terrível cara, você estar em uma sala com várias pessoas, com vários profissionais, montador, mecânico, soldador, maçariqueiro, engenheiro, técnico, mestre, encarregado, aí o cara falar “o negócio é o seguinte essa obra vai começar tal dia e a estimativa aqui: vai morrer nove

fixou no trabalho industrial e desempenhou atividades em outros setores. Chico, hoje aposentado, na ocasião de nosso encontro, trocava os pneus de seu moderno carro na borracharia em que Benetido é borracheiro.

²³¹ SADER, op. cit., p.88.

²³² Ribeiro e Lacaz (1980, p.66).

²³³ Idem, p.67.

pessoas...” Até os pontos... Na volta da rodoviária não tinha previsão de morrer ninguém, morreu dois, você tá entendendo. O resto ele acertou tudo! Antigamente você não tinha, você chegava em uma empresa dessa aí... 1970, 71, 75, 78, você entrava em uma empresa dessas aí, o cara te dava um capacete, um cinto. Olha a estrutura é essa aí, tem que montar isso, isso, isso e isso. Às vezes o cara nunca trabalhou em estrutura...²³⁴

Além da insegurança em relação a sua integridade física, condição compartilhada por todos os trabalhadores do período, outra insegurança que se abateu sobre os subcontratados e trabalhadores de empreiteiras, em especial, foi o desemprego gerado pelo término das obras do Plano de Expansão e pela recessão econômica na segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980.

[...] ficou aquelas pessoas também que não conseguiram sair e ir embora pra suas terras é onde começaram a aparecer mendigos, né, começou a aparecer... A criminalidade aumentou. Porque faltou emprego, faltou oportunidade pra essas pessoas e essas pessoas não tinham como sobreviver se não fosse talvez através de alguns delitos, não é. [...] Até pra você alugar uma casa estava difícil, porque era calote para tudo enquanto é lado, ninguém tinha dinheiro.²³⁵

O Jornal *Opção* apontava que de acordo com o IPPU-VR a partir de 1980 era necessária a criação de 2.500 novos empregos por ano, para cobrir as necessidades da população economicamente ativa.²³⁶ As representações subjacentes ao termo “peão”, entretanto, não diziam respeito às diferenciações no mercado de trabalho apenas, mas também à condição dos migrantes no espaço urbano. Essa diferenciação, a princípio, adquiriu valoração pejorativa e preconceituosa tanto no tocante ao coletivo de trabalhadores como para a comunidade local.

Em janeiro de 1976, no primeiro número do referido jornal local a reportagem de capa teve como título "O operário de mochila na mão". A extensa reportagem mencionava a construção de alojamentos pela CSN no bairro Aterrado. “136 alojamentos tipo ‘barracões’ com 6 camas de beliche de madeira em cada quarto” eram construídos para receber 5 mil operários contratados por empreiteiras para trabalhar na expansão da usina. Nesse mesmo bairro, já se encontravam alojados três mil e quatrocentos operários que, segundo o jornal, eram conhecidos como “piões”. A reportagem estigmatizava os “peões” como seres “acostumados a viver trocando de lugar e obras como se troca de camisas”, sem apego familiar, com problemas de solidão e semi-analfabetos. Segundo a reportagem, alguns deles gostariam de se estabelecer em Volta Redonda, entretanto, “outros detestam terem nascido no campo e sentirem que a cidade já se transforma em "capital" "onde todos se acham superiores e que enxergam nos peões um problema e não um ser humano”.²³⁷ Todas as menções homogeneizavam aquele coletivo e suscitavam uma condição de incapacidade e sujeição.

A partir de sua edição de N. 40, de março de 1977, o jornal adotou a recorrente figura de um rato, sempre presente nas ilustrações de seu cartunista, Cristóvão, ao tratar dos problemas urbanos da cidade. O tal rato esteve associado às reportagens sobre ocupações irregulares e a mais diversa gama de problemas urbanos (lixo nas ruas, desabamentos, problemas sanitários, e etc.). Posteriormente seria apelidado de “Ed-imundo” e associado à figura do trabalhador das empreiteiras da construção civil. Abaixo, vemos a representação do “Ed-imundo” em reportagem sobre a greve dos “peões”, em 1979, e as representações dos

²³⁴ Entrevista com Paulo Cesar, montador aposentado, realizada em 22/11/08.

²³⁵ Entrevista com Carlos Rolando, eletricitista aposentado, realizada em 22/11/08.

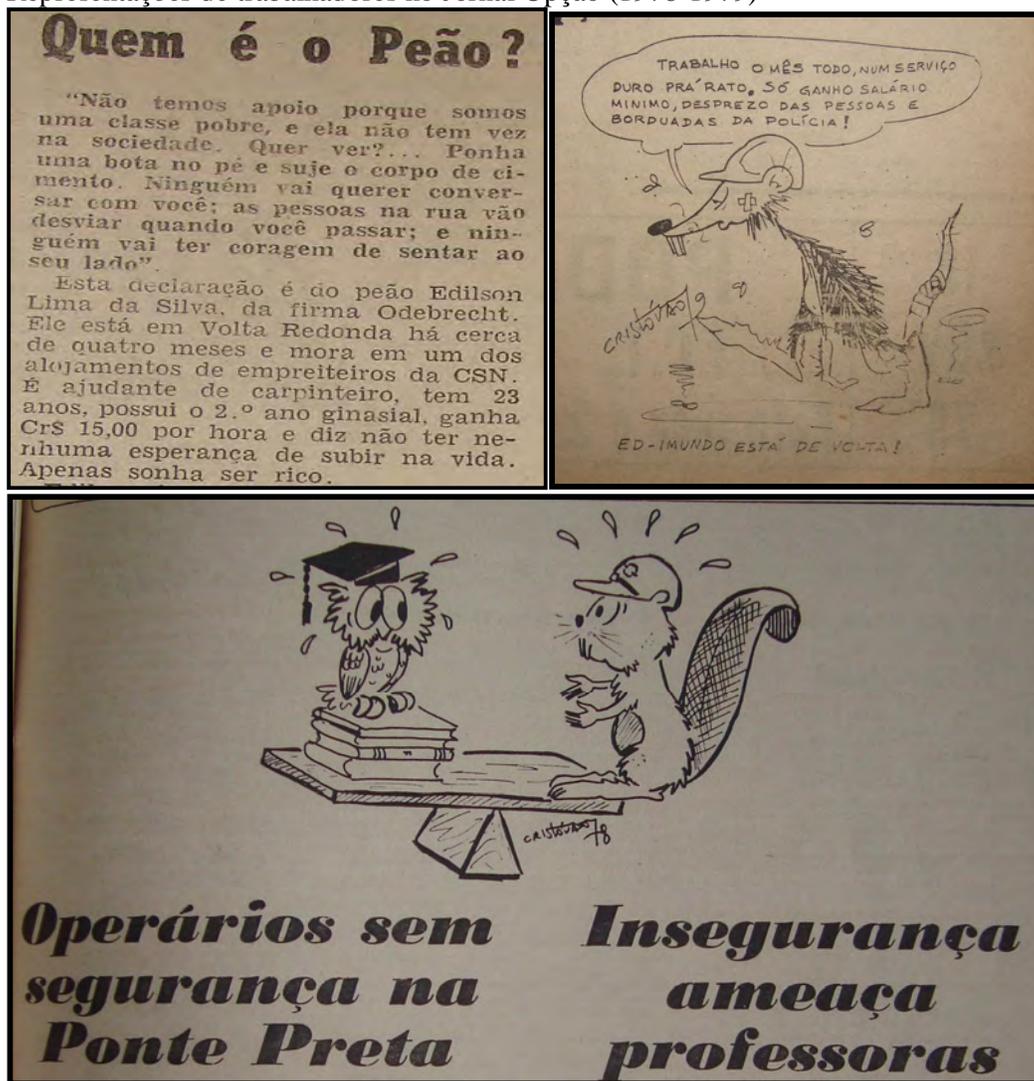
²³⁶ *Jornal Opção*, 30 de dezembro a 5 de janeiro de 1979.

²³⁷ *Jornal Opção*, 6 a 12 de junho de 1976

operários da CSN e das professoras estaduais, em 1978, em reportagem que dizia respeito aos problemas de segurança para os operários, nas ruas em frente à entrada da Ponte Preta (um dos acessos à usina), e ao desvio de função de professoras primárias que estavam lecionando para 5ª e 6ª séries.

Figura 5

Representações de trabalhadores no Jornal Opção (1978-1979)



As duas primeiras imagens correspondem à edição: Jornal Opção, N.175, 22 a 26 de outubro de 1979. Reportagem de capa: “Xeque de peões”. A terceira imagem foi extraída da edição N.94, de 25 a 31 de março de 1978.

A associação desses trabalhadores aos problemas urbanos seria uma constante inclusive em documentos dos órgãos oficiais da prefeitura. Um Grupo de Trabalho sob a presidência do Coronel Ivan Melo Cavalcanti e formado por representantes da COHAB-VR, IPPU-VR e do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), produziu, em 1979, um documento intitulado “Estudos para uma política habitacional e controle de migrações”, no qual a explicação para a proliferação “indiscriminada” de favelas estava diretamente relacionada à figura do

“migrante-favelado”. Segundo o documento, devido a seus baixos salários, à sua família numerosa e ao comodismo, “natural do migrante”, eles se colocariam a sombra do poder público através da instalação de seus barracos em qualquer lugar.²³⁸ O documento também denunciava a prática das empreiteiras de busca de “mão-de-obra mais barata, sem especialização, no interior da macro região (região sudeste), soltando-a na cidade sem qualquer serviço assistencial”.²³⁹ Em outros termos, podemos afirmar que as firmas empreiteiras recrutavam mão-de-obra em diversas partes do país, fazendo uso de promessas quanto a salários e condições de trabalho que não correspondiam à realidade que o migrante encontraria posteriormente. Segundo o relatório de um representante da Delegacia Geral de Investigações Especiais, Seção Volta Redonda, de 8 de março de 1979, a firma Servix Engenharia S.A. teria sido alvo de denúncias, naquela mesma delegacia, por “pessoas conhecidas como ‘peões’”. As denúncias mencionavam as promessas não efetivadas, inclusive de contratação, o que os levava a atividades de furto, roubos e outros delitos. Aqueles trabalhadores estariam sendo recebidos em praça pública e ali mesmo eram recrutados.²⁴⁰ O GT propôs práticas que coibissem a migração, porém, o presidente da COHAB-VR contestou a proposta afirmando que “a adoção de um mecanismo coibidor da migração de mão-de-obra implicaria na paralisação da CSN”.²⁴¹

Mediante tal quadro não é de se estranhar os preconceitos existentes entre os trabalhadores, conformados não apenas no mercado de trabalho, mas na vivência do espaço. Segundo Zeomar Tessaro, uma percepção comum à época era que o “operário da CSN [era] o primo rico do operariado da construção civil”, pois, “o cara alcança[va] um status e acaba[va] se achando mais valioso ou mais poderoso”.²⁴² Relação vivida em diversos espaços, cotidianamente. Podemos imaginar a gama de animosidades, as quais, possivelmente, os migrantes se defrontavam. No caso das possibilidades de relacionamento, tratamento em espaços públicos e forma de acesso a bens de consumo, a passagem abaixo, muito nos diz:

[...] você ia namorar uma menina: Você trabalha na onde? Trabalho na Montreal. Tchau e bença pra você, só servia se trabalhasse na CSN. Mas isso é real. [...] Não era só pelos pais não, as lojas de Volta Redonda, você chegava com a carteira profissional... O funcionário da CSN tinha tudo. Empreiteira não tinha nada. Porque você não tinha garantia de emprego. É isso que eu tava te falando porque a CSN dava garantia. Você fichava na Companhia você só não aposentava se você morresse. [...] Essa problema dos pais arrumarem namorado da CSN pras filhas... Essa diferença tinha até do próprio pai com o camarada que trabalhava na empreiteira. Ele achava que era diferente. [...]. Achava que tinha um grau a mais.²⁴³

As tensões cotidianas podiam expressar a hierarquia social local, para além da relação entre metalúrgicos e subcontratados. No bairro Conforto, o estacionamento para operários da CSN havia dado lugar a acampamentos para trabalhadores das empreiteiras. Os moradores, revoltados com o fato de muitos operários estacionarem seus carros nas calçadas do bairro, após a perda do estacionamento, começaram a esvaziar seus pneus. Um motorista operário, Adilson Couto da Silva, em entrevista ao Jornal Opção, deu sua opinião sobre o episódio: "o negócio é criticar a CSN, pois ela deu o pátio de estacionamento para os vagabundos das

²³⁸ PMVR. Estudos para uma política habitacional e controle de migrações. 1979.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Localização: Municípios 152-B, p.435.

²⁴¹ PMVR. Estudos para uma política habitacional e controle de migrações. 1979

²⁴² Entrevista com Zeomar Tessaro realizada em 28/01/09.

²⁴³ Entrevista com Carlos Rolando, eletricista aposentado, realizada em 22/11/08. Experiência análoga referente aos migrantes nordestinos em São Paulo, entre 1945 e 1966, encontra-se em: FONTES, op.cit., p.69.

empreiteiras e se esqueceu de seus funcionários...". O operário disse ainda que o Escritório Central da CSN não apresentava esse tipo de problema, pois lá era um "lugar de doutores".²⁴⁴ Na edição posterior do periódico, José Pereira Neto, presidente do Sindicato da Construção Civil, um "sindicato-empresa", nas palavras de Zeomar Tessaro, rebateria tal declaração do operário interpretando-a como fruto de um momento de raiva.²⁴⁵

No dia 15 de outubro de 1979, uma grande mobilização dos trabalhadores da construção civil ocorreria sem qualquer do apoio de seu sindicato:

[...] três mil trabalhadores da Construtora Norberto Odebrechet rebelaram-se no final da tarde e quebraram e incendiaram escritórios e refeitórios, apesar da intervenção da Polícia Militar. Os operários desde a manhã vinham assediando a direção da empresa, pedindo aumento da hora de trabalho de Cr\$16,20 para Cr\$17,80. A polícia e os bombeiros foram recebidos a pauladas e pedradas pelos trabalhadores, que jogaram 500 quilos de comida num riacho.

Um carro da firma de vigilância Rane S.A., foi destruído. Agredido a pedradas, o supervisor de segurança, Abel Bernardo de Araújo, de 43 anos, foi levado em estado grave para o hospital da CSN. Outro encarregado da firma, não identificado, deu entrada em estado grave no mesmo hospital. Empregados dizem que Abel foi atingido por ter dado tiros de advertência para o alto.

Cerca de 500 quilos de comida, que estava pronta no refeitório, foi atirada pelos trabalhadores no córrego Secades, que passa no fundo da firma.²⁴⁶

Os alvos escolhidos pelos trabalhadores corresponderam aos elementos que compunham as péssimas condições de trabalho, fato que joga por terra as interpretações calcadas no caráter "espontâneo" e "desorganizado" daquele movimento que estão presentes em jornais da época e em algumas entrevistas realizadas na atualidade. Na mesma reportagem, há menção à comida estragada recorrentemente servida pela construtora, sendo também os abusos da Polícia Militar e da guarda interna da CSN frente a esses trabalhadores, uma constante naqueles anos.²⁴⁷ Após esse primeiro momento, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade, onde, posteriormente, obtiveram o apoio das CEBs. Há menção no jornal "O Globo" de um segundo dia de mobilização, entretanto, não foi possível mensurar a duração total do movimento. Esse episódio que ficou conhecido, especialmente entre os operários da CSN, como a "greve dos peões", não contou com amplo apoio destes, apenas a presença de alguns militantes esparsos. Porém, as Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja local teriam uma presença marcante na mediação do conflito, com a participação do Bispo Dom Waldyr Calheiros e através da organização de cozinhas para a alimentação dos "peões" durante a greve.

Acreditamos que isso se deve às diferentes formas de mediação política que aqueles coletivos acabaram construindo ao longo daquela década. Embora não tenhamos desenvolvido tal tema, é possível perceber que a inserção da Igreja foi muito forte nas áreas periféricas naqueles anos. Em dezembro de 1976, ao ser questionado sobre a construção de uma nova

²⁴⁴ Jornal Opção. 18 a 24 de agosto de 1979. N.166. p.12.

²⁴⁵ Jornal Opção. 18 a 24 de agosto de 1979. N.167. p.2. Zeomar Tessaro, integrante da Oposição Sindical na gestão de José Neto, qualifica sua atuação no Sindicato da Construção Civil como uma atuação "sindicato-empresa", pois José Neto enquanto funcionário da Cimento Tupi, instalada na cidade, acabava por privilegiar as relações com esta empresa em detrimento da representação do coletivo de trabalhadores. Entrevista com Zeomar Tessaro realizada em 28/01/09.

²⁴⁶ O Globo. 16 de outubro de 1979.

²⁴⁷ A reportagem do Jornal Opção intitulada "Primeiros Sintomas", da edição de 17 a 23 de março de 1979, descreveu o tumulto embaixo do viaduto Castelo Branco, local de acampamentos de trabalhadores. Policiais agrediram empreiteiros durante a noite e cerca de 300 deles enfrentaram a polícia no dia 12 de março de 1979. 22 empregados foram presos, porém, houve forte resistência dos trabalhadores.

catedral na Vila Santa Cecília, num terreno doado pela CSN, a qual tinha sua pedra fundamental assentada há uns 10 anos, D. Waldyr respondeu:

A cidade de Volta Redonda cresceu muito rapidamente. Muita gente de fora veio morar em subúrbios, onde não tínhamos lugares para o culto, para as orações. Assim passamos a ter como meta prioritária, a construção de Capelas e de Salões nos bairros afastados para que aquele pessoal pudesse ser atendido.²⁴⁸

Bairros como Santo Agostinho, Água Limpa, Belmonte, Retiro e Vila Mury seriam os espaços de prioridade da ação da Igreja a partir de então, fato que geraria uma maior identificação e socialização política da população periférica via mediação do discurso religioso. Podemos perceber tal processo na narrativa abaixo de Zeomar Tessaro, migrante, morador do bairro Siderlândia, situado na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, e que se socializou politicamente via pastorais operárias e movimento estudantil, sendo uma das principais lutas daquele movimento o direito ao “passe” escolar, uma reivindicação da população periférica:

[...] o peão, o chamado peão de obra. Um se veste melhor o outro se veste mais inferior e tal, mas eu acho assim, o que mais chocava a gente era na hora do almoço. Na hora do almoço, como era a situação? A empresa não fornecia alimentação na época, cada um levava sua marmita, aí quando batia lá o horário de almoço, era de 11h ao meio-dia, uma pessoa ia lá e acendia o fogo. Fazia uma bacia com areia pra esquentar a marmita. Então várias pessoas sentavam juntas, ia conversando... E outras pessoas se afastavam e eu não entendia por que. Aí eu comecei a procurar saber por que havia aquela coisa. Quer dizer... As pessoas na verdade, elas tinham vergonha. Porque o que elas carregavam na marmita? Arroz e feijão. Então algumas pessoas tinham vergonha dessa realidade [...] Ou às vezes nem arroz com feijão tinha, era angu com feijão e alguns era canjiquinha e feijão, ou às vezes só uma coisa, não tinha outra. [...] Aí você vai ver que tem várias situações: um tem a família grande e o outro tem a família menor, a casa melhor, o outro vive num lugar mais distante. O preço de sua passagem pode ser mais barata, mas a do outro é mais cara e não tinha vale-transporte. Enfim, são essas coisas que a gente foi procurando equilibrar aquilo. A partir daí cada vez mais eu entendia pra mim, não adianta eu abrir minha marmita aqui, com um pedaço de carne, me colocar como melhor, porque as pessoas vão acabar “o que esse cara tem que eu não tenho?” quer dizer... Eu tinha que estar igual a ele, mas eu não queria estar daquele jeito não, eu queria que ele estivesse junto comigo. Quando você quer que as coisas melhorem tem que melhorar pra todo mundo. Por isso não adianta você melhorar sozinho, você vai subir, nego te dá uma porrada e você cai. Esse espírito cristão de querer as coisas em comum é que vai nos levando a fazer com que as coisas possam estar caminhando de acordo com que todo mundo tenha o mesmo direito, façam as mesmas coisas. Quer dizer, é o princípio básico do socialismo mesmo. Então isso é uma coisa que tá na gente.²⁴⁹

Por outro lado, a tradição de luta por direitos das gerações de operários da CSN, o sentimento de injustiça frente às dispensas de trabalhadores no ano de 1964 e nos anos 70 e a “indignidade” vivida pelos que permaneceram na usina após as grandes mudanças daqueles anos, devido a sua qualificação, base de um forte “orgulho profissional”, provavelmente, conformaram a percepção desse trabalhador e sua trajetória política em outras bases e com outros sentimentos, como no caso de Luis Lopes Neto.

²⁴⁸ Jornal Opção, 28 de novembro a 4 de dezembro de 1976. N.26, p.8.

²⁴⁹ Entrevista com Zeomar Tessaro realizada em 28/01/09.

Eles [supervisores e chefes] começaram a fazer uma festa de final de ano e queria que a gente participasse. Liberava a coisa pra você levar a família... E teve um dia que eu estourei com esse negócio lá, porque havia uma briga de produção de um turno com o outro e com isso a chefia estipulava um negócio desse: em todo turno, que desse uma produção tal. E depois a chefia que levava a fama que na SOM [Superintendência de Oficinas Mecânicas] tava com a produção altíssima e teve um dia que eu estourei lá, dizendo que os trabalhadores merecia pelo menos um cartaz no lugar mais digno da SOM, que era o banheiro, que colocasse um papel lá assim “obrigado cachorrada pela produção que vocês ajudaram a dar pra gente”. E foi dentro de uma reunião que tava se preparando pra o negócio de festa, que eu ainda falei “o que é que adianta o chicote comer nas costas da gente durante 364 dias e meio e dar meio dia de festa aqui pra chefia passar pra quem tá vindo de fora, que são os familiares da gente, que isso aqui é uma grande família que não é. É uma grande família entre os trabalhadores aqui embaixo, mas a chefia pra gente não é.”²⁵⁰

Os caminhos, nesse caso, variaram entre os anos mais duros da ditadura e os próximos à abertura política. Em meados de 1970, havia um grupo de militantes em torno de um Departamento Trabalhista do Movimento Democrático Brasileiro ou, como era chamado, “MDB trabalhista”. O grupo foi criado por operários perseguidos com o Golpe de 1964 e tinha a presença de ex-comunistas, opositores à Aliança Renovadora Nacional, ou seja, pessoas que haviam sido cassadas a partir do Golpe.²⁵¹ Esse grupo lutaria pela anistia dos perseguidos políticos e também pela “anistia” dos prejudicados pela empresa, tanto no episódio de 1964, como nos momentos posteriores em que muitos não receberam as devidas indenizações. Com o fim do Ato Institucional N°5, em 1978, a conquista da Anistia política e a realização da reforma partidária, em 1979, acompanhados do fortalecimento da Oposição Sindical, esse quadro se estratificaria. Porém, sem adentrarmos nestes meandros, cabe apenas pontuar que outros espaços de socialização política e mobilização existiram, para além dos que tinham a marca da Igreja local.

Esse novo contexto possibilitaria, em 25 de maio de 1981, a realização de um grande ato público contra as demissões de trabalhadores em Volta redonda. O ato foi realizado numa praça central da cidade (Praça Brasil), com a participação de diversas entidades e correntes políticas.²⁵² Segundo o Vice-Presidente da CSN, além de 300 empregados demitidos na semana anterior ao ato, pois tinham findado seu contrato de trabalho, iriam ser desativados cerca de 3.000 postos de trabalho nas semanas posteriores, sendo que 250 eram funcionários da CECISA e 250 da COBRAPI, companhia de trabalhadores com alta especialização. As outras demissões atingiriam empreiteiras de Volta Redonda e Barra Mansa. Tal desemprego seria reflexo da desaceleração do processo de expansão da CSN.²⁵³ No ano anterior, a COBRAPI teria sido alvo de demissões em massa.²⁵⁴

A nova década se descortinava botando em intenso cheque a “segurança” dos qualificados e expandindo a rotatividade. Em pequeno texto de apresentação da “Revista Arigó”, escrito um pouco antes de seu falecimento num acidente automobilístico, em 1989, Juarez Antunes, presidente do Sindicato desde 1984, tido como liderança que amalgamava “novos” e “velhos” operários, diz que a “ação predatória da burguesia”, “como senhores de

²⁵⁰ Entrevista realizada com Luiz Lopes Neto em 29/07/2008.

²⁵¹ Entrevista realizada com Marlene Fernandes em 15/02/2009.

²⁵² Entre os que tomaram a palavra no caminhão de som: estavam representantes das oposições sindicais locais (da construção civil, fundada a partir da Greve dos “peões”, e da CSN); representantes de outros sindicatos do Estado em apoio ao ato (metalúrgicos, químicos, e etc.); membros da Convergência Socialista; estudantes; representantes do PT; representantes de Comunidades Eclesiais de Base; entre outros. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Notação: 152-B, folha 2385.

²⁵³ Jornal Opção, 30 de dezembro a 5 de janeiro de 1980. N.185. p.1.

²⁵⁴ Jornal Opção, 13 a 19 d outubro de 1979. N.174. p.1.

escravo”, não tinha a consciência de preservar a própria mão-de-obra, sendo que “o exército de reserva gerado pelo capitalismo no Brasil sempre pressionou os trabalhadores, diminuindo seu poder de barganha na luta sindical sob o peso da rotatividade”.²⁵⁵ A construção de uma memória oficial, de certa forma, iniciada com o Centro de Memória que elaborou a revista, embora trouxesse naquele momento a realidade da instabilidade que assolava os trabalhadores, não abarcaria e até hoje não abarca a ação dos “peões” naquele contexto.²⁵⁶

Em 1979, ao qualificar a ação dos “peões”, Dom Waldir os chama de “agentes” e “evangelizadores”, pois estavam despertando a comunidade para a luta contra as injustiças sociais através de sua ação pedagógica. Por outro lado, Bartolomeu Citeli, formado na ETPC, um mecânico qualificado, presenciou aquele episódio e quase 30 anos depois, ao ser questionado sobre seus primeiros tempos na fábrica, assim descreveu:

Eu peguei um período de expansão da CSN, aonde vieram operários de vários locais né... Paraíba, Alagoas, Bahia... Na expansão que foi a última feita na CSN. Pra mim também foi novidade, aquele mundaréu de gente. Uns caboclos que não esquentavam a cabeça, que era chamado né, o pião de trecho. E até que uma vez, em 1979, teve a greve do peão, essas empreiteiras pararam. E greve naquela época era um negócio assustador porque aqui era Área de Segurança Nacional, sob o domínio do Exército, e houve aquela greve. E eu era novo ainda, em 79. Devia ter meus dezoito, dezenove anos... E eu entrava na antiga Ponte Preta [no bairro Conforto] e cheguei lá, aquela confusão: greve pra lá e pra cá. Os operários da CSN saindo fora, pra entrar correndo, pra não se misturar, porque a polícia chega batendo em todo mundo... Então eu fiquei olhando. Vendo o que era aquilo. Mal sabia eu que dois anos mais tarde eu já estaria engajado no movimento [...]²⁵⁷

Aquele episódio de resistência dos *outsiders*²⁵⁸, sem dúvida, teve um importante papel nas lutas empreendidas, capaz de marcar as novas gerações e abrir precedente para uma articulação mais intensa entre os movimentos sociais e os trabalhadores.

²⁵⁵ CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. Arigó: o pássaro que vem de longe. Coleção Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989. p.6. Em pesquisa realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda para o Acordo Sindical de 1985, fichas foram distribuídas aos trabalhadores de várias empresas de Barra Mansa e Volta Redonda (Siderúrgica Barra Mansa, CSN, White Martins, Fábrica de Estruturas Metálicas e Barbará), sendo que eles deveriam marcar qual a principal reivindicação, entre cinco opções. Das 354 fichas verificadas 258 (70%) tinham a opção “estabilidade” marcada. Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo: Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

²⁵⁶ SILVA, Eduardo Ângelo da. Memória da Greve de 88: percepções e trajetórias operárias frente a uma memória oficial. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

²⁵⁷ Entrevista com Bartolomeu Citeli, diretor sindical na década de 80 e atual assessor do sindicato, em 06/10/2006.

²⁵⁸ ELIAS. Norbert; SCOTSON, John L.. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

2 CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, tendo como referencial teórico, metodológico e analítico a história social do trabalho, pudemos reafirmar algumas de suas premissas mais consagradas e perceber caminhos de renovação deste campo de estudos.

No primeiro capítulo, tivemos que lidar com uma imensa gama de vetores relacionados à trajetória do coletivo de trabalhadores existente em Volta Redonda. Essa necessidade está relacionada, assim como em outros estudos da área, à complexidade da condição operária, que tem como pano de fundo o contexto econômico mais amplo, o qual especifica determinadas formas da relação capital-trabalho. Assim, enveredamos pelos constrangimentos econômicos vividos e sofridos pela Companhia Siderúrgica Nacional dos anos 40 aos anos 70, buscando a percepção da forma como tais contextos interagem com a maneira pela qual a usina se relacionava aos trabalhadores. Por outro lado, pontuamos, mesmo que de forma não pormenorizada, os embates políticos que definiram os caminhos das políticas econômicas.

A dimensão política implicou em perceber a oposição entre os atores em conflito, e, por conseguinte, na identificação que estes fizeram sobre as propostas em jogo. Assim, a partir de um momento de ruptura política, econômica e social na história brasileira, o Golpe de 64, buscamos identificar seus desdobramentos econômicos e políticos para a classe trabalhadora, procurando compreender os argumentos de atores privilegiados por aquele processo, em especial, o discurso militar/burguês. As propostas em conflito, nacionalmente, são altamente perceptíveis em nosso estudo de caso. As políticas autoritárias a partir de 1964 pressupunham a heteronomia da classe trabalhadora e a conformação da economia e desta classe às premissas do livre mercado.

Na segunda parte do trabalho, através de uma perspectiva relacional, a partir da identificação dos novos condicionamentos econômicos e políticos a que os trabalhadores estavam submetidos no pós-1964, os quais foram frutos de uma ofensiva conservadora em reação às lutas do período democrático, procuramos perceber como estes elaboraram tais transformações culturalmente. É nesse ponto que pudemos perceber a importância de se considerar a dinâmica espacial para tal intento. Pudemos perceber que as formas de socialização espacial estão vinculadas aos processos de constituição de identidades coletivas. No caso de Volta Redonda, a “margem esquerda”, por exemplo, é um constructo identitário formado frente ao autoritarismo do planejamento urbano na cidade, mas também ligado às diferenciações internas à classe e à mediação da ação da Igreja.

A partir do caso estudado, é possível enfatizar que, se os condicionamentos econômicos, o conflito (dimensão política da classe) e a percepção cultural (uma identidade que surge a partir da identificação mediada por valores e idéias) fazem parte do processo de formação da classe, a consideração da dinâmica espacial é o fator capaz de tornar melhor a apreensão da interação entre essas dimensões na experiência de um determinado coletivo.

A necessidade de se entender o panorama político e econômico do ponto de partida da análise apresentada, o que evitou a lida com modelos pré-estabelecidos estanques, que impediriam a percepção da ação de agentes importantes, como os militares, e a influência de seu projeto para a conformação de um novo espaço na cidade em atrito com a perspectiva dos moradores/trabalhadores, fez com que o trabalho privilegie, significativamente, a relação específica entre os trabalhadores e a CSN no pré-64. Tarefa a que nos dedicamos no primeiro capítulo. Se esse esforço tornou possível tratar de forma mais crítica a relação dos trabalhadores com a empresa, nos anos de transformação da condição destes, e, por outro lado, perceber a influência da dinâmica econômica na conformação do espaço social, também

consumiu energias que poderiam ser aplicadas na análise inversa, do micro ao macro, já que o esforço inicial foi do macro ao micro.

A contribuição específica da segunda parte da dissertação se focou nas possibilidades de diferentes identificações entre o coletivo de trabalhadores, a partir das transformações no mercado de trabalho e no espaço social, relacionadas aos antigos referenciais geracionais. Se, em Volta Redonda, "arigós" e "peões" seriam uma forte expressão desses diferenciais no pós-64, os quais implicariam nas posteriores lutas empreendidas, cabe imaginar como tais diferenciações ocorreram em coletivos com diferentes trajetórias, vinculados a diferentes tipos de indústrias de diferentes relações com o Estado, com a dinâmica econômica e com suas tecnologias, além das suas relações enquanto pertencentes a um espaço específico. Avaliação que nos leva à relativização de marcos cronológicos estanques na percepção da trajetória da classe trabalhadora brasileira e à consideração de suas possibilidades de integração e dispersão em diferentes contextos fabris e espaciais.

Nos anos 80, o sindicalismo local contaria com o grande peso dos trabalhadores da CSN, sendo puxado pelos mais qualificados, principalmente os trabalhadores da SOM (Superintendência de Oficinas Mecânicas)²⁵⁹, e, mesmo os trabalhadores das empreiteiras tendo participado de importantes lutas, não fizeram parte da memória construída sobre o período de lutas e greves. A atenção a esse tipo de dinâmica interna à classe pode indicar o mapeamento de diferentes panoramas políticos e culturais, que, posteriormente, dialogariam com o Novo Sindicalismo enquanto fenômeno nacional, explicando nuances regionais da ação sindical, que se relacionam a uma trajetória de longa data dos coletivos.

O trabalho aqui presente tratou, até certo ponto, de um vácuo presente na historiografia local, ou seja, a reelaboração de experiências entre os trabalhadores nos anos 70, justamente com tais preocupações. Relacionando a esfera fabril e urbana, e considerando a trajetória geracional, pudemos melhor entender como esse coletivo adentra os anos 80, anos marcados por forte mobilização. Contudo, devido a limitações do trabalho, não foi possível uma análise muito profunda das coesões construídas rumo às greves dos anos 80. Pontuamos apenas o início destes caminhos, em suas dificuldades e conquistas. Esse momento posterior, entre o final dos anos 70 e os anos 80, necessitará de outro passo na agenda de pesquisa aqui proposta.

²⁵⁹ A SOM foi um departamento de manutenção altamente qualificado, local de onde saía um dos principais arrastões nas greves realizadas nos anos 80. Para conferir a importância de tal departamento consulte: SILVA, Eduardo Â. da. op.cit. Ver também:

3 FONTES

Entrevistas realizadas pelo autor:

Entrevista de José Natálio, operário aposentado da Companhia Metalúrgica Barbará, concedida ao autor, em Barra Mansa, em novembro de 2004.

Entrevista de Bartolomeu Citeli, diretor sindical na década de 80 e atual assessor do sindicato, concedida ao autor, em Volta redonda, em 06/10/2006.

Entrevista de Luiz Lopes Neto, mecânico aposentado e dirigente sindical do sindicato dos metalúrgicos entre 1983 e 1989, concedida ao autor, em Volta redonda, em 29/07/08.

Entrevista de Carlos Rolando, eletricitista aposentado, concedida ao autor, em Volta Redonda, em 22/11/2008.

Entrevista de Paulo César Pinto, operário aposentado da indústria de construção civil, concedida ao autor, em Volta Redonda, em 22/11/2008.

Entrevista de Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, concedida ao autor, em Volta redonda, em 28/01/2009.

Entrevista de Marlene Fernandes, professora e militante sindical nos anos 80, concedida ao autor, em Barra Mansa, em 15/02/2009.

Entrevista com Sérgio Murilo Braitto de Oliveira, militante do MDB e, posteriormente, da Convergência Socialista, nos anos 70 e 80, concedida ao autor, em Volta Redonda, em 9/07/2009.

Arquivos e bibliotecas (com siglas correspondentes)

Arquivo Edgard Leuenroth: AEL/Unicamp

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro: AMORJ

Arquivo do jornal “A Voz da Cidade”, Barra Mansa

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: APERJ

Biblioteca Isaac Kerstenetzky (IBGE), Rio de Janeiro

Biblioteca Municipal Raul de Leoni, Volta Redonda

Biblioteca Nacional: BN

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda: IPPU-VR

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís Wendel. O resgate da dignidade. Greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda. Doutorado em Educação. Niterói-RJ/UFF 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. Arigó: o pássaro que vem de longe. Coleção Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989.

DIAS, Sergio Tadeu Bringel. Espaço urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1970-1985). Vassouras: USS, 2002.

FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVANS, Peter. A Tríplice Aliança. As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano v.4. O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* In.: Revista Rio de Janeiro. Niterói: vol.1, n.4, set/dez 1986.

FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. *Miríades por toda eternidade: a atualidade de E. P. Thompson*. In.: Tempo Social 18, 2006. pp 197-215.

FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul/ Rio de Janeiro: EDUCS/Garamond, 2004.

FRENCH, John. Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GRACIOLLI, Edílson José. Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988. Uberlândia: EdUFU, 1997.

GRACIOLLI, Edílson José. Privatização da CSN: da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOBBSAWM, Eric J.. Mundos do trabalho : novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). Brasil: do “Milagre” à “Abertura”. São Paulo: Cortez, 1982.

LEITE LOPES, José Sérgio. A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”. São Paulo: Marco Zero – Unb – MCT/CNPq, 1988.

LOPES, Alberto. A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 2004.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos Brasileiros. Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN: um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação CSN, 2000.

MOREL, Regina L. de M. A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1989.

NEGRO, Antônio Luigi. Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. In: CADERNOS AEL Populismo e trabalhismo. V.11, N.20/21. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2004.

- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1978.
- PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. *Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro*. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.17,1991.
- PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. Sindicato e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2007.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol.5, n.10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A dialogical relationship. Expressions Annual, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos*. In: Tempo, vol.1, n.2, 1996.
- RAMALHO, José Ricardo. Estado patrão e luta operária: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- RODRIGUES, Iram Jacome. O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Brasília: Editora UnB, 2002.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. *Sobre “classes populares” no pensamento sociológicos brasileiro*. In.: CARDOSO, Ruth (org.). A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SAMUEL, Raphael (org.). Historia Popular y Teoria Socialista. Barcelona, Editorial Crítica, 1984.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n.41, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores e política no Sul Fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980*. In.: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho e desenvolvimento regional. Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ/PPGSA; Brasília, CAPES, 2006.
- SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. *Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários*. In.: Tempo. Rio de Janeiro:, N.7, 1997. pp.99-127.

Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004. 40 anos de Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2004.

SILVA, Eduardo Ângelo da. Memória da Greve de 88: percepções e trajetórias operárias frente a uma memória oficial. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva; COSTA, Hélio da Costa. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes*. In.: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Luiz Antonio Machado da (org). Condições de Vida das Camadas Populares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

SINGER, Paul. A crise do “milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOARES, Paulo Célio. CEB's: A construção de uma nova maneira de ser Igreja: o nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. 2001.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculo operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

THOMPSON, E.P..Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P.. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3vols.

THOMPSON, E.P.. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

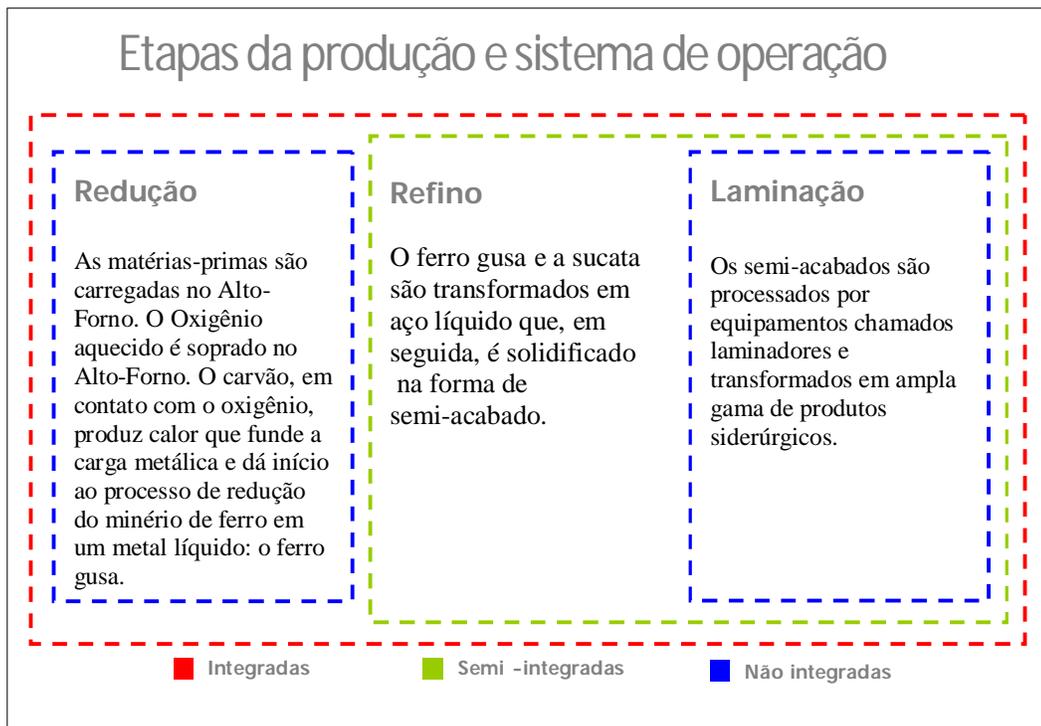
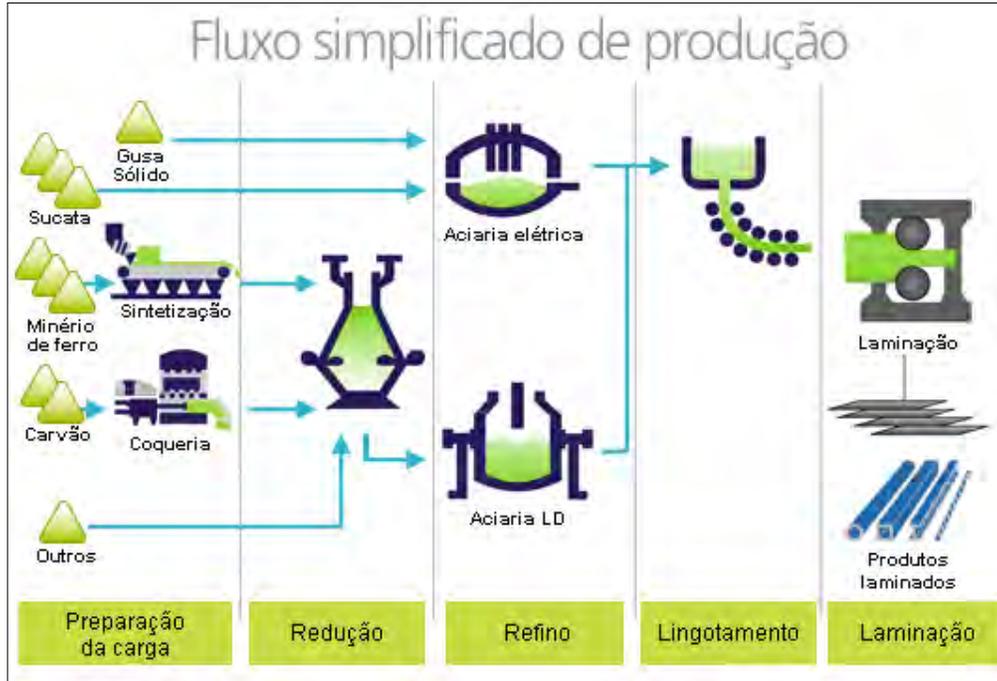
TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Volta Redonda: entre aço e armas. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

5 ANEXOS

Anexo A

O Processo produtivo do aço



O objetivo da indústria metalúrgica é transformar o ferro sob a forma de minério ou aço reciclado (*sucata*) em produtos primários de aço. Os produtos primários (chapas, folhas, perfis e fios) são incorporados aos produtos manufaturados pela indústria metal-mecânica. Simplificadamente podemos resumir as etapas de produção dos produtos acabados de aço em quatro etapas: 1) a MINERAÇÃO e PREPARAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS; 2) a REDUÇÃO do minério de ferro a ferro gusa em altos-fornos; 3) a transformação (REFINO) do ferro gusa em aço; e 4) a LAMINAÇÃO de lingotes de aço para a obtenção de produtos finais. Uma usina siderúrgica integrada, como a CSN, desenvolve todas estas etapas do processo. Há também uma série de atividades subsidiárias importantes que são essenciais ao funcionamento destas etapas básicas da produção, mas que não serão apontadas neste pequeno texto.

1- Mineração e preparação de matérias-primas

A mineração ou lavra do minério tem por objetivo a extração do minério de ferro, comumente obtido no Brasil sob a forma de hematita (Fe_2O_3), associado a um percentual de *gang*a (impurezas). No Brasil, a maior parte do minério consumido é proveniente do Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais. O minério bruto é classificado em função do tamanho de suas partículas. Há partículas que, devido a sua dimensão adequada, podem ser levadas diretamente ao próximo processo (redução em alto-forno), as demais partículas, são submetidas aos processos de *beneficiamento*, processo de melhoria da qualidade dos minérios, e/ou ao processo *aglomeração* (*sinterização* e *pelotização*).

O processo de *pelotização*, normalmente conduzido nos locais de mineração, tem como objetivo o ajuste da dimensão das partículas de minério para a utilização na etapa posterior. O equipamento de *sinterização* utiliza pequenas partículas de minério de ferro, finos de coque (pequenas partículas de carvão tratado) e fundentes (minérios que auxiliam no processo de redução em alto-forno, por exemplo, a cal e o calcário). Estes materiais misturados são colocados em uma esteira rolante e passam por queimadores de gás dando origem ao bolo de *sínter*, o qual é quebrado dando origem a partículas em dimensões adequadas. As três formas de minérios (hematita natural no tamanho adequado, pelotas e sinter) vão para o processo de redução.

O carvão, assim como o minério de ferro, é uma matéria-prima imprescindível para a etapa de redução, pois funciona como agente redutor. No Brasil, as reservas de carvão mineral são consideradas ruins, o que leva a uma grande necessidade histórica de importação para a obtenção de um bom carvão. O carvão é convertido em *coque* antes de ser usado no alto-forno. Os fornos de *coque*, formados por baterias de fornos, aquecem o carvão a altas temperaturas, eliminando impurezas indesejáveis (produtos voláteis), como certa variedade de gases (benzeno, tolueno, naftaleno, fenol e etc.) e asfaltos de piche. Após este processo o carvão, reduzido às dimensões desejadas, se encontra na forma de *coque* sólido, pronto para utilização no processo de redução. Também é possível a utilização de carvão vegetal no alto-forno. Porém, em 1970, Werner Baer apontava que este não era mais utilizado na maioria dos países com grande produção de aço. No Brasil, em 1965, 1/3 da produção de aço era realizada com altos-fornos a carvão vegetal. O uso de carvão vegetal, neste período, tornava desnecessários investimentos elevados em fornos de coque, mas exigia grandes reservas florestais e mão-de-obra barata nas áreas rurais para o corte das árvores e sua queima para a produção de carvão. Na época, o Brasil apresentava estas condições para manter um grande

número de altos-fornos a carvão vegetal, o uso deste tipo de matéria-prima num futuro próximo se reduziria²⁶⁰.

2- Redução do minério de ferro a ferro gusa em altos-fornos

A redução trata da extração do oxigênio do minério de ferro deixando-o na forma metálica. O principal produto dos altos-fornos é o ferro gusa ou *gusa*. Trata-se de do ferro metálico com presença de outros elementos em solução (silício, manganês, carbono, enxofre, fósforo, entre outros), os quais compõe cerca de 6% do peso total do *gusa*.

Para que a redução do minério ocorra os alto-fornos são carregados com minério de ferro, o *coque* e fundentes, a partir de seu topo (o qual podemos observar na ilustração do “Fluxo simplificado de produção”. Nas laterais e na base do alto-forno é injetada uma grande quantidade de ar quente de forma que estes atravessem os materiais que descem. O *coque* serve ao mesmo tempo de combustível e agente redutor (pois reage com a *hematita*, produzindo gás carbônico e reduzindo-a à forma metálica) e os fundentes (sendo o mais importante o calcário) reage com as impurezas do minério de ferro, separando-as do minério. O ferro liquefeito separa-se do outros minerais e vai para o fundo, enquanto a *escória* (impurezas) permanece na superfície do ferro líquido. O ferro líquido é vazado no fundo do alto-forno da mesma forma que a escória líquida. A produção de um alto-forno é contínua. Em momentos de manutenção interna, ou seja, reposição do material refratário (tijolos que isolam a carga metálica fundida da estrutura dos equipamentos), reduz-se a carga para que ele possa ser reparado, contudo, não há uma interrupção total da produção. Cabe ressaltar que os tijolos refratários são utilizados em diversos processos de uma usina siderúrgica.

Após o processo, o *gusa* pode ser solidificado e vendido para outras companhias ou levado diretamente a um misturador transportador (um grande tambor recoberto por material refratário), também conhecido como *carro torpedo*, que o leva à próxima etapa da produção.

3- O refino: a transformação do ferro gusa em aço

O *gusa* transforma-se em aço através do processo de refino no setor de uma usina metalúrgica conhecido como *Aciaria*. O princípio de fabricação do aço está no processo de oxidação de impurezas contidas no *ferro gusa*. Dentre os processos possíveis, normalmente utilizados para a produção de aço, destacamos: o processo de forno aberto (Siemens Martin), o L.D. (as iniciais são de duas siderúrgicas austríacas situadas em Linz e Donawitz, onde o processo foi usado pela primeira vez em escala comercial) e o forno elétrico. A maioria das novas usinas siderúrgicas instaladas no Brasil a partir do final dos anos 50 apresenta *conversores* L.D.. Na CSN, o plano de Expansão D substituiu o processo Siemens Martin pelo L.D., de produtividade superior. Em todos os processos, após a produção de aço, este é levado para a etapa de solidificação.

O processo Siemens Martin (S.M.) ou de forno “aberto” é realizado com a carga exposta a chamas que varrem a sua superfície. A queima de óleo combustível faz com que surjam chamas sobre a carga, partindo das laterais das paredes do forno. A carga consiste em *gusa* líquido, sucata, ligas metálicas para balanço químico, minério de ferro e calcário (fundente que reage com a carga retirando-lhe as impurezas), e é contida em um grande forno raso. Nos anos 60 e 70 este processo demorava entre 8 e 11 horas para a produção de uma *corrida*

²⁶⁰ BAER, Werner. Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p.24.

(tempo de uma carga a outra)²⁶¹, no início da década atual, o tempo variava entre 5 a 8 horas.²⁶²

O processo L.D., que tem seu advento no início da década de 50, consiste no carregamento de sucata, ferro gusa líquido, e fundentes pela boca de um vaso inclinado, ou seja, um conversor revestido de material refratário. O vaso é colocado na posição vertical para que lanças de metal resfriadas a água injetem oxigênio puro dentro do mesmo. O oxigênio combina-se com o carbono do gusa e outros elementos indesejáveis gerando escória, a qual fica na superfície do banho de metal líquido, eleva a temperatura provocando a queima de impurezas do gusa líquido e o converte em aço. Hoje, assim como no início de sua aplicação em escala industrial, o processo L.D. leva somente cerca de 45 minutos para a produção de carga, ou seja, para a realização de uma corrida. Este processo exige contínua manutenção dos conversores, assim, normalmente as usinas que o empregam têm dois ou mais conversores, para que um deles possa estar novamente sendo revestido de refratários enquanto os outros estejam em uso.

O forno a arco elétrico consiste em uma concha de aço, revestida por tijolos refratários, montada sobre grandes mancais que possibilitam sua inclinação para a descarga. O forno é carregado quase exclusivamente com sucata. Uma vez tampado, são introduzidos através da tampa eletrodos cilíndricos de carbono, até o interior do forno, levando uma corrente elétrica à carga. O calor é gerado pela resistência elétrica do próprio banho de aço. As empresas que somente utilizam este tipo de forno não precisam de altos-fornos. Normalmente as usinas que partem da sucata para a produção de aço são consideradas *não integradas*, enquanto aquelas que tem como ponto de partida o minério são consideradas *integradas*, como a CSN, por exemplo.

Como observamos anteriormente, uma vez produzido o aço, a próxima etapa é sua solidificação e a conformação (acabamento) de produtos siderúrgicos.

4- Lingotamento (solidificação) e laminação

O aço liquefeito, no lingotamento convencional, normalmente é despejado em *lingoteiras* (formas de ferro fundido) de várias formas e tamanhos em função do destino do produto, ou seja, do *lingote*. No *lingotamento contínuo* o aço é lingotado numa máquina que promove sua solidificação contínua, já em forma de placa ou bloco, que são cortados no comprimento desejado no final desta etapa. A diferença entre o bloco e a placa está associada à seção transversal. Os blocos têm seção quadrada e se destinam à produção final de barras perfis e trilhos. As placas têm seção retangular e se destinam a produção final de chapas e folhas metálicas. Para tomar essas formas, no processo convencional, os lingotes passam, ainda incandescentes, por um conjunto de pares de cilindros de aço (*laminadores*) que os comprimem até que adquiram as formas transversais desejadas.

No lingotamento contínuo, os lingotes já são solidificados no formato desejado, o que elimina essa primeira passagem por laminadores. Em algumas usinas não integradas, os blocos e placas são fruto da última etapa da produção e posteriormente são encaminhados para usinas que processarão esses materiais em duas linhas alternativas de produtos: os produtos planos e não-planos. Os produtos não-planos são produzidos por uma variada gama de processos de transformação mecânica do aço, que dão origem a perfis, trilhos, barras, vigas, vergalhões, fios, tubos, etc.. As grandes usinas geralmente estão associadas à laminação de planos, como é o caso da CSN.

²⁶¹ BAER, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p.27.

²⁶² Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC). *Curso Técnico de Metalurgia: Instalações e Equipamentos Metalúrgicos* (Apostila). Volta Redonda, 2000. p.41.

Os aços planos são produzidos a partir de dois tipos principais de cadeias de laminadores: a laminação de tiras a quente e a laminação de tiras a frio. A laminação a quente produz chapas mais grossas e a laminação a frio chapas mais finas. Em geral, os principais laminadores nas grandes usinas são contínuos, ou seja, apresentam cadeias de laminadores (conjuntos de cilindros que comprimem as placas e chapas reduzindo suas espessuras) ao longo de uma linha, sem haver a necessidade de reversão do sentido da laminação. Cabe ressaltar que em toda etapa de laminação são utilizados fornos para reaquecimento das placas e chapas, preparando-as para o processo de laminação a quente ou dando uniformidade de propriedades mecânicas para as chapas que foram laminadas a frio. As chapas grossas são usadas na construção de pontes, navios, tanques de armazenamento, recipientes de pressão, etc. As chapas finas, produzidas a frio a partir das laminadas a quente, podem ser ainda revestidas por outros elementos metálicos (estanho, zinco, chumbo ou cromo), dependendo do uso pretendido. O tipo de acabamento mais comum é a produção de *folhas de flandres*, que são fruto do revestimento das chapas de aço por uma camada de estanho. As chapas finas são utilizadas na indústria de eletrodomésticos e automobilística, nesta última, através do processo de estampagem para a produção de latarias. A folha de flandres é utilizada especialmente na indústria de enlatados.

As usinas integradas e mesmo as não integradas possuem importantes instalações auxiliares para garantir a continuidade do funcionamento de todo o complexo industrial. Normalmente, as usinas possuem oficinas mecânicas tanto para reparos como para a produção de peças necessárias às suas diversas unidades. No início dos anos 70, Baer ressaltou que nas usinas brasileiras as oficinas mecânicas eram maiores que as encontradas em usinas européias e norte-americanas devido à necessidade de se evitar a escassez de suprimentos, pois o mercado de algumas peças não era suficiente para a formação de firmas especializadas. Além disso, tais oficinas, devido à natureza intensiva do trabalho, contribuía para a formação de mão-de-obra especializada. No início dos anos 70, dentre outras instalações, geralmente uma usina integrada também possuía:

- a) uma fundição para a reposição de peças de uso contínuo nas seções da usina;
- b) unidades de subprodutos da coqueria (para tratamento e uso);
- c) uma fábrica de oxigênio, no caso de uso do processo L.D;
- d) e unidades de tratamento de água (elemento de uso contínuo em todo processo de fabricação do aço).²⁶³

Bibliografia:

A fabricação do aço: seus aspectos técnicos e sua economia. In.:BAER, Werner. Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Tecnologias e processos siderúrgicos. In.: Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC). Curso Técnico de Metalurgia: Instalações e Equipamentos Metalúrgicos (Apostila). Volta Redonda, 2000.

Site:

www.ibs.org.br (2009)

²⁶³ BAER, op. cit., pp.32-33.

Anexo B

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL PLANOS DE EXPANSÃO DA USINA				
PLANOS	PREVISÃO INICIAL		CONCLUSÃO	
	Data	Produção de aço líquido t/ano	Data	Produção de aço líquido t/ano
Plano A	1941/1946	270.000	1947	146.544
Plano B	1950/1953	750.000	1956	804.000
Plano C	1956/1960	1.000.000	1963	1.968.000
Intermediário	1961/1963	1.400.000	1968	1.305.000
Plano D				
Estágio I	1969/1973	1.700.000	1975	1.490.782
Estágio II	1973/1976	2.500.000	1977	2.008.792
Estágio III	1975/1981	4.600.000	1984	2.335.000

Fonte: Companhia Siderúrgica Nacional. Dados sobre a evolução da CSN, 1956-1984. São Paulo, número 5/86. Apud MOREL, Regina L. de M. A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1989. p.A-v.

Anexo C

Quadro de expansão de loteamentos em Volta Redonda (dos anos 40 aos anos 80)

O quadro abaixo foi constituído com uso de dois documentos distintos: um quadro dos bairros de Volta Redonda do IPPU-VR, o qual trás os bairros, seus decretos e datas de aprovação (quadro sem data, mas provavelmente do início dos anos 90) e um quadro geral dos loteamentos da cidade, por bairro e data de regularização, de 1984, também do IPPU-VR. Este quadro foi aplicado ao “Mapa de loteamentos da cidade”, também de 1984, conseguido no IPPU-VR. A partir de tal procedimento foi possível construir mapas de um tipo de expansão urbana, ou seja, nesse caso, da ocupação do solo por loteamentos.

	Bairros (em cinza): a partir de decretos e leis municipais	Decreto n°	Data
1	Açude	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Açude III/COHAB/VR	13/3/1981	Regular
2	Açude I/COHAB/VR	24/6/1982	Regular
2	Aero Club	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Aero Clube/Arnaldo B. Cravo	24/7/1967	Regular
2	Aero Clube/Alzira C. A. Mattos e Outro	s.d.	Irregular
3	Água Limpa	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	De 17 lotes de Camilo Pereira Filho/Camilo Pereira Filho	31/7/1970	Regular
2	Jardim Monte Verde/Jessé Oliveira	aprox. 1958	Regular
3	Alvorada	26/11/1963	Regular
4	De Jorge da Rocha Chataigner/ Idem	17/8/1967	Regular
5	Jardim Brasília/ Augusto Victorino P. Granato	aprox. 1963	Regular
6	Bom Jesus da Água Limpa/Aparecida Jacira da Cruz	8/2/1972	Regular
7	Vale das Laranjeiras/Antônio Pereira da Silva	30/10/1962	Regular
8	Vista Bela/ Valéria S/A	19/8/1980	Regular
9	Vista das Flores/José Sebastião Soares e Outro	década de 50	Regular
10	Água Limpa/Afonso Malta e Outros	7/11/1956	Regular
11	Desmemb. Faz. Da Guarda Mor (Sta. Amélia)/ Camilo p. Filho/ Soc. De Lotam. São Lucas Ltda.	10/11/1961	Regular
12	Desmemb. Faz. Da Guarda Mor (Sta. Amélia)/Isaias S. Pereira e Outros	17/8/1950	Regular
13	Água Limpa/Manuel Tavres Alemand	30/12/1955	Regular
4	Aterrado	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Jardim Bandeirantes/Imobiliária Brasília	18/7/1973	Regular
2	Centro Comercial Volta Redonda/Justo Pastor Vicente Sexto	6/4/1976	Regular
3	De leal Irmão e Outro/Idem	7/1/1960	Regular
4	Paulo de Frontin/Antônio leal	s.d.	Regular
5	De Ruth Lilia Cabral Flecha/Idem	14/1/1957	Regular
6	Paulo de Frontin/Ci Flum. De Loteam. Incorp. Ltda	19/8/1955	Regular
7	Centro/Ruth Lilia Cabral Flecha	Década de 50 (56)	Irregular
5	Barreira Cravo	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>

1	Conj. Residencial Barreira Cravo (2º Plano)/Valéria Const. Com. Ltda	21/12/1972	Regular
2	Jardim San Remo/Leonor C.B. Cravo	23/4/1979	Regular
3	Conj. Residencial Barreira Cravo (2º Plano)/Valéria Const. Com. Ltda	3/3/1971	Regular
4	Jardim Veneza/Leonor C. B. Cravo/CECISA	aprox. 1974	Regular
6	Bela Vista [obs. Vila S. Cecília/ B. Vista e Rústico]	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da CSN (Fl. 05 de 14)/ CSN		Irregular
7	Belmonte	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	De Chácaras- Desmemb Faz. Retiro/ Evaristo F. Castro	11/12/1959	Regular
2	Da Imobiliária Belmonte/Idem	13/4/1962	Irregular
3	Morada do Sol/Maurício M. Pizzolante	10/8/1979	Irregular
4	[Bairro:Belmonte/Retiro] Belmonte/Cia Fluminense de Loteam. e Incorporações Ltda.	década de 50	Regular
5	Jardim Belmonte (2ª Etapa)/ Imobiliária Bemonte	27/8/1973	Irregular
6	Jardim Belmonte (1ª Etapa)/ Imobiliária Bemonte	27/8/1973	Irregular
7	Jardim Belmonte (3ª Etapa)/ Imobiliária Bemonte	27/8/1973	Irregular
8	Jardim Siderlândia/Sebastião P. Coutinho/Wandir de Carvalho	2/12/1955	Regular
8	Belo Horizonte	1712	4/4/1984
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	COMPLETAR		
9	Brasilândia	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Caeira/COHAB/VR	10/7/1984	Regular
2	Brasilândia/Imobiliária Brasília	24/4/1972	Regular
10	Candelária	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Mato Dentro/Whashington Torres	10/11/1972	Regular
2	São Roque (Prolongamento do Mato Dentro)	s.d.	Irregular
11	Casa de Pedra	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Conj. Habitacional Tiradentes/CSN	21/5/1976	Regular
2	Proletário, Prolong. Da Rua 60 (Casa de Pedra)/CSN	16/1/1970	Regular
12	Conforto	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Morro do São Carlos/COHAB/VR	10/7/1984	Regular
2	De Isaías Salgado Pereira/Idem e Camilo P. Filho	9/2/1951	Regular
3	Da CSN (Fl. 03 de 14)/ CSN	s.d.	Irregular
4	Da CSN (Fl. 04 de 14)/ CSN	s.d.	Irregular
5	Da CSN (Fl. 05 de 14)/ CSN	s.d.	Irregular
6	[obs.: P. Alta/ Conforto] Desmemb. Fazenda S. Lucas - Bairro São José	2/8/1956	Regular
13	Dom Bosco	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Dom Bosco/ José Fpntes Fernandes	13/3/1956	Regular
14	Eucaliptal	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Desmembramento Fazenda B. Vista - Pl. N°3	s.d.	Regular

2	Desmembramento Fazenda B. Vista e São Lucas do Brandão- Pl/1/Wandir de Carvalho e Outro	27/6/1950	Regular
3	De Isaias Salgado Filho e Outros/Idem	31/7/1951	Regular
4	Desmembramento Fazenda B. Vista e São Lucas do Brandão- Pl n.2/Wandir de Carvalho e Outro	19/1/1951	Regular
5	[Obs.: Eucalipital/S. Lucas] De Área da Fazenda Boa Vista/Wandir de Carvalhoe Outro	Década de 50 (56)	Regular
15	Jardim Amália	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Mirante do Vale/Campos Pereira Empreendimentos Imobiliários Ltda	13/1/1984	Regular
2	Novo Horizonte/Alan Cruz e Outros	1/4/1971	Regular
3	Jardim Amália - 3º ZONA/Itamar A. Pereira	5/11/1971	Regular
4	Morada da Colina/Itamar A. Pereira	21/5/1976	Regular
5	Jardim Amália - 2º ZONA/Itamar A. Pereira	11/5/1966	Regular
6	Jardim Amália - 1º ZONA/Itamar A. Pereira	12/5/1966	Regular
7	Jardim Normândia/Cia Com. Barra Mansa	6/4/1962	Regular
16	Jardim Belmonte	Lei Municipal 1698	31/10/1991
	Bairro criado após 1984		
17	Jardim Belvedere	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Jardim Belvedere/Samoa	21/5/1976	Regular
18	Jardim Europa	1088	6/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Jardim Europa/Damião Medeiros	fins de 50	Regular
19	Jardim Pe. Josimo Tavares	Lei Municipal 2177	23/12/1986
	Bairro criado após 1984		
20	Jardim Suíça	1088	5/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Jardim Suíça/José Hugo C. Branco	11/11/1977	Regular
21	Laranjal	1088	6/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da CSN (Fl. 01 de 14)/CSN	s.d.	Irregular
2	Da CSN (Fl. 06 de 14)/CSN	s.d.	Irregular
3	Fralda Norte do Laranjal/CSN	12/8/1970	Regular
22	Minerlândia	1088	7/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Minerlândia/Wandir de Carvalho e Outro	5/11/1957	Regular
23	Niterói	1088	8/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da Mitra Diocesana de Barra do Pirai/Idem	14/4/1942	Irregular
2	De um terreno a margem esquerda do Rio Paraíba/Cia Imobiliária Municipal S/A	4/6/1942	Irregular
3	Jardim Primavera - 3º PLANO (Prolongamento)/Alzira C. A. Mattos e Outro	11/11/1962	Regular
4	De Alzira C. A. Mattos e Outro/Idem	s.d.	Irregular
5	De Área Sita no Bairro Sto. Antônio/Alzira C. A. Mattos e Outro	s.d.	Semi Irregular
6	Mirante Primavera/Imobiliária Brasília Ltda	19/4/1983	Regular
7	Jardim Primavera/Alzira C. A. Mattos	21/11/1955	Irregular
8	Desmemb. Fazda São João Batista (POVOADO)/Augusto e Jonnet	Década de 50 (56)	Regular

24	Monte Castelo	1088	9/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	De Camilo Pereira Filho/Idem	25/11/1955	Regular
2	[obs.:Monte Castelo/Sessenta] Da CSN (Fl. 10 de 14)/CSN	s.d.	Irregular
3	Monte Castelo/Camilo P. Filho	1/12/1962	Regular
25	Nossa Senhora das Graças	1088	10/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	Da CSN (FL. 13 e 14)	s.d.	Irregular
26	Pinto da Serra	2822	6/9/1988
	Bairro criado após 1984		
27	Ponte Alta	1088	9/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Modific. Fazda Ponte Alta -2ª ZONA/Damião Medeiros	Início de 60	Regular
2	De Damião Medeiros (Áreas Limítrofes)/D. Medeiros	s.d.	Irregular
3	Desmemb. Fazda Ponte Alta/Cooperativa Habit. Operários do Sul Fluminense	2/3/1979	Regular
4	Núcleo Residencial Ponte Alta/Denizart Tavares	década de 70 (77?)	Irregular
5	Jardim Riviera/Damião Medeiros	6/9/1978	Regular
6	Da Fazenda Ponte Alta/Damião Medeiros	s.d.	Irregular
7	Fazenda Ponte Alta 3º Zona (Trecho) /Damião Medeiros	s.d.	Irregular
8	São Carlos/COHAB/VR	0/5/1969	Regular
9	Sidervilhe/Imobiliária Brasília	Década de 70 (70 process)	Regular
28	Retiro	1088	10/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Proletário/Arnaldo B. Cravo	s.d.	Regular
2	Da Área Desmemb. Da Fazda Retiro/Evaristo F.Castro	11/12/1959	Regular
3	Desmemb. Chácara 157 e 158/Tadeu Luiz Faria	23/10/1972	Regular
4	Desmemb. Chácara 173 e 174/Carlos Sheffer	Década de 70 (73)	Irregular
5	Bom Jardim (Zona de sítios COHAB/VR)/COHAB/VR	26/8/1976	Regular
6	Desmemb. Chácara 154/João C.Damasceno	Década de 60 (69)	Regular
7	Morada do Campo/PMVR	26/7/1984	Regular
8	Reloteamento 32/33/William H.Berry e Outro	s.d.	Regular
9	Reloteamento 34/35/Madeira Esteves	2/8/1948	Regular
10	Bela Vista (POPULAR)/Ubaldo O. Fonseca	s.d. (59-61 Aprov. Por Cesar Lemos)	Regular
11	Reloteamento 30 AB	5/8/1966	Regular
12	Água Limpa (Reloteamento 38/39)/Moysés B. Lima e Outro	Década de 50 (56)	Regular
13	Reloteamento 29-A (POPULAR)/ Cia. Flum. de Loteam. e Incorp. Ltda	Década de 50 (56)	Regular
14	Desmemb. Sítios 40,41,42 e 43 (Ma. Cecília)/Cia. Flum. Resp. S/A	Década de 50 (56)	Regular
15	São Sebastião/Sebastião P. Coutinho	9/8/1949	Regular
16	Retificação do Loteam. Do lote 37/Peres Garcia	Década de 50 (56)	Regular
17	Rancho Alegre/João Pio	26/6/1956	Regular
18	Relotem. Dos lotes 24,25 e 26 - Eldorado/Waldir B.Mcnealy e outros	13/9/1961	Regular

19	Parque Proletário (Desmemb. Área da Fábrica)/Peres Garcia	7/3/1967	Regular
20	Relotemanto 300. 301/Lourival G. Jardim e Outro	4/7/1954	Irregular
21	Riachinho/Geraldinho Gomes	Década de 60 (62)	Regular
22	Vista Alegre/Mosteiro de S. Geraldo de S. Paulo	s.d. (59-61 Aprov. Por Cesar Lemos)	
23	São Paulo - Chácara 23/Isaias S. Pereira e Outro	26/1/1959	Regular
24	Da Fazda S. João Batista (POVOADO)/Augusto E. Jonnet e Outros	Década de 50 (56)	Regular
25	Desmemb. Chácara 218/Graciema M. V. Coura	21/1/1963	Regular
26	Reloteamento 699/José F. dos Santos	29/8/1958	Regular
27	Desmemb. Chácara 861 e 870/Mosteiro de S. Geraldo de S. Paulo e Outro	15/9/1970	Regular
28	Dos lotes 69,70,71 e 78/Evaristo F. Castro	31/3/1949	Regular
29	Vila Operária/Peres Garcia e Cia Ltda	14/8/1955	Regular
30	Jardim Cidade do Aço/João Garces de Moraes e Outro	19/12/1967	Regular
31	Da Área 200/Severiano Peres Garcia	Década de 50 (56)	Regular
32	Do lote 68 (São Lourenço)/José Marco F. Souza	s.d.	Irregular
33	Das Quadras 107/108 e 109/ José Ferreira dos Santos e Outro	Década de 50 (56)	Regular
34	Reloteamento do lote 79- Proletário/Cia Flum. Loteam. Incorp. Ltda/Cyro Sobral Pinto	12/7/1954	Regular
35	Da Área Resultante dos lotes 223,224,225,250 e 251/Manoel P. Gonçalves/Isaias S. Pereira/Cia Flum. Lot.Inc.	Década de 50 (56)	Regular
36	Do sítio 105/Mariana de Souza	19/4/1954	Irregular
37	Reloteamento dos lotes 295 e 296/Manoel da Rocha	14/10/1950	Regular
38	Do Lote 101/Silla Soares de Almeida	21/7/1971	Regular
39	Reloteamento das áreas 278 e 279/Cezar Pinto	23/5/1962	Regular
29	Rústico	1088	11/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	[Obs.:Repetido em Bele Vista] Da CSN (FL.08 de 14)/CSN		Irregular
30	Santa Cruz	Lei Municipal 2125	16/6/1986
	Bairro criado após 1984		
31	Santa Inês	1088	11/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	Santa Inez/Camilo Pereira Filho	26/1/1958	Regular
32	Santa Rita do Zarur	1088	12/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	Santa Cruz/COHAB/VR	Década de 80 (84)- Certeza	Irregular
	Fazenda Santa Rita/Cia. Imobiliaria de VR	13/4/1971	Regular
33	Santo Agostinho	1088	13/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Vila Harmonia (Parte Alta)/COHAB/VR	Década de 60 (67- 71) aprov. S. Gama - Certeza	Regular
2	Jardim Imperial/Hélio Maurey	Década de 60 (67- 71) aprov. S. Gama - Certeza	Regular
3	Volta Grande - IIIª Etapa/CSN	5/2/1981	Regular

4	Volta Grande - Iª Etapa/CECISA	27/6/1979	Regular
5	Santo Agostinho - GERAL/Francisco Fontes Torres	s.d.	Irregular
6	Jardim das Américas/César Pinto e Outro	Década de 60 (59-processo)	Regular
7	Conj. Habitacional - Modificação/COHAB/VR	23/3/1971	Regular
8	Vila Harmonia (Parte Baixa)/Geraldo A. Paiva/ Cia. Imobiliária VR	Década de 60 (67-71) aprov. S. Gama - Certeza	Regular
9	Santo Agostinho - 1ª Parte (Quadras de A a K)/ Agostinho Paiva e Outros	22/12/1952	Regular
10	Parque das Ilhas/Implave- Empreendimentos Imobiliários 5-2-82	5/2/1982	Regular
11	Volta Grande - IIª Etapa/CSN	28/7/1982	Regular
12	Desmemb. Fazda dos Cajueiros/Cristóvão Moreira da Silva	31/12/1954	Regular
34	São Cristóvão	1088	14/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	São Cristóvão/Imobiliária Brasília	Década de 60 (63 process.)	Regular
35	São Geraldo	1088	15/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Desmemb. Área B/Camilo P. Filho	5/4/1976	Regular
2	Regularização - Bairro São Geraldo/Camilo Pereira Filho	1941	Regularização em +- 62
36	São João	1088	16/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Prolongamento da Machado de Assis/José Pompeu	5/1/1966	Regular
2	Da Emp. Melhoramentos Municipal/Emp. Melhoramentos Municipal AS/Camilo P. Filho	Década de 50 (56)	Regular
3	Reloteam. Terrenos a Av. Getúlio Vargas/Crispim A. Pereira	s.d	Regular
4	[Obs.: São João/São Geraldo] De Crispim A. Pereira/Idem	s.d	Irregular
5	São João/Isaias Salgado Filho	14/10/1955	Regular
37	São João Batista	1088	17/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	São João Batista/Leonor C. B.Cravo e Outro	Década de 80 (79 Process.)	Regular
2	Jardim Caroline/Augusto e Jonnet e Outro	2/4/1979	Regular
38	São Lucas	1088	18/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Nossa Senhora Das Graças/Sebastião de Paula Coutinho	18/9/1962	Regular
2	Desmemb. Fazenda Boa Vista/Soc. De Loteamentos São Lucas	23/9/1955	Regular
3	[Obs.: São Lucas/Eucalipital] Jardim Brasil/Wandir de Carvalho e Outro	7/12/1956	Regular
4	[Obs.: Eucalipital/S. Lucas] São Lucas/Cia. Imobiliária VR Ltda	6/9/1955	Regular
39	São Luiz	1088	19/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	São Luiz- Acréscimo/Cia. Imobiliária VR	25/1/1961	Regular
2	Candelária/Whashington Fontes Torres	3/1/1974	Regular

3	Ouro Verde/Incotec-Incorporadora Técnica Ltda	1/10/1976	Regular
4	Boa Vista/Inol-Incorporadora Olinda Ltda	31/10/1973	Regular
5	São Luiz/Cia. Imobiliária VR	Década de 60 (67-71) aprov. S. Gama - Certeza	Regular
40	Sessenta	1088	20/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da CSN (FL. 10 de 14)/CSN	s.d	Irregular
41	Siderlândia	Lei Municipal 2698	30/10/1991
	Bairro criado após 1984		
42	Siderópolis	1088	20/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Siderópolis Iª Etapa/CSN	16/10/1970	Regular
2	De terreno à leste do prolong. Da rua 60 -IªEtapa/CSN	3/7/1967	Regular
3	Jardim Esperança/CSN	28/10/1972	Regular
43	Três Poços	1088	21/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
	COMPLETAR		
44	Vila Americana	1088	22/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Vila Americana/Const. Eletro Thomas e Cia Ltda	4/1/1955	Regular
2	Santa Luiza/José Moreira Peixoto	Década de 60 (67-71) aprov. S. Gama - Certeza	Regular
45	Vila Brasília	1088	23/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Vila Brasília/COHAB/VR	16/8/1984	Regular
2	Suinan/Cia. Fluminense Loteam. E Incorporações Ltda	24/1/1962	Regular
3	Vila Brasília-Gleba I/COHAB/VR	13/2/1978	Regular
4	Conj. Habitacional Mariana Torres/COHAB/VR	24/6/1982	Regular
5	Conj. Habitacional H T (Casas Brancas)/COHAB/VR	24/6/1982	Regular
6	Conj. Habitacional Coqueiros/COHAB/VR	24/6/1982	Regular
46	Vila Mury	1088	24/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Dos terrenos a leste do B. Limoeiro e V. Mury/CSN	Década de 70 (77)	Regular
2	Vila Mury/Lourenço Mury e Cia Ltda	Década de 50 (56)	Regular
3	Das áreas A e B, entre J. Prim. II/III e Limoeiro (J.Prim. IV)/Alzira A. Mattos e Outros	24/5/1975	Regular
4	De Antônio Lela S. Neto e Outro/Idem	14/12/1959	Regular
5	Santa Helena/Geraldo O. Rodrigues e Outros	16/9/1955	Regular
6	De parte dememb. Da Fazda Retiro (Comércio)/Cia. Fluminense Loteamento e Incorporação Ltda	Década de 50 (56)	Regular
7	Vila Antonieta/Armando Bessada	14/3/1956	Regular
8	Limoeiro/Cia. Fluminense Loteamento e Incorporação Ltda	2/5/1957	Regular
9	Jardim Itália/Gianluca Roberto G. Tacoli e Outro	27/1/1961	Regular
10	Modific. Lotes 52,56,63 a 67,73 e 78-J.PRIM. 3ºPlano/Alzira C. A. Mattos/ Imobiliária Brasília	27/12/1963	Regular
11	Jardim Primavera 3ª Etapa/Alzira A. Mattos e Outro	27/12/1963	Regular
47	Vila Rica	Lei Municipal 2102	26/3/1986
	Bairro criado após 1984		
48	Vila Santa Cecília	1088	20/2/1979

	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da CSN (FL. 11 de 14)/CSN	s.d	Irregular
2	Da CSN (FL. 2 de 14)/CSN	s.d	Irregular
3	Da CSN (FL. 7 de 14)/CSN	s.d	Irregular
4	Da CSN (FL. 9 de 14)/CSN	s.d	Irregular
49	Voldac	1089	21/2/1979
	<i>Loteamento/Loteador</i>	<i>Data de aprovação</i>	<i>Situação</i>
1	Da Rua Carlos Marques/Leonor C. B. Cravo e Outro	Década de 60 (65 process.)	Regular
2	Santa Marina/VR- Comércio Ltda	Década de 50 (56)	Regular
3	Da Área da Fazenda São João Batista/ Leonor Cravo	Década de 50 (56)	Regular

Anexo D

Mapa da expansão de loteamentos em Volta Redonda (dos anos 40 aos anos 80)

Observação: Mapa baseado no quadro anterior (**Anexo C**). Nas versões em “word” e “pdf” o mapa se encontra em arquivo de imagem (“jpg”) que acompanha a dissertação. Nas versões impressas o mapa se encontra em página posterior. A seguir estão a **legenda** do mapa e uma ampliação da **numeração dos lotes** presentes no mapa.



PLANTA DE LOTEAMENTO

LEGENDA

- 100 - S. ZAVILE
 102 - JARDIM BANDEIRANTES
 103 - CENTRO COMERCIAL - VR
 104 - LEAL IRMAO E OUTROS
 105 - PAULO DE FRONTIM
 106 - RUTH L. C. FLECHA
 107 - PAULO DE FRONTIM
 108 - CENTRO
 109 - CSN
- 201 - FAZ BOA VISTA
 202 - FAZ BOA VISTA
 203 - B VISTA E S. L. DO BRANDAO
 204 - ISAIAS S. FILHO E OUTROS
 205 - B VISTA E S. L. DO BRANDAO
 206 - NUCLEO FER. PONTE ALTA
 207 - J. EUROPA
 208 - J. RIVIERA
 209 - FAZ. PONTE ALTA
 210 - FAZ. PONTE ALTA - 3ª ZONA
 211 - SAO CABLOS
 212 - MINERLANDIA
 213 - SAO CARLOS
 214 - N. S. DAS GRAÇAS
 215 - BOA VISTA
 216 - J. BRASIL
 217 - SAO CRISTOVÃO
 218 - ISAIAS SALGADO PEREIRA
 219 - SANTA INES
 220 - CSN FL. 2/14
 221 - CSN FL. 3/14
 222 - CSN FL. 4/14
 223 - CSN FL. 5/14
 224 - CSN FL. 7/14
 225 - CSN FL. 8/14
 226 - CSN FL. 9/14
 227 - CSN FL. 11/14
 228 - SAO JOSÉ
 229 - PONTE ALTA - 1ª ZONA
 230 - PONTE ALTA - 2ª ZONA
 231 - J. SUICA
 232 - DAMIAO MEDEIROS
 233 - FAZ. PONTE ALTA
 234 - MORRO SAO CARLOS
- 301 - J. NORMANDIA
 302 - CONJ. HAB. TIRADENTES
 303 - J. BELVEDERE
 304 - SIDEROPOLIS
 305 - J. ESPERANCA
 306 - CASA DE PEDRA
 307 - NOVO HORIZONTE
 308 - JARDIM AMALIA - 3ª ZONA
 309 - MORADA DA COLINA
 310 - JARDIM AMALIA - 1ª ZONA
 311 - JARDIM AMALIA - 2ª ZONA
 312 - CAJUCIRO
 313 - RELOT. AV. GETULIO VARGAS
 314 - SAC GERALDO
 315 - CR. SPIM A. PEREIRA
 316 - J. MONTE VERDE
 317 - ALVORADA
 318 - CHATEAIGNER
 319 - J. BRASILIA
 320 - B. JESUS DA AGUA LIMPA
 321 - V. S. DAS LARANJEIRAS
 322 - SAO JOAO
 323 - VISTA BELA
 324 - VISTA DAS FLORES
 325 - AGUA LIMPA
 326 - SANTA AMELIA
 327 - FAZ. GUARDA MOR
 328 - AGUA LIMPA
 329 - MONTE CASTELO
 330 - CAMILO PEREIRA FILHO
 331 - PROLONG. MACHAÇO DE ASSIS
 332 - EMP. MELHOR. MUNICIPAL
 333 - CSN FL. 1/14
 334 - CSN FL. 6/14
 335 - CSN FL. 10/14
 336 - CSN FL. 11/14
 337 - DESMEMB. AREA B
 338 - FRAC. VOLT. LARANJAL
 339 - CAMILO P. FILHO
 340 - SIDEROPOLIS - II ETAPA
 341 - M. L. T. N. S. A. S.
- 401 - CSN
 402 - BELMUNTE
 403 - VILA MURY
 404 - DAS AREAS A e B
 405 - ANTONIO LEAL
 406 - J. SIDERLANDIA
 407 - SANTA HELENA
 408 - J. CIDADE DO AÇO
 409 - J. BELMUNTE - II ETAPA
 410 - J. BELMUNTE - I ETAPA
 411 - J. BELMUNTE - III ETAPA
 412 - DESMEMB. FAZ. RETIRO (COM.)
 413 - RELOT. 69, 70, 71 E 78
 414 - VILA OPERARIO
 415 - AREA 200
 416 - RELOT. 68 (S. L. LORENÇO)
 417 - VILA ANTONIETA
 418 - RELOT. 107 A 109
 419 - LIMOEIRO
 420 - V. ITALIA
- 421 - RELOT. 79
 422 - J. PRIMAVERA - III PLANO
 423 - RELOT. 223 A 225 E 250/251
 424 - SÍTIO 105
 425 - RELOT. 295/296
 426 - LOTE 101
 427 - RELOT. 278 / 279
 428 - J. PRIMAVERA - III ETAPA
 429 - J. PRIMAVERA
 430 - CIA. IMOB. MUNICIPAL
 431 - J. PRIMAVERA - III PLANO
 432 - ALZIRA C. A. MATTOS
 433 - SANTO ANTONIO
 434 - SYARISTO F. CASTRO
 435 - IMOB. BELMUNTE
 436 - CHACARA 218
 437 - RELOT. 699
 438 - RELOT. 961 A 870
 439 - MIRANTE PRIMAVERA
 440 - MORADA DO SOL
- 501 - RELOT. 32/33
 502 - RELOT. 34/35
 503 - BELA VISTA
 504 - RELOT. 30 A B
 505 - AGUA LIMPA
 506 - RELOT. 29 A
 507 - MARIA CECILIA
 508 - SAO SEBASTIAO
 509 - RELOT. 37
 510 - RANCHO ALEGRE
 511 - ELDORADO
 512 - PARQUE PROLETARIO
 513 - RELOT. 300/301
 514 - RACHINHO
 515 - VISTA ALEGRE
 516 - SAO PAULO
 517 - RELOT. 116/117
 518 - BARREIRA CRAYO - 2ª ETAPA
 519 - J. SAO REMO
 520 - BARREIRA CRAYO - I ETAPA
 521 - FAZ. SANTA RITA
 522 - PUVUADO
 523 - SANTA MARINA
 524 - FAZ. SAO JOAO
 525 - J. VENEZA
 526 - FAZ. SAO JOAO BAYISTA
 527 - SAO JOAO BATISTA
 528 - J. CAROLINE
 529 - J. AERO CLUBE
 530 - AERO CLUBE
 531 - MITRA DIJUCESANA B. PIRAI
 532 - PROLETARIO
 533 - VILA BRASILIA
 534 - ACUDE III
 535 - SUINAN
 536 - VILA BRASILIA
 537 - FAZ. RETIRO
 538 - ACUDE
 539 - RELOT. 157/158
 540 - RELOT. 173/174
 541 - MARIANA TORRES
 542 - H. T. CASAS BRANCA
 543 - COQUEIROS
 544 - BOM JERONIM
 545 - RELOT. 154
 546 - DA RUA CARLOS MARQUES
 547 - MORADA DO CAMP.
 548 - SANTA CRUZ
- 601 - VILA HARMONIA
 602 - J. IMPERIAL
 603 - VOLTA GRANDE III
 604 - VOLTA GRANDE I
 605 - SANTO AGOSTINHO
 606 - J. DAS AMERICAS
 607 - COHAB
 608 - VILA HARMONIA
 609 - BRASILANCIA
 610 - VILA AMERICANA
 611 - SANTA LUZIA
 612 - OJM BOSCO
 613 - SAO LUIZ
 614 - CANDELARIA
 615 - OURO VERDE
 616 - BOA VISTA
 617 - SAO LUIZ
 618 - SANTO AGOSTINHO - I ETAPA
 619 - MATO DENTRO
 620 - PARQUE DAS ILHAS
 621 - VOLTA GRANDE III
 622 - CAIEIRA
 623 - SAO ROQUE

Anexo E**Quadro de produção da COHAB em Volta Redonda**

Ano	Conjunto	Nº de unidades
1967	Santo Agostinho	151
1969	Vila Harmonia	105
1971	São Carlos	46
1971	*Gleba I	212
1979	*Açude I	630
1980	Mariana Torres	222
1980	Coqueiros	249
1980	*Casas Brancas	236
1980	*Lotes da PMVR	71
1980	*Vila Brasília	700
1982	*Açude III	53
1983	Açude II	599
TOTAL		3.274

* Somente lotes.

População atendida estimada: 16.370 pessoas.

Fonte: PMVR. Uma política habitacional de baixa renda para Volta Redonda. 1983. p.20.

Anexo F
Quadro de favelas existentes em áreas públicas e da COHAB

Bairro	Propriedade do terreno	Número de aglomerados	Número de ocupações
São Carlos	PMVR	1	182
Minerlândia	PMVR	1	13
São Lucas	PMVR	1	3
São Cristóvão	PMVR	1	57
Santa Inês	PMVR	1	50
Água Limpa	PMVR	4	76
Jardim Amália	PMVR	1	53
Três Poços	PMVR/PMP	2	309
Vila Americana	PMVR	3	79
Castelinho	PMVR	1	80
Santo Agostinho	PMVR	4	243
Aero Clube	Aero Clube	1	28
Dom Bosco	PMVR	1	96
Retiro	PMVR	16	452
Vila Brasília	PMVR	3	183
Estrada União	COHAB	1	25
Siderlândia	PMVR	2	20
Jardim Belmonte	PMVR	3	56
Açude	COHAB	2	88
Total		49	2.093

População estimada em favelas: 10.465 (sem considerar a ocupação em áreas particulares).

Fonte: Levantamento IPPU/COHAB. 1979. Atualizado pela COHAB em 1982. In.: PMVR. Uma política habitacional de baixa renda. 1983. p.21

Anexo G**Habitações construídas pela CECISA em Volta Redonda, por ano e padrão construtivo (1969-1982)**

Empreendimento	Nº de unidades	Ano	Padrão
Siderópolis	390	69	Popular
Casa de Pedra	420	71	Popular
N. S. das Graças	24*	71	Médio
Jardim Primavera	41	72	Médio
Laranjal	10	72	Superior
Ed. Sesquicentenário e Santa Cecília	24*	73	Médio
Tangerinal e Bela Vista	10	74	Superior
Fralda Norte Laranjal	21	75	Superior
Laranjal	2	75	Superior
Jardim Suíça	10	75	Superior
Ed. Bethoven	12*	76	Médio
Ed. Vivaldi	12*	76	Médio
Jardim Suíça	3	77	Superior
Ed. Vila Lobos	12*	77	Médio
Jardim Veneza I	52	77	Médio
Siderópolis	5	77	Médio
Siderópolis	24	77	Popular
Vila Santa Cecília	5	78	Superior
Jardim Veneza II	20	78	Médio
Vivendas do Rosário	12	78	Superior
Jardim Veneza III	44	79	Médio
Jardim Veneza IV	51	80	Médio
Jardim Veneza V	36	80	Médio
Siderópolis/ Casa de Pedra	45	80	Médio
Volta Grande PRONEMP/CSN	205	80	Médio
Jardim Esperança	56	81	Popular
Vivendas do Rosário	1	81	Médio
Jardim Esperança II	45	81	Médio
Jardim Tiradentes	1.732	82	Popular
Volta Grande III	826	82	Popular
Total de Unidades	2.914		

* Apartamentos

Fonte: CECISA. Quadro geral de produção. 1982.

Anexo H

VOLTA REDONDA – EVOLUÇÃO DAS FAVELAS E DA POPULAÇÃO (1966-1985)					
ANO	FAVELAS			MUNICÍPIO	
	N. DE NÚCLEOS	N. DE HABITAÇÕES	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO TOTAL	FAVELADOS (%)
1966	3	1.158	5.790	114.556	5,05
1977	-	3.108	15.540	168.709	9,21
1979	45	1.609	8.045	178.555	4,02
1982	49	2.093	10.465	200.000	5,23
1984	103	3.520	17.600	212.000	8,26
1985	105	4.007	20.035	219.300	9,13

Fontes listadas abaixo:

Favelas

1966- COHAB. Levantamento sócio econômico citado em ADESG. Situação sanitária de Volta redonda.

1977- PMVR. Plano de governo para sub-habitações.

1979- IPPU/VR e COHAB/VR. Demonstrativo de aglomerados em Volta Redonda.

1982- IPPU/VR. Uma política habitacional de baixa renda para Volta redonda.

1984- IPPU/VR. Política de favelas.

1985- IPPU/VR. Política municipal de desfavelamento. Resumo da situação cadastral.

Município

FIBGE. Censos demográficos de 1960/1970 e 1980 (os dados referentes aos três primeiros anos são resultados da taxa de crescimento da população no intervalo dos censos) os dados de 1982, 1984 e 1985 são as estimativas populacionais da FIBGE, apresentadas no censo de 1980).

Observação: Fonte elaborada pela autora. SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992. p.131.